

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCA LIMA IACOMINI

“ECUMÊNICA É A PREOCUPAÇÃO DA IGREJA PELO SOFRIMENTO DOS
NOSSOS IRMÃOS”: DISCURSO E PRÁTICA CRISTÃ DO GRUPO CLAMOR NA
DEFESA DAS VÍTIMAS DE DITADURAS DO CONE SUL (1977-1989)



CURITIBA

2023

LUCA LIMA IACOMINI

“ECUMÊNICA É A PREOCUPAÇÃO DA IGREJA PELO SOFRIMENTO DOS
NOSSOS IRMÃOS”: DISCURSO E PRÁTICA CRISTÃ DO GRUPO CLAMOR NA
DEFESA DAS VÍTIMAS DE DITADURAS DO CONE SUL (1977-1989)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Profª Drª Karina Kosicki Bellotti.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Iacomini, Luca Lima

"Ecumênica é a preocupação da igreja pelo sofrimento dos nossos irmãos" : discurso e prática cristã do grupo Clamor na defesa das vítimas de ditaduras do Cone Sul (1977-1989). / Luca Lima Iacomini. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Karina Kosicki Bellotti.

1. Movimento ecumênico - História. 2. Ditadura – Cone Sul – História. 3. Cristianismo e política. 4. Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. I. Bellotti, Karina Kosicki, 1978-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUCA LIMA IACOMINI** intitulada: **'ECUMÊNICA É A PREOCUPAÇÃO DA IGREJA PELO SOFRIMENTO DOS NOSSOS IRMÃOS': DISCURSO E PRÁTICA CRISTÃ DO GRUPO CLAMOR NA DEFESA DAS VÍTIMAS DE DITADURAS DO CONE SUL (1977-1989)**, sob orientação da Profa. Dra. KARINA KOSICKI BELLOTTI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Fevereiro de 2023.

Assinatura Eletrônica

28/02/2023 16:52:17.0

KARINA KOSICKI BELLOTTI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

28/02/2023 20:16:25.0

MILIANDRE GARCIA DE SOUZA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - PPGHIS)

Assinatura Eletrônica

28/02/2023 18:51:37.0

MAGALI DO NASCIMENTO CUNHA

Avaliador Externo (INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIAO)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 259940

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 259940

AGRADECIMENTOS

A Deus, que, com sua graça, me sustentou até aqui, me capacitando a vencer essa etapa. A Ele devo tudo o que tenho e sou.

Aos meus pais, Franco e Marli, por serem minhas maiores referências, por sempre me incentivarem a dar meu melhor em tudo o que faço, e por me aguentarem a cada momento, me amando e aconselhando sempre. A Davi, por estar sempre presente e por ser um excelente irmão. Aos meus avós, tios, primos e amigos que fizeram parte da minha trajetória e acreditaram sempre em mim.

À CAPES, pelo importante apoio financeiro que me proporcionou durante esta pesquisa.

À professora Karina, que com toda dedicação e paciência me orientou neste momento. Sua trajetória acadêmica é uma grande inspiração para mim. Às professoras da banca, Magali Cunha e Miliandre Garcia, que, com excelentes sugestões de melhoramento, me entusiasmaram a redigir um trabalho melhor que o inicial. A todos os professores, funcionários e colegas do PPGHIS pela troca de aprendizado e pela excelência com que têm trabalhado.

Ao grupo de estudos de História das Religiões, pelos produtivos encontros em que pudemos ampliar o conhecimento sobre nosso campo de pesquisa, e à Sociedade Eduardo Moreira, de Lisboa, por me permitir conhecer um pouco mais da história do protestantismo.

A Walter Aló, que me enviou documentos por correio durante a redação do meu projeto de pesquisa. À arquivista do Conselho Mundial de Igrejas, Anne-Emanuelle Tankam Tene, que me disponibilizou tantas fontes úteis para este trabalho. À equipe do CEDIC da PUC-SP, que me recebeu e me permitiu entrar em contato com tanta documentação valiosa. A Jan Rocha, por ter aceitado fazer parte da XIII Semana Acadêmica de História da UFPR e ter partilhado a história do grupo com os participantes. Também agradeço ao Octavio Indart por partilhar a experiência de ministração no minicurso sobre protestantismo no Brasil.

Por fim, a todos os integrantes do Clamor, pela bela história que serve como exemplo de solidariedade e ajuda ao próximo, algo tão necessário no mundo em que vivemos.

RESUMO

O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, ou Clamor, foi um grupo criado em 1977 pelo pastor presbiteriano Jaime Wright, pela jornalista britânica Jan Rocha e pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e que tinha como objetivo acolher os refugiados de ditaduras do Cone Sul. O Clamor, definido como um grupo ecumênico e humanitário amparado pela Arquidiocese de São Paulo, sob direção de Dom Paulo Evaristo Arns, buscou acolher pessoas desses países que fugiam para o Brasil e denunciar as práticas repressivas que lá vivenciaram. A dissertação tomou como fontes de pesquisa os boletins escritos pelo Comitê, buscando encontrar elementos religiosos no discurso empregado. Assim, buscou-se identificar o público-alvo desses periódicos (organizações cristãs e de direitos humanos no mundo inteiro, como o Conselho Mundial de Igrejas, o Escritório Diaconal Geral da Holanda e a Anistia Internacional), os conteúdos abordados e ocasionais imagens que acompanhassem os textos veiculados. Métodos de análise de discurso também foram empregados para a leitura dessas fontes. Foi possível identificar que havia uma frequente associação de artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos a passagens bíblicas, por exemplo. Embora o alvo dessas publicações não fosse defender a Teologia da Libertação, eram frequentes declarações da defesa do pobre como um princípio cristão, princípio fundador desse movimento teológico. O ecumenismo era outro fator observado nesses periódicos, uma vez que houve uma importante união de católicos e protestantes contra as ditaduras. A análise também considerou a recepção desses boletins, a partir de cartas publicadas em algumas edições em que continham elogios ao trabalho do grupo. Também foram analisadas correspondências que expunham as realizações do grupo. Primeiramente, foram analisadas cartas de familiares de vítimas da ditadura argentina pedindo ajuda do Clamor. Para trabalhar com elas, foi necessário recorrer a um olhar sobre as emoções empreendidas na escrita, de forma a compreender de que forma estas caminhavam ao lado da religiosidade dos missivistas, e como era desenvolvida a relação do sujeito que escrevia com o próximo e com sua própria subjetividade. Como o Comitê é um grupo religioso, o Papa João Paulo II também foi um contato importante para fazer denúncias das violações de direitos humanos, algo observado nessas epístolas e que reforça o caráter ecumênico do grupo. O olhar para as emoções também foi útil no que diz respeito às relações pessoais entre os integrantes do Clamor, já que o trabalho identificou conflitos internos que abalaram os laços dos envolvidos, embora não tenham acabado com seu funcionamento. Ao longo de toda a dissertação, foi possível observar a fé cristã como elemento mobilizador da defesa dos direitos humanos e da vida das vítimas da repressão.

Palavras-chave: Clamor. Ecumenismo. Ditaduras. Cone Sul. Cristianismo da Libertação.

ABSTRACT

The Committee for the Defense of Human Rights for the Countries of the Southern Cone, or Clamor, was a group created in 1977 by the Presbyterian pastor Jaime Wright, the British journalist Jan Rocha and the lawyer Luiz Eduardo Greenhalgh, whose objective was to welcome refugees from regimes dictatorships of the Southern Cone. Clamor, defined as an ecumenical and humanitarian group supported by the Archdiocese of São Paulo, under the direction of Dom Paulo Evaristo Arns, sought to welcome people from these countries who fled to Brazil and denounce the repressive practices they experienced there. The dissertation took as research sources the bulletins written by the Committee, seeking to find religious elements in the used speech. Thus, we sought to identify the target audience of these periodicals (Christian and human rights organizations worldwide, such as the World Council of Churches, the Diaconal General Office of the Netherlands and Amnesty International), the content transmitted and occasional images that accompanied the published texts. Speech analysis methods were also used to read these sources. It was possible to identify that there was a frequent association of articles of the Universal Declaration of Human Rights with biblical passages, for example. Although the goal of these publications was not to defend Liberation Theology, there were frequent declarations of the defense of the poor as a Christian principle, the founding principle of this theological movement. Ecumenism was another factor observed in these newspapers, since there was an important union of Catholics and Protestants against the dictatorships. The analysis also considered the reception of these bulletins, based on letters published in some editions that praised the group's work. Correspondences that exposed the work done by the group were also analyzed. Firstly, there were lost letters from relatives of victims of the Argentine dictatorship asking for Clamor's help. To work with them, it was necessary to follow a look at the emotions undertaken in writing, in order to understand how they walked alongside the religiosity of the letter writers, and what was the relationship of the subject who wrote with the neighbor and with their subjectivity itself. As the Committee is a religious group, Pope John Paul II was also an important contact to denounce human rights violations, something observed in these letters and which reinforces the ecumenical character of the group. Looking at emotions was also useful with regard to personal relationships between Clamor members, as the work identified internal conflicts that undermined the bonds of those involved, although they did not end with its operation. Throughout the entire dissertation, it was possible to observe the Christian faith as a mobilizing element in the defense of human rights and the lives of victims of repression.

Keywords: Clamor. Ecumenism. Dictatorships. Southern Cone. Liberation Christianity.

SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AI-5 – Ato Institucional número 5

BBC – *British Broadcasting Corporation*

BNM – Brasil: Nunca Mais

CADH – Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados

CAFOD - *Catholic Agency for Overseas Development*

CCIA – *Commission of the Churches on International Affairs*

CEB – Confederação Evangélica Brasileira

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CEDIC – Centro de Documentação e Informação

CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CIA – Agência Central de Inteligência Norte-Americana

CJP-SP – Comissão Justiça e Paz de São Paulo

CL – Cristianismo da Libertação

CMI – Conselho Mundial de Igrejas

CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil

Conadep – Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas

Copachi - *Comité para la Paz en Chile*

DSI – Doutrina Social da Igreja

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EUA – Estados Unidos da América

HRROLA – *Human Right Resources on Latin America*

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

IPB – Igreja Presbiteriana do Brasil

IPU – Igreja Presbiteriana Unida do Brasil

ISAL – *Iglesia y Sociedad en América Latina*

JOC – Juventude Operária Católica

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

OEA – Organização dos Estados Americanos
ONG(s) – Organização(ões) não governamental(is)
ONU – Organização das Nações Unidas
PRM – *Presidential Review Memorandum*
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SISNI – Sistema Nacional de Investigações
SNI – Sistema Nacional de Informação
TFP – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
TL – Teologia da Libertação
TPP – Testemunhos Pró-Paz
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

NOTA: apesar de muitos autores – e por vezes até integrantes do grupo – tomarem CLAMOR enquanto sigla, para este trabalho optou-se por não incluí-la enquanto tal, visto que esse nome é caracterizado como um encurtamento do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução de grupos religiosos no Brasil.....	13
Figura 2 – Rede integrada de defesa dos direitos humanos.....	21
Figura 3 – Memorando do Exército que avalia a relação de Dom Paulo com o CMI.....	64
Figura 4 – Agências financiadoras do Clamor.....	69
Figura 5 – Despesas do Clamor de 1982.....	70
Figura 6 – Distribuição de recursos do CMI.....	71
Figura 7 - Documento do SNI sobre Jan Rocha.....	84
Figura 8 – Capa da primeira edição do <i>Boletim Clamor</i>	87
Figura 9 – Trecho de boletim.....	89
Figura 10 – Ilustração no <i>Boletim Clamor</i>	93
Figura 11 – Trecho da matéria “Chile: ataques à Igreja”.....	122
Figura 12 – Seção de cartas no <i>Boletim Clamor</i>	126
Figura 13 – Documento do governo sobre reunião do Clamor.....	162

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – “EXPRESSÕES ESPECIAIS DE SOLIDARIEDADE CRISTÃ”: DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA, CONCEITOS E CONTEXTO.....	35
1.1. Ecumenismo e direitos humanos.....	37
1.1.1. Cooperações protestantes interdenominacionais e ecumênicas no Brasil	41
1.1.2. Cristianismo da Libertação.....	46
1.1.3. Direitos humanos e a América Latina.....	53
1.1.4. Ecumenismo: herege e subversivo.....	61
1.2. O financiamento do Clamor.....	65
CAPÍTULO 2 – “A IGREJA É COMUNICAÇÃO”: A EXPRESSÃO DA RELIGIOSIDADE NO BOLETIM CLAMOR.....	75
2.1. Os boletins.....	85
2.2. A defesa dos direitos humanos.....	87
2.3. A Teologia da Libertação e a Teologia das Brechas.....	97
2.4. O ecumenismo e o Clamor.....	109
2.5. Considerações sobre o inferno, o purgatório e o pecado.....	115
2.6. Cartas publicadas.....	124
CAPÍTULO 3 – “À SEMELHANÇA DA PARÁBOLA DA OVELHA PERDIDA”: A COMUNHÃO CRISTÃ NO TRABALHO DO CLAMOR.....	131
3.1. Os pedidos de ajuda da Argentina.....	136
3.2. Ajuda do Papa.....	146
3.3. A saída de Jaime Wright e o “fracasso ecumênico”.....	150
3.4. Premiações de Dom Paulo.....	161
3.5. O fim do Clamor.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
FONTES.....	174
REFERÊNCIAS.....	180
APÊNDICES.....	195

INTRODUÇÃO

“Onde estava Cristo no período da ditadura? Ele estava tomando chá nos palácios presidenciais ou estava sendo torturado nas prisões?”. Essa é, possivelmente, uma das falas mais marcantes do filme *Os Dois Papas*,¹ ficção inspirada em supostos diálogos entre Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI, interpretado por Anthony Hopkins) e Jorge Bergoglio (Papa Francisco, sob a atuação de Jonathan Pryce), em um período em que o primeiro planejava sua renúncia enquanto pontífice. A produção, com direção do cineasta brasileiro Fernando Meirelles, lança uma discussão sobre os envolvimento religiosos com a política, especialmente em períodos ditatoriais, a partir da relação conflituosa do segundo bispo com a ditadura civil-militar na Argentina. Apesar de o presente trabalho não discutir a relação de Bergoglio com o autoritarismo argentino, esta dissertação mostra uma história real de agentes cristãos nas ditaduras da América Latina, que agiram a partir da resistência, da denúncia e da solidariedade.

O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, também conhecido como Clamor, atuou entre os anos de 1978 e 1991 e chegou a ser alvo de diversos estudos historiográficos. Esta pesquisa tem como alvo explorar o que há de religioso no trabalho desenvolvido pelo Comitê, a partir de análise de fontes epistolares e de periódicos. Desta forma, será demonstrado que a fé cristã não foi um fator secundário no funcionamento do grupo, e sim um elemento que o deu sustento ao longo de sua existência. Isso contribui para os estudos acerca dos anos de Doutrina de Segurança Nacional na América Latina, trazendo luz à discussão acerca da importância da religiosidade no empreendimento de resistência e oposição a autoritarismos.

O primeiro contato do investigador com esse tema foi a partir da monografia de graduação, apresentada em 2020. O ponto de partida para tal foi o acesso à plataforma *BNM Digit@l*, repositório institucional do projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM).² Este foi conduzido no final dos anos 1970 até a primeira metade da década

1 MEIRELLES, Fernando, **The Two Popes**, United Kingdom, United States, Italy: Netflix, 2019.

2 Ver: IACOMINI, Luca Lima, **“A verdadeira vocação da Igreja no Brasil”: ecumenismo e resistência na relação entre a Arquidiocese de São Paulo e o Conselho Mundial de Igrejas**

de 1980, período em que ocorria a abertura democrática no Brasil.

O BNM foi uma iniciativa de fotocópia de documentos da sede do Supremo Tribunal Militar em Brasília para que fossem mantidas as provas da repressão cometida pelo regime autoritário. O plano contou com o apoio da Arquidiocese de São Paulo, sob direção do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, e do suporte financeiro do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), órgão sediado em Genebra, na Suíça, que reúne igrejas protestantes e ortodoxas do mundo inteiro.

Um dos sujeitos que estava por trás do BNM era o pastor presbiteriano Jaime Wright, que buscava respostas sobre o desaparecimento de seu irmão, Paulo Stuart, ferrenho opositor do regime. Isso o levou a cooperar com a advogada Eny Raimundo Moreira e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, idealizadores do plano. A facilidade com que foi feito o contato do Clamor com o CMI se deu pelo contato próximo que Wright tinha com duas figuras importantes do órgão: o secretário-geral do CMI, o metodista Philip Potter, de Dominica, com quem havia desenvolvido amizade em seu tempo de estudante; e Charles Harper, filho de missionários estadunidenses, que frequentava a mesma igreja da família Wright desde sua infância.³ Harper era coordenador do *Human Rights Resources on Latin America* (HRROLA) – muitas vezes descrito como o Programa de Direitos Humanos para a América Latina do CMI.

Cabe apontar que o que norteava as ações do CMI naquele contexto era a premissa de que seria necessário que os cristãos agissem diante do mundo em crise. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi abraçada pelo CMI e norteou seu trabalho durante a Guerra Fria, tomando primeiramente como princípio a defesa da liberdade religiosa.⁴

Ao longo daquela pesquisa, foi possível tomar conhecimento do Clamor,

durante a Ditadura Militar brasileira (1977-1987), Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020; IACOMINI, Luca Lima, *Religiosidade no BNM Digit@l: os bastidores do “Brasil: Nunca Mais” a partir de fontes da internet*, **Em Tempo de Histórias**, n. 38, p. 111–120, 2021.

3 Conforme: LIMA, Samarone, **Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 53–54.

4 Ver: BOUWMAN, Bastiaan, **Universal Rights in a Divided World: The Human Rights Engagement of the World Council of Churches from the 1940s to the 1970s**, Doctoral Dissertation (International History), The London School of Economics and Political Science, London, 2018.

que, assim como o BNM, também tinha espaço na Cúria Metropolitana de São Paulo e recebia financiamento do CMI. O apelido do grupo teve inspiração na passagem bíblica de Salmos, capítulo 88, versículo 2, poesia atribuída a Hemã, o ezraíta, personagem sobre quem pouco se tem conhecimento. Lê-se, na passagem: “Que a minha oração chegue diante de ti; inclina os teus ouvidos ao meu clamor”.⁵ A rede de apoio desse grupo era maior que a do BNM, incluindo aquelas que não detinham caráter religioso, como o caso da Anistia Internacional. Ao contrário do primeiro projeto, este não detinha confidencialidade, mas era divulgado amplamente.

O objetivo do Clamor era dar acolhimento para pessoas perseguidas pelas demais ditaduras dos países vizinhos. Isso porque, durante o período da Guerra Fria estava em vigor na América Latina a chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), um plano de influência dos Estados Unidos para a manutenção do sistema capitalista na região diante das supostas “ameaças comunistas” que a assombravam. Como consequência, golpes de Estado tiraram a democracia na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

Cabe aqui fazer a diferenciação entre as expressões “América do Sul”, “América Latina” e “Cone Sul”. O primeiro refere-se à porção do continente americano ao sul do istmo do Panamá. O segundo inclui todos os países com idioma oriundo do latim, sendo, neste caso, todos os países da América do Sul (exceto Suriname e Guiana), América Central (exceto Belize) e México. O último, por sua vez, diz respeito aos países meridionais do continente: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Muitos sujeitos perseguidos pelas ditaduras do Cone Sul buscavam refúgio no Brasil. Naquele momento, no entanto, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) ainda não concedia o título de “refugiados” para esses indivíduos. A Igreja teve papel importante para o acolhimento dessas pessoas, como bem demonstra o caso do Clamor.

O grupo iniciou as atividades em 1977 por iniciativa da jornalista britânica Jan Rocha, correspondente do jornal *The Guardian* e da emissora de rádio BBC no Brasil. Rocha teve alguns encontros com exilados argentinos, que lhe renderam

5 **Bíblia Sagrada - Nova Versão Internacional**, 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018, p. 558.

reportagens especiais. Em uma das conversas esteve junto ao advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que atendia pessoas naquela situação. Os dois percebem que, mais do que sensibilizar-se pela situação desses sujeitos, era preciso fazer algo de prático para ajudá-los. Eles recorrem, então, ao pastor Jaime Wright, já conhecido pelo seu posicionamento público de defesa dos direitos humanos.

Mais tarde o grupo passara a receber novos integrantes: a irmã Michael Mary Nolan, estadunidense, e o padre Roberto Grand Maison, canadense, que vieram ao Brasil após o Concílio Vaticano II (que será explicado adiante); Fermino Fecchio, advogado e um dos fundadores da Comissão Arquidiocesana para Direitos Humanos e Marginalizados, que atuava em operações ligadas ao Paraguai e Uruguai; Thereza Brandão, química que possuía contatos no Chile por ter morado lá; Maria Aparecida “Cida” Antunes Horta, que desempenhou função de secretária do Clamor, foi presa política e depois esposa de Greenhalgh; Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, ou Dodora, psicóloga e ex-militante clandestina; Inge Schilling, que havia sido exilada no Uruguai enquanto o país ainda vivia na democracia; Lilian do Amaral Azevedo, que, formada em Letras, trabalhava com a tradução de documentos do Clamor; e o frei dominicano João Xerri, adepto da Teologia da Libertação. A esposa de Jaime Wright, Alma, e o marido de Jan Rocha, Plauto, também atuavam em diversas atividades do Comitê.⁶ Apenas ao observar o perfil dos integrantes do grupo, já é possível observar que a religião aparece como fator importante na trajetória pessoal de muitos deles. A forma como a fé operou nas ações do grupo é o que pretende ser analisado neste trabalho.

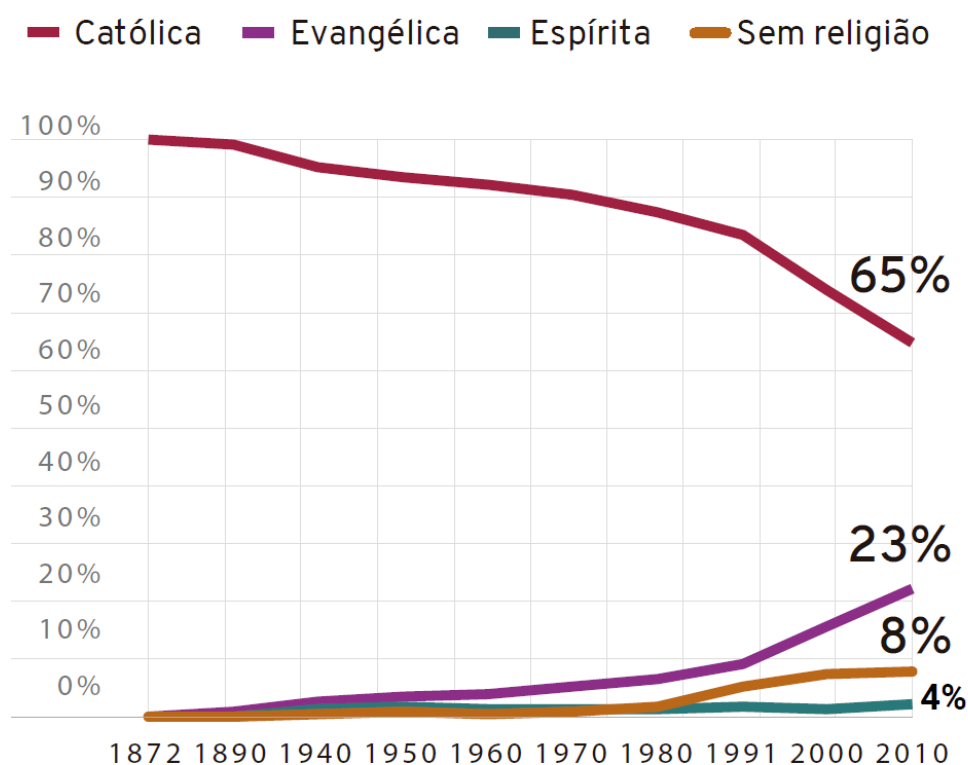
O caráter ecumênico do grupo e a responsabilidade social empenhada por esses agentes está inserida no contexto religioso crítico ao capitalismo do Concílio Vaticano II (1962-1965) e dos Conselhos Gerais do Episcopado Latino-Americano (1968 e 1979), que reforçaram a importância da defesa dos pobres como uma prioridade da Igreja Católica. Além desse valor, foi estabelecido que essa era uma missão para todos os cristãos, não só os católicos. O Comitê é também herdeiro das organizações evangélicas de iniciativa ecumênica de antes do Concílio, como a

6 FRAGA, Guilherme Barboza de, **A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul**, Trabalho de Conclusão de Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 31–35.

Confederação Evangélica do Brasil (CEB) e a *Iglesia y Sociedad en America Latina* (ISAL), as quais serão descritas adiante. A defesa de direitos humanos e da justiça social são pautas que configuram a identidade desse ecumenismo.

Cabe reforçar que a Igreja Católica, ao longo da história do continente latino-americano mostrava-se, até então, majoritariamente alinhada com as elites. Essa virada marcada pelos eventos em questão simbolizou uma mudança no posicionamento da instituição, que gradualmente revisitou o passado com o objetivo de admitir muitos de seus erros. No contexto estudado, os protestantes ainda eram uma minoria numérica que buscava se estabelecer enquanto agentes de transformação social (ver figura 1).

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DE GRUPOS RELIGIOSOS NO BRASIL



Dados de censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Gráfico retirado de: IACOMINI JUNIOR, Franco. **Evangélicos no Brasil**: Como uma minoria invisível se transformou num agente de transformação social e política. Curitiba: Gazeta do Povo, 2020.

É comum que haja imprecisão na forma como diferenciar grupos protestantes e evangélicos. O termo “protestante” se refere aos grupos cristãos que surgem como consequência das Reformas Protestantes a partir do século XVI. Em muitos momentos, o termo usado para esses casos é “protestante histórico”, que não é aplicado aos grupos pentecostais. Os protestantes históricos, nos anos finais do século XIX, usavam o termo “evangélico” para referirem-se a si mesmos: basta observar que o primeiro periódico ligado a esses grupos religiosos, que circulou entre 1864 e 1892, se chamava *Imprensa Evangélica*, e que em 1934 foi criada a Confederação Evangélica do Brasil (CEB), que procurava formas de promover a unidade entre esses cristãos. Ora, um dos princípios da Reforma de Martinho Lutero era a *Sola Scriptura*, doutrina segundo a qual a Bíblia é a revelação escrita de Deus e deve ser a única regra de fé e prática para todos os cristãos. Logo, eles deveriam ser guiados somente pelo Evangelho, e não por encíclicas ou bulas papais, como fazem os católicos. Desta forma, o termo “protestantes” costuma ser aplicado a diversos grupos, compreendidos como “denominações” (como os batistas, presbiterianos, metodistas etc).

Sem desenvolver a razão, o sociólogo Antonio Gouvêa Mendonça acredita que o termo “evangélico” não é apropriado para se referir a pentecostais e neopentecostais, algo contestado por muitos outros pesquisadores.⁷ O sociólogo Paul Freston afirma que, com o crescimento dos grupos protestantes, a mídia e as publicações acadêmicas tomaram os termos “evangélico” e “protestante” como sinônimos, e, por esse motivo, ele propõe fazer o mesmo.⁸ Essa proposta também será aproveitada nesta dissertação, compreendendo também que há momentos em que “evangélico” será usado como adjetivo para se referir ao Evangelho, isto é, aos ensinamentos de Jesus Cristo, e não ao grupo religioso em questão.

Autores como Antonio Gouvêa Mendonça e Rubem Alves destacam a influência exercida no protestantismo brasileiro pelos Estados Unidos da América.⁹

7 Conforme: MENDONÇA, Antonio Gouvêa, O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas, **Revista USP**, n. 67, p. 48–67, 2005, p. 50.

8 FRESTON, Paul, **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993, p. 1.

9 Ver: MENDONÇA, O protestantismo no Brasil; ALVES, Rubem, **Religião e repressão**, Juiz de Fora: Siano, 2020.

Cabe lembrar que no início do século XX eclode nos EUA o fenômeno conhecido como fundamentalismo. Embora não exclusivo do cristianismo, visto que religiões como o judaísmo e o islã também apresentam práticas fundamentalistas, foram evangélicos estadunidenses que cunharam esse termo para demonstrar aversão a tendências modernas e defender o retorno às “raízes” e aos fundamentos da doutrina cristã.¹⁰

O fundamentalismo e anticomunismo estadunidense foram fatores que pautaram o posicionamento de diversas denominações evangélicas brasileiras no pós-Segunda Guerra Mundial. Por isso que o historiador Agemir de Carvalho Dias afirma que a principal resistência de protestantes à ditadura brasileira se deu pelo ecumenismo.¹¹ A Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), da qual o pastor Jaime Wright fazia parte, estava alinhada com os ideais golpistas. Por causa disso, em 1978 Wright foi um dos fundadores da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU), que uniu os presbiterianos insatisfeitos com a postura conservadora da IPB.

Com a “bênção” da IPU, Wright se dedicava de maneira integral aos trabalhos em que estava envolvido – o *Brasil: Nunca Mais* e o *Clamor*, este último alvo de análise desta dissertação, que busca entender de que forma o cristianismo operava no trabalho do grupo, ou seja, quais os fatores religiosos que influenciavam a ação de seus integrantes.

Tendo abordado temáticas e conceitos importantes que auxiliam no entendimento sobre o Comitê para os Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, vale a pena retomar a produção bibliográfica já produzida sobre este grupo, apresentando também a novidade desta em relação às demais, que reside no foco do papel da religiosidade.

Um dos trabalhos pioneiros sobre o *Clamor* foi desenvolvido pelo jornalista Samarone Lima em sua dissertação de mestrado em Integração da América Latina

10 Ver: ARMSTRONG, Karen, **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Importante apontar que o termo “fundamentalista” no cristianismo é apropriado para os protestantes. O radicalismo católico antimoderno é chamado de “integrismo”. Ver: GONÇALVES, Marcos, Integrismo católico e fundamentalismo protestante comparados: historicidade, aproximações e distanciamentos, **Relegens Thréskeia**, v. 1, n. 2, p. 79–103, 2012.

11 Ver: DIAS, Agemir de Carvalho, **O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994): a serviço da igreja e dos movimentos populares**, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 32.

pela Universidade de São Paulo, que resultou na publicação do livro *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*, em 2003. Nessa obra, Lima dá ênfase às experiências de Jaime Wright, Jan Rocha e Luiz Eduardo Greenhalgh, a partir de entrevistas que realizou com eles. Estes tornam-se os protagonistas da história em uma narrativa que combina elementos de reportagem, mas também de literatura – referência a diálogos e descrição de emoções dos sujeitos.¹²

No ano de 2000 Ana Célia Navarro de Andrade apresentou sua dissertação de mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo, intitulada *Inventário do fundo Clamor: Organização e Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul*. Seu trabalho toma como perspectiva a Arquivologia para tratar do espólio documental sobre o grupo, disponível no Centro de Documentação e Informação (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Segundo a autora, “Uma vez que a temática do CEDIC estava voltada para Movimentos Sociais e de Educação, receber um arquivo tão significativo como o Clamor iria ampliar [sic], consideravelmente, o acervo sobre Direitos Humanos já existente entre nossas Coleções”.¹³ A documentação, antes dispersa, estando parte dela na Cúria Metropolitana de São Paulo e outros sob guarda dos ex-integrantes, foi reunida de forma a integrar o acervo da universidade.

Em artigo, Heloisa de Faria Cruz também abordou esse acervo, dando destaque ao desenvolvimento do projeto “Clamor: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul”, apresentando a intenção de “localizar, reproduzir, organizar e preservar” a documentação do fundo, descrevê-la segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e disponibilizar as fontes em plataforma eletrônica, sendo que este último ainda não foi plenamente alcançado.¹⁴ Ainda sobre a importância do estudo do espólio documental do Comitê, Anna Flávia Arruda Lanna Barreto e Heloísa Maria Murgel Starling destacam que, a partir de sua

12 LIMA, **Clamor**.

13 ANDRADE, Ana Célia Navarro de, **Inventário do Fundo Clamor: Organização e Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Cone Sul**, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 6.

14 CRUZ, Heloísa de Faria, CLAMOR: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (1978-1990), *in*: **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013, v. 22, p. 1–14.

análise, é possível notar o protagonismo brasileiro nas ações de repressão em países do Cone Sul.¹⁵

Esses trabalhos que focam especificamente no espólio documental do grupo, apesar de pouco se relacionarem com a proposta desta dissertação, comprovam a importância do Clamor no cenário internacional de luta por direitos humanos, além de essas fontes demonstrarem o que foi o Plano Condor e a Doutrina de Segurança Nacional. O historiador Walter Ângelo Fernandes Aló constata que

Sem dúvida, este importante acervo, constituído por informes mensais (...), correspondências expedidas (e recebidas), dossiês de presos políticos, torturados e desaparecidos, manuscritos administrativos, etc., contribuirá em muito para a reconstituição da época em que milhões de sul americanos viveram e morreram sob o signo da ditadura.¹⁶

Merece destaque aqui o artigo de Enrique Serra Padrós, em que o historiador classifica a organização no que chama de “tripé ‘resistência-denúncia-solidariedade’”. Apesar de o autor não desenvolver plenamente a ideia do tripé, ele aponta que tal dinâmica

permitiu a integração a redes maiores, com as quais colaborou e ajudou a consolidar múltiplos vínculos e ações, as quais, dependendo das circunstâncias, podiam ser públicas ou clandestinas. Houve situações nas quais Clamor prestou colaboração subsidiária a associações parceiras; em outras, lhe correspondeu a iniciativa central. Independentemente disso virou referência no cenário internacional pelas ações emblemáticas, por exemplo, as vinculadas ao reencontro de famílias. A sua voz chegou, diversas vezes, onde os familiares eram sistematicamente barrados e a sua base de dados, de tão completa que era servia de fonte de consulta para coletivos co-

15 “Há um consenso na historiografia sobre o protagonismo do Brasil em ações de apoio e sustentação das ditaduras que se instalaram no Cone Sul após 1964. Este protagonismo incluía ações de repressão, sobretudo troca de informações, fornecimento de documentos, troca de prisioneiros, treinamento em área de inteligência e em técnicas de ‘interrogatório’ com a colaboração dos serviços secretos norte-americanos e britânicos. A historiografia analisa que esse processo se expandiu e intensificou ao longo de quase 20 anos (...). O Acervo Clamor é importante porque ele permite analisar e perceber essas ações e o protagonismo brasileiro nelas”. BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna; STARLING, Heloísa Maria Murgel, *Fundo Clamor: memórias e histórias de violações dos direitos humanos*, **Historiæ**, v. 5, n. 2, p. 44–66, 2014, p. 53.

16 ALÓ, Walter Ângelo Fernandes, *Solidariedade não tem fronteiras: a trajetória do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul - CLAMOR (1978-1991)*, in: **Jornadas de Trabajo - Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX**, La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2012, p. 14.

irmãos da Argentina quando precisaram confeccionar ou complementar suas listas de desaparecidos.¹⁷

O Clamor atuava a partir de uma resistência não violenta. O fator “resistência” aparece aqui como a oposição ao governo autoritário imposto. O cientista político Nicola Matteucci, no desenvolvimento do conceito, aponta para a origem do uso do termo nos movimentos ativos e passivos de oposição ao nazifascismo. Ele afirma que a resistência nasce da conscientização de indivíduos ou grupos dispostos a tomarem atitudes contrárias às ocupações. Assim, ela é mais ligada a um fenômeno de reação que de ação.¹⁸ É preciso, no entanto, ampliar o conceito para além do contexto europeu. O comunicólogo João Freire Filho aponta que o termo é associado a questões ligadas a subjetividade e poder, que vão desde a rebelião contra um regime político aos gestos de rebeldia da vida cotidiana, que servem de base para seu estudo das “resistências juvenis” no século XX.¹⁹

A historiadora Miliandre Garcia de Souza, em discussão bibliográfica sobre resistências, destaca a contribuição de François Bédarida, que elencou três possibilidades de atuação de um grupo de resistência, embora centrados no contexto da Segunda Guerra Mundial, que seriam:

- 1) a resistência civil (política e ideológica) que se organizou nos bastidores da guerra, a partir da imprensa clandestina, da organização das greves etc.,
- 2) a resistência armada subdividida em três categorias: redes de inteligência (comunicação), rotas de fuga (retaguarda) e ação direta (ataques, sabotagem, guerrilha, sublevação, insurreição), e 3) a resistência

17 PADRÓS, Enrique Serra, CLAMOR: a solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor, **Projeto História**, n. 50, p. 50–85, 2014, p. 65.

18 MATTEUCCI, Nicola, Resistência, *in*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), **Dicionário de política**, 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, v. 1, p. 1114–1116.

19 “Tradicionalmente associada a protestos organizados ou insurreições coletivas de larga-escala contra instituições e ideologias opressivas, a noção de resistência passou a ser frequentemente relacionada, desde os anos 1980, com ações mais prosaicas e sutis, gestos menos tipicamente heróicos da vida cotidiana, não vinculados a derrubadas de regimes políticos ou mesmo a discursos emancipatórios. Fazer gazeta ou ‘corpo mole’ na escola e no trabalho; caminhar à toa, andar sem destino pelas ruas da cidade; (...) não votar; interpretar a contrapelo mensagens reacionárias, patriarcais ou infamantes da mídia; assimilar mensagens de caráter progressista ou ‘empoderador’ latentes na mídia; (...) romper com o discurso de vítima; silenciar-se deliberadamente; assumir ‘comportamentos de risco’ (desde esportes radicais até sexo anal sem preservativo com indivíduos contaminados pelo vírus HIV) (...) Eis aí uma módica amostra das inúmeras atividades e condutas realçadas como expressão de resistência (...)”. FREIRE FILHO, João, **Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e a micropolítica do cotidiano**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 19.

humanitária às vítimas do regime [nazista] (judeus, trabalhadores, mulheres, religiosos, católicos, comunistas, socialistas, entre outros)²⁰

Como o Clamor deu assistência às vítimas das ditaduras da Doutrina de Segurança Nacional e enfrentou o regime ao fazer denúncias das repressões ditatoriais do Cone Sul, é apropriado considerar a ação do Comitê como de resistência.

Sobre a “denúncia”, Padrós aponta que a censura configurava um instrumento de terror de Estado aplicado na região, visto que o silêncio sobre assuntos de interesse público favorecia a opinião popular sobre os regimes autoritários.²¹ Logo, o ato de denunciar os crimes praticados pelo Estado nos países em questão caminhava com a própria ideia de resistir a esses governos. Já a solidariedade reside no fato de que a preocupação não era apenas a denúncia dos crimes, mas também o cuidado com a qualidade de vida dos sujeitos que escapam a esses contextos. O *slogan* do Clamor, por si, demonstra a resistência empregada pelo grupo a partir da recusa aos métodos empregados pela Operação Condor: enquanto a repressão ultrapassava a fronteira de seus respectivos países, a frase que definiu o trabalho do grupo foi “a solidariedade não tem fronteiras”.

Guilherme Barboza de Fraga foi um historiador que estudou o Clamor em sua monografia de conclusão de curso e em sua dissertação de mestrado. No primeiro, o autor se debruça sobre aquilo que chama de “rede de solidariedade” que envolveu o grupo, e no segundo escreve sobre a prática solidária do grupo. Fraga estabelece que “a rede constituiu-se em torno de uma identidade semelhante, da definição de adversários ou opositores em comum e de um mesmo projeto ou

20 SOUZA, Miliandre Garcia de, **Memorial Descritivo**, Curitiba: Universidade Estadual do Paraná, 2021, p. 37.

21 “Tudo isso acompanhado por intensa atividade propagandística, o que contribuiu na tentativa de modificar o sistema de idéias e valores vigentes. Acrescente-se a isso a existência de uma ferrenha censura, impedindo o acesso à informação e à sua interpretação crítica, juntamente com o colaboracionismo de importantes meios de comunicação, reforçando as atitudes e justificativas da ditadura, cooptando simpatias para ela ou, então, reforçando um quadro de alienação sobre o entorno imediato. Como consequência disso, as ditaduras obtiveram bastante sucesso. As sensações de medo e de paralisia atingiram, parcialmente, a população, o que facilitou a manutenção do status quo. A introjeção do silêncio induzido foi um dos comportamentos coletivos estimulados e desejados; resíduo direto da censura e da autocensura, tal situação acabou sendo uma forma indireta de colaboração com a repressão estatal.” PADRÓS, Enrique Serra, *Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas*, in: FICO, Carlos *et al* (Orgs.), **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 175.

utopia, num contínuo processo de construção no qual a constante articulação tornasse uma necessidade”.²² Fizeram parte dela “entidades de defesa dos direitos humanos, grupos de familiares de desaparecidos políticos e indivíduos politicamente engajados”.²³ Fraga atribui a essa rede o sucesso do Comitê, visto que a partir dela foi possível garantir o asilo aos perseguidos dos outros países. Em sua visão,

O Clamor declarou-se, desde seu primeiro boletim, um grupo ecumênico, fato capaz de atrair diversas outras entidades ecumênicas na América e na Europa – outra categoria de entidades que deve ser analisada: aquela ligada às Igrejas Católicas e protestantes. Pregando uma cultura de paz com a resolução de conflitos mediante a não-violência, os grupos religiosos de defesa dos direitos humanos usavam como armas a denúncia e a solidariedade na tentativa de desgastar as ditaduras latino-americanas.²⁴

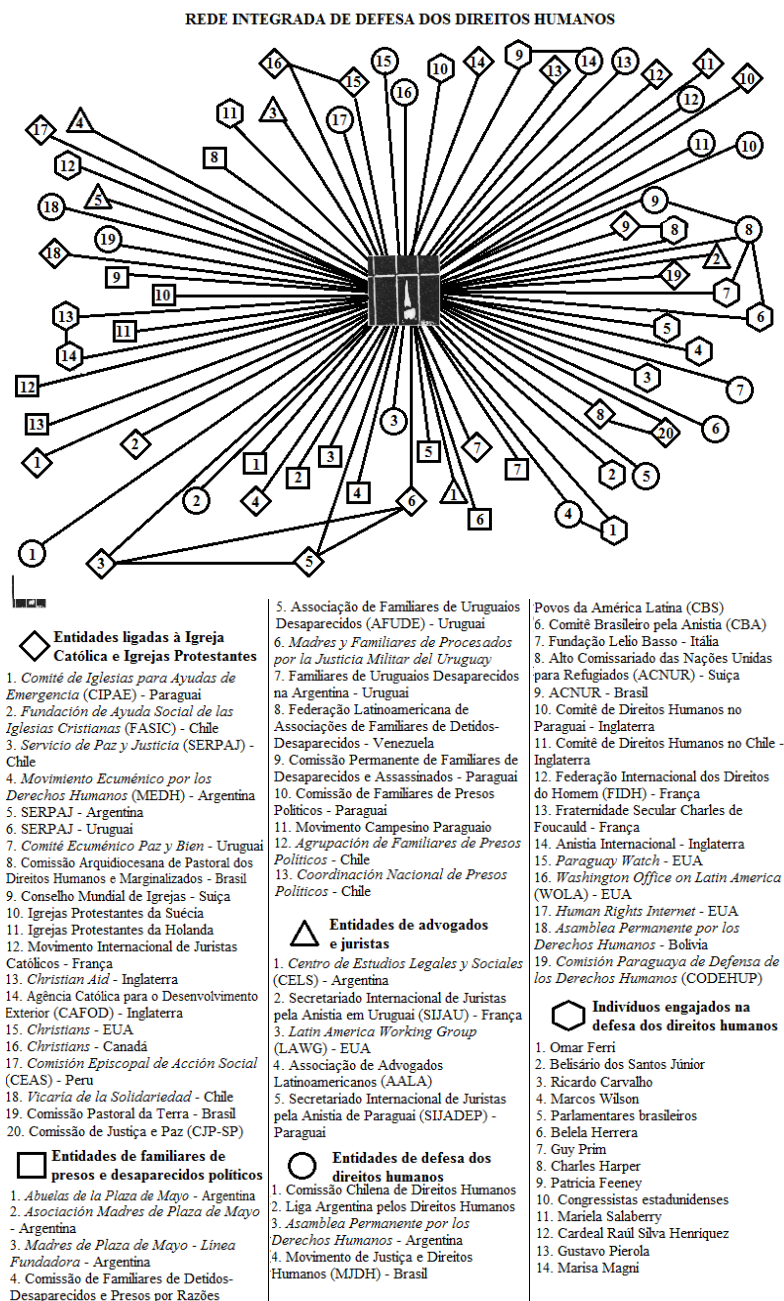
Conforme o esquema montado pelo próprio autor, esta foi a rede de solidariedade:

22 FRAGA, **A solidariedade não tem fronteiras**, p. 37.

23 *Ibid.*

24 *Ibid.*, p. 41.

FIGURA 2 - REDE INTEGRADA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS



Retirado de: FRAGA, **A solidariedade não tem fronteiras**, p. 39

Fraga afirma que

A trajetória pessoal de cada integrante do Clamor contribuiu para essa integração do grupo dentro de uma rede internacional de defesa dos direitos

humanos: Jan era uma jornalista inglesa com diversos contatos na Europa. Jaime e irmã Michael eram estadunidenses ligados a congregações estrangeiras,²⁵ Pe. Roberto mantinha importantes contatos no Canadá e os demais integrantes tinham uma relação próxima com militantes de outros países do Cone Sul. Esse fator facilitou uma maior integração com outras entidades desde o início das atividades do Comitê.²⁶

Uma das críticas que Fraga lança ao trabalho de Samarone Lima é a centralização total da história do Clamor na figura de seus três criadores, quando o grupo contou com uma diversidade de atores, aqui já citados. Lima, no entanto, não ignorou a existência ou o trabalho prestado por esses agentes, tendo mencionado a entrada de novos sujeitos e suas motivações para tal.

Em 2020, foi publicada uma coletânea, com organização de Anna Célia Navarro de Andrade e Heloísa de Faria Cruz que, com o objetivo de popularizar a documentação no acervo do CEDIC, contém nove capítulos, em sua maioria inéditos²⁷, tendo sido, em sua maioria, escritos pelos autores aqui mencionados. Em um dos capítulos, Cruz atualiza a história do acervo do Clamor na instituição, abordando as oportunidades que tiveram de divulgar sua documentação. Por meio do Programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo Clamor pôde ser nomeado “patrimônio documental do Brasil e da América Latina e Caribe” em 2007 e 2012. Em 2015, “o Fundo Clamor logrou obter o registro Internacional do Programa e é hoje um dentre os dez conjuntos documentais brasileiros a deter o registro internacional

25 Na verdade Jaime Wright era brasileiro e filho de missionários estadunidenses.

26 FRAGA, Guilherme Barboza de, **Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: a atuação do grupo Clamor na rede de solidariedade aos perseguidos políticos e seus familiares**, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020, p. 127.

27 O artigo de Enrique Serra Padrós já mencionado é publicado enquanto capítulo nessa coletânea. Guilherme Fraga escreve, de maneira resumida, sobre a rede de solidariedade que envolveu o Comitê. Ver: PADRÓS, Enrique Serra, Clamor: a solidariedade contra o terrorismo de estado e a operação Condor, *in*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.), **Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa**, São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 115–157; FRAGA, Guilherme Barboza de, Clamor e a rede de solidariedade contra o terrorismo de estado no Cone Sul, *in*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.), **Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa**, São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 158–175.

de Memória do Mundo”.²⁸ Andrade também discorre sobre a história do arquivo e as iniciativas do CEDIC de popularizar o acervo.²⁹

Assim, muito da bibliografia acadêmica sobre o Clamor diz respeito à própria organização do espólio documental do grupo, ou sobre a importância de seu estudo, o que já foi justificado ao longo desta introdução. Na coletânea mencionada outros textos enfatizam a documentação referente a pessoas ajudadas pelo Comitê, como o capítulo de Marcos Tolentino sobre os centros clandestinos de detenção na ditadura argentina,³⁰ e o de Anna Flávia Arruda Lanna Barreto sobre histórias de tortura de mulheres por causas políticas nas ditaduras do Cone Sul, e de desaparecimentos de crianças pelo Plano Condor.³¹

Uma perspectiva religiosa está presente no capítulo de Walter Ângelo Fernandes Aló, em que explora a participação de Jaime Wright no Comitê. Em seu trabalho no grupo, Wright colocava em prática o que chamava de “Teologia das Brechas”, que era a ideia de aproveitar todas as oportunidades que lhe fossem possíveis para divulgar o trabalho do Clamor. Isso foi colocado em prática em determinados momentos na história do grupo, como por exemplo: na visita do primeiro-ministro canadense Pierre Trudeau a São Paulo, em 1981, em que o padre Roberto Grand Maison conseguiu entregar uma carta ao político, que possibilitou uma continuidade de contato entre o chefe de estado do Canadá e o Comitê; nas visitas do presidente estadunidense Jimmy Carter, em 1978, e do Papa João Paulo II, em 1980, ao Brasil, em que Wright preparou um dossiê com desaparecidos

28 CRUZ, Heloísa de Faria, O Cedec e o fundo Clamor: preservação, difusão e memória, *in*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.), **Clamor e ditaduras no Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa, São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 32.

29 ANDRADE, Ana Célia Navarro de, Abrindo o arquivo: história arquivística e inventário do fundo Clamor, *in*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.), **Clamor e ditaduras no Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa, São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 38–51.

30 TOLENTINO, Marcos, O clamor dos campos de concentração: a produção de saberes e discursos sobre os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção argentinos no arquivo do Clamor (1978-1984), *in*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.), **Clamor e ditaduras no Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa, São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 176–241.

31 BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna, Histórias de violações de direitos humanos de mulheres e crianças durante as ditaduras civil-militares no Cone Sul, *in*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.), **Clamor e ditaduras no Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa, São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 242–290.

brasileiros e sul-americanos, entregue por Dom Paulo aos líderes.³² Apesar de não mencionado por Aló, é possível acrescentar aqui os concertos da cantora estadunidense Joan Baez, em 1981, e da argentina Mercedes Sosa, em 1982, em São Paulo, que serão mencionados adiante.

Para além dos trabalhos acadêmicos que deram destaque ao Clamor, é importante também mencionar os trabalhos de memória que envolvem o grupo. Um dos mais importantes entre estes é o livro de Jan Rocha. Trata-se de uma narrativa em primeira pessoa, em que a jornalista revisita seus registros e lembranças acerca do Clamor. A publicação, no entanto, aconteceu no ano de 2018, vinte e sete anos após o fim dos trabalhos do grupo. Conforme demonstrado pelo historiador Alistair Thomson, ao longo de vários anos a memória pode adquirir novos significados, sejam eles políticos, culturais, religiosos, entre outros.³³ Na introdução do livro, Rocha declara que,

Num momento de radicalização, no Brasil e no mundo, achei oportuno contar esta história de solidariedade e de amor ao próximo. A violência das ditaduras se alimentava da intolerância e do ódio contra pessoas com ideias e projetos diferentes. Não podemos permitir de novo que a intolerância vença a solidariedade.³⁴

Logo, já é possível observar a forma como Rocha enxerga o passado a partir das lentes do presente, diante de autoritarismos crescentes no Brasil e no mundo. Esse apontamento não desmerece o trabalho de Jan Rocha, que acaba por se tornar uma fonte primária rica de informações acerca dos personagens envolvidos na trajetória do Clamor e a própria perspectiva da autora enquanto uma das idealizadoras do trabalho do grupo. Nesse sentido, a obra não pode ser considerada uma referência acadêmica, mas um recurso que muito acrescenta ao conhecimento sobre o Comitê. Na coletânea organizada por Andrade e Cruz, Rocha discorre sobre

32 ALÓ, Walter Ângelo Fernandes, Teologia das brechas: a atuação do reverendo Jaime Wright na defesa dos direitos humanos durante as ditaduras de segurança nacional, no Cone Sul (1976-1988), *in*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.), **Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa**, São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 104–114.

33 THOMSON, Alistair, Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália, **História Oral**, v. 4, p. 85–101, 2001.

34 ROCHA, Jan, **Solidariedade não tem fronteiras: A história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras latino-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor**, São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 19.

o trabalho que desenvolveu para o livro, a partir de entrevistas. Ela narra sua trajetória do anseio de contar a história do grupo para as próximas gerações sobre as viagens que realizou para encontrar-se com seus entrevistados, além de disponibilizar seus nomes, locais de entrevista e resumo da conversa.³⁵

Charles Harper dedica um parágrafo ao Clamor no livro *O Acompanhamento: Ecumenical Action for Human Rights in Latin America 1970-1990*,³⁶ que se propõe ser um trabalho de memória, mas que acaba servindo como espécie de relatório contendo o apoio dado pelo CMI às iniciativas cristãs pelos direitos humanos durante as ditaduras, e foi publicado em 2006. Naquele ano, a Nona Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas aconteceu na cidade brasileira de Porto Alegre.

Outro trabalho de memória publicado que envolve o trabalho do Clamor é o livro *O cardeal e o repórter*,³⁷ do jornalista Ricardo Carvalho, em que relembra reportagens que fez durante os anos de ditadura que envolviam sua relação pessoal com o cardeal Arns. Entre elas está o encontro de Anatole e Vicky, crianças uruguaias que haviam desaparecido e eram procuradas por sua avó, Angélica. A história será mencionada ao longo da dissertação.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014), criada durante o primeiro governo de Dilma Rousseff para investigar a violência de Estado cometidas durante o período de repressão, não apresenta informações sobre o Clamor em sua abordagem sobre as igrejas cristãs.³⁸ Apesar de informações serem citadas sobre Jaime Wright e Dom Paulo Arns, nenhuma delas diz respeito ao Comitê em questão. Em 2022, no entanto, alguns integrantes do grupo que investigou esse assunto (Anivaldo Padilha, Jorge Atilio Iulianelli, Luci Buff e Magali Cunha) publicaram um livro que resume de maneira geral o envolvimento de evangélicos com o regime, e

35 ROCHA, Jan, Memórias da luta: depoimentos de pessoas que ajudaram e foram ajudadas pelo Clamor (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul), in: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.), **Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa**, São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 86–103.

36 HARPER, Charles R., **O Acompanhamento: Ecumenical Action for Human Rights in Latin America 1970-1990**, Geneva: World Council of Churches, 2006.

37 CARVALHO, Ricardo, **O cardeal e o repórter: histórias que fazem História**, São Paulo: Global, 2006.

38 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs, in: **Relatório**, Brasília: CNV, 2014, p. 155–200.

neste caso há destaque para o Clamor.³⁹

Diante de toda essa produção recente, o presente trabalho pretende responder à questão sobre o que há de religioso no trabalho do Clamor. É fato que houve uma crescente escrita historiográfica acerca do Comitê que, no entanto, ainda não foi esgotada. Ainda que o grupo tenha em sua formação pessoas com vivência religiosa e que tenha havido um contato com organizações religiosas, além do Papa João Paulo II, analisar de que forma o trabalho do grupo pode ser considerado um trabalho cristão é um fator que ainda não foi tão explorado. Os trabalhos anteriores não ignoram ou descartam que a fé cristã foi importante para o grupo. No entanto, esse acaba por ser um tema secundário. Mesmo tendo sido esse o viés escolhido pelo texto de Aló, o autor toma como base a produção literária e bibliográfica que destaca o papel de Jaime Wright no grupo, mas não utiliza fontes documentais para tal. Este trabalho demonstra, a partir de fontes como as cartas e os boletins, que a religião cristã foi um elemento central que deu ao grupo incentivo à defesa de direitos humanos no Cone Sul.

Nesta dissertação, algumas cartas da plataforma em questão foram aproveitadas, pela forma como o Clamor estava envolvido neste mesmo contexto, a observar pelos personagens em comum com o BNM. O contato com a arquivista do CMI, Anne-Emanuelle Tankam Tene, permitiu acesso a uma série de fontes inéditas sob guarda da instituição.⁴⁰ Havia três grupos de fontes fornecidos pelo CMI: acerca da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), classificada como “pré-Clamor”; correspondências envolvendo integrantes do comitê; e um documento de sete páginas anunciando o fim dos trabalhos do grupo. Além destas, outras fontes epistolares foram encontradas no CEDIC mediante visita ao arquivo em junho de 2022. Também foram consultados os boletins produzidos pelo Comitê, disponíveis na internet.⁴¹

Para trabalhar com os boletins do grupo, a escrita da dissertação levou em conta o público-alvo dos periódicos, que são organizações engajadas na causa dos

39 Ver: PADILHA, Anivaldo *et al*, **As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã**, São Paulo: Alameda, 2022.

40 O contato com a arquivista foi feito via e-mail, e foi esta a forma de envio da documentação utilizada.

41 Disponível em: <<https://www.pucsp.br/cedic/clamor>> Acesso em 11 mai. 2022

direitos humanos; o tema central de cada edição; o papel desempenhado pelas ilustrações; a linha editorial definida. Além disso, também foram aplicadas metodologias da análise do discurso.

Para as cartas, o trabalho destacou a função social desempenhada pela escrita epistolar. No entanto, para a leitura desta como objeto de análise, foi importante apontar a “escrita de si” como elemento que aparece com frequência. Isso porque o sujeito que escreve uma carta deixa transparecer suas visões de mundo. Portanto, foi possível aproveitar essa questão para encontrar a inspiração religiosa dos indivíduos envolvidos no Clamor.

A pesquisa está dividida em três capítulos.

No **primeiro**, são apresentados os debates teóricos, conceituais e metodológicos que norteiam a pesquisa. A discussão aborda a ideia de ecumenismo e seu desenvolvimento histórico no Brasil até o aparecimento do Clamor. Alinhado a esse fator está a definição de direitos humanos e de que forma os dois termos foram associados. Para tal, uma contextualização sobre fundamentalismo e Cristianismo da Libertação está incluída. Algo que permite compreender a associação entre termos difusos é o conceito de “afinidades eletivas”, também explorado no capítulo.

O Cristianismo da Libertação é a expressão que o filósofo Michael Löwy utiliza para se referir ao fenômeno engajado na defesa de direitos humanos e justiça social na América Latina, que envolve o desenvolvimento da Teologia da Libertação (TL) e da organização das Comunidades Eclesiais de Base, grupos católicos formados por leigos das periferias urbanas.

O trabalho demonstra a influência que a TL exerceu sobre o Clamor, a partir da premissa básica de que os pobres devem ser tomados como prioridade da ação da Igreja. Apesar de esse ideal aparecer no Concílio Vaticano II, a TL apresenta uma postura mais radical de crítica ao capitalismo. Protestantes e católicos estiveram por trás do desenvolvimento dessa teologia. O historiador Bastiaan Bouwman acrescenta que a “Teologia da Libertação se tornou o canal mais importante a partir do qual o movimento ecumênico foi exortado a responder às demandas de seu crescimento interno”.⁴² No entanto, o trabalho também demonstra que evangélicos

42 Tradução livre. No original: “Liberation theology became the most important channel through which the ecumenical movement was exhorted to respond to the demands of its increasingly

buscavam cooperações ecumênicas antes das aberturas oficiais concedidas pelo Vaticano e pelos bispos latino-americanos.

Uma das principais frentes de atuação do Comitê era a veiculação de boletins que denunciavam a situação política dos países vizinhos para organizações de direitos humanos ao redor do mundo. Estudar esses periódicos é o alvo do **segundo capítulo**.

A primeira edição do Boletim Clamor foi veiculada em julho de 1978, e era dedicada a denunciar os crimes de Estado na Argentina. Como o país sediaria naquele ano a Copa do Mundo de Futebol, o governo estava empenhado em transmitir uma imagem positiva a seu respeito para o mundo. O Comitê viu nessa situação uma oportunidade de se contrapor à propaganda oficial.

O Boletim Clamor logo chegaria a veicular um total de 17 edições entre 1978 e 1985. A tiragem de cada uma delas seria de 2 mil, sendo mil escritos em português, 600 em espanhol e 400 em inglês. Conforme já citado, é possível ter acesso a esses periódicos no *website* do Centro de Documentação e Informação (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), arquivo para o qual foram transferidos os materiais referentes aos anos de funcionamento do Comitê (1978-1991).

Conforme aponta a historiadora portuguesa Maria de Lurdes Rosa acerca do percurso metodológico do estudo de um arquivo, conhecer a sua natureza, as fontes que compõem o seu acervo e suas formas de organização são ações indispensáveis.⁴³ Segundo o *website* da instituição,

O acervo do CEDIC se destaca por reunir uma documentação de grande importância política e científica, que se volta, principalmente, para a preservação dos registros de ações de movimentos sociais e de defesa de direitos humanos que atuaram em São Paulo, no Brasil e na América Latina. Reúne também importantes conjuntos documentais sobre a memória acadêmica e comunitária de nossa Universidade.⁴⁴

O material referente à história do Clamor cumpre com tais requisitos, pela

global constituency". BOUWMAN, **Universal Rights**, p. 161.

43 ROSA, Maria de Lurdes, Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação, **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, v. 30, p. 547–586, 2017.

44 Disponível em: <<https://www.pucsp.br/cedic>> Acesso em 11 mai. 2022.

ligação com a defesa dos direitos humanos na América Latina. Dom Paulo Evaristo Arns, além de arcebispo de São Paulo, era também deão da PUC-SP, o que faz com que o grupo esteja, de alguma forma, ligado à memória da universidade. Os boletins são alguns dos poucos documentos que se encontram digitalizados. Há também alguns cartazes, que não dizem respeito à história do grupo especificamente. No *site* está disponível uma descrição arquivística do fundo do Clamor, que segue a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)⁴⁵, apontando a quantidade de fontes e sua procedência.⁴⁶

Heloísa de Faria Cruz afirmou, em 2013, que fazia parte do plano da instituição

(...) localizar, reproduzir, organizar e preservar a documentação complementar ao Fundo, concernente às suas relações com outras entidades de defesa dos direitos humanos no período de sua existência; realizar ações de reformatação e descrição dos documentos em formato eletrônico e de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que preservem e ampliem o acesso do público em geral ao Fundo; e atualizar o histórico e o inventário do Fundo CLAMOR, disponibilizando-os para consulta on-line no site do CEDIC, facilitando o acesso inicial à informação e, por consequência, agilizando o acesso aos documentos.⁴⁷

Considerando que os boletins eram o veículo de comunicação mais importante do Clamor ao longo de sua existência, a digitalização deles é um destaque positivo, apesar de outros documentos ainda estarem disponíveis apenas em formato físico.

Os boletins eram espaços em que posicionamentos ideológicos e teológicos eram muitas vezes explicitados. A maior parte dos textos publicados neles não possui autoria, com algumas exceções, como editoriais ou documentos de pessoas não necessariamente ligadas ao Clamor, como bispos paraguaios e a Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo. Desta forma, os textos reforçam um caráter coletivo do grupo, que agia em uma

45 BRASIL, **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

46 Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/semui/fundos/comite_de_defesa.html?ga=2.24784250.1531028399.1652278192-145469725.1646473325> Acesso em 11 mai. 2022.

47 CRUZ, CLAMOR, p. 5.

suposta unidade de pensamento.

Apesar de terem sido poucas as vezes em que a Teologia da Libertação foi mencionada, a sua principal proposta (os pobres como prioridade) é um tema frequente, e que explicita essa relação direta por vezes esquecida entre a TL e o Comitê. Outro termo cunhado por Jaime Wright, citado anteriormente, que aparece em uma das edições é o já mencionado conceito de “Teologia das Brechas”, desenvolvido exclusivamente no círculo interno do Clamor.

Algo também apresentado diversas vezes no veículo é a referência a falas do Papa João Paulo II que, apesar de se solidarizar com as vítimas das ditaduras da Doutrina de Segurança Nacional, era opositor da Teologia da Libertação. A possibilidade é de que, ao tomar a máxima autoridade da Igreja Católica como parceiro do projeto, o grupo legitima sua prática. Além do pontífice, informações sobre outras organizações tomam as páginas por vezes, como é o caso do Conselho Mundial de Igrejas e da *Vicaría de la Solidaridad* chilena. No final do trabalho foi anexado um apêndice com os temas retirados de cada edição do periódico.

O **terceiro capítulo** toma como fontes as cartas trocadas entre agentes do grupo e personalidades externas. As primeiras a que foi possível ter acesso foram enviadas por correio pelo historiador Walter Ângelo Fernandes Aló, que possuía fotocópias em sua casa. Outros documentos foram digitalizados e enviados por Anne-Emanuelle Tankam-Tene, arquivista do Conselho Mundial de Igrejas. Segundo ela, as fontes não haviam sido catalogadas, sendo, portanto, inéditas.

Foi necessário também agendar, em junho de 2022, uma visita ao CEDIC para encontrar mais documentação, o que enriqueceu a escrita do capítulo. Entre cartas datilografadas, cartas de próprio punho e memorandos, foi possível encontrar novas perspectivas para o trabalho do Clamor. Os serviços prestados por agentes e entidades colaboradoras, os apelos de familiares de argentinos desaparecidos, as razões pelas quais, em 1984, Jaime Wright considerou o grupo um “fracasso ecumênico” e as indicações de Dom Paulo a prêmios por sua defesa dos direitos humanos são os temas destacados nesta seção.

Nesta etapa do trabalho, foi importante recorrer a uma análise de emoções,

uma vez que foi impossível separar o teor da escrita de familiares das vítimas da repressão do sofrimento por eles apresentado – especialmente considerando que a maioria dos missivistas nesse caso eram mulheres que integraram o grupo *Madres de Plaza de Mayo*, formado por mães de desaparecidos que ainda hoje cobram do governo a resposta sobre o que havia acontecido com seus filhos. Para acrescentar à discussão, foram trazidos à tona os conceitos de “comunhão cristã” do teólogo alemão Dietrich Bonhoeffer e de “amizade política” segundo a filósofa Hannah Arendt.

A novidade deste trabalho foi a forma como a religiosidade foi abordada enquanto tema central da atuação do Clamor, à luz da religiosidade cristã brasileira e latino-americana. A religião no caso do Clamor aparece em discurso e prática. Segundo Bellotti, no século XIX é iniciado nos Estados Unidos e na Europa um processo de secularização, que passa a ser abraçada por elites no mundo ocidental. Esse fenômeno não é, no entanto, um esfriamento da religião ou o fim desta no cotidiano dos indivíduos, “mas sim um fortalecimento da autonomia individual sobre as escolhas religiosas”.⁴⁸ Por esse motivo, a autora considera essa autonomia religiosa como um fator útil a considerar no estudo das histórias das religiões, visto que formas religiosas variam conforme o tempo, não sendo, portanto, formas essenciais.⁴⁹ O ecumenismo “de base” praticado por grupos protestantes pode ser considerado uma forma de autonomia religiosa, já que configurava uma prática cristã que era mal vista institucionalmente por determinadas denominações.

Nesses casos é importante introduzir o conceito de “religião pública”. A antropóloga Paula Montero, debatendo os conceitos de “religião cívica”, “religião civil” e “religião pública”, retoma as ideias de José Casanova, para quem “a religião se torna pública quando passa a atuar em três distintas arenas: quando se insere no

48 BELLOTTI, Karina Kosicki, *História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea*, **História: Questões e Debates**, v. 28, n. 55, p. 13–42, 2011, p. 25.

49 “É nesse ampliado espectro de processos históricos que se deve considerar a autonomia religiosa como categoria importante da análise histórica, tomando como pressuposto de que as formas religiosas (símbolos, crenças, práticas, hierarquias, organizações) não são formas essenciais e exclusivas, mas sim criações humanas que assumem diferentes sentidos ao longo de um recorte temporal, considerando a sua historicidade como elemento fundamental para análise acadêmica. Dessa forma, a História das Religiões deve atentar não somente para a história das instituições religiosas, mas também considerar que o fenômeno religioso há muito ultrapassou os muros físicos e simbólicos de tais instituições”. *Ibid.*, p. 29–30.

aparato de Estado, quando penetra o sistema político e quando se transforma em uma força política mobilizadora no nível da sociedade civil”.⁵⁰ Os autores observam essa situação a partir do momento em que o anticlericalismo entra em declínio na Europa, fazendo com que a Igreja Católica cessasse sua atuação junto ao Estado para buscar ampliar seu poder social. Assim, sua atuação passaria a ser menos política e mais civil. O fato é que a atuação da Igreja é religiosa, embora atue fora da relação entre a autoridade eclesiástica e o fiel. Isso dialoga com o trabalho do Clamor na medida em que o grupo tem a religião enquanto pilar e, mesmo alguns de seus atores tendo participado de atos religiosos e cultos ecumênicos, a conversão das almas não é o foco dessa atuação. Logo, apesar de a evangelização ser um esforço valorizado pelas denominações cristãs – incluindo a própria Igreja Católica – o fato de este não ser a finalidade do trabalho do grupo não exclui a religiosidade aqui implicada.

A historiadora Marion Brepohl de Magalhães, em estudo sobre o ativismo do pastor batista Martin Luther King Jr., identifica como o universo religioso que cercava esse líder orientou uma prática política “sem que se presenciasse a imposição de convicções subjetivas à sociedade como um todo”.⁵¹ Assim, é possível argumentar que a religião tem papel fundamental na mobilização do Clamor. Não aos moldes da liderança de Luther King, mas com meios próprios do grupo, que pretendem ser explorados com maior profundidade nos próximos capítulos.

Outra forma de analisar a religiosidade no Clamor é a partir do discurso produzido. O discurso é aqui compreendido como um fenômeno social nascido a partir do diálogo que “realiza ou materializa ideologias” e que, representando determinados grupos, “preserva as concepções de mundo presentes em seus traços enunciativos ou metáforas de composição do texto”⁵². Assim, a própria religião pode

50 MONTERO, Paula, Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades, **Debates do NER**, v. 19, n. 33, p. 15–39, 2018, p. 28.

51 MAGALHÃES, Marion Brepohl de, A recusa à alteridade: Martin Luther King e o amor na política, *in*: NAXARA, Marcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (Orgs.), **Figurações do outro**, Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 183.

52 TERRA, Kenner Roger Cazotto, Teorias da linguagem e estudos do discurso: apontamentos metodológicos para uma análise do discurso religioso, **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 16, n. 51, p. 1085–1106, 2018, p. 1093.

ser entendida enquanto um discurso em si ou enquanto produtora de um.⁵³ Segundo o cientista da religião Kenner Roger Cazotto Terra,

(...) as marcas enunciativas dos discursos religiosos podem ser avaliadas e, se possível, compreendidas à luz de suas estratégias significativas expostas na enunciação, as quais mostrarão a construção de temporalidades, os instrumentos dêiticos das expressões religiosas e suas manifestações em diversas materialidades.⁵⁴

Por motivos como esses, é possível ver menção a textos bíblicos nas fontes em questão, que, retirados de seu contexto original e adaptados ao da produção desse discurso, produzem um sentido de legitimação às ações do Comitê. Acrescente-se a isso a concepção do historiador Roger Chartier sobre a produção de sentido que vem não somente da escrita como também da leitura. Nessa visão,

Considerar a leitura [que, neste caso, ultrapassa a ideia da literatura em si] como um acto concreto requer qualquer processo de construção de sentido, logo de interpretação, seja encarado como estando situado no cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais – chamemos-lhes ‘tipográficos’ no caso dos textos impressos – que são os seus.⁵⁵

Na perspectiva de uma história cultural, a contribuição de Roger Chartier foi pensar a importância das práticas e representações da sociedade, em outras palavras, “aos ‘modos de fazer’ e aos ‘modos de ver’”.⁵⁶ Dentro desse campo é possível circunscrever a história das religiões e religiosidades. Bellotti defende que, para escrever uma história com foco em estudos de religiosidade, é importante “buscar a historicidade dos discursos, práticas, crenças e agentes religiosos, tendo em vista certas ferramentas conceituais na relação entre sociedade e indivíduos sob uma perspectiva cultural”.⁵⁷

53 “De certa forma, a religião pode ser compreendida tanto como discurso por meio do qual se compreende o mundo enquanto espaço dialógico e semiótico de formações discursivas”. *Ibid.*, p. 1087.

54 *Ibid.*, p. 1101.

55 CHARTIER, Roger, **A História Cultural: entre práticas e representações**, 2. ed. Lisboa: Difel, 2002, p. 25–26.

56 BARROS, José D’Assunção, História Cultural: um panorama teórico e historiográfico, **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista Do Programa De Pós-graduação Em História Da UnB**, v. 11, n. 1–2, p. 145–172, 2012, p. 157.

57 BELLOTTI, História das Religiões, p. 41.

O antropólogo estadunidense Clifford Geertz define “perspectiva” como “um modo de ‘ver’, no sentido mais amplo de ‘ver’ como significado de ‘discernir’, ‘apreender’, ‘compreender’, ‘entender’”.⁵⁸ Na visão do autor, um estudo sobre a perspectiva religiosa de algo implica reconhecer que ela ultrapassa a realidade cotidiana e dá significados que transcendem o senso comum. Interessa à presente dissertação, portanto, compreender a perspectiva tomada pelo Clamor sobre a prática da solidariedade nos momentos de autoritarismo.

Assim, nesse primeiro momento é possível enquadrar o grupo Clamor como parte da efervescência de um movimento ecumênico mundial caracterizado pela defesa de direitos humanos e de justiça social. A discussão promovida nesta introdução resgatou o contexto histórico de construção desse movimento e seu desenvolvimento na América Latina, especialmente no Brasil, em face de desdobramentos teológicos, sociais e políticos do século XX. Os próximos capítulos demonstrarão a relação do grupo com esses fenômenos a partir das fontes aqui mencionadas.

58 GEERTZ, Clifford, **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 81.

CAPÍTULO 1 – “EXPRESSÕES ESPECIAIS DE SOLIDARIEDADE CRISTÃ”: DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA, CONCEITOS E CONTEXTO

“Quando permitirmos que a liberdade ressoe, quando a deixarmos ressoar em cada vila e cada aldeia, em cada estado e em cada cidade, poderemos acelerar aquele dia em que todos os filhos de Deus, (...) protestantes e católicos, serão capazes de dar as mãos e cantar nas palavras do velho espiritual negro, ‘Finalmente livre! Finalmente livre! Graças a Deus Todo-Poderoso, finalmente estamos livres!’”⁵⁹
Martin Luther King Jr.

O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, conhecido como Clamor, foi um grupo ecumênico que tinha como objetivo a defesa dos direitos humanos nos países dominados por ditaduras na América Latina. Ele acolhia cidadãos da região que se refugiavam no Brasil, enquanto este também vivenciava um regime de exceção. Foi criado em 1977 pela jornalista britânica Jan Rocha, pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e pelo reverendo presbiteriano Jaime Wright. Suas ações incluíam ainda denúncias de crimes para entidades de direitos humanos ao redor do mundo.

Desde sua criação, o grupo foi definido como ecumênico e humanitário. A equipe que o integrava tinha em sua composição católicos e cristãos de diferentes denominações protestantes, e recebia o apoio da Arquidiocese de São Paulo, sob a liderança do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, um conhecido defensor dos direitos humanos. O Clamor também trabalhava lado a lado com a Comissão Justiça e Paz de São Paulo (CJP-SP), órgão ligado à Arquidiocese que foi criado em 1972 e voltava seus esforços à assistência a presos políticos e seus familiares.⁶⁰ Além disso, o Comitê fazia parte da Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e

59 Tradução livre. No original: “When we allow freedom to ring, when we let it ring from every village and every hamlet, from every state and every city, we will be able to speed up that day when all of God’s children, (...) Protestant and Catholics, will be able to join hands and sing in the words of the old Negro spiritual, ‘Free at last! Free at last! Thank God Almighty, we are free at last!’”. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2008/aug/28/uselections2008.constitutionandcivilliberties>> Acesso em 28 jul. 2022.

60 RODRIGUES, Cátia Regina, **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**, Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 98.

Marginalizados (CADH), outro braço da Arquidiocese, que lidava com questões de desemprego e miséria na cidade de São Paulo.⁶¹

O nome do grupo surgiu de um cenário religioso, inspirado na passagem bíblica do livro de Salmos, capítulo 88, versículo 2, que diz: “Que a minha oração chegue diante de ti; inclina os teus ouvidos ao meu clamor”.⁶² Um detalhe adicional é o fato de que as letras L e A ficavam unidas, como na sigla em inglês *Latin America* (“América Latina”, em português). Outra palavra estava escondida nesse nome: amor, um valor defendido por cristãos e não cristãos. Um documento escrito por Wright⁶³ em 20 de outubro de 1982 intitulado “CLAMOR – Biografia” destaca que esse título foi pensado inicialmente para dar nome ao boletim, apenas, mas acabou sendo o “apelido” do Comitê. Ele também destaca que antes dessa organização surgir “Não havia, no Brasil, nenhum grupo dedicado à solidariedade a esses países”,⁶⁴ sendo esta a originalidade da entidade em questão.

O Clamor foi apoiado por diversas organizações espalhadas pelo mundo, muitas delas cristãs, sejam evangélicas, católicas ou ecumênicas. Uma das mais importantes era o Conselho Mundial de Igrejas, órgão do qual Wright fazia parte, que tem sede em Genebra, na Suíça, e envolve igrejas protestantes e ortodoxas. Ademais, o grupo tinha a Igreja Católica como aliada, tendo em vista que,

Por seu histórico de séculos de relação com o poder político no Brasil, a Igreja gozava de respeito dos militares, o que permitia que alguns setores mais sensíveis pudessem promover o trabalho de assistência aos perseguidos políticos estrangeiros sem maiores interferências do estado. Essa “carta branca” dava maior liberdade de atuação a bispos como dom Eugênio Salles e dom Paulo Evaristo Arns.⁶⁵

61 “O caráter religioso é indissociável do Clamor dada sua integração com a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados, na qual o grupo estava inserido. A Comissão lidava com problemas específicos na Arquidiocese de São Paulo, como a questão do desemprego e da miséria de parte da população, mas não deixava de interagir com o Clamor ao ceder-lhe espaço físico e estender-lhe proteção institucional, visto o grupo nunca ter se burocratizado e assumido uma personalidade jurídica. Na Arquidiocese, trabalhando lado a lado com o Clamor, estava a Comissão Justiça e Paz (CJP-SP)”. FRAGA, **A solidariedade não tem fronteiras**, p. 41.

62 **Bíblia Sagrada NVI**, p. 558.

63 A autoria do documento aparece apenas com “jw”. Entende-se que são as iniciais de Jaime Wright.

64 WRIGHT, Jaime. **CLAMOR – Biografia**. São Paulo, 20 de outubro de 1982.

65 FRAGA, **Clamores contra as ditaduras do Cone Sul**, p. 95–96.

A fé era um fator motivador da atuação do grupo. A suposição de que a religião foi criada para servir de placebo para as dores humanas é constantemente confrontada pelos exemplos de pessoas que, motivadas por seus credos, tomavam atitudes que os tiravam de seus confortos. O educador e teólogo Rubem Alves destacou isso, ao declarar que “Ela [a religião] pode ser usada para iluminar ou para cegar, para fazer voar ou paralisar, para dar coragem ou atemorizar, para libertar ou escravizar”.⁶⁶ Enquanto, por um lado, a religião pode ser utilizada para instrumentalizar a violência de Estado – algo que ocorreu no Brasil, conforme será demonstrado –, outros a utilizam para se revoltar contra essa violência. Motivado pela fé, o grupo buscava levar conforto às vítimas da repressão e seus familiares sabendo que expor crimes dos governos que violavam os direitos individuais e a vida de outras pessoas era um risco à própria integridade dos denunciadores.

Neste capítulo, pretende-se discutir os conceitos de “ecumenismo” e “direitos humanos” aplicados ao grupo Clamor, e de que forma esses dois termos se relacionavam no cenário em questão. Expressões como “Cristianismo da Libertação”, “Doutrina de Segurança Nacional”, “Plano Condor” e “fundamentalismo” também são importantes para uma leitura de análise e compreensão sobre a ação do Comitê. Por esse motivo, serão devidamente contextualizados juntamente aos primeiros conceitos.

1.1. Ecumenismo e direitos humanos

O termo “ecumênico” vem do grego *oikoumene*, que se refere ao mundo habitado. Em um primeiro momento, a palavra era utilizada em um sentido geográfico, especificamente no século 4 a.C. durante as conquistas de Alexandre Magno. A *oikoumene* grega seria, portanto, o mundo helenizado, que envolveria culturas e povos totalmente diversos, como “egípcios, babilônios, sírios, semitas, caldeus, persas, etc”.⁶⁷ A criação do tipo ideal do “homem helênico” uniria todos esses povos. Ou seja, mesmo com tantos costumes e culturas diferentes, eles

66 ALVES, Rubem, **O que é religião?**, São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 106.

67 DIAS, Zwinglio M., O Movimento Ecumênico: História e Significado, **Numen**, v. 1, n. 1, p. 127–163, 1998, p. 131.

estariam unidos por um princípio em comum, cultural, de um indivíduo que representaria a humanidade.⁶⁸ *Oikoumene* recebe conotação política a partir da morte de Alexandre e do estabelecimento do poder imperial romano, englobando também a questão geográfica e cultural.

No campo eclesiástico, o termo é utilizado no Concílio de Constantinopla, em 381, quando, ao referir-se ao Concílio de Nicéia (325), este foi designado como um “concílio ecumênico”. A razão para tal está no fato de o evento ter definido as doutrinas universais da Igreja Católica.

No século XVII, em meio aos conflitos em torno da Reforma Protestante, iniciada pelo monge alemão Martinho Lutero, o termo “ecumênico” ganha o sentido religioso que a ele hoje é atribuído. Diante das guerras religiosas que se seguiram, o físico e matemático luterano Jorge Guilherme Leibniz propôs a criação de uma Igreja Universal que aceitasse manifestações diversas da fé cristã, ideia defendida em suas correspondências com o bispo católico francês Jacques-Bénigne Bossuet.⁶⁹

O teólogo Zwinglio Mota Dias aponta que houve, nos anos 1950, o que chama de um “movimento ecumênico”, que teria tido sua iniciativa no campo protestante, passaria a englobar igrejas ortodoxas e, após o Concílio Vaticano II (1962-1965) contaria com o apoio da Igreja Católica. Esse movimento teve sua origem na segunda metade do século XIX, com a busca de diálogo por parte de iniciativas missionárias.⁷⁰ Antes disso, o que já era observado no século XVII era um “princípio ecumênico”, que é diferente do movimento tal como será demonstrado.

Em 1910 ocorreu a Conferência Missionária Mundial de Edimburgo, que reuniu diversas iniciativas missionárias para discutir os temas: “como levar o Evangelho ao mundo; a Igreja nos campos missionários; país de origem e país-missão; mensagem missionária e religiões não-cristãs; a formação de missionários; missões e governos; e cooperação e promoção da unidade”.⁷¹ Esse evento abriu

68 É nesse sentido de mundo habitado que o historiador britânico Eric Hobsbawm utiliza o termo ecumênico, ao falar de revoluções no século XX que tinham propósitos nacionais e não ecumênicos. Ver: HOBBSAWM, Eric, **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 63; *Ibid.*, p. 434.

69 Ver: SANTA ANA, Júlio H. de, **Ecumenismo e libertação: reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus**, Petrópolis: Vozes, 1987, p. 22.

70 Ver: DIAS, O Movimento Ecumênico.

71 *Ibid.*, p. 134.

caminho para outros eventos ecumênicos que valorizavam a importância da cooperação cristã.⁷² As igrejas latino-americanas foram excluídas da Conferência, já que a região, tendo sido evangelizada pela Igreja Católica, foi considerada já cristianizada, apesar de não ser um consenso entre os presentes. Deste evento surgiu o Conselho Missionário Internacional, organização compromissada com a expansão do trabalho missionário em nível mundial.⁷³

Dias afirma que,

Depois de existirem por um tempo independentes, os movimentos compostos pela Conferência Mundial do Cristianismo Prático (Movimento de Vida e Ação); pela Comissão de Fé e Ordem; pela Aliança Mundial para a Amizade Internacional Através das Igrejas; pela Associação Cristã de Moços(as); e pela Federação Mundial dos Estudantes Cristãos, começaram, nos inícios da década de trinta, a expressar seu desejo de se integrarem num único organismo.⁷⁴

A criação de um órgão que envolvesse tantas denominações protestantes causava um temor de surgir uma super-igreja ou um órgão normativo de conduta das instituições. Em 23 de agosto de 1948, representantes dessas iniciativas, muitas delas já fundidas entre si, reuniram-se em Amsterdã, na Holanda. Nascia ali o Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra, na Suíça, e que logo teve a adesão de 147 igrejas protestantes e ortodoxas. No início das atividades do Clamor o número de Igrejas-Membros do CMI somava 285. A base do CMI é a fé em Jesus

72 “É preciso, porém, reconhecer que, antes de Edimburgo, muitas experiências de cooperação e unidade cristãs já vinham sendo vivenciadas, a propósito mesmo de demandas dos campos missionários, mas também do interior das próprias agremiações eclesiais. Entre as tantas podemos destacar, todas com origem no século XIX : (1) o surgimento das Sociedades Bíblicas, a partir de Londres; esforço cristão coletivo com vistas à produção de Bíblias em várias línguas para alimentar a ação missionária; (2) a criação da Aliança Evangélica Mundial na Europa, esforço por cooperação missionária, que se espalha pelos outros continentes; (3) o surgimento das conferências/convenções/comunhões/federações de famílias confessionais, a começar da Comunhão Anglicana, passando pelo Concílio Mundial Metodista, a Convenção Batista Mundial, a Federação Luterana Mundial, a Aliança Mundial Reformada; (4) as articulações de juventude para ações comuns, como a Associação Cristã de Moços (depois a de Moças) e a Federação Mundial dos Movimentos Estudantis Cristãos (FUMEC); (5) os movimentos em prol da unidade em torno da educação cristã que fez surgir a União das Escolas Dominicais e, mais tarde, o Conselho Mundial de Educação Cristã”. CUNHA, Magali do Nascimento, “Quero Trazer à Memória o que me Traz Esperança”. Movimento Ecumênico: Avaliação e Perspectivas, **Numen**, v. 13, n. 1–2, p. 103–135, 2010, p. 107.

73 O Conselho Missionário Internacional foi uma organização criada em 1912 com o objetivo de expandir o trabalho missionário pelo mundo. Em 1961, decide pela adesão ao Conselho Mundial de Igrejas e se torna a Comissão de Missão e Evangelização do órgão.

74 DIAS, O Movimento Ecumênico, p. 139.

Cristo como Deus e Salvador, reconhecendo as divergências teológicas internas. Foram determinados os objetivos e funções do Conselho, que são os seguintes:

- a) Dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos dois movimentos de 'Fé e Ordem' e 'Vida e Trabalho';
- b) criar facilidades para a ação comum das Igrejas;
- c) promover o estudo em comum;
- d) desenvolver a consciência ecumênica dos fiéis de todas as Igrejas;
- e) estabelecer relações com as alianças confessionais de caráter mundial e com os demais movimentos ecumênicos;
- f) convocar, quando as circunstâncias o exigirem, conferências mundiais que estarão autorizadas a publicar suas próprias conclusões;
- g) sustentar as Igrejas em seus esforços de evangelização.⁷⁵

Mario Bueno Ribeiro, teólogo e cientista da religião, define o CMI da seguinte maneira:

(...) um organismo composto de igrejas cristãs que a ele aderem com propósitos da unidade, solidariedade, serviço e apoio. O CMI faz destinação de recursos a projetos e programas que busquem a unidade visível da Igreja, a missão e a evangelização, a formação ecumênica, a ética da vida e propostas alternativas à globalização, defesa e promoção conjunta da justiça e a solução pacífica de conflitos de toda natureza.⁷⁶

Segundo Julio de Santa Ana, metodista ligado à Teologia da Libertação, o CMI é possivelmente a expressão mais clara do que pode ser conhecido como esse "movimento ecumênico", por unir a Igreja Ortodoxa a diversas denominações do protestantismo tendo o posto de secretário-geral sido assumido por líderes de diversas nacionalidades e por dar espaço de influência a homens e mulheres. Assim, cumpre-se o propósito do ecumenismo no nível religioso e do mundo habitado.⁷⁷ Cabe considerar, no entanto, que até o momento nenhuma mulher alcançou o posto de secretária-geral.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 140.

⁷⁶ RIBEIRO, Mario Bueno, O Conselho Mundial de Igrejas - CMI, *in*: ANDREOLA, Balduino A.; RIBEIRO, Mario Bueno (Eds.), **Andarilho da esperança: Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas**, São Paulo: ASTE, 2005, p. 49.

⁷⁷ "Entre os secretários-gerais que dirigiram o CMI ao longo dos seus quase 40 anos de história há um europeu, um norte-americano, um caribenho nascido em Dominica e um uruguaio. Percebe-se esta 'ecumenicidade' também em outros níveis secretariais do CMI. E não é meramente uma preocupação em dar lugar dentro do corpo de seus executivos a representantes de diversos pontos geográficos do globo, mas também de reunir em torno de seus programas igrejas do Oeste, do Leste, do Norte e do Sul, de todas as culturas possíveis, homens e *mulheres*. Ainda não chegou a expressar totalmente essa ecumenicidade nos níveis organizacionais do CMI, mas não se pode duvidar de suas intenções nesse sentido". SANTA ANA, **Ecumenismo e libertação**, p. 111-112.

Magali Cunha aponta que houve, no entanto, uma aversão dos católicos à participação dessa união ecumênica durante muito tempo. A Igreja Católica enquadrava as diversas denominações cristãs como “seitas”. O Concílio Vaticano II, no entanto, representou um momento de mudança no pensamento da Igreja no que diz respeito ao envolvimento com essas vertentes. A Igreja Católica não passou a integrar o CMI, mas se envolveu enquanto observadora de diversas iniciativas do órgão.⁷⁸ Antes dessa adesão, havia católicos que participavam de iniciativas ecumênicas, mas não com o aval do Vaticano. Antes de ter ocorrido uma busca pelo diálogo com católicos, houve no protestantismo brasileiro uma busca por diálogo entre as diversas denominações, como será demonstrado agora.

1.1.1. Cooperações protestantes e ecumênicas no Brasil

Nos fins do século XVIII, agências missionárias britânicas, holandesas e estadunidenses começaram a empreender ações de evangelização no Brasil. Muito desse trabalho consistia na distribuição de Bíblias, livros e folhetos. Não era, no entanto, uma missão permanente, ou seja, os missionários não se instalavam no país, mas retornavam para seus lares. Em 1810, após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos brasileiros a nações ligadas a Portugal, foi assinado o acordo de comércio entre Portugal e Inglaterra, a partir do qual imigrantes, especialmente ingleses e alemães, tiveram direito de praticar a fé não católica no território brasileiro. No entanto, era vetada a construção de templos, e a fé era restrita a espaços privados. Essas normas, no entanto, se aplicavam aos estrangeiros que se mudavam ao Brasil e que queriam manter suas tradições, não sendo, portanto, ações de proselitismo.

É na metade do século XIX que começam a chegar ao país denominações protestantes, vindas especialmente dos Estados Unidos, desta vez com a intenção de instalação no Brasil. Destacam-se aqui as igrejas Presbiteriana, Metodista e Batista. O historiador Carlos Barros Gonçalves aponta que um grande desafio

78 Ver: CUNHA, Quero trazer à memória, p. 114–115.

encontrado por essas denominações era a adaptação à realidade do território. A falta dessa adaptação dificultava a adesão de novos fiéis.⁷⁹

Em 1824 foi outorgada uma nova constituição no Brasil. Nela, a Igreja Católica foi considerada a religião oficial do Império. Os não católicos desfrutavam de uma liberdade vigiada.⁸⁰ O que se observou no meio protestante ao longo de todo esse contexto foram iniciativas de cooperação entre as diversas denominações. A promessa de Estado laico sob a República instaurada em 1889 despertou novas esperanças entre os grupos evangélicos, que não mais viveriam sob um Estado católico. Gonçalves aponta que, a partir desse momento, as iniciativas de fraternidade entre as denominações começaram a se fortalecer, a partir da realização de congressos e devocionais, por exemplo.⁸¹

Segundo Alves, enquanto minoria os protestantes buscavam apresentar-se como oposição ao catolicismo.⁸² Somada a essa questão estava a visão de mundo anglo-saxã, que ajudou a construir o protestantismo no Brasil, da mesma forma como o projeto expansionista ibérico foi fundador do catolicismo no país. Conforme aponta Cunha, a identidade protestante tinha como base o *american way of life*, teologias puritanas e conservadoras, anticatolicismo e ruralismo.⁸³

Desta forma, a proposta dos congressos e das alianças de fraternidade, entre outras iniciativas, era de unir essa minoria de modo a evitar divisões em seu interior e defender interesses ligados ao público religioso, como a liberdade religiosa e a evangelização.⁸⁴ A mais importante dessas alianças foi a Confederação

79 GONÇALVES, Carlos Barros, **Unum corpus sumus in Cristo? Iniciativas de fraternidade e cooperação protestante no Brasil 1888-1940**, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015, p. 58.

80 *Ibid.*, p. 59.

81 *Ibid.*, p. 120.

82 A visão de alguns grupos protestantes da época pode ser identificada na seguinte citação de Rubem Alves: “O protestantismo se estende como o espírito da liberdade, da democracia, da modernidade e do progresso. O catolicismo, por oposição, é o espírito que teme a liberdade e que, como consequência, se inclina sempre para soluções totalitárias e se opõe à modernidade”. ALVES, **Religião e repressão**, p. 50. “(...) o protestantismo sempre se estendeu, em oposição ao catolicismo, como uma volta às origens evangélicas, tais como elas se apresentam descritas no Novo Testamento”. *Ibid.*, p. 224.

83 CUNHA, Magali do Nascimento, *Religião e cultura no Brasil: a Confederação Evangélica, a Conferência do Nordeste (1962) e o nascimento e o ocaso de uma revolução teológico-cultural entre os evangélicos brasileiros*, in: HENDERS, Helmut; SOUZA, José Carlos; CUNHA, Magali do Nascimento (Orgs.), **As igrejas e as mudanças sociais: 50 anos da Conferência do Nordeste**, São Bernardo do Campo/São Paulo: EDITEO/ASTE, 2012, p. 47.

84 GONÇALVES, **Unum corpus sumus**, p. 139.

Evangélica do Brasil (CEB), criada em 1934 e que, apesar dos esforços, ainda não agradava todo o público evangélico.⁸⁵

A CEB se empenhou em muitos momentos em garantir sua participação e representatividade nas instituições brasileiras. Logo, apesar de a organização ter tido papel fundamental no fortalecimento da unidade evangélica, havia um importante diálogo com os setores católicos.⁸⁶ A ênfase, no início, não estava nos direitos humanos ou na justiça social, apesar de essa preocupação já ter se manifestado entre os evangélicos anteriormente, conforme será demonstrado. Houve, na CEB, um notável despertar para essas causas sobretudo a partir da década de 1950.

Em 1952, mudou-se para o Brasil o missionário presbiteriano estadunidense Richard Shaul, que logo começou a ser professor no Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas. Durante a II Assembleia do CMI, em Evanston (EUA), ele aprofundou o conceito de “sociedade responsável”, segundo o qual os cristãos não poderiam se omitir diante dos problemas de seu contexto.⁸⁷ Essa ideia foi apresentada ao Brasil na I Reunião de Estudos sobre a Responsabilidade Social da Igreja, ocorrida em São Paulo no ano de 1954, e teve grande impacto sobre os jovens presbiterianos, entre eles Paulo Stuart Wright, irmão de Jaime Wright.

85 “A CEB foi formada pelas cinco igrejas que compunham o CBC: Congregacional, Presbiteriana do Brasil, Presbiteriana Independente, Episcopal, Metodista. Ela se tornou mais representativa do Protestantismo nacional quando a Igreja Luterana se filiou em 1959. Os luteranos influenciaram na criação de uma comissão teológica da CEB, o que acrescentaria uma nova dimensão à atuação do órgão. No entanto, a CEB não conseguiu alcançar o intuito de representar todos os cristãos não católicos do Brasil, pois a identidade evangélica (...) estava centrada no sectarismo, no individualismo e no fundamentalismo, que reforçavam as barreiras denominacionais”. CUNHA, Religião e cultura, p. 52.

86 “A Confederação Evangélica do Brasil (CEB), que contribuiu para a formação do movimento de ISAL, foi criada em 1934 para representar os interesses evangélicos frente a influência católica no governo de Getúlio Vargas e para atividades conjuntas no campo da evangelização e da educação religiosa nas igrejas. Depois da II Assembleia do CMI em Evanston, criou seu Departamento de Responsabilidade Social da Igreja que realizou, entre 1956 e 1962, quatro conferências nacionais para analisar a perspectiva cristã a ‘realidade brasileira’. A CEB se tornou, ao longo das décadas de 1950 e 1960, um fórum de articulação e reflexão sobre o compromisso social dos cristãos e das igrejas com a transformação da sociedade à luz dos princípios evangélicos”. TRABUCO, Zózimo, **À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)**, Salvador: Sagga, 2016, p. 48.

87 O conceito foi desenvolvido em ocasião da Conferência Cristã Internacional sobre Vida e Trabalho, ocorrida em Estocolmo, na Suécia, em 1925, que contou com 600 delegados de 37 países e vai continuar sendo aprimorado na Conferência de Vida e Ação, que aconteceu no mesmo local e no mesmo ano. Ver: CUNHA, Quero trazer à memória, p. 109.

Shaul era inspirado na Teologia do Evangelho Social, elaborada em 1917 pelo pastor batista estadunidense Walter Rauschenbusch, que acreditava que o pecado não era manifestado apenas no âmbito pessoal e espiritual, mas dentro de um contexto social, no qual estaria incluída a pobreza. Rauschenbusch era defensor do ecumenismo e acreditava que o combate às injustiças sociais era uma “forma de estabelecer o Reino de Deus no mundo”.⁸⁸

A partir da introdução do pensamento de Shaul, foi criado na CEB o Setor de Responsabilidade Social. Um dos eventos organizados por esse setor, com o apoio de Shaul, foi a chamada Conferência do Nordeste, que ocorreu de 22 a 29 de julho de 1962, em Recife, Pernambuco, e tinha como tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”. O evento contou com conferencistas famosos, sendo que muitos deles nem mesmo eram religiosos, como Celso Furtado, Gilberto Freyre, Paul Singer, entre outros. O sociólogo Antonio Gouvêa Mendonça afirma que os organizadores da conferência chegaram à conclusão de que “o Brasil estava dentro de um processo revolucionário diante do qual as igrejas não poderiam se omitir”.⁸⁹ Para demonstrar isso, o evento contou com esses especialistas que não eram ligados às igrejas, seguidos de propostas teológicas sobre a posição dos cristãos nessa conjuntura. Isso demonstra que Shaul já fomentava um diálogo com não protestantes. Segundo o filósofo Michael Löwy, a disposição de Shaul de formar alianças fraternas com marxistas e dominicanos o levaram a deixar o Brasil em 1964, visto que essas propostas desagradavam a cúpula das igrejas evangélicas, mas não sem ter deixado um legado importante no cenário protestante e ecumênico.⁹⁰

No meio protestante a tomada de consciência pelos problemas econômicos e sociais que o Brasil enfrentava remete aos anos 1920, com a formação de movimentos estudantis evangélicos⁹¹, ganhando uma nova faceta nos anos 1950

88 IACOMINI, Luca Lima; INDART, Octavio Betiolo Teles, Mobilizações do protestantismo no Brasil nos anos 1950 e 1960, *in*: BELMAIA, Nathany A. W. *et al* (Orgs.), **Diálogos sobre História no Brasil: política, arte e cultura**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, 2022, v. 1, p. 123.

89 MENDONÇA, O protestantismo no Brasil, p. 62.

90 LÖWY, Michael, **The war of gods: religion and politics in Latin America**, London & New York: Verso, 1996, p. 108–109.

91 “O movimento de estudantes evangélicos, ecumênico na sua origem, se configurou à margem das denominações evangélicas e em meio às influências do próprio movimento estudantil secular. No

com as mudanças sociais decorrentes da urbanização e da industrialização crescente no Brasil. Se até então a ética protestante era individual, conforme aponta Rubem Alves, os pensamentos teológicos em desenvolvimento apresentavam uma ética social, para a qual o autor aponta três influências. Seriam estas: a chamada “teologia da crise”, nascida a partir do pensamento de teólogos como Karl Barth e Emil Brunner, com suas reflexões nos contextos das grandes guerras e revoluções da primeira metade do século XX, focadas na necessidade de a Igreja se levantar e se posicionar diante de conflitos que ameaçam a vida das pessoas; a chamada “teologia bíblica”, expressa “em termos de responsabilidade social”, segundo a qual os cristãos devem cooperar juntos para alcançar uma perfeição coletiva e tornar o mundo um lugar melhor; e o movimento ecumênico, foco deste trabalho.⁹²

Com o fechamento da CEB após o golpe de 1964,⁹³ alguns de seus integrantes, como Jaime Wright, Rubem Alves e Waldo César criam uma nova entidade, o Centro Evangélico de Informação, que em 1965 passa a se chamar Centro Ecumênico de Informação, com a entrada de católicos, marcando oposição à ditadura e ao conservadorismo nas igrejas. Esse grupo atuava em uma semiclandestinidadade, que é superada em 1974 após uma aliança com cientistas sociais, formando o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Este tinha como objetivo oferecer assessoria e documentação de material relacionado às transformações sociais defendidas pelo movimento ecumênico.

mesmo período – entre os anos de 1920 e 1940 – foi organizado o trabalho com jovens no interior da maioria das denominações do PHM [Protestantismo Histórico de Missão] – as chamadas ‘Mocidades’, ‘União das Mocidades’ ou ‘Sociedades de Jovens’, que passam a desempenhar um papel importante na formação de lideranças nacionais para o PHM. A importância desta organização da juventude foi refletida quando da criação da Confederação Evangélica do Brasil (1934), com a inclusão de um Departamento de Mocidade”. CUNHA, Magali do Nascimento, **Crise, esquecimento e memória: o Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro**, Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 125.

92 ALVES, **Religião e repressão**, p. 231.

93 “O clima de censura e de repressão e a crise financeira conduziram a CEB à extinção. As atividades foram suspensas e os departamentos que continuaram existindo foram sendo extintos no decorrer dos anos. A apatia tornou-se tão expressiva que não se conseguia nem mesmo alcançar quorum em assembléia para dissolver a CEB (...)”. CUNHA, **Crise, esquecimento e memória**, p. 145.

1.1.2. Cristianismo da Libertação

Diante de todos os conflitos e novos modelos políticos que haviam sido vistos no cenário mundial da época, a Igreja Católica na América Latina buscava compreender seu papel na região. No Brasil, esses passos incluíram a criação da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, e do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em 1955. O arcebispo de Recife e Olinda, Dom Helder Câmara, foi uma das mentes por trás da criação desses dois órgãos.

Em 1962, bispos católicos de todo o mundo se reuniram no Concílio Vaticano II para revisar a postura da Igreja diante das mudanças e decidir de que forma a instituição começaria a dialogar com as sociedades em que estava inserida. O Concílio durou até 1965, e uma de suas conclusões era de que a Igreja deveria se aproximar do povo, tomando os pobres como prioridade. Para isso, seria importante a união com cristãos não-católicos. Abraçando essa causa, o Concílio permitiu a participação de 200 observadores não católicos, mas o único protestante latino-americano que participou do evento foi o metodista argentino José Míguez Bonino.⁹⁴

Até a criação do Conselho Mundial de Igrejas, a Igreja Católica não costumava se envolver com iniciativas ecumênicas. Em 1949, porém, o documento do Santo Ofício *Ecclesia Sancta* admitia a legitimidade destas.

Segundo o historiador Agemir de Carvalho Dias,

O trato da questão social no século XX fez com que os católicos e os protestantes se aproximassem em um projeto no qual as duas tendências se aproximassem em um projeto no qual as duas tendências identificavam uma proposta de civilização comum. Isso ocorreu porque o comunismo surgiu nesse momento histórico como um perigo real para as igrejas.⁹⁵

A aproximação dos bispos com os discursos acerca da justiça social, em um primeiro momento, era uma forma de reação ao comunismo. Enquanto este apelava para as classes desfavorecidas, apontando-se como a solução para os problemas de desigualdade, a Igreja se dispunha a discutir tais questões, estabelecendo como valor cristão a luta contra as injustiças.

94 BARRETO, Raimundo C., Vatican II, Medellin, and Ecumenism: A Brazilian Protestant Perspective, *Journal of World Christianity*, v. 9, n. 2, p. 187–202, 2019, p. 190.

95 DIAS, O movimento ecumênico no Brasil, p. 66.

É importante apontar que o ecumenismo latino-americano já estava sendo desenvolvido antes mesmo do Concílio. Exemplo disso foi a fundação em 1961 da organização *Iglesia y Sociedad en América Latina* (ISAL) por movimentos estudantis e de juventude, de forma a erguer a bandeira ecumênica na região e chamar atenção para problemas políticos, econômicos e sociais.

Segundo o historiador Zózimo Trabuco, “O movimento de ISAL se aproximou dos movimentos leigos, de juventude e reformistas do catolicismo que deram origem à esquerda católica, a exemplo da Juventude Universitária Católica (JUC)”.⁹⁶ O autor também aponta que

O ISAL inaugurou uma teologia protestante pensada a partir da América Latina. Seus discursos e práticas iriam influenciar [sic] o Protestantismo Ecumênico nas décadas seguintes, e mesmo os setores discordantes ou concorrentes transitaram por construções discursivas comuns à teologia isalina, ainda que com novas abordagens: responsabilidade social, igreja como comunidade missionária, integralidade do homem e do Evangelho, contextualização, encarnação, justiça, profetismo, Reino de Deus, libertação.⁹⁷

O movimento chegou a ter líderes como os teólogos argentinos José Míguez Bonino e Luis Odell e o brasileiro Rubem Alves. As inspirações teológicas da ISAL incluíam os alemães Karl Barth e Dietrich Bonhoeffer. Segundo o historiador Bastiaan Bouwman, a ISAL teve um papel importante na conscientização do Conselho Mundial na ideia de “sociedade responsável”, desenvolvida por Richard Shaull.⁹⁸

Richard Shaull e Rubem Alves são, de acordo com o filósofo Michael Löwy, os precursores de um movimento conhecido como Cristianismo da Libertação e da Teologia da Libertação. É importante saber diferenciar os dois termos: a Teologia da Libertação (TL) é consequência de uma agitação social iniciada nos anos 1960, antes dos escritos de teólogos latino-americanos como os brasileiros Leonardo Boff, Clodovis Boff, Hugo Assman, Frei Betto, o coreano-brasileiro Jung Mo Sung, o peruano Gustavo Gutiérrez e o argentino-mexicano Enrique Dussel, entre outros.⁹⁹ O

96 TRABUCO, *À direita de Deus...*, p. 78.

97 *Ibid.*, p. 86.

98 BOUWMAN, *Universal Rights*, p. 160–161.

99 “First of all, liberation theology is a body of writings produced since 1970 by Latin American figures like Gustavo Gutierrez (Peru), Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo and Clodovis Boff, Frei Betto (Brazil), Jon Sobrino, Ignacio Ellacuria (El Salvador), Segundo Galilea,

fato é que a TL é insuficiente para cobrir todo esse contexto que envolve a Ação Católica (Juventude Universitária Católica, Juventude Estudantil Católica etc.), as comunidades eclesiais de base (CEBs) e as pastorais populares, para citar alguns exemplos. Por esse motivo, Michael Löwy engloba tudo isso no que chama de Cristianismo da Libertação (CL), por ser mais abrangente e incluir “a cultura religiosa e as relações sociais, fé e práxis”.¹⁰⁰ O teólogo e filósofo Márcio Gimenes de Paula assinala que, “Inspirado por sua convicção ecumênica, mas também ainda pelos ventos que antecederam o Concílio Vaticano II, Shaul acaba por se tornar pioneiro numa área praticamente inexplorada e incompreendida”, referindo-se ao próprio ecumenismo.¹⁰¹ Esse é um elemento importante, visto que o CL envolve protestantes e católicos. Ainda que a adesão no caso evangélico tenha sido menor, não dá para ignorar que os precursores desse fenômeno eram presbiterianos. Igualmente é importante enquadrar o Clamor dentro desse fenômeno latino-americano, tendo em vista o intercâmbio de ideias entre os diferentes setores cristãos que corroboraram para uma prática de solidariedade com desfavorecidos.

Esses movimentos do CL fizeram uma interpretação do evangelho a partir das práticas humanitárias e muitas vezes tomando o marxismo como uma base teórica para leitura da realidade. Segundo os teólogos Stanley Grenz e Roger Olson,

Os teólogos da libertação afirmam que a análise de Marx esclarece as causas da injustiça e da extrema pobreza da América Latina. Eles estão convencidos de que o emprego de suas idéias na teologia não é diferente do uso de filósofos descrentes, como Platão, pelos pais da igreja[,] ou de Aristóteles por Tomás de Aquino. É claro que eles também afirmam que o uso da filosofia de Marx pelos cristãos precisa ser crítico e transformador.¹⁰²

Apesar disso, Löwy atenta que não é possível afirmar que os teólogos da libertação eram marxistas. Na visão do autor, o Cristianismo da Libertação em geral

Ronaldo Munoz (Chile), Pablo Richard (Chile - Costa Rica), Jose Miguez Bonino, Juan Carlos Scannone, Ruben Dri (Argentina), Enrique Dussel (Argentina - Mexico), Juan Luis Segundo (Uruguay), Samuel Silva Gotay (Puerto Rico), to name only some-of the best known”. LÖWY, **The war of gods**, p. 32.

100Tradução livre. No original: “the religious culture and the social network, faith and praxis”. *Ibid.*, p. 33.

101PAULA, Márcio Gimenes de, Os antecedentes da Teologia da Libertação entre os protestantes brasileiros: a presença de Richard Shaul no Brasil, **INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade**, v. 8, n. 13, p. 77–86, 2013, p. 83.

102GRENZ, Stanley J.; OLSON, Roger E., **A Teologia do Século 20: Deus e o mundo numa era de transição**, São Paulo: Cultura Cristã, 2003, p. 264.

apresentava uma postura mais radical, intransigente e anticapitalista que os partidos comunistas latino-americanos: enquanto bispos falavam em vencer os males do capitalismo, muitos partidos de esquerda ainda saudavam o desenvolvimento industrial capitalista como forma de ultrapassar o feudalismo.¹⁰³

Nesse ponto, Löwy aponta que pode ser identificada na Teologia da Libertação a ideia de “afinidades eletivas”, que são a união entre duas ideias diferentes poderem, em determinados contextos, “entrar em uma relação de atração, de escolha, de seleção, de eleição mútua”.¹⁰⁴ Assim como o economista Max Weber encontrou afinidades entre questões religiosas e econômicas, como o protestantismo e o capitalismo,¹⁰⁵ Löwy direciona as afinidades eletivas da TL para o cristianismo e o socialismo. Não é apenas nesses termos que pode ser apontada a existência de afinidades: Miliandre Garcia usa os mesmos termos para estudar a aproximação da Música Popular Brasileira e do Teatro Engajado nas questões políticas da década de 1960 no Brasil. Para a autora,

“Afinidade eletiva” pressupõe (...) convergência ativa entre elementos distintos que se atraem podendo resultar num tipo de “simbiose cultural”, que depende de fatores como o grau de “adequação” ou “parentesco” entre duas formas, mas também de outros fatores como condições históricas, pode ser aplicada em vários domínios de um mesmo campo cultural ou de esferas sociais distintas, desde que não se defina por “parentesco ideológico”, mas por uma descontinuidade ideológica.¹⁰⁶

Logo, é possível apontar o próprio ecumenismo como uma relação de afinidades entre católicos e protestantes.

A associação entre cristianismo e marxismo não se aplicava diretamente ao movimento ecumênico em âmbito internacional. Segundo o historiador André Souza Brito, as motivações do CMI e entidades associadas – como o caso do Clamor – não eram marxistas ou comunistas. De acordo com o autor,

Elas explicitavam convicções e crença profundas de que o cristianismo possuía o que denominavam de ‘missão profética’ de denunciar as

103LÖWY, **The war of gods**, p. 75.

104LÖWY, Michael, **Marxismo e cristianismo na América Latina**, **Lua Nova**, v. 19, p. 5–22, 1989, p. 8.

105WEBER, Max, **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

106GARCIA, Miliandre, **Entre o palco e a canção: afinidades eletivas entre a Música Popular Brasileira (MPB) e o Teatro Engajado na década de 1960**, **MODOS. Revista de História da Arte**, v. 1, n. 3, p. 264–283, 2017, p. 269.

injustiças, as quais atentavam contra a dignidade da pessoa humana compreendida como imagem e semelhança de seu Criador.¹⁰⁷

Cabe apontar que esses novos olhares filosóficos foram disseminados pela Igreja Católica a partir da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), ocorrida em Medellín, na Colômbia, em 1968. Nesse evento, os bispos denunciaram as estruturas violentas e injustas existentes na região, além de terem debatido sobre como colocar em prática as discussões do Concílio Vaticano II na realidade da região. Desta forma, a defesa dos pobres despertou um outro diálogo, acerca dos direitos humanos e a importância de sua defesa. A conferência despertou a virada de setores da Igreja Católica contra as arbitrariedades da ditadura militar.

Segundo o sociólogo Luiz Alberto Gómez de Souza, a situação de pobreza na América Latina despertou um “*revival* religioso”, que levou leigos e clérigos a denunciarem as situações de injustiça na região. Na concepção do autor, é fato que em diversos contextos a religião foi utilizada para legitimação da situação social, já que a Igreja esteve, durante grande parte da história de sua presença no continente, alinhada com o poder das elites. No entanto, ele aponta para o fato de os grupos religiosos não serem unívocos, o que permitiu a participação de religiosos em diversos setores sociais, inclusive nos que passaram a denunciar as injustiças e a dominação. Para Souza,

O caráter internacional do aparelho de poder da Igreja Católica a fez um dos poucos espaços com força para enfrentar o Estado, na América Latina, em seus momentos autoritários. E se esse espaço foi normalmente utilizado para reforçar a dominação, a partir dos setores populares cristãos e, não esqueçamos, com a participação ativa de setores do próprio poder eclesiástico – bispos, clérigos –, se constituiu também em lugar de crítica e de contestação.¹⁰⁸

Um dos desenvolvimentos dessa Conferência foi a disseminação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pequenos grupos ligados à Igreja Católica em regiões pobres em que eram feitos estudos bíblicos. É também nesse momento em que a Igreja Católica institucionalmente começou a aceitar as relações ecumênicas. Por parte de muitos protestantes, porém, esse ecumenismo não era

107BRITO, André Souza, “**Cristianismo Ateu**”: o movimento ecumênico nas malhas da repressão militar no Brasil, 1964-1985, Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 185.

108SOUZA, Luiz Alberto Gómez de, Secularização em declínio e potencialidade transformadora do sagrado, **SÍNTESE**, v. 13, n. 37, p. 33–49, 1986, p. 35.

eclesiástico, mas “de base”, ligado à ação social e com pouca ou nenhuma interferência de lideranças religiosas.

Nesse sentido, cabe diferenciar algumas das formas de práticas ecumênicas elencadas por Trabuco. Além do já apontado ecumenismo “de base ou serviço”, é possível enquadrar o CMI como um ecumenismo eclesiástico, apontado pelo autor como aquele em que a unidade é buscada por reflexões teológicas ou organizações que buscam diálogo entre as confissões. Trabuco também fala em um ecumenismo político, que tem transformações sociais e políticas como seu fim – como o ISAL, a CESE e o CEDI.¹⁰⁹ Segundo Löwy, a Teologia da Libertação nasceu das afinidades eletivas da igreja latino-americana com novas tendências filosóficas e políticas daquele contexto.¹¹⁰

A busca por unidade do CMI em defesa da liberdade religiosa e dos direitos humanos e a abertura promovida pela Igreja Católica no diálogo com cristãos evangélicos no Concílio Vaticano II e na conferência de Medellín permitem compreender a ideia de que os sujeitos envolvidos com o ecumenismo eram também os “subversivos”, alvos das leis de segurança nacional, conforme será mencionado adiante. Não apenas alvo dessas leis, eram ávidos combatentes dos regimes de segurança nacional. Um grande destaque nessa questão é o reverendo presbiteriano Jaime Wright.

Jaime Nelson Wright, nascido em Curitiba, Paraná, em 12 de julho de 1927, era filho de missionários estadunidenses no Brasil, e, quando adulto, tornou-se pastor presbiteriano. Vale lembrar que a Igreja Presbiteriana do Brasil, assim como outras denominações evangélicas, estava alinhada com a ditadura instaurada no país.¹¹¹ Wright era um conhecido defensor dos direitos humanos e dos presos políticos, tendo sido um dos criadores da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), órgão que unia as igrejas Pentecostal O Brasil para Cristo, Metodista, Episcopal e a CNBB. Segundo documento oficial não datado (possivelmente de 1973), “A CESE tem como objetivo ‘estudar, pesquisar, assistir, avaliar, promover e

109TRABUCO, *À direita de Deus...*, p. 173.

110Ver: LÖWY, *The war of gods*, p. 45; LÖWY, *Marxismo e cristianismo*, p. 11–14.

111SCHMIDT, Daniel Augusto, *O protestantismo brasileiro: entre a colaboração e a resistência no período da Ditadura civil e militar (1964-1974)*, Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

coordenar projetos destinados à promoção da vida integral do homem na sociedade, nos moldes da fé cristã, sem discriminação social, econômica, religiosa ou racial”.

Um dos trabalhos notáveis da CESE foi a publicação de cartilhas em que comemoravam o 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, unindo seus artigos a versículos bíblicos a que correspondiam. Raimundo C. Barreto aponta que a forma como a CESE lidava com projetos sociais permitia à organização obter uma interação com “comunidades e organizações populares, incluindo igrejas evangélicas não filiadas ao movimento ecumênico”.¹¹²

Wright carregava consigo a angústia de ter perdido seu irmão, Paulo Stuart Wright, militante de esquerda desaparecido em 1973. Esse desejo por respostas acerca do ocorrido com seu irmão levou Jaime a procurar ajuda de um importante defensor dos direitos humanos no Brasil, o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

O bispo citado era reconhecido nacional e internacionalmente pela sua defesa das vítimas da ditadura. Cabe apontar que, em 1970, foi criada a “Comissão Bipartite”, que durou até 1974 e reunia líderes importantes do Estado e da Igreja de maneira secreta para discutir suas divergências. Estudos mostram que o Estado utilizou desta comissão para “conter aqueles bispos mais impetuosos”, sendo, portanto, instrumento de manipulação.¹¹³ Por mais que os bispos nela envolvidos tenham aproveitado o espaço para protestar contra os crimes da ditadura, também a usaram para defender interesses próprios à Igreja enquanto instituição. Arns chegou a participar de apenas algumas reuniões deste grupo.

O grande destaque de Jaime Wright em nível midiático foi a celebração do culto ecumênico em memória ao jornalista Vladimir Herzog, jornalista assassinado em 1975 nos porões da ditadura brasileira. À época os jornais – censurados pelo governo – divulgavam que ele teria cometido suicídio. As evidências apontavam o contrário. Logo, o culto, celebrado na Catedral da Sé, em São Paulo, por Wright,

112BARRETO, Vatican II, p. 197.

113GOMES, Paulo César, **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**, Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 58.

pelo rabino Henry Sobel e pelo arcebispo Arns, entre outros, foi um dos maiores atos políticos contra o regime, contando com a presença de milhares de pessoas.¹¹⁴

A emergência da defesa dos direitos humanos era de que, mesmo com um aparato internacional de amparo a esses direitos, estes ainda eram desrespeitados constantemente por regimes do mundo inteiro, inclusive no Brasil e outros países da América Latina, em especial do Cone Sul.

1.1.3. Direitos humanos e a América Latina

Ao fim da Segunda Guerra Mundial nasceu a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945 para promover a cooperação internacional com o fim de evitar outro conflito como o que o mundo havia acabado de vivenciar. Em sua III Assembleia Geral, ocorrida em 10 de dezembro de 1948, os Estados-membros assinaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Esse documento tinha como inspiração, entre outros documentos anteriores, a *Declaração do homem e do cidadão*, votada em 1789 pela Assembleia Nacional da França. Esta estabelecia como direitos naturais “a liberdade, a propriedade, a segurança, a resistência à opressão”.¹¹⁵ Antes da realização dessa assembleia, a ONU já havia declarado interesse em promover e encorajar os direitos e liberdades fundamentais sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

O primeiro artigo da DUDH já declarava que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.¹¹⁶ Segundo o professor de Direito Internacional Paolo Mengozzi, a importância dessa Declaração reside justamente na observância e autotutela dos Estados-membros da ONU de forma a promover uma cooperação pacífica.¹¹⁷ As Nações Unidas também preveem

114BRITO, André Souza, “Cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas”: estratégias de luta de cristãos progressistas contra a ditadura militar do Brasil, **Oficina do Historiador**, v. 6, n. 1, p. 23–43, 2013, p. 26–30.

115MATTEUCCI, Nicola, Declaração dos Direitos Humanos e História Constitucional, *in*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), **Dicionário de política**, Brasília: Universidade de Brasília, 1998, v. 1, p. 353.

116ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, [s.l.]: UNIC/RIO/005, 2009, p. 4.

117MENGOZZI, Paolo, Proteção Internacional dos Direitos Humanos, *in*: BOBBIO, Norberto;

controle sobre os compromissos em relação a direitos civis e políticos. Essas constatações são importantes, tendo em vista que a DUDH não garantiu de imediato – e ainda não garantiu plenamente – o cumprimento de diretrizes para a vivência harmoniosa dentro das nações e entre as nações. Nas ditaduras latino-americanas aqui estudadas é possível observar um descumprimento dos artigos da DUDH, como os seguintes:

Artigo III
 Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
 (...)
 Artigo V
 Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
 (...)
 Artigo IX
 Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.¹¹⁸

Estes são só alguns dentre outros casos para serem citados. A historiadora Lynn Hunt declara que a Anistia Internacional – entidade criada em 1961 e um dos importantes contatos do Clamor – e outras organizações não governamentais (ONGs) como a *Anti-Slavery International*, a *Human Rights Watch* e os Médicos sem Fronteira foram mais efetivos nesse sentido que a própria Declaração.¹¹⁹ Isso porque direitos fundamentais continuaram a ser violados no mundo todo, muitas vezes com a cumplicidade de países influentes como é o caso dos Estados Unidos, que foram artífices dos golpes na América Latina.

Ao longo da segunda metade do século XX a Argentina, o Brasil, a Bolívia, o Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai foram vítimas das ditaduras da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN é como ficou conhecida a ideologia ensinada nas escolas de guerra da região desenvolvida pela *National War College*, instituição estadunidense. A DSN utilizava uma tática que recebeu nomes como “guerra suja”, “guerra antirrevolucionária” e “guerra antissubversiva”. Esse método consistia na tomada do governo por forças militares e paramilitares a partir do uso do terror

MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), **Dicionário de política**, Brasília: Universidade de Brasília, 1998, v. 1, p. 356.

118 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **DUDH**, p. 5–7.

119 HUNT, Lynn, **A invenção dos direitos humanos: uma história**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 210.

cotidiano. Em diversos países era comum ouvir falar de “campos de concentração, assassinato sistemático de grupos inteiros (famílias, vilas, etnias e comunidades religiosas), e uso extensivo da tortura e do estupro como armas de destruição física e psicológica”.¹²⁰

É possível dizer que a DSN tinha como principal arma o anticomunismo, que deve ser entendido para além da simples oposição ao comunismo, mas uma proposição da extrema direita que toma movimentos populares como inimigos, tachados como comunistas.¹²¹ O historiador Rodrigo Patto Sá Motta constata que o anticomunismo foi um dos principais argumentos na história do Brasil republicano para legitimação de intervenções autoritárias no país, algo que aconteceu em 1937 com o golpe de Getúlio Vargas que deu origem ao regime conhecido como Estado Novo, e o golpe de 1964 que depôs o presidente democraticamente eleito João Goulart dando início à ditadura militar.¹²²

Durante a Guerra Fria, conflito ideológico em que os Estados Unidos e a União Soviética disputavam a hegemonia de seus sistemas político-econômicos – capitalismo e comunismo, respectivamente – a América Latina foi vista pelos EUA como uma região estratégica para fortalecer o sistema que representava. Ao longo dos anos 1940 e 1950 a União Soviética obteve êxito na disseminação de seus ideais pelo mundo – a exemplo da China, Iugoslávia, Vietnã, Coreia do Norte e Cuba. Por outro lado, o fato de a URSS não ter assinado a DUDH se tornou munição para a disseminação da propaganda anticomunista dos EUA, que juntaram esforços para combater a influência comunista pelo mundo – inclusive na América Latina, como será demonstrado.¹²³

120 Tradução livre. No original: “concentration camps, systematic murder of entire groups (families, villages, ethnic and religious communities), and extensive use of torture and rape as weapons of physical and psychological destruction”. FEIERSTEIN, Daniel, National Security Doctrine in Latin America: the Genocide Question, *in*: BLOXHAM, Donald; MOSES, A. Dirk (Orgs.), **The Oxford Handbook of Genocide Studies**, New York: Oxford University Press, 2010, p. 492.

121 Conforme: BONET, Luciano, Anticomunismo, *in*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.), **Dicionário de política**, Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 34–35.

122 MOTTA, Rodrigo Patto Sá, **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**, Tese de Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

123 “A renúncia do bloco soviético em relação à carta de direitos humanos se transformou em grande oportunidade para as hierarquias do campo político reforçarem a gestão dos afetos políticos, estimulando através dos grandes jornais sentimentos de repulsa e ressentimento para com os

Já em 1947 os Estados Unidos assinaram uma série de medidas em que “se comprometiam a enviar forças militares a qualquer país do mundo ameaçado pela União Soviética ou pela subversão interna insuflada pelo comunismo”.¹²⁴ A partir daquele ano, foram feitos vários acordos com os países latino-americanos,¹²⁵ embora o mais efetivo deles tivesse sido a Lei de Segurança Mútua, assinada em 1951. Esta foi uma série de acordos bilaterais firmados durante a Guerra da Coreia com os países para uma relação de dependência entre os exércitos dessas nações com o estadunidense. A Guatemala foi vítima de um golpe de Estado orquestrado pela Agência Central de Inteligência Norte-Americana (CIA) em 1954, quando a intenção de implantação de reformas sociais foi vista como uma forma de infiltração comunista.¹²⁶

As relações da política estadunidense com a América Latina aumentaram após a Revolução Cubana, em 1959. O presidente americano John Fitzgerald Kennedy, que assumiu o cargo em 1961, lançou o programa Aliança Para o Progresso, uma ação diplomática que visava o avanço econômico nos países da região e afastar as influências marxistas. A parceria, no entanto, não vingou por muito tempo. Segundo o historiador Carlos Fico, muitas das pessoas que faziam parte desse programa de fato se interessavam em criar medidas efetivas para a

soviéticos e o comunismo. Ao não referendar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os soviéticos conformavam-se como o polo maléfico da cena histórica, dignos da classificação de totalitários, incivilizados e antirreligiosos”. SCHOLZ, Jonathan Marcel, **O mal-estar nos direitos humanos: afetos políticos e direitos humanos no Brasil (1945-1964)**, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020, p. 186.

124 FERNANDES, Ananda Simões, A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva, **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831–856, 2009, p. 832.

125 “Uma das primeiras medidas da Doutrina Truman para a adesão e manutenção dos países latino-americanos no bloco capitalista foi a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947. Este Tratado estabelecia que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um outro americano, seria considerado como um ataque contra todos os eles e, em consequência, cada país se comprometeria a ajudar a fazer frente ao ataque. Apesar dos protestos gerados no subcontinente (os países latinoamericanos estariam definitivamente vinculados à estratégia militar dos Estados Unidos), o TIAR abriu caminho para o Sistema Militar Interamericano, o que acabou proporcionando ‘a primeira série de acordos bilaterais para o estabelecimento de missões de assessoria militar’ (MARTINS FILHO, 1999: 69). Já em 1948, foi assinada a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Bogotá, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Os países-membros comprometiam-se a defender o desenvolvimento socioeconômico do continente americano, através de métodos pacíficos. Na prática, a OEA acabou se constituindo em um organismo de imposição e manutenção da ordem hegemônica capitalista na América Latina.” *Ibid.*, p. 832–833.

126 Conforme: *Ibid.*, p. 834.

mudança de vida na América Latina, mas essas questões ficavam em segundo plano tendo em conta a supervalorização do combate ao comunismo. O historiador Marcos Napolitano aponta que o programa enviou para o Brasil, entre 1961 e 1964, “uma média anual de 5 a 7 mil norte-americanos entre voluntários bem intencionados dos Corpos da Paz e mal-intencionados espões da CIA”.¹²⁷ Soma-se a isso uma “inexperiência (...) e uma administração excessivamente burocratizada”.¹²⁸

A propaganda ideológica e o avanço econômico não foram as únicas estratégias adotadas pelo governo norte-americano. Após a Revolução Cubana, os estadunidenses, inspirados nas táticas francesas utilizadas nas guerras de libertação colonial, investiram na disseminação de uma doutrina para aperfeiçoamento da política externa, já desenvolvida em 1946 pelo *National War College* e que, conforme já demonstrado, ficou conhecida como Doutrina de Segurança Nacional. O sociólogo Daniel Feierstein afirma que os métodos aplicados pela França na Indochina e na Argélia foram mais tarde aprendidos pelos EUA e aplicados na Guerra do Vietnã e também ensinados nos centros de treinamento militares latino-americanos.¹²⁹ Segundo a historiadora Ananda Simões Fernandes,

As escolas militares na América Latina foram formuladas segundo a inspiração dessa escola de guerra: Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil; Academia de Guerra, no Chile; Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; Escola Superior de Guerra, na Colômbia; Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia.¹³⁰

As táticas da DSN eram aplicadas àqueles considerados “subversivos”, isto é, que manifestassem posicionamento que confrontasse a ordem política estabelecida por esses regimes. Mais do que os métodos de repressão, essas ditaduras praticavam a cumplicidade umas entre as outras. Cabe falar aqui da Operação Condor, ou Plano Condor (1975-1983), um programa de inteligência e espionagem entre esses regimes em que cooperavam em executar medidas

127NAPOLITANO, Marcos, **1964: História do Regime Militar Brasileiro**, São Paulo: Contexto, 2014, p. 56.

128FICO, Carlos, O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA, *in*: FICO, Carlos *et al* (Orgs.), **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 61.

129FEIERSTEIN, National Security Doctrine, p. 489.

130FERNANDES, A reformulação da Doutrina, p. 836.

repressivas e ações conjuntas.¹³¹ O trabalho do Clamor foi fundamental no sentido de expor tais ações. Um dos casos mais famosos – e midiáticos – da atuação do grupo diz respeito ao resgate de duas crianças uruguaias, Anatole (4 anos) e Vicky (2), que haviam sido encontrados no Chile após seus pais, militantes de esquerda, terem sido mortos na Argentina. Esse episódio é uma importante prova da cooperação da repressão entre os países, tal como da cooperação contra a repressão por parte do grupo. Essa é a razão de Jan Rocha ter dado o nome de seu livro de memórias sobre o Clamor de *Solidariedade não tem fronteiras: A história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor*.

Ainda que seja grave o fato de os Estados Unidos, um dos países mais poderosos do mundo e signatário da DUDH tivesse se envolvido nas ditaduras no sul de seu próprio continente – ainda mais utilizando como justificativa a defesa de direitos humanos quando estes foram violados pelos regimes impostos – seria errôneo imputá-los de culpa total pelos golpes nesses países. As elites e setores empresariais também estavam por trás desses movimentos e permaneceram como fortes aliados desses governos ao longo de sua duração, mas eram os militares que assumiram o poder nessas nações, o que torna comum o uso do termo “ditadura militar” ao se referir a esses regimes. Outras abordagens consideram o apoio civil para chamar usar “ditadura civil-militar” ao falar deles.¹³²

No Brasil esse apoio ao golpe recebeu apoio até mesmo da Igreja Católica. A ala conservadora conhecida como Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) foi organizadora de um grande protesto de rua em São Paulo em 19 de março de 1964 contra as reformas sociais propostas pelo presidente João Goulart. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade uniu mais de 500 mil pessoas. A Marcha foi repetida no Rio de Janeiro a partir da decretação do golpe em 1º de abril daquele ano. Apesar da falta de unanimidade entre bispos, a própria CNBB lançou nota em que celebrava o golpe por salvar o país do comunismo,

131 FEIERSTEIN, National Security Doctrine, p. 493.

132 Ver: MENDES, Ricardo Antonio Souza, Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia, **Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 6–38, 2013.

representado pelas reformas de Goulart.¹³³ Para muitos católicos, o comunismo representava uma ameaça aos dogmas da Igreja na proposta de secularização da sociedade e do Estado.¹³⁴

O Conselho Mundial de Igrejas mantinha os olhos atentos ao que acontecia no Brasil, tendo em vista que em 1964 o país seria sede da reunião da Federação Mundial de Estudantes Cristãos, mas o encontro foi transferido para a Argentina após o golpe contra Goulart. Foi mais tarde, porém, que o CMI iniciou um grupo de trabalho especificamente para acompanhar os países da América Latina. O CMI já nos anos 1950 fomentava projetos entre as igrejas na defesa de refugiados do leste europeu, incentivando a CEB a acolher esses refugiados. Após a decretação do golpe o órgão passou a dar apoio a entidades ecumênicas que estivessem dispostos a lutar pacificamente contra o regime e a divulgar ao mundo notícias sobre o que acontecia no país (chegando até mesmo à Organização das Nações Unidas).¹³⁵

André Souza Brito declara que

Por “resistência pacífica” e “contestação política”, entendemos uma gama multifacetada de práticas que vão desde o apoio financeiro a entidades como o CLAMOR, no acolhimento de refugiados não reconhecidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), oriundos das ditaduras do Cone Sul, passando pelo apoio a entidades ecumênicas como o Centro de Documentação e Informação e (CEDI) e a Coordenadoria

133 GOMES, **Os bispos católicos**, p. 25.

134 “A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é de que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do cristianismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e às caridades cristãs; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários”. MOTTA, **Em guarda contra o perigo vermelho**, p. 38–39.

135 “During the mid-1970s the WCC energetically engaged in solidarity with the churches and people of Brazil, pursuing a two-pronged approach: sharing informations on abuses and torture with churches around the world, with appropriate United Nations bodies, and with concerned governments abroad; and the provision of direct moral and financial assistance to detainees and prisoners through ecumenical channels inside Brazil. It recognized that this largest of Roman Catholic constituencies in the world, in light of the severe curtailment of freedom expression, was becoming the main national ‘voice of the voiceless’, and that it was uniquely placed to provide the space and protection not only for the victims but also for the non-violent opponents of the military regime and thus merited the full attention and support of the international ecumenical family”. HARPER, **O Acompanhamento**, p. 7.

Ecumênica de Serviço (CESE), até o fomento de ações clandestinas como o projeto *Brasil: Nunca Mais* e a denúncia de violações de direitos humanos cometidas pela ditadura brasileira, através de instâncias internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU).¹³⁶

Em 1972, Juan Maria Bordaberry assumiu a presidência do Uruguai e, com o apoio das Forças Armadas, dissolveu o Congresso, banindo sindicatos e partidos da oposição. Nesse momento, ativistas uruguaios estavam em busca de apoio internacional de organizações que pudessem ajudar na promoção dos direitos humanos no país. Após o pastor metodista uruguaio Julio Barreiro, membro do ISAL, relatar uma invasão a sua casa por um esquadrão da morte, o então secretário-geral do CMI, Eugene Carson Blake, decide criar um grupo, liderado por outro pastor metodista uruguaio, Emilio Castro, com o objetivo de estabelecer um Conselho Latino-americanos de Igrejas, que veio a vigor apenas em 1982.

Esses dois casos – a decretação do golpe e a invasão à casa de Barreiro – despertaram no Conselho uma necessidade de desenvolvimento de um trabalho específico para a América Latina. Vale apontar que o CMI, junto ao Conselho Missionário Internacional tinham um corpo representativo para fazer contato em países no mundo todo: era o *Commission of the Churches on International Affairs* (CCIA – Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais). Em 1973, antes de o presidente chileno Salvador Allende ter sido vítima de um golpe de estado, a ideia já estava a ser esboçada. Após o golpe, durante a ditadura do general Augusto Pinochet, o CMI criou uma Força de Tarefa Emergencial, liderada por Charles Harper. Esses empreendimentos todos levaram à criação do *Human Rights Resources on Latin America* (HRROLA) – também descrito como Programa de Direitos Humanos para a América Latina do CMI –, que ficou sob direção deste, que passava a fazer visitas frequentes a países da região para acompanhar o trabalho ecumênico desenvolvido nesses países, já tomados pelas ditaduras.

136BRITO, *Cristianismo Ateu*, p. 167.

1.1.4. *Ecumenismo: herege e subversivo*

Muitos dos setores protestantes não aprovavam o princípio do ecumenismo. Um histórico de hostilização sofrida pelos protestantes por parte dos católicos despertou a recusa de tal prática. No entanto, mesmo com o *mea-culpa* assumido pelos católicos após o Concílio Vaticano II, uma parcela dos evangélicos permaneceu avessa à cooperação. Ora, missionários evangélicos chegaram ao Brasil com o intuito de converter a sociedade que julgavam ainda não cristianizada, apesar de majoritariamente católica. Logo, a união com os católicos simbolizaria uma recusa à identidade protestante.

Essa identidade também tomava os Estados Unidos da América enquanto modelo de sociedade ideal. De lá também saiu um importante movimento religioso conhecido como fundamentalismo. A historiadora Karina Kosicki Bellotti define o fundamentalismo “como um movimento reformista do protestantismo americano, caracterizado como uma reação moderna e antimodernista quanto à modernidade no Ocidente”.¹³⁷ A partir dos anos 1960 cristãos fundamentalistas filiam-se ao Partido Republicano e buscam aplicar seus princípios na política.

Sendo inegáveis as influências dos protestantes estadunidenses na América Latina, as ideias mencionadas também chegaram ao Brasil. O sociólogo Antonio Gouvêa Mendonça aponta como uma das influências a pregação do pastor presbiteriano Carl McIntire, fundador do Conselho Internacional de Igrejas Cristãs, organização de viés fundamentalista.¹³⁸ Bellotti, por sua vez, encontra na exportação de produtos culturais e midiáticos dos Estados Unidos uma disseminação de mensagens fundamentalistas.¹³⁹

Uma vertente desse fenômeno que se estabeleceu na política estadunidense é o pré-milenarismo, que inclui que a ideia de que a decadência faz parte do plano divino e, portanto, não cabia ao ser humano buscar a solução para as mazelas da sociedade. O único que seria capaz de resolver tais situações seria o próprio Cristo

137BELLOTTI, Karina Kosicki, Fundamentalismos e intolerâncias, *in*: SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Orgs.), **Religião e sociedade na América Latina**, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 134.

138MENDONÇA, O protestantismo no Brasil, p. 58.

139BELLOTTI, Fundamentalismos e intolerâncias, p. 142–145.

em sua segunda vinda. Para os pré-milenaristas a raiz da pobreza está no pecado. Logo, esta não deveria ser combatida pelas esferas do poder, já que apenas Cristo a sanaria.¹⁴⁰ Em muitas denominações protestantes no Brasil essa corrente era bastante presente. Se o movimento ecumênico valorizava a ação social, esse, sem dúvida, era subversivo, aos olhos dos fundamentalistas.

A ISAL, nos anos 1960, começava a falar sobre a ideologização do Evangelho em prol do *status quo* econômico e político, algo que não foi bem-visto pelas instituições eclesásticas, que começam a retirar seu apoio oficial à entidade. Esta, no entanto, não ficou sem parceiros – esse papel ficou relegado ao CMI.¹⁴¹ No Brasil, membros do Setor de Responsabilidade Social da CEB e organizadores da Conferência do Nordeste eram penalizados pela cúpula das igrejas e denunciados ao regime. Diante disso, é correto afirmar que antes do Concílio Vaticano II e das reuniões do CELAM, parte do meio protestante já estava aberto ao diálogo ecumênico, por meio da ISAL e da CEB, e já chamava atenção para os problemas sociais do país, conforme se observa na Conferência do Nordeste.

Conforme relata Rubem Alves, o protestantismo brasileiro se inspirava no estadunidense para afirmar sua identidade. Para além da oposição ao catolicismo, o comunismo era um valor ao qual o bom cristão deveria se opor. Além deste havia o Evangelho Social, que subvertia a mensagem bíblica em prol de causas de transformação social. Para muitos desses cristãos, o comunismo e o Evangelho Social estavam diretamente relacionados.¹⁴² Se o movimento ecumênico tinha como uma de suas inspirações Richard Shaull, intelectual inspirado no Evangelho Social e

140Essa ideia também está de acordo com a Teologia da Igreja Espiritual, desenvolvida por teólogos protestantes estadunidenses diante da abolição da escravidão nos EUA. A solução encontrada por alguns deles foi de “não comprometer a igreja com a questão escravista. A solução foi racionalizar a escravidão através de uma doutrina nova que ficou conhecida por Teologia da Igreja Espiritual. Com base no preceito bíblico ‘dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus’, a Teologia da Igreja Espiritual insistia em que à igreja importavam as questões espirituais e as materiais e políticas ao Estado”. MENDONÇA, Antonio Gouvêa, *O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas*. **Revista USP**, n. 67, p. 48–67, 2005, p. 54. Ver também: MAGALHÃES, Marion Brepohl de, *Fundamentalismo cristão e política*, in: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexandre Martins (Orgs.), **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Idéias, Instituições e Personagens**, Rio de Janeiro: MAUAD, 2000, p. 199–200.

141DIAS, O Movimento Ecumênico, p. 148.

142Conforme: ALVES, **Religião e repressão**, p. 255.

que defendia a inserção das igrejas em processos de mudanças sociais, o ecumenismo seria, portanto, oposto aos valores evangélicos.

As instituições religiosas não foram as únicas a fixar os olhos nas práticas ecumênicas. O historiador André Souza Brito demonstra que os órgãos de vigilância do Estado também registravam as movimentações desses agentes. O CMI acompanhava as mobilizações do ecumenismo, sendo também mal visto pelas forças repressoras e atacado por agentes da ditadura. Estes estavam cientes das relações que Arns e Wright possuíam com o órgão. No documento abaixo (figura 3), apontam que a organização apoiava as greves de trabalhadores e era considerada “por muitos” (sem identificação), como integrante do “Movimento Comunista Internacional”. Esses argumentos são elencados para justificar a suspeição de subversão com uma instituição estrangeira com relações no Brasil.

democracia e dos direitos humanos.¹⁴³ Logo, o movimento ecumênico, engajado nessa causa, despertou desconfiança nas elites golpistas e autoritárias da América do Sul, que empenhavam esforços em seu combate.

1.2. O financiamento do Clamor

Em 1979, quando o Clamor já estava em pleno funcionamento na Cúria Metropolitana de São Paulo, Jaime Wright colocava no papel os objetivos do grupo, que se tornariam o seu “Projeto para Ajuda Financeira”. O documento com a proposta foi enviado para organizações internacionais para que assim o Comitê tivesse parcerias importantes.

A metodologia de ação do grupo foi estabelecida da seguinte forma:

- Elaborar e publicar um boletim mensal, contendo denúncias e reflexões sobre direitos humanos no Cone Sul;
- Distribuir para a grande mídia e para organizações de direitos humanos e instituições semelhantes no Brasil e outros países esse boletim (esse boletim é gratuito e é publicado em português, inglês e espanhol);
- Manter relações próximas com organizações permanentes de direitos humanos, como o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, OEA, Conselho Mundial de Igrejas, Anestesia Internacional, etc.
- Manter relações próximas com os refugiados latino-americanos no Brasil;
- Providenciar auxílio médico, dental e legal, além de ajuda financeira, aos refugiados;¹⁴⁴

Essa metodologia reforça o tripé “resistência-denúncia-solidariedade” apontado pelo historiador Enrique Serra Padrós e mencionado na introdução deste

143Ver: CRUZ, Heloísa de Faria, Rompendo fronteiras: movimentos e imprensa de direitos humanos no Cone Sul (1970/1980), **Projeto História**, v. 66, p. 255–289, 2019.

144Tradução livre. No original:

- To elaborate and publish a monthly bulletin, containing denunciations and reflections on human rights in the Southern Cone;
- To distribute for the larger press and for human rights organizations and similar institutions in Brasil [sic] and in other countries this bulletin; (the bulletin is free and is published in Portuguese, english and Spanish);
- To maintain close connections with permanent organizations for the defense of human rights, such as ACNUR – High Comissariat of the United Nations for Refugees, OEA, World Council of Churches, Amnesty International, etc.
- To maintain close connections with the corps of Latin American refugees in Brasil [sic]/
- To provide medical, dental and legal aid, besides financial aid, to the refugees”. **COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA OS PAÍSES DO CONE SUL. Project for Financial Aid.** (abr. 1978).

trabalho.¹⁴⁵ É oportuno reforçar que a periodicidade mensal do boletim não tinha padrão definido. Ainda assim, naquele momento quatro deles já haviam sido publicados e distribuídos. No documento, é alegado que, para que a publicação mensal fosse sustentada, o grupo precisaria receber um total de 46 mil cruzeiros (somando despesas com escrita e traduções, diagramação e secretariado, custo de papel, impressora e distribuição), apenas para desenvolver essa função. Considerando que, na época, o salário mínimo brasileiro era de 2.268 cruzeiros,¹⁴⁶ para o cuidado com os refugiados, somando documentação, comida, casa e roupas, o total em cruzeiros seria de 12.400. Desta forma, o Clamor solicitou ao CMI uma ajuda anual de 552 mil cruzeiros para a publicação dos boletins e 72 mil para os cuidados com os refugiados. O total desse auxílio, em dólares, seria de 27 mil. O pedido era de receber um financiamento das atividades para os anos de 1979 e 1980, deixando claro também que aceitaria de bom grado qualquer auxílio, mesmo que não pudesse cobrir todos esses gastos.

Charles Harper respondeu à equipe afirmando que o CMI vinha acompanhando com grande entusiasmo o trabalho do Clamor, esperando poder colaborar com o projeto. Ele define que o órgão contribuiria com o Comitê em um equivalente a 25 mil dólares por ano nos períodos de 1979-1980 e 1980-1981. Essa era a despesa equivalente ao trabalho com o boletim. A quantia para o auxílio aos refugiados não seria coberta pela instância de Harper, que passou o pedido para os Serviços de Refugiados do CMI para consideração. O diretor do HRROLA desejou a eles “uma frutífera e firme continuidade para seu trabalho, com expressões especiais de solidariedade cristã”.¹⁴⁷

Em carta sobre o mesmo assunto, endereçada somente a Jaime Wright, Harper afirma que “A decisão foi feita à luz do excelente trabalho sendo realizado pelo CLAMOR, como fonte de informação precisa e de testemunho profético

145Ver: PADRÓS, CLAMOR, p. 65.

146Dados de maio de 1979. Sobre isso, ver: <<https://www.oabsp.org.br/subs/saoluizdoparaitinga/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua>> Acesso em 16 ago. 2022.

147Tradução livre. No original: “a fruitful and firm continuation of your work, with special expressions of Christian solidarity”. HARPER, Charles. **CLAMOR “Project for Financial Aid” for 1979 and 1980**. Genebra, 8 de novembro de 1979.

alcançando vários setores das sociedades brasileira e latino-americana”.¹⁴⁸ A Comissão de Igrejas em Assuntos Internacionais (CCIA), órgão do CMI, chegou até a aproveitar que a trigésima nona sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em 1982, tinha como tema “Questão dos desaparecimentos forçados ou involuntários” para apresentar o documento *Desaparecidos en la Argentina*, produzido pelo Clamor e que compila evidências de desaparecimentos de pessoas naquele país, e será destrinchado no capítulo seguinte.

Um memorando de Jaime Wright a Dom Paulo de 20 de setembro de 1982 (figura 4) revela os grupos que contribuem com o Clamor financeiramente. A relação de organizações envolvidas reforçava o caráter ecumênico do Comitê. Com exceção da Anistia Internacional, todas as outras eram cristãs: o Conselho Mundial de Igrejas, na Suíça; o Escritório Diaconal Geral (*Algemeen Diaconal Bureau*), na Holanda; a Ação Ecumênica Sueca; a Igreja Unida do Canadá (*United Church of Canada*); e a Igreja Presbiteriana Unida Knox (*Knox United Presbyterian Church*), nos EUA. Foi mencionado na nota que duas entidades católicas tinham interesse em colaborar com o grupo, mas com exigências que não foram aceitas. Estas, no entanto, não foram nomeadas. Duas outras pessoas decidiram contribuir individualmente: o médico presbiteriano Décio Lauretti, de Socorro, São Paulo; e Fredrik Lautmann, da Igreja da Suécia. A documentação entregue por Jan Rocha ao Centro de Documentação e Informação (CEDIC) da PUC-SP aponta que havia correspondências também com a Igreja Presbiteriana de Overland Park, nos EUA, a *Christian Aid* (agência formada por igrejas cristãs localizada no Reino Unido voltada a defesa de projetos humanitários – tradução: Cuidado Cristão), a *Trocaire* (instituição católica e humanitária da Irlanda – tradução: Misericórdia) e a CAFOD (*Catholic Agency for Overseas Development*, ou, em português, Agência Católica para o Desenvolvimento Ultramarino, instituição inglesa de caridade). Apesar da visita ao local, não foram encontradas correspondências com todas essas instituições.

148Tradução livre. No original: “The decision is taken in the light of the excellent work being carried out by CLAMOR, as a source of precise information and of prophetic witness reaching across wide sectors of Brazilian and Latin American societies”. HARPER JR, Charles R. **Ref.: CLAMOR “Project for Financial Aid” description, for 1979 and 1980 (4 pages, undated)**. Genebra, 8 de novembro de 1979. Carta para Jaime Wright.

Nos anexos do documento “CLAMOR: UMA HISTÓRIA DE SOLIDARIEDADE”, com data de 10 de agosto de 1989, são mencionadas as visitas que o grupo recebeu ao longo de sua existência. Como a presente pesquisa trabalha a religião enquanto recorte temático no estudo do Clamor, são destacadas algumas personalidades e organizações envolvidas no cenário cristão. Representantes da organização italiana *Pro Civitate Christiana de Assisi* (tradução: Pró Cidadania Cristã; Assisi é a cidade que sedia a organização) e uma comitiva de “padres americanos da Congregação de Santa Cruz” estavam entre eles. Ademais, foram mencionados: Hugo Fröling, integrante da Academia de Humanismo Cristão do Chile; Charles Harper; Alonso Roberts, da *Christian Aid*, com sede em Londres, na Inglaterra; e o reverendo Wytze Hoekstra, do *Algemeen Diaconaal Bureau van de Gereformeerde Kerken in Nederland* (tradução: Escritório Diaconal Geral das Igrejas Reformadas na Holanda).

Em carta de Jaime Wright a Charles Harper de 17 de fevereiro de 1983, o pastor agradece a Harper pelo financiamento do CMI ao Clamor, anexando uma cópia das despesas de 1982 (figura 5). O órgão de Genebra recebe dinheiro de igrejas membros e agências ecumênicas parceiras (conforme figura 6). É fato que grande parte do dinheiro que igrejas recebem vem de dízimos e ofertas. O dízimo é a décima parte do salário recebido pelo cristão, que é entregue voluntariamente à Igreja local. Essa ideia é baseada em um mandamento bíblico de separar essa fração de quantia recebida no mês para devolver a Deus (já que o dinheiro pertence a Ele e não ao ser humano), que recompensa quem o faz.¹⁴⁹

Já as ofertas são uma quantia doada de maneira voluntária, sem preço fixado. Tanto dízimos como ofertas são administrados pelas instituições religiosas e utilizadas, muitas vezes, para ações sociais, pagamento de salários de funcionários e projetos religiosos. Partindo desse pressuposto, o dinheiro de muitos crentes ao redor do mundo pode ter sido utilizado para bancar projetos do Clamor.

149 Isso é percebido na passagem bíblica do livro de Malaquias, capítulo 3, versículos 8 a 10: “‘Pode um homem roubar de Deus? Contudo vocês estão me roubando. E ainda perguntam: ‘Como é que te roubamos?’ Nos dízimos e nas ofertas. Vocês estão debaixo de grande maldição porque estão me roubando; a nação toda está me roubando. Tragam o dízimo todo ao depósito do templo, para que haja alimento em minha casa. Ponham-me à prova, diz o SENHOR dos Exércitos, ‘e vejam se não vou abrir as comportas dos céus e derramar sobre vocês tantas bênçãos que nem terão onde guardá-las (...)’”. **Bíblia Sagrada NVI**, p. 910.

FIGURA 4 - AGÊNCIAS FINANCIADORAS DO CLAMOR

Caixa Postal 18985 Aeroporto
01008 São Paulo, SP

20 de setembro de 1982

Dom Paulo,

Saúde e paz no Senhor!

Para sua informação, envio-lhe, em anexos, cópias de cartas que escrevi recentemente aos grupos e pessoas que contribuem financeiramente para o CLAMOR.

<u>Entidades</u>	<u>País</u>	<u>Pessoa Responsável</u>
1. Conselho Mundial de Igrejas	Suíça	Charles R. Harper
2. Algemeen Diakonaal Bureau	Holanda	Anneke van Bentum
3. Ação Ecológica Sueca	Suécia	Eric Nilsson
4. United Church of Canada	Canadá	Garth Legge
5. Knox United Presbyterian Church	EE.UU. da A.	R. Charles Spivey
6. Amnesty International	Inglaterra	Patricia Finney

Existem, ainda, duas entidades — ambas católicas — que querem colaborar financeiramente conosco mas cujas exigências não aceitamos:

7. Trócaire	Irlanda	Sally O'Neill
8. CAFOD	Inglaterra	Clare Dixon

Entre as pessoas que fizeram donativos pessoais, destaco duas que contribuíram mais de uma vez:

9. Dr. Décio Lauretti	Socorro, SP
10. Rev. Fredrik Lautmann	Lesjöfors, Suécia

Fraternalmente,

Jaime Wright

WRIGHT, Jaime. Carta a Dom Paulo. São Paulo, 20 de setembro de 1982.

FIGURA 5 - DESPESAS DO CLAMOR DE 1982

	Cr\$	US\$
Lista de Desaparecidos na Argentina <i>List of Disappeared in Argentina</i>	2.605.312,00	15,235.74
Calendário de Crianças Desaparecidas <i>Calendar of Disappeared Children</i>	2.037.158,36	11,913.21
Serviços a Refugiados <i>Services to Refugees</i>	556.079,00	3,251.92
Telefonemas Interurbanos e Internacionais <i>Longdistance and International Telephone Calls</i>	281.103,67	1,643.88
Correio <i>Postage</i>	267.543,41	1,564.58
Material de Expediente <i>Office Supplies</i>	172.947,06	1,011.39
Condução <i>Transportation</i>	139.112,62	813.52
Representação <i>Guests</i>	55.295,00	323.36
Diversos <i>Miscellaneous</i>	84.424,00	493.71
Furto na casa do tesoureiro <i>Burglary in the treasurer's residence</i>	- 0 -	1,300.00
	<u>6.198.975,12</u>	<u>37,551.31</u>
	=====	=====

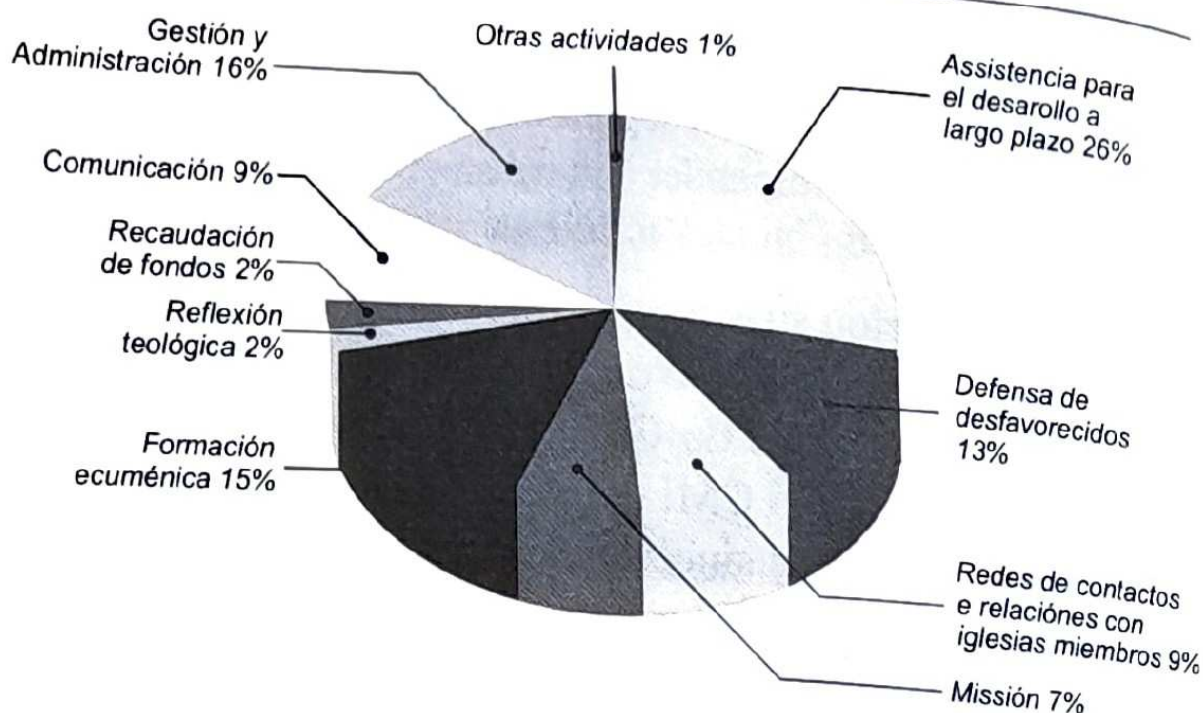
The official average exchange rate for 1982 was Cr\$171,00 to the dollar.

São Paulo, 17 de fevereiro de 1983.
São Paulo, 17 February 1983.

Irmã Michael Mary Nolan

NOLAN, Irmã Michael Mary. RESUMO DAS DESPESAS DE 1982. São Paulo, 17 de fevereiro de 1983.

FIGURA 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO CMI



Fonte: www.wcc-coe.org

Retirado de: ANDREOLA; RIBEIRO. **Andarilho da esperança**, p. 50.

Um pouco do que as entidades parceiras faziam para auxiliar o trabalho do Clamor pode ser percebido na carta de M. M. H. Frijns, coordenador do Departamento de Direitos Humanos do Conselho de Igrejas na Holanda. Escrevendo a Jaime Wright, ele afirmou que foi contatado por Charles Harper para conversar sobre um telegrama que havia recebido. Em 25 de agosto de 1978 ele relatou:

Ontem, (...) eu recebi um telegrama de uma senhora argentina: Florinda Habegger. Ela sabia meu nome, endereço e emprego, então estava bem informada.

Ela pediu por intervenção do Conselho de Igrejas Holandês sobre os governos argentinos e brasileiros porque seu marido: Norberto Armando Habegger desapareceu em 5 de agosto de 1978. Ele viajou pelo Brasil. A senhora Habegger considera isso uma violação de direitos humanos e culpa os governos brasileiro e argentino.

Eu ficaria muito agradecido se você pudesse me dizer se o senhor Habegger era de fato um prisioneiro político, um membro de um grupo recente de pessoas clandestinas ou se de alguma forma pode ter sido

vítima das forças de segurança por razões de consciência. Para nós neste momento é difícil julgar de que maneira podemos agir. Eu serei muito agradecido ao receber informação e conselho seus assim que possível.¹⁵⁰

Em tudo o que constam as pesquisas acerca de Habegger, o jornalista e escritor argentino e ex-secretário-geral da Juventude Democrata Cristã Argentina teria desaparecido no Rio de Janeiro. É apontada a hipótese de que ele teria sido preso e torturado pelos órgãos de repressão brasileiros e depois entregue a policiais argentinos, sendo também uma vítima da Operação Condor.¹⁵¹

Os membros do Clamor entravam em constante contato com embaixadores para receber as pessoas a quem prestavam auxílio, conforme foi observado ao longo desta pesquisa. Já em 1979 o Consulado Geral da Suíça escrevia a Jan Rocha sobre a autorização de recebimento de estrangeiros argentinos.¹⁵²

O acompanhamento presencial ao trabalho do grupo foi importante para avaliar a efetividade com que o Clamor empenhava suas funções. O documento que sintetiza a história do grupo destaca que a organização de Hoekstra (o *Algemeen Diakonaal Bureau van de Gereformeerde Kerken in Nederland*) “vinha questionando a necessidade de continuação da (...) atividade [do Comitê] em função de mudanças de conjunturas havidas”.¹⁵³

Isso pode ser confirmado em carta do reverendo de 12 de setembro de 1984, em que admite que a situação da repressão no Paraguai e no Chile

150 Tradução livre. No original: “Yesterday, August 24th, I had a telegram from an Argentine lady: Florinda Habegger. She knew my name, address and job, so she was well informed.

She asked for intervention by the Dutch Council of Churches at the Argentinian and Brazilian [sic] governments because her husband: Norberto Armando Habegger has disappeared on August 5th 1978. He travelled through Brasil. [sic]

Mrs Habegger considers this to be a violation of human rights and she is holding the Brazilian and Argentinian governments responsible.

I would be very grateful if you could let me know if this Mr. Habegger may indeed be a political prisoner, a member of a recent group of underground people or in any other way might be the victim of security forces because of reasons of conscience.

For us so far off it is difficult to judge as to what line of action we can take. I'll be most obliged to receive from you information and advise as soon as possible”.

FRIJNS, M. M. H. **Carta a Rev. Gaime [sic] Wright**. The Hague, 25 de agosto de 1978.

151 A ficha descritiva de Norberto Armando Habegger pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos está no link: <<https://cemdp.mdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/339>> Acesso em 16 jun. 2022.

152 BUFF, Hermann; CONSULAT GÉNÉRAL DE SUISSE. **Carta a Jan Rocha**. São Paulo, 3 de dezembro de 1979.

153 **CLAMOR: UMA HISTORIA DE SOLIDARIEDADE**. São Paulo, 10 de agosto de 1989.

permanecia preocupante, mas questiona se o Clamor deveria continuar agindo em prol da Argentina, tendo em vista que a redemocratização no país ocorreu em 1983 e, embora tendo sua democracia “fraca e ameaçada”, as organizações de direitos humanos no país já “funcionavam francamente”. Hoekstra não tira a atenção para a importância de agir pela Argentina, mas indaga: “Me proponho de perguntar a nossos relações em a Argentina [sic] se eles precisam o nosso apoio diretamente ou através de CLAMOR e na medida em que eles precisam a ajuda do CLAMOR, pelo menos quando V. Sas não tem objeções”.¹⁵⁴

O governo canadense também manteve contato com o Clamor após o encontro do primeiro-ministro com o grupo no Hotel Hilton em 1981, que será esmiuçado no próximo capítulo. O embaixador canadense R. S. MacLean deixa claro, em carta de 6 de fevereiro daquele ano, em nome de Trudeau, que o governo de seu país tomaria uma posição favorável aos refugiados do Cone Sul, orgulhando-se da promoção aos direitos humanos promovidas por esse governo e do histórico de abrigar pessoas em exílio.¹⁵⁵ O historiador Asa McKercher revela outro lado da história: segundo o autor, funcionários do governo temiam a chegada da extrema esquerda no Canadá, tomando como base as acusações de terrorismo dos grupos armados na América Latina. Porém, a pressão feita por ativistas, grupos trabalhistas e igrejas (e nisso é possível apontar o sucesso do Clamor) fez com que o Canadá se tornasse um dos países que mais acolheu refugiados da Argentina, Chile e Uruguai.¹⁵⁶

Respondendo à problemática do trabalho, esse capítulo demonstrou como o envolvimento de pessoas religiosas deu sustentação ao Clamor, inseridas numa rede ampla e internacional de entidades religiosas preocupadas com a garantia dos direitos humanos.

154 HOEKSTRA, Rev. Wytze E. **Carta ao CLAMOR**. Leusden, 12 de setembro de 1984.

155 MACLEAN, R. S. **Carta**. Brasília, 6 de fevereiro de 1981.

156 Conforme: MCKERCHER, Asa, Reason over passion: Pierre Trudeau, human rights, and Canadian foreign policy, **International Journal**, v. 73, n. 1, p. 129–145, 2018, p. 142–143. Sobre a relação de grupos cristãos com o governo Trudeau, ver: EGERTON, George, Trudeau, God and the Canadian Constitution: Religion, Human Rights and Government Authority in the Making of the 1982 Constitution, *in*: LYON, David; VAN DIE, Marguerite (Orgs.), **Rethinking church, state and modernity: Canada between Europe and America**, Toronto, Buffalo & London: University of Toronto Press, 2000, p. 90–112.

Parte da pressão exercida pelo grupo é evidente na disseminação do *Boletim Clamor*, que detalhou muito do que aconteceu ao longo dos anos de repressão em cada país do Cone Sul. Enviar os boletins para organizações de direitos humanos em diversas nações e continentes foi um esforço de tornar público o que aqueles governos pretendiam esconder. Esse é o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – “A IGREJA É COMUNICAÇÃO”: A EXPRESSÃO DA RELIGIOSIDADE NO BOLETIM CLAMOR

“A Igreja é comunicação, e será tanto mais viva quanto mais se comunica em profundidade. Sua ação principal será sempre desenvolvida de pessoa para pessoa. No entanto, os meios de comunicação preparam a atmosfera favorável ou desfavorável para tal relacionamento. São, portanto, indispensáveis também para a ação da Igreja. E só assim atingirão seu objetivo máximo, que é o de unir os homens, dispondo-os para o que há de mais nobre na vida”.¹⁵⁷
Dom Paulo Evaristo Arns

Em novembro de 1977, a jornalista britânica Janete Margareth Terdre da Rocha – ou simplesmente Jan Rocha –, correspondente do jornal inglês *The Guardian* e do canal de televisão e rádio *British Broadcasting Corporation* (BBC) no Brasil, se encontrou com exilados argentinos em São Paulo com o fim de escrever uma reportagem sobre suas experiências. No ano anterior, a presidente argentina Isabelita Perón havia sido derrubada por um golpe de Estado que foi seguido de um regime militar. Alguns estrangeiros estavam vivendo na capital paulista em uma casa alugada por jornalistas ingleses, incluindo Nick Terdre, irmão de Jan. Em uma visita àquele local, Rocha reconheceu o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que atendeu a muitos deles em seu escritório. Os dois perceberam que era necessário fazer algo para ajudar esses argentinos e recorreram à ajuda do reverendo presbiteriano Jaime Wright, amigo de Greenhalgh que já havia sido entrevistado por Rocha sobre o desaparecimento de seu irmão, Paulo Stuart Wright.

O Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul nasceu assim, na clandestinidade, mas a presença de Wright foi importante para que o grupo, batizado de Clamor, conseguisse um espaço na Arquidiocese de São Paulo e o apoio do Conselho Mundial de Igrejas. O pastor tinha uma amizade de longa data com Charles Harper, coordenador do Programa de Direitos Humanos para a América Latina do CMI e uma amizade mais recente com Dom Paulo, já conhecido no Brasil por sua firme posição na defesa de presos políticos.

¹⁵⁷ARNS, Paulo Evaristo, **Em Defesa dos Direitos Humanos: Encontro com o Repórter**, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 136.

Conforme mencionado no capítulo anterior, um fator muito importante para o Clamor eram os contatos internacionais que mantinha, que davam visibilidade à causa dos refugiados latino-americanos. A cooperação entre o Comitê e as demais organizações que integravam a rede de solidariedade era pautada por trocas de informações – que facilitavam a localização de desaparecidos –, encontros para discussão e visitas coletivas.¹⁵⁸ Enquanto nos países do Cone Sul a censura visava barrar a maior quantidade de informações possível, havia no exterior quem pudesse exercer pressão sobre os governos de forma a encerrar a violação aos direitos humanos. Assim, a contrainformação, que confrontava os discursos oficiais desses regimes, que negavam a prática dos crimes alegados, era uma arma empregada para combater a Doutrina de Segurança Nacional. O historiador francês Bertrand Taithe aponta que a mídia é fomentadora de emoções humanitárias, seja pelo jornalismo ou pelas produções artísticas e fotográficas. O autor aponta que a imprensa é comumente utilizada como uma plataforma para pedir doações,¹⁵⁹ algo que pode ser observado no estudo do Clamor. Segundo Paulo César Gomes,

(...) os bispos [católicos, como Dom Paulo Evaristo Arns,] perceberam muito cedo a importância do contato com outros países como forma de criticar o autoritarismo do governo brasileiro, divulgar a existência de tortura e denunciar os problemas sociais do país. Sabendo que a pressão internacional poderia ser uma importante arma para refrear os ânimos repressivos (...), tais líderes sempre recorreram aos meios de comunicação estrangeiros para obstar a política autoritária dos militares.¹⁶⁰

Essa constatação toma como referência documentos oficiais do governo militar sobre notícias veiculadas em órgãos da imprensa internacional que falam da atuação dos bispos contra a ditadura. O caso do *Boletim Clamor* é diferente, já que foi produzida em solo brasileiro, embora tendo como um de seus focos a veiculação de informações sobre a repressão na América Latina para fora da região.

Como o *Boletim Clamor* foi a principal plataforma de comunicação do grupo, seu conteúdo é o objeto de análise deste capítulo. De partida, é fato que a fé cristã foi um elemento presente em cada uma das edições. As publicações, que não

158Conforme: FRAGA, Clamor e a rede, p. 163.

159Ver: TAITHE, Bertrand, Empatias, cuidados e compaixões: as emoções humanitárias, in: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.), **História das emoções**, Petrópolis: Vozes, 2020, p. 493–520.

160GOMES, **Os bispos católicos**, p. 123–124.

possuíam periodicidade definida, faziam a defesa da vida dos pobres e oprimidos, em um alinhamento claro com a Teologia da Libertação. Além de salientar testemunhos de pessoas perseguidas pelos regimes ditatoriais, os ataques à Igreja eram também ressaltados. O Conselho Mundial de Igrejas e a organização chilena *Vicaría de la Solidaridad* eram alguns dos parceiros políticos que receberam a atenção do Comitê.

K. K. Roy, empresário indiano, em carta ao grupo afirmou que o boletim era “possivelmente o único” periódico dedicado à América Latina e Caribe distribuído na Ásia.¹⁶¹ R. J. Schneemann, embaixador australiano em Brasília, chegou a pedir que cópias lhe fossem enviadas para serem depois distribuídas ao Ministério Estrangeiro, às embaixadas australianas em Genebra e às Nações Unidas, em Nova York.¹⁶²

Ao mesmo tempo que trabalhava com publicações, o grupo dialogava com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) na busca do *status* de refugiado para os cidadãos que buscavam exílio no Brasil. O ACNUR, agência ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), foi criado em 1950 para lidar com os deslocamentos causados pela Segunda Guerra Mundial, porém mais tarde prosseguiu seu trabalho lidando com refugiados do mundo inteiro.¹⁶³ Na Convenção sobre o Estatuto de Refugiados, ocorrida em 1951, as Nações Unidas definiram

o termo refugiado como toda pessoa que, como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e devido a fundados temores de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, por pertencer a determinado grupo social e por suas opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, por causa dos ditos temores, não queira recorrer à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e estando, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde tivera sua residência habitual, não possa ou por temor fundado não queira regressar a ele.¹⁶⁴

161 ROY, K. K. **Carta ao “Director” do “Defense of Human Rights in the Southern Cone”**. Calcutta, 19 de maio de 1981.

162 SCHNEEMANN, R. J. **Carta a Reverend James [sic] Wright**. Brasília, 11 de fevereiro de 1981.

163 Ver: JOLIE, Angelina, Apresentação, *in*: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.), **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**, Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 6–7.

164 BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira, A Lei Brasileira de Refúgio - Sua história, *in*: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.), **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**, Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 15.

Durante os regimes de exceção na América Latina, aqueles que fugiam de seus países eram considerados asilados ou autoexilados. Não poderiam ser chamados de refugiados pelo recorte temporal estabelecido pela Convenção de janeiro de 1951, mas também pela ênfase que o conflito na Europa recebeu, deixando de lado outras regiões geográficas. Cabia aos países latino-americanos a recepção de refugiados europeus.

O ACNUR passou a fortalecer os laços na região a partir dos anos 1970, especialmente na América Central. Em 1977 a agência abriu um escritório no Brasil, apesar de este estar ligado ao Escritório Regional para o Sul da América Latina, que, por sua vez, tinha sede em Buenos Aires. Antes disso, em 1976, jovens chilenos procuraram a Arquidiocese do Rio de Janeiro, à época sob a direção de Dom Eugênio de Araujo Sales, para receber proteção, com recomendação da *Vicaría de la Solidaridad*, órgão então sob direção do cardeal Raúl Silva Henríquez, arcebispo de Santiago, no Chile. Sales conta que o número de pessoas acolhidas pela instituição entre 1976 e 1982 foi de aproximadamente 5 mil.¹⁶⁵

A partir de 1982, o ACNUR começou a atuar no Brasil oficialmente, tendo sede no Rio de Janeiro. Ainda assim, o foco de trabalho continuava nos refugiados europeus. Aos latino-americanos era permitida a “possibilidade de trânsito”, isto é, que fosse protegida sua permanência no Brasil por tempo curto, para que esses depois viajassem para outro país na Europa.¹⁶⁶ Assim, o ACNUR acompanhava a movimentação, e em muitos casos quem assumia a função de proteger brasileiros que buscassem refúgio no exterior e de estrangeiros que o fizessem no Brasil era a Igreja, algo ressaltado também pelo conteúdo dos boletins.¹⁶⁷

As edições de número 12 e 13, de 1981, foram vencedoras do Prêmio Vladimir Herzog, uma das mais importantes premiações do jornalismo brasileiro, que

165Ver: SALES, Eugenio de Araujo; ARNS, Paulo Evaristo, A história não contada do refúgio no Brasil antes da Lei nº 9.474/97, *in*: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.), **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**, Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 62.

166MILESI, Irmã Rosita; ANDRADE, William Cesar de, Atores e Ações por uma Lei de Refugiados no Brasil, *in*: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.), **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**, Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 29.

167Ver também: BARRETO, A Lei Brasileira, p. 17; MILESI; ANDRADE, Atores e Ações, p. 34–35.

reconhece o trabalho jornalístico que contribui para a defesa da democracia e dos direitos humanos. O reconhecimento foi das reportagens sobre as prisões nos países do Cone Sul, o desaparecimento de 163 crianças na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, e sobre o caso das fossas clandestinas na cidade de Yumbel, no Chile, onde foram enterradas pessoas desaparecidas. O periódico também foi vencedor do prêmio em 1982, sem indicação de matérias específicas em destaque.¹⁶⁸ Segundo rascunho redigido pelo grupo, encontrada em meio ao espólio documental do Conselho Mundial de Igrejas,

A cerimônia de apresentação em São Paulo, [em 26 de outubro de 1981,] que foi assistida por representantes do CMI e de igrejas canadenses, estava cheia de membros das imprensas nacional e internacional, movimentos populares, partidos políticos, sindicatos trabalhistas, igrejas, advogados, e associações universitárias.¹⁶⁹

Nesse primeiro momento, os boletins serão tomados como fonte para compreensão do posicionamento do Clamor diante dos regimes políticos e das novidades teológicas em que estava envolvido. Apesar da riqueza de temas relevantes acerca da repressão nos países do Cone Sul, o enfoque temático deste capítulo será a religiosidade. Muito do que foi publicado nessas fontes e analisado nesse trabalho não dizia respeito à ação empreendida pelo Comitê, mas o discurso ali inserido permite compreender sua posição diante dos acontecimentos na região do Cone Sul e de sua inserção no Cristianismo da Libertação.

Estudiosos do Clamor classificam o grupo como “progressista”, apesar de o próprio grupo não se assumir enquanto tal. A aplicação da Análise de Discurso sobre os boletins permite chegar a essa conclusão, porque ela trabalha com a relação do sujeito com a realidade a partir do texto. Segundo a linguista Eni Puccinelli Orlandi,

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação,

168Ver: <<https://premiolvladimirherzog.org/lista-premiados-vladimir-herzog-todas-as-edicoes/>> Acesso em 26 jul. 2022.

169Tradução livre. No original: “The presentation ceremony in Sao Paulo, which was attended by visiting representatives of the WCC and of the Canadian churches, was packed with members of the national and international press, people’s movements, political parties, labour unions, churches, lawyer and university associations”. **Basic facts: HERZOG HUMAN RIGHTS PRIZE COMMENDS JOURNALISTIC WORK IN BRAZIL (or something like that!)**. 1981. [Draft/Rascunho]

trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma 'chave' de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.¹⁷⁰

A palavra em si não é produtora de sentido, mas está envolvida diante de traços ideológicos, que permitem localizar socialmente os enunciadores.¹⁷¹ Ora, se a defesa de direitos humanos era considerada, para os órgãos do governo, uma atividade subversiva, conforme demonstrado no capítulo anterior, é possível concluir que o grupo não aceitava o *status quo*, mas trabalhava para superar os obstáculos impostos pela Doutrina de Segurança Nacional e pelas injustiças nas estruturas da sociedade capitalista sendo, portanto, progressista. O presente capítulo trabalhará com a posição pública assumida pelo Clamor a partir dos boletins publicados.

Os boletins foram um importante veículo de divulgação do trabalho do Clamor que percorreu países da América e da Europa. Foram publicadas 17 edições do boletim, com sua fase mais dinâmica entre 1978 e 1981, já que não houve publicação em 1982 e entre 1983 e 1985 houve só um volume em cada ano. Esses boletins eram escritos em português, inglês e espanhol, eram distribuídos gratuitamente e recebiam financiamento de instituições internacionais cristãs internacionais. Cabe apontar que, embora a censura à imprensa fosse uma prática frequente da ditadura, não há registro dessa prática contra os boletins, possivelmente pelo caráter de mídia "independente", ou pela maior abertura de posicionamento político da Igreja Católica.

Heloísa de Faria Cruz, retomando Lynn Hunt, destaca que, sendo a década de 1970 um período de renovação política considerável, com os direitos humanos incorporados às pautas das esquerdas, os boletins do Clamor integram o que a autora chama de "imprensa de direitos humanos". A definição que Cruz dá a essa ideia são os veículos empenhados na denúncia de repressão a direitos humanos fazendo oposição às ditaduras no Cone Sul. A autora reconhece que as entidades empenhadas na promoção dos direitos humanos atuavam a partir de

170ORLANDI, Eni Puccinelli, **Análise de discurso: princípios & procedimentos**, Campinas: Pontes, 2009, p. 26.

171Ver: *Ibid.*, p. 39–44.

(...) formas de comunicação, tais como contatos telefônicos, troca sistemática de correspondência, viagens coletivas e promoção de diferentes encontros, reuniões e seminários, em sua atuação externa, visando à opinião pública e à produção da contrainformação, [e] tinham como base a circulação dos veículos do que aqui denominamos imprensa de direitos humanos.¹⁷²

Assim, Cruz considera que a rapidez com que a indignação da injustiça chegava à opinião pública internacional está diretamente ligada à disseminação de informações sobre violações de direitos a partir dos boletins. O *Boletim Clamor*, na visão da autora, foi o principal desses veículos, e o impacto do grupo deve-se à eficiência dessa campanha de divulgação. A autora constata que,

Sob a influência não só do “espírito” da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também do discurso religioso da Igreja Latino-Americana após a implantação das diretrizes do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, a narrativa do Boletim é costurada pela associação entre direitos humanos, religiosidade cristã e resistência não violenta e pacífica. Na composição de suas mensagens, os boletins alinhavam uma narrativa peculiar na qual se costumam princípios da cultura de paz, da não violência e da legalidade internacional pós-Declaração dos Direitos Humanos com linguagem de cunho religioso, (...) denunciando a ilegalidade das práticas de tortura e pugnando pela defesa das liberdades civis e do direito à vida.¹⁷³

Em um estudo sobre a história política a imprensa ocupa um espaço importante, visto que representa espaços de ideias. Ao longo da ditadura civil-militar brasileira, a censura fazia parte do cotidiano, dificultando a disseminação em massa das denúncias sobre a repressão cometida no país e em seus vizinhos. Não havia censura sobre o Clamor, mas controle – o Estado não silenciava o grupo, mas se mantinha atento sobre as ações que empreendia. Documentos do governo comprovam que Jan Rocha, correspondente de veículos estrangeiros, era alvo de vigilância por parte do governo, já que informações sobre a política brasileira poderiam ter repercussão internacional, aumentando as críticas sobre o país. Segundo Gomes,

172CRUZ, Heloísa de Faria, Rompendo fronteiras: movimentos e imprensa de direitos humanos no Cone Sul (1970/1980), **Projeto História**, v. 66, p. 255–289, 2019, p. 268–269.

173CRUZ, Heloísa de Faria, Boletim Clamor: imprensa de defesa dos direitos humanos para os países do Cone Sul (1978-1985), *in*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.), **Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa**, São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 66.

A preocupação com a imagem do Brasil no exterior sempre foi um tópico entre determinados setores das elites brasileiras ao longo da história. Os militares alimentavam essa ideia e defendiam a necessidade de promover e preservar a imagem do país como uma grande potência democrática; assim, essas ações “difamatórias” [de fazer críticas públicas ao regime em viagens e meios de comunicação internacionais] eram vistas com muita apreensão.¹⁷⁴

Uma relação contendo nomes de jornalistas, correspondentes de jornais e revistas estrangeiros no Brasil – dentre os quais encontra-se o nome de Jan Rocha –, pode ser encontrada no informe 3674 do Sistema Nacional de Investigações (SISNI) – Agência Central, de 23 de junho de 1976, e no informe 255/42 da Agência Rio de Janeiro do mesmo órgão, de dezembro de 1982. O informe 2610 do Serviço Nacional de Informação (SNI), de 15 de outubro de 1980, aponta que Rocha comentou (não informado por qual meio) sobre a realização do Congresso de Comunicação Popular, patrocinado pela União Cristã Brasileira de Comunicação e que teria o educador Paulo Freire como um convidado. Já o informe 1970 do SNI, de 13 de agosto de 1980 (figura 7), aponta que Jan não era somente correspondente da BBC como também “dirigente da Equipe Continental da Juventude Operária Católica – JOC”, sediada em Bogotá, na Colômbia.¹⁷⁵ Há também informações sobre sua ligação com a Comissão Justiça e Paz, o ecumenismo e o pastor Jaime Wright.

Por fim, o informe 1420 do Ministério do Exército, de 23 de outubro de 1984, é dedicado somente a Jan Rocha, agora também indicada com o nome completo, Janete Margareth Terdre da Rocha. O documento menciona as transmissões feitas pela jornalista na BBC destinadas ao Brasil, e destaca sua ligação com a Anistia Internacional e o Comitê de Direitos Humanos do Cone Sul. Essas fontes oficiais foram encontradas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.¹⁷⁶

Esses casos por si demonstram como o ofício de profissional da imprensa envolvia um risco pessoal, quando estes se posicionavam ao lado da democracia (já que havia quem estivesse no outro lado do conflito). O trabalho empreendido pelo

174 GOMES, **Os bispos católicos**, p. 60.

175 Cabe apontar que o SISNI era o órgão que garantia o funcionamento dos demais órgãos de informação, e o SNI “era o órgão principal do Sisni. Seu comando era exercido por meio de sua Agência Central, localizada em Brasília, responsável pelo processamento e difusão das informações recolhidas por todos os braços do sistema”. *Ibid.*, p. 98. Ver também: MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de, A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil, **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, 1997.

176 Disponível em: <<https://sian.an.gov.br/sianex/>> Acesso em 26 out. 2022.

Clamor de distribuição de periódicos denunciando crimes praticados pelo Estado poderia ser enquadrado como uma atividade subversiva, tendo em conta que, conforme já destacado, o delatar desses fatos em si configurava um ato de resistência. Ademais, os boletins do Clamor não podem ser considerados um veículo de imprensa de massa, já que o público-alvo eram as organizações humanitárias ao redor do mundo.

Sobre a leitura dos boletins enquanto fontes impressas da imprensa, a historiadora Tania Regina de Luca afirma que o conteúdo nos periódicos deve ser analisado lado a lado com o lugar da publicação tendo em vista a historicidade da publicação. Qual era o público-alvo desses boletins? Como esses chegavam às mãos dos leitores? Qual era o destaque dado pela capa? Há ilustrações? Qual a divisão do conteúdo? Essas são algumas questões trazidas por Luca que auxiliam a compreensão do papel desses boletins.¹⁷⁷

¹⁷⁷LUCA, Tania Regina de, História dos, nos e por meio dos periódicos, *in*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.), **Fontes históricas**, São Paulo: Contexto, 2008.

FIGURA 7 – DOCUMENTO DO SNI SOBRE JAN ROCHA

CONFIDENCIAL 01 0096-2 80

INFORME Nº **1970** /32/AC/80

DATA : 13 AGO 80

ASSUNTO : JANETE ROCHA

REFERÊNCIA :

AValiação : B-2.

DIstribuição : SC-1 e SC-4; SC-2.

ORIGEM : SC-3.

ANEXO :

Em 08 Ago 80, a Comissão de Justiça e Paz/SP vi-
nha buscando apoio junto ao Comitê Brasileiro de Amistia/SP,
ao pastor JAYNE WRIGHT, do Conselho Mundial de Igrejas, e a
JAN ROCHA, para assistir à brasileira JANETE ROCHA, que teve
seus documentos apreendidos no CHILE.

JANETE ROCHA é correspondente da BBC de LONDRES
e dirigente da Equipe Continental da Juventude Operária Cató-
lica - JOC, com sede em BOGOTÁ/COLÔMBIA. Mantém, no BRASIL,
ligações com o CBA/SP, Comissão de Justiça e Paz e Círia Ar-
quidiocesana/SP.

Em SANTIAGO, JANETE encontrava-se na residência
de PILAR AVENDANO, dirigente nacional da JOC naquele país,
que foi detida pelas autoridades chilenas, as quais, na oca-
sião, apreenderam, também, os documentos de JANETE.

A Comissão de Justiça e Paz/SP foi orientada pa-
ra que JANETE procurasse, no CHILE, a entidade FACIO, dirigi-
da por CLÁUDIO GONZALES. A FACIO, localizada à avenida Pi-
casso Cyon, 3004, em SANTIAGO, é uma entidade ecumênica que
mantém ligações com o pastor JAYNE WRIGHT, e poderia encan-
ilhar JANETE para o Alto Comissariado das Nações Unidas. Para
PARA DEFUSO EXTENSIVO dos que, por seu lado, poderia fazer gestões para a
ESTE DOCUMENTO EVOLUÇÃO dos documentos de JANETE.

TER SEU TEXTO DECLASSIFICADO
TERIZADO.

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INVESTIGAÇÕES. **Informe nº 1970**. Assunto: Janete Rocha. 13 de agosto de 1980. Fonte: Arquivo Nacional do Brasil.

Outro campo que vem crescendo é o estudo da relação entre a religião e a mídia. Uma estudiosa desse caso é Karina Kosicki Bellotti, cuja área de estudos são os meios de comunicação evangélicos. A autora enquadra no conceito de mídia meios audiovisuais, virtuais e impressos – além da cultura material.¹⁷⁸ Bellotti propõe alguns pressupostos metodológicos para este estudo. O primeiro deles é de que os produtos de mídia devem ser entendidos “como uma combinação de conteúdo e de forma, em que a forma faz parte da mensagem”.¹⁷⁹ Outra questão é de que a representação nesses veículos está ligada à própria identidade do grupo e seus objetivos. Por fim, a autora estabelece que a comunicação religiosa não terá como

178Sobre isso, ver: BELLOTTI, Karina Kosicki, “**Delas é o reino dos céus**”: mídia evangélica infantil na cultura pós-moderna do Brasil (anos 1950 a 2000), São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.

179BELLOTTI, Karina Kosicki, Mídia, Religião e História Cultural, **Revista de Estudos da Religião**, n. 4, p. 96–115, 2004, p. 109.

sentido unicamente o proselitismo religioso, o que pode ser observado no caso aqui estudado, afinal, a mensagem que circula nesses periódicos tem os direitos humanos enquanto tema central.

Para análise, optou-se por fragmentar os boletins por tema, em vez de reuni-los cronologicamente. A razão disso é o fato de muitos deles, em diferentes edições, abordarem temáticas semelhantes. Todos os aspectos selecionados, porém, foram devidamente contextualizados em seus recortes temporais.

2.1. Os boletins

Em 1978, a Argentina vivenciou um evento importante no despertar de paixões políticas e nacionais: a Copa do Mundo de Futebol. O filósofo e sociólogo francês Pierre Ansart, em estudo sobre as paixões políticas, estabelece que os indivíduos em espaço de poder utilizam-se de festas políticas para gerar bons sentimentos favoráveis à política vigente. Essas festas são aproveitadas para promover *slogans*, ideologias e construir um imaginário articulado em todo esse contexto.¹⁸⁰ Sendo eventos esportivos como a Copa do Mundo momentos em que “sentimentos de pertença e representação nacional”¹⁸¹ são mobilizados, estes também foram espaços de disputas políticas. A Associação do Futebol Argentino, embora fosse um órgão afastado das estruturas de poder, passou por reestruturação interna após o golpe no país.

Enquanto o governo argentino via no evento uma oportunidade de transmitir uma boa imagem do país, o Clamor encontrou na Copa a chance de divulgação da contranarrativa. Nesse momento surgiu a ideia de distribuir boletins com testemunhos do que se observava nos países da América Latina. Assim, a

180 “A festa coloca em cena as palavras políticas de peso, os *slogans* fundamentais, constrói todo um imaginário articulado que diz respeito às pessoas e aos atos; inscreve a ideologia nos gestos e corpos; ela figura não somente as relações políticas, mas mostra sua beleza e feliz funcionamento. Ela faz precisamente do político uma festa, um espaço de alegrias e prazeres; faz do político um incontestável prazer”. ANSART, Pierre, **A gestão das paixões políticas**, Curitiba: UFPR, 2019, p. 84–85.

181 RIBEIRO, Luiz Carlos; MARCZAL, Ernesto Sobocinski, A (des)politização do futebol nas narrativas sobre a Copa na Argentina de 1978, **História Unisinos**, v. 25, n. 1, p. 122–132, 2021, p. 124.

apresentação da primeira edição do periódico já destacava: “Este primeiro número do boletim, saindo às vésperas da Copa do Mundo, quando a atenção do mundo está voltada para a Argentina, é dedicado exclusivamente àquele país”.¹⁸²

A primeira página (figura 8) expõe o título “CLAMOR” com letras em caixa alta e em negrito. Logo abaixo, lê-se “Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para o Cone Sul. Vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo”. O endereço para correspondências, Av. Higienópolis, 890, corresponde à Cúria Metropolitana de São Paulo, local de encontro do grupo. Como símbolo visual do Clamor foi escolhida uma imagem de autoria atribuída ao preso político Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, que seria libertado apenas em 1979 com a promulgação da Lei da Anistia no Brasil. A fotografia mostra uma vela acesa atrás das grades de uma prisão.¹⁸³ Em uma perspectiva cristã, há passagens bíblicas que fazem menção à luz, como a do evangelho de João, capítulo 12, verso 46, quando Jesus diz “Eu vim ao mundo como luz, para que todo aquele que crê em mim não permaneça nas trevas”.¹⁸⁴ O Clamor pretendia acender a luz da esperança em meio a essa região que estava em trevas.

Em apenas quatro páginas, o exemplar apresentava uma breve introdução da missão do Clamor, abordando a situação dos refugiados diante do ACNUR. Com o avanço das atividades da organização, os boletins começariam a ficar mais extensos, conforme será esmiuçado adiante. Os artigos raramente eram assinados, o que pode ser pela proposta editorial do grupo ou como forma de proteger seus integrantes.

Segundo dados de Ana Célia Navarro de Andrade, não havia assinaturas para o periódico, que era enviado a “22 estados brasileiros, 23 países americanos e 25 (...) nos demais continentes”.¹⁸⁵ Cada uma das edições tinha uma tiragem de mil

182 **Boletim Clamor**, ano 1, nº 1, Julho 1978, p. 1. Igrejas alemãs tomaram iniciativas semelhantes durante a Copa do Mundo de 2006, ao aproveitarem a ocasião do evento esportivo para denunciar o crescimento da prostituição forçada no país. Ver: DW STAFF. **Soccer World Cup Anti-Prostitution Campaign Kicks Off**. DW. 23/02/2006. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/soccer-world-cup-anti-prostitution-campaign-kicks-off/a-1914049>> Acesso em 10 mar. 2023.

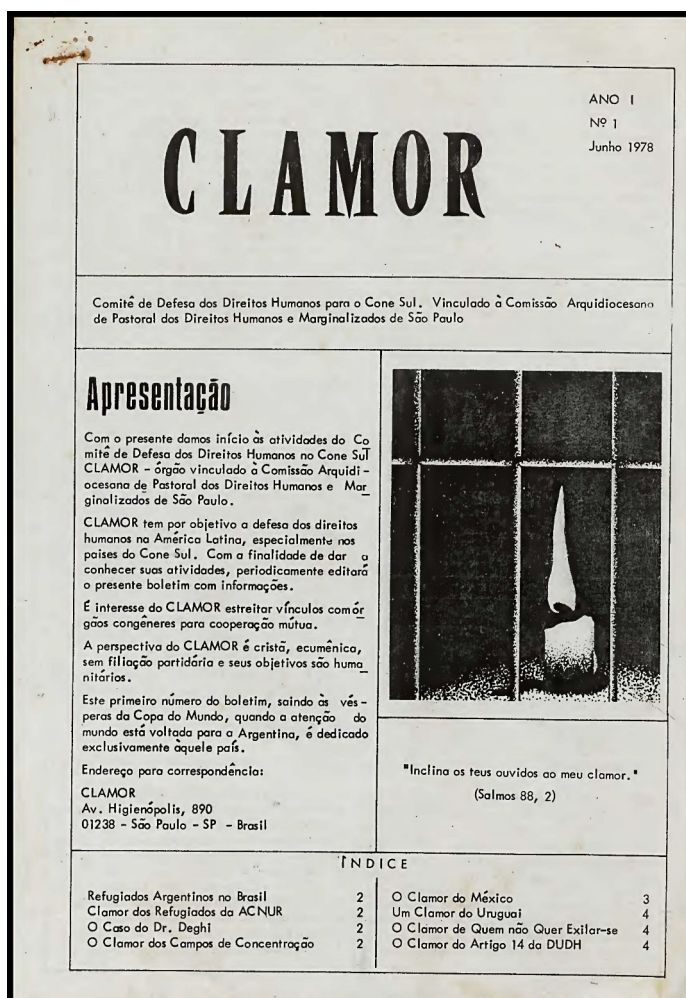
183 Conforme: CRUZ, Boletim Clamor, p. 59; *Ibid.*, p. 84.

184 **Bíblia Sagrada NVI**, p. 1021.

185 ANDRADE, **Inventário do Fundo Clamor**, p. 119.

exemplares em português, 600 em espanhol e 400 em inglês.¹⁸⁶

FIGURA 8 – CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO BOLETIM CLAMOR



Boletim Clamor, nº 1, Julho 1978, p. 1

2.2. A defesa dos direitos humanos

A linguista Eni Puccinelli Orlandi, em seu estudo sobre os princípios e procedimentos da Análise de Discurso, estabelece que as condições de produção de um discurso envolvem uma relação de forças. A autora alega que a sociedade é formada por relações de hierarquia, em que a propriedade da palavra está sustentada pelo poder. Nesse sentido, a palavra de um líder religioso tem autoridade

¹⁸⁶*ibid.*, p. 120.

em relação aos fiéis. A essa formação de sentido acrescentam-se as produções de imagens dos sujeitos. Nas palavras de Orlandi,

Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?) e também a do objeto do discurso (do que estou falando, do que ele me fala?).¹⁸⁷

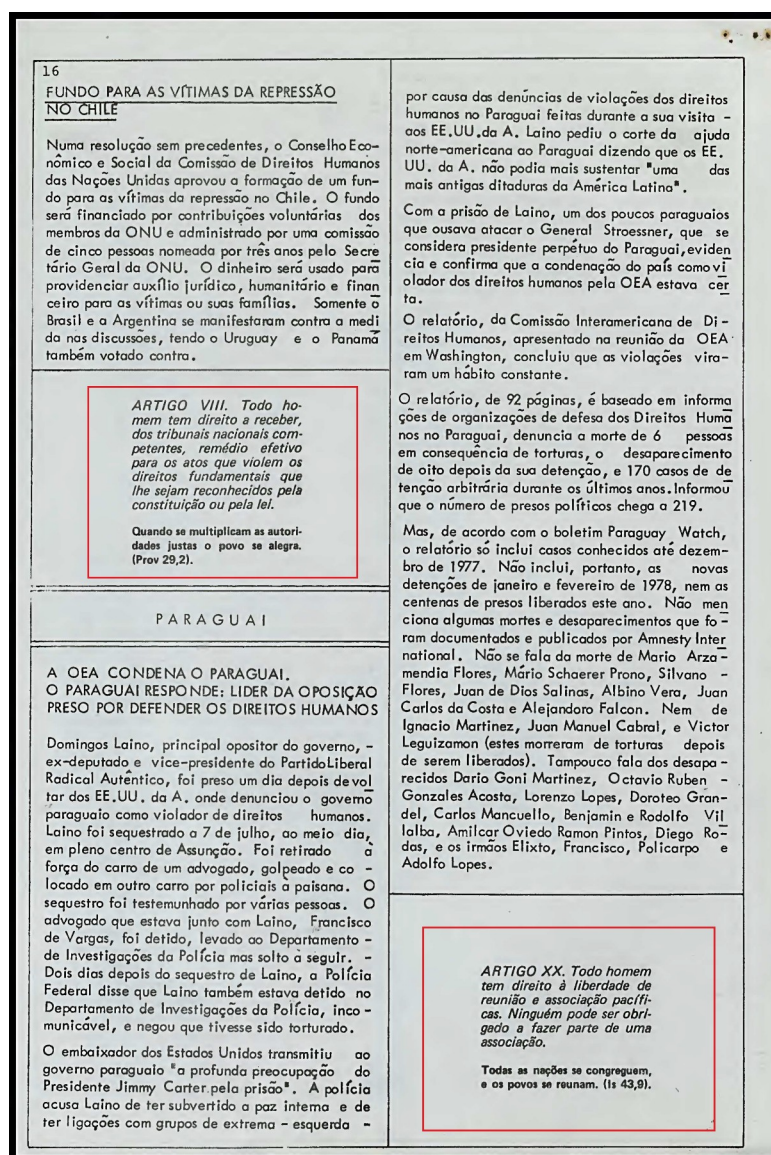
Para que um grupo religioso proclame sobre a defesa dos direitos humanos, é preciso que seja estabelecido o princípio de fé que lhe dê respaldo para o uso da palavra. Assim, logo na primeira publicação do *Boletim Clamor* há citação de um artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um versículo bíblico e uma fala do Papa João XXIII na encíclica *Pacem in Terris*, de 1963. Já a segunda edição apresenta, em várias de suas páginas, trechos de artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) acompanhada de versículos da Bíblia (conforme demonstra a figura 9). No capítulo anterior foi visto que tal estratégia foi utilizada pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), instituição da qual Jaime Wright fez parte. Desta forma, é possível apontar que a afinidade eletiva entre o cristianismo e os direitos humanos é formadora desta identidade ecumênica. Charles Harper, ao escrever sobre as experiências que vivenciou enquanto testemunha desse vínculo na América Latina, expõe que a

(...) participação das igrejas na defesa dos direitos humanos nos mostrou que a fidelidade à missão cristã manifesta quando o seu compromisso é concreto, diário e em forma ecumênica. Descobriu-se, além disso, que a verdadeira participação cristã busca suas fontes em temas bíblicos, optando pela vida e a justiça nem tanto por ideologia, ainda que muitas vezes comprometidos com partidos políticos, mas na convicção de que a restauração da integridade e a Imago dignidade de cada ser humano reflete o rosto de Deus (...).¹⁸⁸

187ORLANDI, **Análise de discurso**, p. 40.

188HARPER, Charles, *A Igreja e os Direitos Humanos - experiências ecumênicas aprendidas*, **Dimensões**, v. 12, p. 86–100, 2001, p. 94.

FIGURA 9 – TRECHO DE BOLETIM



Boletim Clamor, nº 2, 1978, p. 16. Nos quadrados em vermelho estão encartes da DUDH e de versos bíblicos.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, o movimento ecumênico era constantemente associado ao comunismo. No entanto, consta na segunda edição do boletim que “Como na União Soviética, a defesa dos direitos humanos se torna traição à pátria”.¹⁸⁹ Logo, há uma posição clara de distância com relação aos valores defendidos pelo governo de Moscou. Nesse mesmo exemplar o grupo apresenta um histórico da situação política no Uruguai, com algum destaque aos Tupamaros,

¹⁸⁹Boletim Clamor, nº 2, Julho 1978, p. 1.

organização clandestina que integrava a luta armada. Naquele artigo, está escrito: “Os Tupamaros presos foram rapidamente superados em número por dissidentes pacíficos – conservadores, democratas cristãos, socialistas, populistas, comunistas, sindicalistas, cientistas, estudantes, trabalhadores e jornalistas”.¹⁹⁰ Não há uma crítica à luta armada nesse caso. Aliás, Michael Löwy destaca que uma das características do Cristianismo da Libertação foi a ascensão de cristãos ligados a esses grupos armados.¹⁹¹ Apesar disso, a posição que o Clamor assume é não violenta, ainda que proteja aqueles que optem pela outra via.

Segundo Pierre Ansart, a resistência ao autoritarismo pelas armas tem como motivação “a reconquista da dignidade, o significado da nação e o orgulho nacional, a promessa de libertação, a aceitação do sacrifício como meio para atingir os fins”.¹⁹² De acordo com o historiador André Souza Brito, quando Richard Shaull iniciou seu trabalho como professor no Brasil, apresentou importantes nomes da teologia europeia de anos recentes. Alguns dos principais nomes eram o suíço Karl Barth e o alemão Dietrich Bonhoeffer, fundadores da Igreja Confessante, que se opôs ao regime nazista.¹⁹³ Bonhoeffer chegou a integrar um grupo armado que tinha como objetivo o assassinato do ditador Adolf Hitler. Vale lembrar que Paulo Stuart Wright, irmão do reverendo Jaime e um dos jovens influenciados por Shaull, também optou pela luta armada contra a ditadura.

A sexta edição do boletim, publicada em agosto de 1979, apresenta um relatório baseado no estudo de 57 casos de desaparecimento de mulheres argentinas grávidas, que familiares dessas vítimas prepararam para divulgar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos). Segundo o boletim, “A vítima da ação repressiva não é uma mulher, nem sequer um casal, ainda que na maioria se trata de sequestros duplos. Aqui, em

190 **Boletim Clamor**, nº 2, Julho 1978, p. 2.

191“(…) with the rise of opposition to the dictatorship in civil society, a growing number of Catholics (as well as Protestants, of course), including priests, religious, nuns and even a few bishops, began to side with the opposition. Some of them became radicalized and, during 1967-68, a large group of Dominicans decided to support armed resistance and to help clandestine movements such as the ALN (Action for National Liberation) – a guerrilla group founded by a former leader of the Communist Party, Carlos Marighella – by hiding its members or helping some of them to escape the country. Soon several of them would be imprisoned and tortured by the military, and the guerrilla movement destroyed”. LÖWY, **The war of gods**, p. 85.

192 ANSART, **A gestão das paixões políticas**, p. 174.

193 Conforme: BRITO, **Cristianismo Ateu**, p. 79–80.

um só ato, se destroi tôda uma família, em suas tres gerações [sic]".¹⁹⁴

Na Argentina, era comum que mulheres fossem torturadas durante e após a gravidez. Em muitos casos, o parto era realizado clandestinamente e os bebês eram encaminhados para a adoção. Essa prática não tinha consentimento das famílias biológicas e era uma forma de impedir que as crianças fossem educadas com a mesma ideologia de seus pais.¹⁹⁵ "Mas nada comparável à tortura espiritual à qual é submetida, quando, no cativo, vê chegar a hora do parto, sem saber qual será o destino desse ser cujo nascimento tanto havia desejado e por cuja vida se sente responsável", proclama o Clamor.¹⁹⁶ Muitas mulheres, no entanto, nem sequer chegavam a dar à luz, visto que as torturas eram causadoras de abortos.

Outro valor de alguns grupos dentro da tradição cristã é anunciado aqui: o de que a vida começa na concepção, não no nascimento, conforme o trecho:

Porque já no momento do sequestro materno, esses seres [os fetos] têm entidade própria. Segundo a Lei de Deus, são pessoas com todos os atributos que sua filiação divina lhes confere. Nosso Código Civil define como "pessoas por nascer" as que, não havendo nascido, estão concebidas no seio materno, e como tais, lhes concede a proteção das leis e o direito absoluto à vida (...).¹⁹⁷

Esse discurso não é endereçado ao aborto induzido, apesar de a legalização da prática nos Estados Unidos em 1973 (revertida em 24 de junho de 2022) ter tido um impacto em setores cristãos – católicos e protestantes – na América Latina, na forma de uma pressão pelo direito à vida da criança não nascida.¹⁹⁸ Há poucos indícios do posicionamento do Clamor com relação a esse assunto, fora a entrevista de Dom Paulo Evaristo Arns em que o cardeal declara que o planejamento familiar é uma fuga ao problema das injustiças sociais, devendo o combate a estas ser alvo de políticas do Estado.¹⁹⁹

O boletim ainda aborda uma visão psíquica dos efeitos da tortura e da adoção não consentida na vida dessas crianças, declarando que se traduziriam em

194 **Boletim Clamor**, nº 6, 1979. Destaque no original.

195 Ver: BARRETO, Histórias de violações, p. 247–248.

196 **Boletim Clamor**, nº 6, 1979, p. 2.

197 **Boletim Clamor**, nº 6, 1979, p. 2.

198 Conforme: BACH, Luanna Fernanda da Cruz, "**Um roteiro seguro e certo, a elevar as almas jovens**": educação afetiva e sexual na revista **Mocidade (1958-1994)**, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020, p. 146.

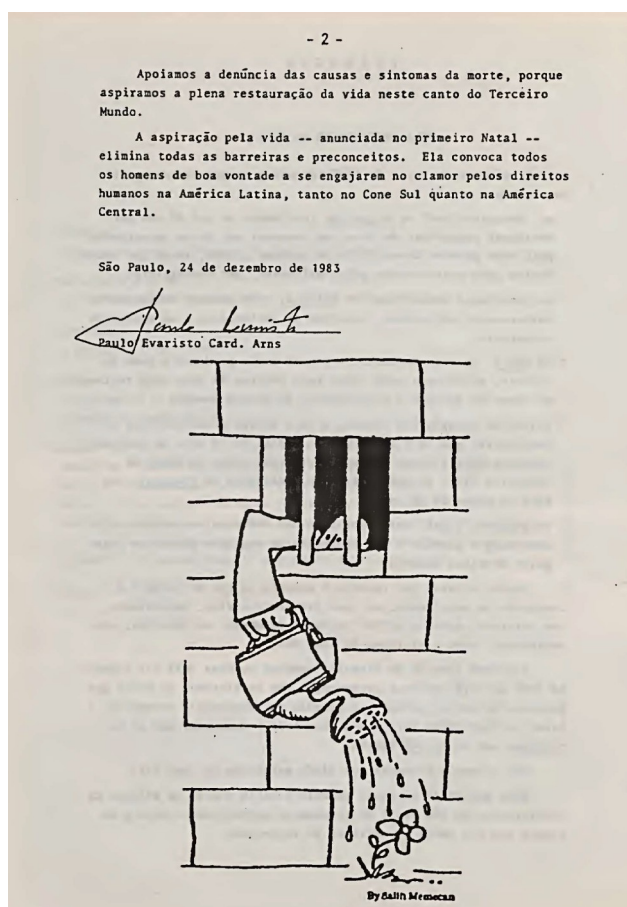
199 Ver: ARNS, **Em defesa dos direitos**, p. 179–181.

prejuízos físicos e espirituais. O Clamor, ciente da fragilidade de mulheres e crianças expostas à repressão, exhibe os dados e publiciza a covardia dos ataques empreendidos.

Em dezembro de 1983, na décima quinta edição do Boletim, Dom Paulo escreve o prefácio “Pela restauração da vida” (ver figura 10). O texto, escrito na véspera de Natal, expõe: o desaparecimento de pessoas na Argentina; a tortura institucionalizada na Bolívia; a luta por justiça e direitos no Chile; a greve de fome de Guillermo Escolástico Ovando, prisioneiro político mais antigo da América Latina que já havia seis anos cumpria pena no Paraguai; e a repressão a todo e qualquer grupo que proclame os direitos humanos no Uruguai. Arns declara que “Embora o Natal nos recorda [sic] o anúncio do fim da morte e o começo de um novo tempo, no qual prevalece a vida, constatamos, com tristeza, estes e outros sintomas da morte, da não-vida, nas sociedades irmãs e vizinhas do Cone Sul”.²⁰⁰ Há um contraste, portanto, entre a Boa Nova representada pelo Natal entre os cristãos e as péssimas notícias que vinham sendo divulgadas acerca dos países vizinhos.

²⁰⁰Boletim Clamor, nº 15, Dezembro 1983, p. 1.

FIGURA 10 – ILUSTRAÇÃO NO *BOLETIM CLAMOR*



Boletim Clamor, nº 15, Dezembro 1983, p. 2.

Na conclusão do texto, Arns proclama que

A aspiração pela vida – anunciada no primeiro Natal – elimina todas as barreiras e preconceitos. Ela convoca todos os homens de boa vontade a se engajarem no clamor pelos direitos humanos na América Latina, tanto no Cone Sul quanto na América Central.²⁰¹

O Comitê empreendia suas ações no Cone Sul, mas reconhecia que esses não eram os únicos países latino-americanos que enfrentavam a repressão – Peru e Equador também eram vítimas da Doutrina de Segurança Nacional.

Abaixo do texto de Dom Paulo, há uma ilustração (figura 10), em que um homem ergue seus braços para fora de uma cela de prisão segurando um regador e irrigando uma flor. Logo na introdução do boletim é mencionado que as ilustrações

²⁰¹**Boletim Clamor**, nº 15, Dezembro 1983, p. 2.

são de autoria de Caroline Harper (possivelmente filha de Charles Harper).²⁰² Apesar disso, a inscrição abaixo dá a entender que trata-se de um trabalho do cartunista turco Salih Memecan. Há uma semelhança entre o discurso produzido pela imagem e pela poesia *A flor e a náusea*, de Carlos Drummond de Andrade, de 1945:

Preso à minha classe e a algumas roupas, vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias, espreitam-me.
Devo seguir até o enjôo?
Posso, sem armas, revoltar-me?
[...] Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.
[...] É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo
e o ódio.²⁰³

No final dos anos 1960 com o crescimento de movimentos contraculturais e de contestação, foi criada uma simbologia, em meio aos movimentos contrários à Guerra do Vietnã, do uso da flor em contraposição às armas.²⁰⁴ Também é uma flor – no caso, o cravo – que simboliza a vitória sobre a ditadura do Estado Novo e a retomada da democracia em Portugal em 25 de abril de 1974. No Brasil esse discurso é encontrado na canção *Pra não dizer que não falei das flores*, do cantor e compositor Geraldo Vandré, apresentada no III Festival Internacional da Canção, em 1968. A música, com uma linguagem poética, fala de pessoas que, em protestos pacíficos, “acreditam nas flores vencendo o canhão”.²⁰⁵ Outra leitura sobre o aspecto simbólico da flor é a esperança que vem com a chegada da primavera.

A ilustração não é apenas um desenho que acompanha o prefácio sobre o desenvolvimento do trabalho do Clamor. Ela foi inserida com uma intencionalidade, sendo também produtora de discurso.²⁰⁶ Logo, tomando como referência a

202Sobre a família de Charles Harper, ver: HARPER JR., Rev. Charles Roy, **Quem é aquela gente que vive cantando?**, Hinologia Cristã, disponível em: <<http://www.hinologia.org/quem-e-aquela-gente-que-vive-cantando-rev-charles-roy-harper-jr-traducao-de-rev-jaime-wright/>>. acesso em: 30 mar. 2022, (Transcrito por Eduardo Chaves).

203ANDRADE, Carlos Drummond de, *A flor e a náusea*, in: **A rosa do povo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 13.

204Sobre isso, ver: MAUAD, Ana Maria, Como nascem as imagens? Um estudo de história visual, **História: Questões & Debates**, v. 61, n. 2, p. 105–132, 2014.

205VANDRÉ, Geraldo. *Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores*. Intérprete: Geraldo Vandré. In: VANDRÉ, Geraldo. **Geraldo Vandré no Chile**. Som Maior, 1968.

206“os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos

simbologia da flor, que representa a esperança nos versos de Carlos Drummond de Andrade, e a paz no caso dos movimentos contraculturais, esses dois significados podem ser associados ao texto de Dom Paulo Evaristo Arns. O elemento que evoca a esperança e paz nas palavras de Arns é o Natal, data em que cristãos celebram o nascimento de Jesus Cristo, o messias prometido para salvar a humanidade. Fica entendido também que a razão de existência do Clamor é a de promover a paz e levar esperança às vítimas dos regimes de exceção. Isso também é explicitado nos dois editoriais do periódico. O primeiro deles, intitulado “Solidariedade não tem fronteiras” declara que a “luta pela vigência dos Direitos Humanos está produzindo novo ânimo nos povos do Cone Sul e, na prática, está oferecendo pistas novas para sobrepujar essa doutrina malfadada”, referindo-se à DSN.²⁰⁷

O segundo editorial, com o título “Após 5 anos de clamores, convém reafirmar”, destaca que mudanças significativas vinham acontecendo na Argentina, Bolívia e Brasil, mas o povo no Chile, Paraguai e Uruguai ainda era tomado pelo medo. Nesse momento há uma referência à parábola do “Bom Samaritano”. Esta narrativa, contada por Jesus Cristo (no evangelho de Lucas, capítulo 10, versículos de 25 a 37), diz respeito a um judeu que, no caminho de Jerusalém a Jericó, é assaltado por indivíduos que lhes tiraram as roupas e os espancaram. Logo passou por esse homem um sacerdote e, depois, um levita,²⁰⁸ que o ignoraram. O homem recebeu a ajuda de um samaritano, povo com o qual os judeus não se davam bem. O que Jesus ensina nessa passagem é que socorrer o próximo, independentemente de quem seja, é algo agradável a Deus. Assim como pessoas encarregadas do culto a Deus ignoraram o sofrimento de uma pessoa, para o Clamor o Estado chileno, paraguaio e uruguaio também o estava fazendo com o povo. É o que fica claro na passagem:

Numa época em que generais arrogantes no Chile, Paraguai e Uruguai continuam a bater no peito, invocando uma nebulosa doutrina de “soberania nacional” na tentativa de neutralizar preocupações humanitárias da

tipográficos e de ilustrações que os cercam. A ênfase em certos **temas**, a **linguagem** e a **natureza do conteúdo** tampouco se dissociam do **público que o jornal ou revista pretende atingir**. LUCA, História dos, nos..., p. 140. Destaques no original.

207 **Boletim Clamor**, nº 15, Dezembro 1983, p. 3.

208 Levita é um israelita descendente da tribo de Levi. Os levitas eram responsáveis pelo serviço no templo de Jerusalém.

comunidade mundial, o CLAMOR quer proclamar outra vez: como na Parábola do Bom Samaritano – onde a própria vida está em jogo – a SOLIDARIEDADE NÃO TEM FRONTEIRAS!²⁰⁹

Entre 22 e 25 de fevereiro de 1985 aconteceu em São Paulo o “Seminário sobre o papel das entidades de direitos humanos na atual conjuntura política, social e econômica dos países do Cone Sul”. O objetivo do evento era fazer um diagnóstico da situação no país e propor maneiras para fortalecer a solidariedade entre os países e para combater a DSN. Organizações cristãs e seculares tiveram representantes no local.²¹⁰ É possível que, antes do período de abertura democrática, esse tipo de evento talvez não fosse possível, pelo menos na forma como foi divulgada, visto que até eventos clandestinos – tais como congressos da União Nacional dos Estudantes – aconteciam e eram alvos da repressão.

O boletim expõe as propostas do seminário para mudanças práticas na realidade latino-americana. Uma delas foi “Criar grupos de Direitos Humanos dentro dos partidos políticos, sindicatos, igrejas, movimentos populares e demais organizações políticas e sindicais”.²¹¹ Decisão parecida com essa foi tomada no Concílio Vaticano II, quando foi determinado que houvesse um organismo internacional de participação católica na promoção da justiça social. Como consequência, em 1967 o Papa Paulo VI criou a Comissão Pontifícia Justiça e Paz. “Essa Comissão surge justamente como um organismo da Igreja cuja finalidade é basicamente promover a justiça, a paz e os direitos humanos”, conforme assinala o

209 **Boletim Clamor**, nº 15, Dezembro 1983, p. 4.

210 Dom Paulo Evaristo Arns e Belela Herrera, do ACNUR, tiveram espaço de fala no evento. As organizações argentinas no evento eram: *Asociación Abuelas de Plaza de Mayo*, *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos*, *Comisión de Familiares de Detenidos Desaparecidos y Presos por Razones Políticas*, *Liga Argentina por los Derechos del Hombre*, *Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos* e *Servicio Paz y Justicia*. Do Chile foram: *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos*, *Fundación de Ayuda Social de Iglesias Cristianas*, *Servicio Paz y Justicia* e *Vicaría de la Solidaridad*. Do Uruguai as organizações foram: *Comisión Paz y Bien*, *Familiares de uruguayos desaparecidos em Argentina* e *Servicio Paz y Justicia*. As organizações paraguaias foram o *Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia* e a *Comisión Permanente de Familiares de Desaparecidos y Asesinados*. Da Bolívia e do Peru apenas uma entidade cada esteve presente, respectivamente, a *Asemblea Permanente de Derechos Humanos de Bolívia* e a *Vivir*. Do Brasil, além do Clamor, estiveram presentes: o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, a CJP, a CADH e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre. Outras entidades presentes foram a *Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos*, a francesa *Secretariat International des Juristes pour 1º Amnistie au Uruguay* e a *Asociación de Avogados Latinoamericanos*.

211 **Boletim Clamor**, nº 17, Abril 1985, p. 9.

cientista político José Roberto Alvarenga Frutuoso.²¹²

A Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (CJP-SP) foi criada em 1972 por Dom Paulo Evaristo Arns com as mesmas motivações do órgão do Vaticano. Logo, já era observada a existência de afinidades eletivas na iniciativa institucional de proteção aos direitos humanos e a posição da Igreja Católica. No caso do protestantismo brasileiro, essa afinidade é perceptível em organizações oriundas do extinto Setor de Responsabilidade Social da CEB – tais como o CEDI e a CESE. É possível, portanto, que a recomendação dissesse respeito à responsabilidade das igrejas locais e das congregações acerca dessa missão.

Ademais, cabe acrescentar que, no protestantismo brasileiro, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) foi a primeira denominação a fazer uma crítica pública e direta ao regime militar, a partir da publicação do Manifesto de Curitiba, entregue ao ditador Emílio Garrastazu Médici, em 1970.²¹³ Também foi a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil uma denominação nascida em 1978 da insatisfação da aprovação da Igreja Presbiteriana do Brasil com a ditadura civil-militar e de outros valores contrários à ortodoxia da IPB, como o pastorado feminino e o ecumenismo.²¹⁴

É importante mencionar que a atuação do Clamor coexiste com o desenvolvimento da Teologia da Libertação, fonte da qual o grupo bebe, conforme demonstrado no próximo tópico.

2.3. A Teologia da Libertação e a Teologia das Brechas

O ano de 1979 foi importante na história política brasileira: em 1º de janeiro aconteceu a revogação do Ato Institucional número 5 (AI-5), o mais rígido feito dos

212FRUTUOSO, José Roberto Alvarenga, **Valores e identidade coletiva no engajamento político da Comissão Brasileira Justiça e Paz**, Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 16.

213“A liderança da igreja brasileira conscientizou-se de que, aos olhos de suas igrejas-irmãs, era vista como responsável pelo país em que vivia. Em seguida, lançou o Manifesto de Curitiba ao Presidente Médici. (...) O documento é cauteloso (‘notícias alarmantes sobre práticas desumanas’), mas foi o único pronunciamento público de igreja protestante a criticar o regime, e não ficou cronologicamente atrás da CNBB nesse sentido”. FRESTON, **Protestantes e política**, p. 43.

214Ver: <<http://ipu.org.br/about-us/>> Acesso em 31 mar. 2022.

militares, que institucionalizou a censura e a tortura como práticas de governo.²¹⁵ Em agosto, foi sancionada pelo presidente João Figueiredo a Lei da Anistia, que perdoou crimes de condenados políticos da ditadura, assim como os aliados do governo. Também no início daquele ano ocorreu no México um evento importante para o episcopado não só do Brasil como da América Latina - 27 de janeiro a 13 de fevereiro foi o período de duração da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), na cidade mexicana Puebla.

Segundo o historiador Agemir de Carvalho Dias, a conferência de Puebla “foi uma resposta do episcopado à doutrina de segurança nacional”,²¹⁶ o que, por si, já demonstra a sensibilidade, ainda que um pouco tardia por parte de lideranças próximas ao papado de João Paulo II, da Igreja Católica na América Latina diante desse tema. Assuntos como a condenação da pobreza e da perseguição política ganharam um espaço importante nesse episódio.

As reuniões do CELAM também ganharam destaque no *Boletim Clamor*. Na terceira edição, de outubro de 1978, foi escrito que, diante da repressão dos regimes de exceção e da opressão à classe trabalhadora, “a Igreja começou a libertar-se da sua tradicional vinculação com o poder, colocando-se ao lado dos fracos”.²¹⁷ Há, aqui, uma autocrítica à postura da instituição – especialmente no caso católico – ao longo da história do continente. Assim, a consequência foi a repressão aos cristãos, conforme será descrito adiante. No mais, a publicação considera que a reunião de Medellín “restaurou a esperança em todo o continente”.²¹⁸

O texto destaca a Conferência em Puebla, chamando a atenção para temas que deveriam ser discutidos na ocasião, como as migrações internacionais e a chegada de refugiados. Esses assuntos foram tratados no IX Congresso de Organismos Católicos de Migração da América do Sul, conforme aponta um artigo intitulado “A responsabilidade pastoral da Igreja para com os refugiados”.²¹⁹ Segundo os teólogos Adriano Sousa Lima e Kenner Roger Cazotto Terra, há diversas

215 É importante afirmar que antes mesmo da edição do AI-5 tais práticas já eram comuns no regime.

Sobre isso, ver: NAPOLITANO, 1964, p. 66–88.

216 DIAS, *O movimento ecumênico no Brasil*, p. 179.

217 *Boletim Clamor*, nº 3, Outubro 1978, p. 2.

218 *Boletim Clamor*, nº 3, Outubro 1978, p. 2.

219 *Boletim Clamor*, nº 3, Outubro 1978, p. 20-23.

referências na Bíblia em que são retratados “viúvas, órfãos e estrangeiros como grupos protegidos por Deus e para os quais se exige a mesma consideração por parte daqueles e daquelas que são responsáveis pela realização do estabelecimento da justiça”.²²⁰

Na quarta edição do boletim, veiculado em dezembro de 1978, há um artigo, chamado “América Latina: evangelho e libertação”,²²¹ escrito em comemoração ao aniversário de 30 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e assinada pela Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo (CADH). Nele, é exposta uma preocupação com relação à temática abordada em Puebla, conforme o trecho:

Face ao acontecimento de Puebla, experimentamos sérias e legítimas inquietações por nós assumidas no acompanhamento do povo. Tememos a equivocação [sic] das problemáticas e o fechamento dos caminhos. Tememos a inversão dos problemas, sublinhando-os “a secularização” e não a pobreza da grande maioria do povo latino-americano como o verdadeiro desafio para a evangelização de nosso Continente. Tememos que se sublinhe “o consumismo” e não a MISÉRIA GERAL RADICALIZADA como elemento central na realidade econômica do nosso povo. Tememos que se confunda a autêntica consciência histórica do povo com “ideologias exóticas”. Nossa preocupação mais profunda, como portadores da fé, diante de Puebla, é que SE IGNORE A VIDA DOS POBRES que, de modo privilegiado, pertence à Igreja. Se a experiência cristã do povo que luta por sua libertação ficar ausente, a Igreja ficará irremediavelmente mutilada.²²²

De acordo com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, grupos conservadores buscavam associar o comunismo como uma doutrina “exótica”, uma “ideia estranha” que vem de “terras alienígenas”.²²³ O texto demonstra que seus autores temem que a defesa da luta dos pobres seja reduzida a essa visão.

Assim, ao mesmo tempo em que há empolgação ao falar da conferência de Medellín, as expectativas para o evento em Puebla pela CADH não eram tão altas. Grenz e Olson afirmam que as origens da Teologia da Libertação estavam na II CELAM. No período entre um encontro e outro, importantes obras foram publicadas, tais como a tese de doutorado de Rubem Alves, presbiteriano, *Por uma teologia da*

220LIMA, Adriano Sousa; TERRA, Kenner Roger Cazotto, Casa para quem não tem lar: uma perspectiva bíblico-teológica dos direitos humanos dos refugiados, **Perspectiva Teológica**, v. 51, n. 2, p. 271–296, 2019, p. 287.

221Boletim Clamor, nº 4, Dezembro 1978, p. 11-12.

222Boletim Clamor, nº 4, Dezembro 1978, p. 12.

223Conforme: MOTTA, **Em guarda contra o perigo vermelho**, p. 81.

libertação (1969), e o livro do católico peruano Gustavo Gutiérrez *A Teologia da Libertação* (1971). Segundo Grenz e Olson,

Ao endossar teologicamente a idéia da “opção preferencial pelos pobres” da parte de Deus e ao criticar a ditadura militar na América Latina, elogiando, ao mesmo tempo, as “comunidades de base” cristãs, que haviam surgido durante a década anterior, a conferência (...) serviu para dar ainda mais ímpeto ao jovem movimento da teologia da libertação.²²⁴

Essa opção preferencial já havia sido declarada pelo Clamor, que comparava a ajuda ao necessitado à missão evangelizadora. Segundo os membros do Comitê, “A identificação de religiosos com os oprimidos foi determinada por sua aceitação das exigências do Evangelho”.²²⁵ Segundo o teólogo Jung Mo Sung, a TL tinha como princípio fundador a “indignação ética”, que leva cristãos a arriscarem suas vidas com o objetivo de defender aqueles em situação marginalizada, que ele chama de vítimas. Ora, se havia pessoas tendo suas vidas ameaçadas pela repressão institucional do Estado, essas devem ser entendidas como vítimas.

A indignação ética é o que faria cristãos tomarem a dor do próximo como sua, ao ver o rosto de Jesus Cristo nos que sofrem com as injustiças.²²⁶ Esse ideal, que Bonhoeffer proclamava, também está amparado pelo livro bíblico da Carta de Tiago, no capítulo 1, versículo 27, em que afirma: “A religião que Deus, o nosso Pai, aceita como pura e imaculada é esta: cuidar dos órfãos e das viúvas em suas dificuldades e não se deixar corromper pelo mundo”.²²⁷ Os órfãos e as viúvas – assim como os estrangeiros – podem ser entendidos aqui como aqueles que precisam de ajuda, os necessitados.

Sung declara que não é da consciência de não ter realizado um destino ou ordem preestabelecida que surge a indignação ética, mas do reconhecimento de que a humanidade de determinadas pessoas está sendo negada no sistema social. Portanto, a indignação ética junta-se à percepção de Ansart sobre o campo das sensibilidades políticas, espaço em que “representam-se as relações dinâmicas entre as imagens de si e as imagens do outro, pois as qualidades de

224 GRENZ; OLSON, *A teologia do século 20*, p. 252.

225 *Boletim Clamor*, nº 3, Outubro 1978, p. 2-3.

226 SUNG, Jung Mo, *El sujeto y la defensa de la vida de las víctimas*, in: **Sujeto y Sociedad Complejas: para repensar los horizontes utópicos**, San José, Costa Rica: DEI, 2005, p. 40.

227 *Bíblia Sagrada NVI*, p. 1147.

autorrepresentação convivem com as valorizações e desvalorizações do outro”.²²⁸ Logo, o Clamor veria o estrangeiro como parte desse outro, mas seu olhar estaria pautado em uma visão empática e religiosa, em que a representação do estrangeiro seria a de vítima que precisa de defesa e amparo.

Além disso, nesse mesmo artigo da CADH lê-se que não está em consideração

(...) fazer o jogo daqueles que, na América Latina, se esforçam em criar uma ‘face mais humana do capitalismo’. Referimo-nos em particular aos direitos humanos que fazem parte da política de Carter. Não queremos dizer que não seja necessário defender os direitos civis e políticos. Afirmamos que isso é apenas uma parte da luta pelos direitos humanos e que, se enfatizada de modo distorcido, poderá ofuscar a globalidade do problema.²²⁹

Há aqui uma crítica ao capitalismo. Michael Löwy aponta que a condenação desse sistema político-econômico e seu enquadramento enquanto “pecado estrutural” é uma das bandeiras levantadas por muitos teólogos da libertação.²³⁰ A provocação da CADH também é amparada pela crítica à idolatria ao dinheiro, ao capital e ao mercado – muitas vezes a referência a esses fatores aparecia no nome de Mamon, mencionado na Bíblia como um falso deus. Nesse trecho, os autores insinuam que a defesa dos direitos humanos é a antítese do capitalismo.

A referência ao presidente estadunidense Jimmy Carter é outro fator importante aqui. Carter, eleito presidente pelo Partido Democrata com um mandato que durou de 1977 a 1981, era conhecido por sua visão mais empática acerca dos conflitos mundiais, algo que foi aproveitado por Arns em conversas pessoais com o estadista, conforme será esmiuçado adiante.

Carter foi laureado em 2002 com o Prêmio Nobel da Paz por sua atuação diplomática em defesa da democracia e dos direitos humanos. Nas memórias de Jan Rocha, a jornalista escreve que os “anos de Jimmy Carter na presidência trouxeram algum alento às organizações de direitos humanos, porque pela primeira vez sentiam que o governo estadunidense as escutava com empatia”.²³¹

228ANSART, **A gestão das paixões políticas**, p. 17.

229Boletim Clamor, nº 4, Outubro 1978, p. 11.

230Ver: LÖWY, **The war of gods**, p. 35.

231ROCHA, **Solidariedade não tem fronteiras**, p. 293.

Durante a presidência do democrata, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA criou o Memorando de Revisão Presidencial (PRM, do inglês *Presidential Review Memorandum*). O PRM sobre Direitos Humanos retomava a DUDH e dividia o conceito em três categorias:

“o direito de ser livre de violações governamentais à integridade da pessoa”; os “direitos econômicos e sociais” do indivíduo para “comida, abrigo, saúde e educação”; e “o direito de gozar de liberdades civis e políticas”, notavelmente liberdade de pensamento, religião, reunião, imprensa e discurso.²³²

Apesar dos debates em torno da aplicabilidade do segundo e terceiro grupos, Carter tomou o primeiro como uma prioridade. Ao enfrentar diversas crises domésticas e diplomáticas, o governo estadunidense passou a investir na América Latina de forma a romper com o antigo apoio dos EUA aos regimes ditatoriais. Apesar da boa avaliação que os historiadores David F. Schmitz e Vanessa Walker fizeram dos esforços de Jimmy Carter na diplomacia visando direitos humanos (ainda que apontando suas controvérsias), Marcos Napolitano aponta que, para além da causa humanitária, o presidente não se agradava com a decisão do Brasil de integrar o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, o que o levou a confrontar a ditadura brasileira com mais intensidade.²³³ O fato é que apesar dos notáveis esforços de Carter pela América Latina, a Operação Condor continuava em vigor, com ciência não só do governo dos Estados Unidos como também da França.²³⁴

A quinta edição do boletim, de maio de 1979 foi a primeira publicada depois de já ocorrida a reunião da III CELAM. O editorial “Nós e Puebla” destaca aspectos do evento, a começar pela escassa repercussão do ocorrido nos jornais da região. A perspectiva foi otimista: “Puebla foi uma etapa importante mas não toda a caminhada. O essencial vem pela frente: a libertação integral dos povos latino-americanos”.²³⁵

²³²Tradução livre. No original: “‘the right to be free from governmental violations of the integrity of the person’; the ‘economic and social rights’ of the individual to ‘food, shelter, health care, and education’; and ‘the right to enjoy civil and political liberties,’ notably freedom of thought, religion, assembly, press, and speech”. SCHMITZ, David F.; WALKER, Vanessa, Jimmy Carter and the Foreign Policy of Human Rights: The Development of a Post-Cold War Foreign Policy, **Diplomatic History**, v. 28, n. 1, p. 113–144, 2004, p. 126.

²³³Ver: NAPOLITANO, **1964**, p. 241.

²³⁴Conforme: ROCHA, **Solidariedade não tem fronteiras**, p. 48.

²³⁵**Boletim Clamor**, nº 5, Maio 1979, p. 2.

O editorial ressalta a participação do povo no evento. Segundo o texto, “Mais o povo participa e age na Igreja mais ele provocará o movimento da sociedade, que a transformará”.²³⁶ Uma das conclusões da conferência era o fato de a missão evangelizadora ser de todos os cristãos, não apenas do clero. Por esse motivo era louvada a iniciativa das Comunidades Eclesiais de Base. Ademais, antes mesmo de a conferência acontecer já havia um Departamento de Leigos atuando na sua preparação.²³⁷

Houve também referências à Conferência em Medellín:

A semente lançada em Medellín foi regada pelo suor do povo. Ela cresceu e criou raízes mais fortes. As tempestades podem, daqui para frente, ameaçar a sua evolução mas não conseguirão desenterrar as raízes. Puebla continua o que o povo já começou a ver: a libertação em vista duma sociedade sem exploração.²³⁸

Jung Mo Sung assume que havia uma expectativa exagerada acerca da libertação dos pobres durante parte da existência da TL, embora, conforme já mencionado neste trabalho, esta não fosse sua intenção inicial. A fundação da TL na concepção de Sung é a indignação ética aqui já discutida.²³⁹

A sétima edição, publicada em setembro de 1979, é dedicada à temática dos direitos humanos no Paraguai. No autoritarismo do governo do general Alfredo Stroessner, pouco espaço havia para oposição. Mesmo em períodos de aparente distensão repressiva os grupos e instituições dissidentes eram mantidos sob vigilância e intimidação. A Igreja Católica era a que tinha mais recursos para expor sua indignação com a situação do país.

Segundo o cientista político Miguel Carter, a Igreja empreendia sua forma de resistência ao governo de Stroessner

(1) providenciando espaço para dissidentes, (2) questionando e desafiando a legitimidade do regime, (3) promovendo uma agenda alternativa pública que enfatizava a democracia e o respeito pelos direitos humanos, (4) encorajando a participação dos leigos na sociedade, (5) estimulando o desejo pela mudança, e (6) preservando uma prestigiosa e reverenciada imagem que, por sua vez, embaçava a reputação do próprio regime quando

²³⁶Boletim Clamor, nº 5, Maio 1979, p. 2.

²³⁷Conforme: CASTRO, Robson Ribeiro de Oliveira, Os Leigos no CELAM: apontamentos principais, **Pensar-Revista Eletrônica da FAJE**, v. 7, n. 2, p. 159–177, 2016, p. 168.

²³⁸Boletim Clamor, nº 5, Maio 1979, p. 2.

²³⁹Ver: SUNG, El sujeto, p. 41.

suas autoridades políticas assediavam e reprimiam a principal instituição religiosa do Paraguai.²⁴⁰

O artigo no boletim intitulado “O saneamento moral da nação” reproduz a Carta Pastoral assinada por bispos paraguaios, lançada em junho de 1979, e depois fazem breve reflexão a seu respeito. A carta critica a degradação dos valores morais no país e a exploração de trabalhadores. A reflexão proposta pelo Clamor indica que a linguagem utilizada parte de um moralismo tradicional, mas apresenta pontos em comum com a Teologia da Libertação, ao declarar que a Igreja é uma instituição chamada por Deus para assumir uma “práxis libertadora” da sociedade.²⁴¹ Apesar da referência à TL ser curta, ela é suficiente para demonstrar a influência direta que exerceu sobre o Clamor. Se antes havia apenas discursos entre o pensamento teológico que naquele momento estava em ascensão e as motivações do grupo, essa menção deixa clara a simpatia que o Comitê nutria com esse pensamento, simpatia também exposta na autobiografia de Arns.²⁴²

A décima-quarta edição, datada de dezembro de 1981, se dedica a discutir sobre a repressão aos sindicatos nos países do Cone Sul. A posição do Clamor diante disso é de defender os trabalhadores, para assim se tornar uma verdadeira “Igreja dos pobres”. O grupo declara que

(...) os “pobres” aparecem sob variados aspectos; aparecem em diversos lugares e em diferentes momentos; aparecem, em muitos casos, como um resultado da violação da dignidade do trabalho humano: e isso, quer porque as possibilidades do trabalho humano são limitadas – e há a chaga do desemprego – quer porque são depreciados o valor do mesmo trabalho e os direitos que dele derivam, especialmente o direito ao justo salário e à segurança da pessoa do trabalhador e da sua família.²⁴³

240 Tradução livre. No original: “(1) providing space for dissent, (2) questioning and challenging the legitimacy of the regime, (3) promoting an alternative public agenda which stressed democracy and respect for human rights, (4) encouraging lay participation in society, (5) stimulating the desire for a change, and (6) preserving a prestigious and revered image which, in turn, tarnished the regime’s own reputation whenever its political authorities harassed and repressed Paraguay’s main religious institution”. CARTER, Miguel, *The Role of the Paraguayan Catholic Church in the Downfall of the Stroessner Regime*, **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 32, n. 4, p. 67–121, 1990, p. 68.

241 **Boletim Clamor**, nº 7, Setembro 1979, p. 16.

242 Ver: ARNS, Paulo Evaristo, **Da esperança à utopia: Testemunho de uma vida**, Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

243 **Boletim Clamor**, nº 14, Dezembro 1981, p. 5.

Antes mesmo do Concílio Vaticano II, alguns bispos, sendo um de seus líderes Dom Helder Câmara, reivindicavam que a Igreja Católica fosse uma “Igreja dos Pobres”. Essa concepção culminou nos ideais defendidos pela Conferência de Medellín.²⁴⁴

Há no boletim também transcrições da encíclica *Laborem Exercens*, do Papa João Paulo II. Nas palavras do Pontífice,

A doutrina social católica não pensa que os sindicatos sejam somente o reflexo de uma estrutura de “classe” da sociedade, como não pensa que eles sejam o expoente de uma luta de classe, que inevitavelmente governe a vida social. Eles são, sim, um expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho segundo as suas diversas profissões.²⁴⁵

É chamada de Doutrina Social da Igreja (DSI) “o conjunto de escritos, mensagens, cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos e declarações que compõem o pensamento do magistério católico a respeito da chamada ‘questão social’”.²⁴⁶ Entre eles está o Concílio Vaticano II, conforme mencionado ao longo da dissertação. A Doutrina Social da Igreja, desenvolvida nos anos finais do século XIX, nasce da crítica ao capitalismo, mas engloba diversos movimentos muitas vezes conflitantes entre si. A Teologia da Libertação, por exemplo, tem a DSI como seu gérmen, mas toma uma postura anticapitalista mais radical que a primeira.²⁴⁷

Para além da Teologia da Libertação, outro fator que recebe destaque nos periódicos é o que o grupo chama de “Teologia das Brechas”. O termo aparece no editorial da edição número 9, publicado em março de 1980. O texto abre com uma comparação das “aberturas democráticas” com uma sanfona: “abrem e fecham o sistema de acordo com a prepotência e as conveniências do instrumentalizador”.²⁴⁸ Assim, o Clamor encontra nessas pequenas brechas oportunidades de praticar suas boas obras.

²⁴⁴Conforme: BARRETO, Vaticano II, p. 192.

²⁴⁵**Boletim Clamor**, nº 14, Dezembro 1981, p. 3.

²⁴⁶ANDRIETTA, Dom José Reginaldo, Doutrina Social da Igreja: história e conceitos fundamentais, **Cadernos de Fé e Cultura**, v. 2, n. 2, p. 107–116, 2018, p. 108–109. O Papa Francisco é apontado como um pontífice que também sustenta a DSI. Ver: VEIGA, Edison. **Fortalecida pelo papa Francisco, doutrina social católica completa 130 anos**. CNN Brasil. 15/05/2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/fortalecida-pelo-papa-francisco-doutrina-social-catolica-completa-130-anos/>> Acesso em 09 jan. 2023.

²⁴⁷Conforme: *ibid.*, p. 113.

²⁴⁸**Boletim Clamor**, nº 9, Março 1980, p. 1.

A ideia de “Teologia das Brechas” é de aproveitar as oportunidades que apareciam para agir de forma direta para ajudar os necessitados e defender a democracia. O uso do termo “teologia” nesse caso é justificado pelo próprio amparo da Bíblia encontrado por esses agentes.²⁴⁹ Como exemplo da efetividade dessa ideia são mencionados no texto: o culto ecumênico em homenagem a Vladimir Herzog e o Ato de Solidariedade na Catedral da Penha em São Paulo, em solidariedade a presos políticos e vítimas de injustiça social, em que foi prestada homenagem ao bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, ferrenho defensor de indígenas e trabalhadores rurais da região. No que consta o editorial em questão, o evento evitou a expulsão do sacerdote da terra, tendo em vista as constantes ameaças a ele dirigidas.

Derval Dasílio, teólogo e autor da biografia de Jaime Wright, assinala que a Teologia das Brechas “era o nome que Jaime Wright dava à Teologia da Libertação”, ao que acrescenta afirmando que “A mínima fresta na janela é suficiente para se ver o sol além das grades das prisões”.²⁵⁰ Dasílio também aponta que, para o pastor,

(...) o pobre não é a única razão de ser dos evangelhos – como queria a Teologia da Libertação –, pois “todas as pessoas carecem do Criador”, independentemente de sua condição social. No entanto, “os marginalizados devem ser alvo da atenção da sociedade e precisam ser amparados, pois, como seres humanos, têm direitos que não lhe podem ser tirados”.²⁵¹

Logo, a libertação dos pobres e oprimidos era algo importante para o pastor, mas não era a única razão de ser do evangelho, já que não são apenas estes que precisariam se converter ao Deus do cristianismo. O texto de Wright encerra dizendo:

Mesmo cercada de baionetas caladas por todos os lados, a Igreja não se deixou intimidar. O Povo de Deus falou. Faraó escutou. As brechas foram se abrindo cada vez mais, renovando as esperanças.
É o testemunho que queremos dar aos nossos irmãos nos países vizinhos do Cone Sul: a “teologia das brechas” funciona!²⁵²

249“Encontraram nas Sagradas Escrituras os exemplos concretos e a mensagem da esperança para fundamentarem sua prática religiosa”. **Boletim Clamor**, nº 9, Março 1981, p. 1.

250DASÍLIO, Derval, **Jaime Wright: o pastor dos torturados**, 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020, p. 2.

251*ibid.*, p. 16.

252**Boletim Clamor**, nº 9, Março 1980, p. 1.

Nesse ponto há uma referência à história bíblica de Moisés, hebreu que viveu no Egito sob o cuidado da família do Faraó, enquanto seu povo vivia sob jugo da escravidão. Segundo a tradição bíblica, Moisés foi escolhido por Deus para conduzir os hebreus para uma terra prometida, chamada de Canaã. O Faraó, porém, não autorizava a saída do povo. Sua permissão ocorreu somente após Deus ter enviado pragas que assolaram o povo egípcio.

O termo “Teologia das Brechas” ficou restrito ao âmbito do Clamor. No entanto, dizer que a Igreja aproveitou as oportunidades oferecidas pela abertura democrática não é mero discurso religioso apaixonado. O historiador Ralph della Cava aponta que, durante esse período, a CNBB aproveitou as estruturas governamentais para criar instituições que mobilizassem contra as injustiças políticas e econômicas do regime.²⁵³ Em 1977, na XV Conferência Nacional de Bispos do Brasil a organização redigiu um documento intitulado “Exigências cristãs de uma ordem política”, em que condenava as ações do regime.²⁵⁴

A abertura, no entanto, era democrática apenas no nome: no Brasil ela tinha sido esboçada em 1974 (embora só colocada em prática a partir de 1978), sob a presidência de Ernesto Geisel, não com o objetivo de dar fim à ditadura, mas de criar uma transição para um governo civil sob a tutela dos militares golpistas. Os regimes chileno e uruguaio também aplicaram medida semelhante.²⁵⁵

No caso do Clamor, a Teologia das Brechas aparece em alguns momentos importantes: o encontro com o primeiro-ministro canadense Pierre Trudeau, o presidente estadunidense Jimmy Carter e os *shows* de cantoras como Joan Baez (dos EUA) e Mercedes Sosa (da Argentina).

Em 1981, Trudeau era candidato ao cargo de secretário-geral da ONU e, em visita oficial ao Brasil, participava de um almoço promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá no Hotel Hilton, em São Paulo. Além de Wright, Greenhalgh e Rocha, outros dois membros do Comitê estiveram no jantar: a freira estadunidense Irmã Michael Mary Nolan e o padre canadense Roberto Grand Maison. Os dois

253Eram os casos do Conselho Indigenista Missionário, o Encontro Nacional Inter-Eclesial e a Comissão Pastoral da Terra. Sobre isso, ver: DELLA CAVA, Ralph, *The Church and the Abertura in Brazil, 1974-1985*, **The Helen Kellogg Institute for International Studies**, 1988, p. 12–14.

254NAPOLITANO, **1964**, p. 236.

255Conforme: *Ibid.*, p. 211–213.

foram motivados pelo Concílio Vaticano II a trabalhar pelos direitos humanos em países do Terceiro Mundo. A oportunidade de divulgar o trabalho do grupo foi aproveitada por Grand Maison, que cumprimentou o primeiro-ministro em francês e fez menção a um padre que era conhecido do premiê. Essa foi a brecha para Roberto entregar uma carta que contava sobre o Clamor e o problema dos refugiados no Brasil. Contam as memórias de Jan Rocha que “Quando Trudeau fez seu discurso após o almoço, ele mencionou a carta que já havia lido. Depois de voltar ao Canadá, a correspondência com o Clamor continuou”.²⁵⁶

Em 31 de março de 1978 aconteceu a visita de Jimmy Carter ao Brasil. Ele teve um encontro no Rio de Janeiro com Arns, Eugênio Sales, Raymundo Faoro (presidente da Ordem dos Advogados do Brasil), o empresário José Mindlin, Marcos Vianna (presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e Júlio Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*. O tema da conversa dessas personalidades foi direitos humanos. Jan Rocha conta que Dom Paulo pediu para que Wright preparasse alguns tópicos de conversa, entre os quais foi incluído o desaparecimento de pessoas nos países do Cone Sul.

Anita Wright Torres, filha do pastor Jaime, afirma que na ocasião foi também entregue a Carter e a órgãos da imprensa uma relação de desaparecidos políticos. Torres afirma que os membros do Comitê acreditaram “que a imprensa não iria ousar censurar no dia em que o presidente americano estivesse no Brasil”,²⁵⁷ e assim aconteceu: jornais publicaram essa lista, driblando os censores.

As memórias de Jimmy Carter sobre o seu período na Casa Branca, publicadas em 2010, também mostram uma versão dessa história:

No começo eu estava confuso sobre quem o Cardeal Arns era, já que ele agia de maneira tão modesta. Mais tarde eu o convidei para uma carona ao aeroporto conosco. Ele ia retornar a São Paulo, e eu gostei muito da nossa conversa privada. Ele é um homem extremamente bom, e eu certamente gostaria que ele se tornasse papa algum dia. Ele é muito corajoso. (...) Ele disse que as prisões políticas no Brasil caíram perto de 90%, (...) mas ainda há dez mil exilados políticos que foram forçados para fora do Brasil.²⁵⁸

256ROCHA, **Solidariedade não tem fronteiras**, p. 292.

257TORRES, Anita Wright, *O Missionário que se fez Pastor dos Perseguidos e Torturados*, in: DIAS, Zwinglio Mota (Org.), **Memórias ecumênicas protestantes - Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência**, Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014, p. 62.

258Tradução livre. No original: “At first I was confused about who Cardinal Arns was, since he acts so

O exílio pode ser compreendido como parte da cultura política dos anos de Guerra Fria na América Latina, em que os inimigos do país eram considerados ameaças à nação. Muitos autores consideram que a prática do exílio era preferível à de violência física contra os perseguidos, sendo “o máximo de tolerância” praticado para com as vítimas.²⁵⁹

Roberto Grand Maison também pôde intervir em 1981, em um *show* da cantora estadunidense Joan Baez no Teatro do Tuca em São Paulo. Conhecida por suas canções de protesto, Baez estava desautorizada pela polícia a cantar, alegando que a cantora não possuía visto de trabalho para tal, apenas de turista. O padre ajudou nas negociações para permitir que ela fizesse sua apresentação.²⁶⁰ Nesse momento não houve uma divulgação do trabalho do Clamor, mas uma participação de uma figura do grupo em uma resolução de conflitos. Diferente foi o caso do *show* de Mercedes Sosa, em 1982, em que os integrantes do Comitê a encontraram nos bastidores e contaram a ela sobre o trabalho que vinham desenvolvendo. Não foram encontrados registros sobre relações posteriores da cantora com o grupo.

2.4. O ecumenismo e o Clamor

Esta reunião é ecumênica como ecumênica é a preocupação da Igreja pelo sofrimento dos nossos irmãos argentinos.

Ecumênica vem de uma palavra grega (*oikoumene*), que quer dizer “o mundo habitado”. Porque a Igreja entende que os direitos humanos são universais e ecumênicos, a Igreja – que não se limita por fronteiras – repele

modest. Afterward I invited him to ride to the airport with us. He was going to return to São Paulo, and I thoroughly enjoyed his private conversation. He’s an extremely good man, and I would certainly like for him to be pope someday; He’s extremely courageous. (...) He said the political prisoners in Brazil have dropped about 90 percent, (...) but there are still ten thousand political exiles who have been forced out of Brazil”. CARTER, Jimmy, **White House Diary**, New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010, p. 182.

259Ver: FERREIRA, Gabriella Daphne Pereira, **Mulheres no Paraná e suas memórias sobre o processo de exílio durante a ditadura militar (1968-1985)**, Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019, p. 31.

260“Ele [padre Roberto] disse à polícia que se Joan Baez não cantasse haveria tumulto. Finalmente concordaram em deixá-la cantar, mas só duas ou três músicas, e não no palco. Ela só poderia cantar da primeira fileira”. ROCHA, **Solidariedade não tem fronteiras**, p. 293–294. Ao confrontarem o *show* de uma cantora internacional, os agentes do governo faziam demonstração de sua força e controle sobre a cultura.

a idéia de que hajam [sic] direitos humanos “nacionais”, isto é: exclusivos a um determinado país.²⁶¹

Essas são as palavras de Jaime Wright no editorial “Do iníquo e do inócuo”, publicado na oitava edição do boletim. O termo “ecumênico” ganha outro sentido além da união católica e protestante nesse momento. Wright define, ao longo do texto, que a preocupação da Igreja deve estar não apenas com os perseguidos no Cone Sul, mas também com o sofrimento de pessoas em países como Cuba, Nicarágua e até nos Estados Unidos. O texto é uma demonstração da missão do Comitê para os Direitos Humanos para os Países do Cone Sul: a solidariedade da Igreja para com os perseguidos.

Na mesma publicação há uma transcrição do programa e de falas de um culto ecumênico em solidariedade aos argentinos. Segundo André Souza Brito, esses cultos eram mobilizados como uma prática de protesto.²⁶² O evento mencionado ocorreu em setembro de 1979 e foi celebrado por Arns e Wright, que, juntos, já haviam dividido espaço na cerimônia que homenageou o jornalista Vladimir Herzog. O culto tomou espaço na igreja da Consolação, em São Paulo,²⁶³ a pedido de familiares de desaparecidos e refugiados do país vizinho. Embora o boletim reproduza os textos litúrgicos, as falas dos dois religiosos não aparecem transcritas. Apesar disso, o jornalista Samarone Lima atesta que Wright fez leitura do texto “Do iníquo e do inócuo”, e tanto ele como Arns criticaram um decreto da Argentina “que declarava ‘morto por desaparecimento’ todo cidadão que, tendo sido preso pelas forças de segurança, desapareceu posteriormente de maneira definitiva”.²⁶⁴

Havia, no entanto, uma cumplicidade entre a Igreja Católica na Argentina e o governo ditatorial, que levou o cardeal Raúl Primatesta a criticar, por meio de uma carta, a postura tomada por Arns no evento, alegando não terem consultado o

261 **Boletim Clamor**, nº 8, Dezembro 1979, p. 1.

262 “Assim, tais atores protagonizaram, de forma singular, rituais ecumênicos cujos objetivos ultrapassavam àqueles de uma cerimônia fúnebre comum, configurando espaços de protesto contra as arbitrariedades oriundas do regime militar de outrora”. BRITO, Cultos ecumênicos, p. 26.

263 A Igreja da Consolação foi palco de importantes protestos contra o regime militar, a exemplo do ocorrido no velório do operário Santo Dias da Silva, assassinado pela Polícia Militar enquanto liderava greve.

264 LIMA, **Clamor**, p. 183.

episcopado argentino e distorcido informações.²⁶⁵ Segundo Enrique Serra Padrós, a Igreja Católica na Argentina aceitou a situação ditatorial do país em maior medida que em países como o Brasil ou o Chile. Membros da alta hierarquia do episcopado defendiam a união da religião e da pátria no projeto de nação.²⁶⁶ A rejeição dessa união também foi menor que a de outras regiões. Nas palavras de Padrós, “Uma sociedade tão católica como a desse país talvez tivesse sido mais solidária, ou reagido, se a Igreja tivesse assumido a denúncia dos crimes em andamento”.²⁶⁷

Ao destacar sua participação no IV Congresso Ecumênico de Teologia do Terceiro Mundo, o Clamor também buscava demonstrar como seu próprio trabalho estava inserido em um contexto internacional de movimento ecumênico.²⁶⁸ Exemplos dessa demonstração do Clamor também são expressos em outros fatores: destaques dados a posicionamentos (ou pedidos por posicionamento) do Papa João Paulo II,²⁶⁹ notícias relacionadas ao CMI²⁷⁰ e reprodução de documentos alheios ao grupo.²⁷¹

No artigo “*The Pope in Brazil*”,²⁷² impresso na décima-segunda edição, foram destacadas as falas do pontífice sobre a missão da Igreja em denunciar os crimes de Estado e promover o respeito entre os indivíduos. O texto também ressalta que Arns lhe entregou documentos e cartas sobre o desaparecimento de pessoas no Cone Sul, a que João Paulo II disse que daria prioridade em seu retorno a Roma.²⁷³ A edição de número quinze falava da entrega do livro *Desaparecidos en la Argentina*, elaborado pelo Clamor e que contou com o prefácio de Dom Paulo. Na mesma edição foram inseridos os textos em espanhol e em inglês. A publicação nomeia centenas de pessoas desaparecidas durante a vigência da DSN, a partir de informações coletadas por organizações de direitos humanos que cooperaram com

265Conforme: *Ibid.*, p. 183–184.

266Conforme: PADRÓS, Enrique Serra, A Igreja Católica e as ditaduras do Cone Sul, **Outros Tempos**, v. 12, n. 20, p. 74–94, 2015, p. 89.

267*Ibid.*, p. 92.

268**Boletim Clamor**, nº 9, Março 1980, p. 8.

269Ver: edições: 2 (Julho 1978), 5 (Maio 1979), 8 (Dezembro 1979), 9 (Março 1980), 12 (Dezembro 1980), 14 (Dezembro 1981) e 15 (Dezembro 1983) do boletim.

270Ver: edições 8 (Dezembro 1979), 12 (Dezembro 1980) e 16 (Novembro 1984).

271Ver: edições 3 (Outubro 1978), 7 (Setembro 1979), 9 (Março 1980), 11 (Setembro 1980), 13 (Março 1981).

272A edição disponível para consulta estava em inglês.

273**Boletim Clamor**, nº 12, Dezembro 1980, p. 17.

o Clamor²⁷⁴. A edição do boletim aponta para uma apreciação do pontífice pela publicação.

Vale apontar que João Paulo II aderiria à ideia de tomar os pobres como opção preferencial, tendo apoiado as ideias do Concílio Vaticano II mas, sendo um polonês orgulhoso de ter ajudado a derrotar o regime comunista em seu país, era também um opositor do marxismo. O papa nomeou o bispo conservador alemão Joseph Ratzinger (que em 2005 foi eleito como Papa Bento XVI) para a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, órgão do Vaticano para condenar as heresias na Igreja. Ratzinger, em 1984, condenou publicamente a Teologia da Libertação por associar o cristianismo e o marxismo, e silenciou uma das vozes mais importante desse movimento, o frei Leonardo Boff.²⁷⁵ Greenhalgh, em uma procuração assinada em junho de 1985 em nome do Clamor, criticou essa postura e outras que considerou uma “censura prévia das autoridades eclesásticas da Igreja Católica”.²⁷⁶

Compreender a solidariedade do Papa aos presos e desaparecidos pode parecer contraditório levando em conta sua rejeição ao pensamento que crescia entre o episcopado latino-americano. Por outro lado, João Paulo II era de origem polonesa, e seu país viveu sob dominação dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, e sob o jugo soviético durante a Guerra Fria. É possível que sua postura antimarxista tenha raízes da experiência soviética, mas que ainda assim o pontífice rejeite o autoritarismo, independentemente do espectro esquerda-direita.

Além disso, em 1982 o Papa discursa para o ACNUR, mencionando que há organizações católicas que têm se empenhado em “aliviar o sofrimento dos refugiados”, sendo, portanto, referências em um testemunho cristão. Na fala, João Paulo II salienta que

A Igreja Católica, pela sua parte – e está nisto sobretudo o objecto do Meu assunto [sic] – considera a ajuda aos refugiados como obra essencial, a que ela convida de maneira instante os seus filhos cristãos a colaborarem, porque a *Bíblia* em geral e o Evangelho em particular não nos permitem deixar sem socorro os estrangeiros que procuram asilo.²⁷⁷

274COMITÉ DE DEFENSA DE DERECHOS HUMANOS EN EL CONO SUR (CLAMOR), **Desaparecidos en la Argentina**, São Paulo: [s.n.], 1982.

275Sobre isso, ver: GRENZ; OLSON, **A teologia do século 20**, p. 253; *Ibid.*, p. 261; *Ibid.*, p. 286; DIAS, **O movimento ecumênico no Brasil**, p. 247.

276 GREENHALGH, Luiz Eduardo. **PROCURAÇÃO**. São Paulo, 13 de junho de 1985.

277JOÃO PAULO II *apud*. FILIBECK, Giorgio (Org.), **Direitos do Homem - de João XXIII a João**

O CMI foi importante financiador do Clamor, e uma das amostras disso foi a Consulta Latinoamericana sobre Refugiados, entre 8 e 11 de outubro de 1979, da qual o órgão da Suíça foi patrocinador. O local escolhido para tal foi a cidade San José, na Costa Rica. Conforme aponta o boletim, “A situação dos refugiados está preocupando o CMI: aqui na América Latina, nestes últimos seis anos, saíram [sic] 29.000 refugiados, conforme dados oficiais. Mas se sabe que, na realidade, o número é bem maior”.²⁷⁸ O órgão chegou a ter representantes para falar na ONU acerca dessa questão.²⁷⁹

Para além dessas menções, Charles Harper ganha destaque na penúltima edição do boletim, de dezembro de 1984, ao ter recebido o Prêmio da Fundação Letelier Moffitt²⁸⁰ “por sua permanente preocupação com os direitos humanos em nosso continente”.²⁸¹ Segundo a matéria, Harper teria ajudado mais de 120 grupos e entidades de Direitos Humanos em seu cargo de diretor do HRROLA. Logo abaixo dessa notícia está a de que o reverendo metodista uruguaio Emílio Castro foi nomeado secretário-geral do CMI, assumindo o lugar de Philip Potter.

Sobre a posição cristã de documentos alheios ao Comitê e expostos no boletim, vale apontar o documento “Reflexão Cristã para o Povo da Pátria”, de 7 de maio de 1977, discutido na XXXV Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Argentina. Essa manifestação foi comentada por um outro documento, das Famílias dos Desaparecidos e Detidos por Razões Políticas (ou Familiares de Desaparecidos e Presos por Razões Políticas), publicado em agosto de 1978. No documento episcopal de 1977, “os bispos argentinos declararam que estariam traindo sua

Paulo II (1958-1998), S. João do Estoril: Comissão Nacional Justiça e Paz; Principia, 2000, p. 613.

278 **Boletim Clamor**, nº 8, Dezembro 1979, p. 17.

279 **Boletim Clamor**, nº 12, Dezembro 1980, p. 54.

280 “Sediada em Washington, a Fundação Letelier-Moffitt leva este nome em homenagem a Orlando Letelier e Ronni Moffitt, ativistas de direitos humanos mortos em 1976 na capital americana por agentes do serviço secreto chileno. A primeira edição do prêmio ocorreu dois anos depois.” GRANDELLE, Renato, **Lideranças indígenas recebem prêmios internacionais pela luta por direitos humanos**, O Globo, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/liderancas-indigenas-recebem-premios-internacionais-pela-luta-por-direitos-humanos-1-24695129>>. acesso em: 19 abr. 2022. Em 1982, Dom Paulo chegou a ser laureado com este prêmio.

281 **Boletim Clamor**, nº 16, Dezembro 1984, p. 5.

missão de pastores se não dissessem sua palavra”²⁸² acerca dos desaparecimentos. Os familiares engajados, no entanto, rebatem:

Mais de um ano já transcorreu desde 7 de maio de 1977 (a data do documento episcopal), e desgraçadamente a situação dos direitos humanos denunciada naquele documento não se modificou no essencial, apesar de alguns fatos isolados positivos. Não modificou a situação de milhares de pessoas que continuam desaparecidas, entre elas mais de mil mulheres, muitas delas grávidas, nem a situação dos seus filhos presumivelmente nascidos no cativeiro, sem que se saiba a sua sorte. Nem se modificou a situação de milhares de pessoas que povoam os cárceres do país, detidas “à disposição do Poder Executivo Nacional” sem causa nem processo, a maior parte em condições desumanas e muitas submetidas a torturas físicas e morais.²⁸³

É possível identificar aqui que o Clamor se coloca ao lado desses familiares no intuito de cobrar ações práticas do clero argentino na busca por justiça.

Na décima-primeira edição, de setembro de 1980, a crítica ao golpe de estado na Bolívia e consequente reação do episcopado é algo marcante. Nas décadas de 1960 a 1980, o governo boliviano foi bastante instável, com sucessivos golpes militares e juntas governativas, e alguns poucos civis eleitos. Segundo Feierstein, “Estima-se que de 1966 a 1986 entre 3 e 8 mil pessoas foram executadas por ‘esquadrões de morte’ sob ordem de vários regimes militares”.²⁸⁴ O posicionamento dos bispos aqui ressaltava a necessidade de respeito à Declaração dos Direitos Humanos e o chamado para a oração. Havia, no entanto, uma convocação a um “espírito de fraternidade e ajuda mútua, afastando de seus corações todo sentimento de ódio e de vingança”.²⁸⁵

Esse último fator chama atenção para outra prática presente nas ações do Clamor e de muitos outros grupos cristãos nas ditaduras do Cone Sul, da resistência não violenta, por sua vez inspirada no método de desobediência civil não violenta do líder indiano Mahatma Gandhi (1869-1948), colocado em prática nas lutas anticoloniais da Índia nas décadas de 1920 a 1940. O pastor batista estadunidense

282 **Boletim Clamor**, nº 3, Outubro 1978, p. 7.

283 **Boletim Clamor**, nº 3, Outubro 1978, p. 8.

284 Tradução livre. No original: “It is estimated that from 1966 to 1986 between 3,000 and 8,000 people were executed by ‘death squads’ under the orders of various military governments”. FEIERSTEIN, Daniel. *National Security Doctrine in Latin America: the Genocide Question*, in: BLOXHAM, Donald; MOSES, A. Dirk (Orgs.), **The Oxford Handbook of Genocide Studies**, New York: Oxford University Press, 2010, p. 495.

285 **Boletim Clamor**, nº 11, Setembro 1980, p. 25.

Martin Luther King Jr. (1929-1968) foi um dos que se apropriou dessa ideia aplicando-a ao contexto de segregação racial de seu país e aliando-a a princípios cristãos, especialmente do “amor na política”, nas décadas de 1950 e 1960. Segundo essa visão, a recusa do uso do mal para o combate do próprio mal era capaz de desmoralizar o perpetrador.²⁸⁶

Apesar de essas publicações demonstrarem que havia uma crítica cristã aos regimes em questão, é possível também dizer que a fé foi mobilizada pelas ditaduras de modo a justificarem suas ações. Nesse sentido, houve também um ataque aos religiosos que se manifestassem contrariamente aos ideais políticos em vigor.

2.5. Considerações sobre o inferno, o purgatório e o pecado

Heloísa de Faria Cruz assinala que a linguagem religiosa dos boletins do Clamor associa o inferno e o purgatório a locais de prisões e torturas.²⁸⁷ Essa constatação é parcialmente correta, já que essas comparações foram mencionadas logo na segunda edição, mas não pela equipe do Comitê. No texto “Clamores do Inferno” um uruguaio (sem nome informado) contou de sua experiência na prisão conhecida como “*El Infierno*”, “os alojamentos militares do Batalhão de Infantaria Armada nº 13, em Montevideú”.²⁸⁸ No local eram praticadas torturas contra os presos políticos no escuro ao som de música alta e dos gritos e choros de outros detidos.

Já o purgatório faz referência ao contexto em que esse sujeito estava de saída da prisão e teve que assinar um papel em que declarava ter sido bem alimentado no local e não ter sido torturado. A associação reside no fato de o purgatório simbolizar na crença católica – e rejeitada em massa pelos protestantes – o local para onde vão aqueles que ainda não possuem destino definido no céu ou no

286“Para Luther King, o amor não era meramente uma emoção, mas vontade criadora e recusa à dominação de outrem. Era a única atividade capaz de se opor ao ato violento, pois negar-se a revidar o mal contra o mal consistia na única possibilidade de desmoralizar aquele que o perpetrava”. MAGALHÃES, A recusa à alteridade, p. 182.

287Ver: CRUZ, Boletim Clamor, p. 66.

288 **Boletim Clamor**, nº 2, Julho 1978, p. 3.

inferno após a morte.²⁸⁹ Assim, cabia ao torturado decidir pelo seu destino: poderia ir ao paraíso, longe da prisão, caso assinasse o documento, ou de volta ao inferno de onde havia acabado de sair, ou ainda ser morto, caso contasse a verdade.

O vocabulário religioso nos boletins também é empreendido na condenação da tortura e dos assassinatos. Na terceira edição declararam: “Acobertados por uma pretensa luta anticomunista, os ideólogos da segurança nacional justificam todos os seus pecados: golpes de estado, perseguições, encarceramentos[,] torturas, desterros, e outras violações dos mais sagrados direitos humanos”.²⁹⁰ Ameaçar a democracia e a vida dos indivíduos por causas políticas é um pecado, no entendimento do autor desse editorial. É possível também associar a essa questão a ideia de “banalidade do mal”, que a filósofa alemã Hannah Arendt utiliza ao comentar o julgamento de Adolf Eichmann por sua cooperação com o nazismo. Em sua análise, Arendt percebe no sujeito a normalidade de alguém que apenas cumpria ordens de transportar judeus para campos de concentração, não sendo ele um sádico ou antissemita. O mal, portanto, era banalizado.²⁹¹ Da mesma forma, o mal aqui é banalizado no sentido de o pretexto de combate ao comunismo justificar atos de barbárie.

Torturar, matar, censurar também apresentam uma outra causa: os governantes “abandonam a prática do Evangelho, e (...) passaram (...) a mentir ad nauseam a Deus e ao Mundo sobre o que fizeram com os prisioneiros”.²⁹² O prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns no livro *Desaparecidos en la Argentina*, datado de 27 de novembro de 1982, reproduz trechos da apresentação da décima-terceira edição, que venceu o Prêmio Vladimir Herzog. Há diferenças, por exemplo, entre o conteúdo que foi frisado no periódico, que salienta a violência política no Chile, e o apresentado pelo livro, que é voltado especificamente às vítimas da Argentina. Um parágrafo da apresentação introduz o tema principal:

289 Não há referências ao purgatório na Bíblia. Essa ideia foi criada no século XII, em meio ao aperfeiçoamento do feudalismo na Europa, por teólogos da Escola Episcopal de Notre Dame em Paris. Sobre isso, ver: LE GOFF, Jacques, **O nascimento do Purgatório**, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

290 **Boletim Clamor**, nº 3, Outubro 1978, p. 2.

291 Ver: ARENDT, Hannah, **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**, 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

292 **Boletim Clamor**, nº 13, Março 1981, p. ii.

Nesta edição sobre o Chile damos um enfoque sobre o caso Yumbel, para lembrar não somente os horrores que se seguiram ao “holocausto” chileno de 1973 como também, por exemplo, os holocaustos ocorridos na Araguaia brasileiro, ou nas ruas de São Paulo, ou com pais uruguaios de crianças tais como Anatole e Vicky, ou com cadáveres argentinos aparecidos nas praias do Rio de la Plata, ou com paraguaios desaparecidos após saírem das masmorras de Asunción, ou com políticos bolivianos de oposição assassinados coletivamente numa sala de reunião.²⁹³

Ao trazer à tona o holocausto e o genocídio no regime nazista, o Clamor aposta na importância de trabalhar com a memória, uma vez que a descoberta, em 1979, de corpos de pessoas desaparecidas em 1973 em uma fossa clandestina na cidade de Yumbel é uma demonstração das operações assassinas empreendidas pelo governo chileno. O texto reforça a importância de aprender com o passado a fim de não repeti-lo, e cita a famosa citação do pastor luterano alemão Martin Niemoller sobre sua própria cumplicidade com a perseguição de Hitler às minorias durante o Terceiro Reich:

“Na Alemanha eles vieram buscar os comunistas em primeiro lugar; eu nada falei porque eu não era comunista. Vieram buscar depois os judeus; eu nada falei porque eu não era judeu. Então vieram buscar os trabalhadores, membros dos sindicatos; eu nada falei porque eu não era sindicalizado. Depois vieram buscar os católicos; eu nada falei porque eu era protestante. Eventualmente vieram me buscar, e já não sobrava ninguém para falar...”²⁹⁴

A crítica do Clamor nas demais edições vai também à forma como os regimes ditatoriais se aproveitaram da religião para praticar suas obras. Ao afirmar que “Todos nós do Cone Sul somos testemunhas do que acontece quando o Evangelho é colocado à margem sob o pretexto insano de combate ao ‘comunismo’”,²⁹⁵ é ressaltada essa ideia de os regimes serem a antítese do Evangelho e perpetradores do mal, embora disfarçados de democráticos por livrarem o país de um mal maior, no caso, o comunismo.

Como observam Stephan Ruderer e Veit Straßner, a Igreja Católica teve um peso político e social muito importante no Chile, especialmente após a separação entre Igreja e Estado em 1925, por mais paradoxal que isso fosse. A partir de 1931, quando o Vaticano cria a Ação Católica, um movimento que visava incluir leigos nas

293 **Boletim Clamor**, nº 13, Março 1981, iii.

294 **Boletim Clamor**, nº 13, Março 1981, iii.

295 **Boletim Clamor**, nº 15, Dezembro 1983, p. 4.

diferentes esferas da sociedade, começa a ser observada no país a ascensão de um catolicismo popular que sensibilizou sacerdotes, bispos e políticos a questões sociais.²⁹⁶

Apesar disso, tal como no Brasil, a intervenção das Forças Armadas na vida democrática do Chile contou com apoio de alguns setores da Igreja, que louvaram a iniciativa de “elites conservadoras, empresariais e militares” na derrubada do governo socialista de Salvador Allende em 11 de setembro de 1973. Muitos, no entanto, viraram as costas para o regime seis meses após o golpe.

A Igreja foi vítima de muitos ataques, e o boletim conta essas histórias. O cardeal chileno Raúl Silva Henríquez foi alvo de campanha de difamação em seu país. Silva Henríquez foi um contato frequente do Clamor. A proximidade entre ele e Arns está registrada em carta de 21 de abril de 1981, quando escreve: “Obrigado por sua preocupação. É a preocupação de Irmão e de Pastor que se interessa por suas ovelhas e pela Igreja de toda a América Latina. Que Deus te abençoe e te ajude sempre em seu trabalho pastoral”.²⁹⁷

Silva Henríquez foi criador da cooperação ecumênica chamada de *Comité para la Paz en Chile* (Copachi), junto a Helmutz Frenz, representante da Igreja Luterana. Mais tarde fizeram parte da organização a Igreja Ortodoxa, Metodista, Presbiteriana e a comunidade judaica chilena.

O objetivo do Copachi era atender aos chilenos que se encontrassem em necessidades econômicas e pessoais devido à situação política do país. Ademais, a comissão daria assistência jurídica, econômica, técnica e espiritual aos que os procurassem. Ele fornecia informações fidedignas do que ocorria ao país ao estrangeiro, e por esse motivo era causa de grande conflito entre a Igreja e o governo. Este último acusava o grupo de estar infiltrado por comunistas que conspiravam contra o bem da nação. Em outubro de 1975, após acolher membros do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*, Pinochet ordena a dissolução do Comitê, o que foi obedecido pelo cardeal Silva Henríquez. Bastiaan Bouwman

296Ver: RUDERER, Stephan; STRAßNER, Veit, Recordando tiempos difíciles: La Vicaría de la Solidaridad como lugar de memoria de la Iglesia y de la sociedad chilena, **Archives de sciences sociales des religions**, n. 170, p. 37–60, 2015, p. 42.

297HENRIQUEZ, Raul Cardenal Silva. **Carta a Monseñor Paulo Evaristo Arns**. Santiago, 21 de abril de 1981, p. 1.

aponta que muito dos fundos do CMI para a América Latina foram para essa organização.²⁹⁸

Em 1976 Henríquez cria a *Vicaría de la Solidaridad*, órgão que tinha como objetivo dar continuidade ao trabalho do Comitê. Enquanto este era um órgão menos institucionalizado, a *Vicaría* era parte integral da Igreja, que passaria a dar proteção oficial à organização.²⁹⁹ Ralph Della Cava afirma que a Igreja era uma das únicas instituições que sobrevivia com força à repressão das ditaduras latino-americanas, já que é uma organização supranacional difícil de ser banida nacionalmente, especialmente em uma região com tradição católica marcante.³⁰⁰

Silva Henríquez foi importante para a história do Clamor na medida em que acompanhou o episódio do resgate de Anatole e Vicky, em 1979, mencionada no capítulo anterior. Pelo Clamor, Greenhalgh e o jornalista Ricardo Carvalho foram em missão ao Chile para encontrar respostas sobre o desaparecimento das crianças, porque o caso já tinha surtido repercussão naquele país.³⁰¹ O encontro surtiu o efeito esperado: os dois conseguiram fazer com que as crianças revissem a avó que andava à procura dos netos. Porém, o acordo final sobre a guarda dos pequenos era de compartilhamento. Os pais que adotaram Anatole e Vicky não podiam ter filhos e escolheram adotar. Psicólogos decidiram que mais uma separação não faria bem aos dois, mas que eles deveriam visitar a avó em Montevideu durante as férias.³⁰²

Em 31 de julho de 1979, em São Paulo, uma coletiva de imprensa com veículos nacionais e internacionais (como os franceses *Le Monde* e *France Presse* o britânico *BBC*, o espanhol *EFE* e o estadunidense *Associated Press*) aconteceria para cobrir o caso. As perguntas dos repórteres seriam – e de fato foram – respondidas por Wright, Arns, Greenhalgh e Angélica, avó das crianças. Quatro dias antes, Silva Henríquez telefonou à Arquidiocese de São Paulo pedindo para que esta fosse adiada, pois tinha algumas preocupações sobre como o regime Pinochet

298Ver: BOUWMAN, **Universal Rights**, p. 178.

299 Sobre isso, ver: RUDERER, Stephan; STRASSNER, Veit, Recordando tiempos difíciles: La Vicaría de la Solidaridad como lugar de memoria de la Iglesia y de la sociedad chilena, **Archives de sciences sociales des religions**, n. 170, p. 37–60, 2015.

300Conforme: DELLA CAVA, *The Church and the Abertura*, p. 8.

301Segundo Samarone Lima, a repercussão do caso ficou restrita ao Chile. Sobre isso, ver: LIMA, **Clamor**, p. 109–117. Ver também: CARVALHO, **O cardeal e o repórter**.

302Ver: LIMA, **Clamor**, p. 136–137.

reagiria à repercussão do episódio. As relações entre Igreja e Estado já estavam tensas, como foi descrito neste capítulo. O cardeal chileno temia que a relação se tornaria ainda mais difícil caso a igreja brasileira denunciasse para o mundo que Pinochet era cúmplice do sequestro de crianças. No que constam as memórias de Jan Rocha,

Jaime prometeu ao arcebispo chileno que nem o Clamor nem o cardeal Arns faria qualquer denúncia específica contra o governo chileno, nem havia planos para promover uma batalha judicial entre os avós e os pais adotivos pela guarda das crianças, outra preocupação da Igreja.³⁰³

Não foi apenas nesse momento que Jaime Wright descobriu que as relações entre o governo chileno e a Igreja Católica eram conflituosas. Pelo contrário, a terceira edição do Boletim conta em dezoito pontos os ataques à *Vicaría* entre 1977 e 1978 (ver figura 11). Pessoas foram detidas e espancadas, atos públicos foram cancelados, bombas foram colocadas nas casas de funcionários de igrejas relacionadas foram algumas das medidas citadas. Além destas, o diário oficial do governo, chamado de *El Cronista* começou a escrever matérias com o intuito de maldizer a *Vicaría* e sujeitos a ela relacionados, por meio de acusações infundadas e dados falsos, na análise do grupo.

O único jornal que publicou a notícia sobre o desaparecimento de 59 pessoas no Chile em 1975 foi o periódico paranaense *O Dia*.³⁰⁴ Uma edição do periódico *O São Paulo*, órgão oficial da Arquidiocese,³⁰⁵ de julho de 1980, fala de

303ROCHA, **Solidariedade não tem fronteiras**, p. 118.

304A pedido do Clamor, Teresa Maria Bettega Ressetti, funcionária da Biblioteca Pública do Paraná emitiu um parecer, no dia 20 de junho de 1980, informando que o jornal *O Dia* havia encerrado suas atividades em 1961, e que não havia no estado outro periódico de mesmo título. O *website* da Hemeroteca Digital demonstra que, de fato, aquele havia sido o ano final de publicação do jornal, mas que houve uma retomada de atividades em 1975, com a publicação de três edições. Sobre isso, ver: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=0>> Acesso em 24 nov. 2022.

305“O semanário [*O São Paulo*] destinava-se a analisar os acontecimentos à luz da doutrina social da Igreja. Sob a condução do arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, *O São Paulo* chegou a ter 50 mil exemplares.

O semanário também estava a serviço da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo. Esses elementos deixavam o jornal sob a mira dos órgãos de repressão. Para atingir *O São Paulo*, não era suficiente, para a ditadura, apenas a censura, por isso, em agosto de 1982, o jornal foi falsificado em uma gráfica de Minas Gerais. Para esse trabalho, a gráfica havia recebido 10 mil cruzeiros e houve uma encenação entre os DOPS para que os solicitantes do serviço fossem ouvidos. Nada foi feito. Todo tipo de estratégia em torno da política da censura e deturpação da comunicação desenvolvida pelos católicos que defendiam a justiça social parecia ser válida”. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, *Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs*, p. 161.

uma visita do Clamor ao ex-diretor de *O Dia*, cujo nome não foi mencionado. Naquela edição, já se falavam em 119 desaparecidos, um número maior do que mencionado cinco anos antes. Wright, em um artigo intitulado *Católico Convicto?*, conta como foi a conversa com o jornalista. Este, que se descrevia como um “católico convicto” foi descrito pelo pastor como um “amigo declarado de vários militares, inclusive do General [e ditador] Ernesto Geisel”³⁰⁶ e tratou a morte do jornalista Vladimir Herzog como uma conspiração comunista para que a população descreditasse no governo.

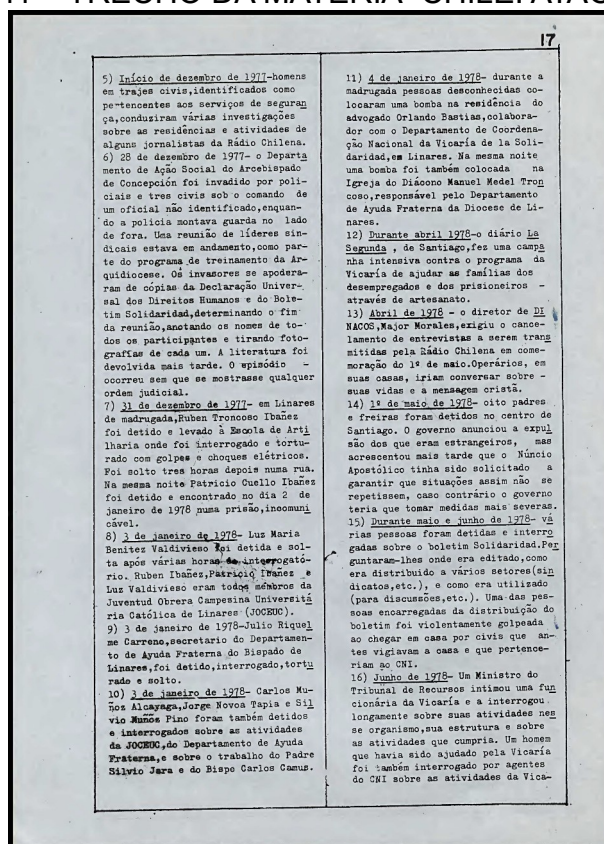
Quando questionado sobre a origem da notícia, já que o seu jornal foi o único no Brasil a publicar o tópico, ele responde que era apenas mais uma entre tantas notícias que foram publicadas. O grupo explicou ao empresário que se ele explicasse a origem da notícia, poderia ajudar a *Vicária* “no encaminhamento de processos jurídicos e servir, sobretudo, de conforto aos familiares”.³⁰⁷ A isso, ele respondia que não gostaria de se envolver. Wright afirma ter se decepcionado com a posição, mas conclui o texto dizendo: “Uma coisa aprendi, no entanto: há uma diferença radical entre ser um católico convicto e um cristão praticante”.³⁰⁸ O pastor, assim, reforça a ideia de que a filiação religiosa não define a prática que entende como verdadeiramente cristã.

306 **SÃO PAULO**, nº 1.271, 25-31 de julho de 1980, p. 7.

307 **SÃO PAULO**, nº 1.271, 25-31 de julho de 1980, p. 7.

308 **SÃO PAULO**, nº 1.271, 25-31 de julho de 1980, p. 7.

FIGURA 11 – TRECHO DA MATÉRIA “CHILE: ATAQUES À IGREJA”



Boletim Clamor, nº 3, Outubro 1978, p. 17.

Também no Simpósio Internacional de Direitos Humanos, promovido pela Vicaria e realizado em Santiago entre 22 e 25 de novembro de 1978, houve agitação. Contando com a participação de Arns, Wright e diversos indivíduos ligados a organizações religiosas no continente americano, ao Conselho Mundial de Igrejas, ao Vaticano, e leigas (como a Anistia Internacional, a OEA e a ONU), o evento foi alvo de ações intimidatórias do governo, apesar de algumas delas terem sido falhas.³⁰⁹ Outras, no entanto, tiveram sucesso, mas logo foram desfeitas, como a seguinte:

Um jovem funcionário da Vicaria de la Solidaridad, a entidade que patrocinou o simpósio em nome da Igreja Católica do Chile, foi detido e desapareceu no segundo dia. Diante do volume de protestos, ele foi

309“As táticas intimidatórias do governo chegaram com 24 horas de atraso no local onde os estudantes universitários tiveram seu encontro com convidados internacionais. Um caminhão cheio de carabineiros chegou no local apazado somente para descobrir que a reunião ocorrera no dia anterior”. **Boletim Clamor**, nº 4, Dezembro 1978, p. 7.

localizado e solto antes da conclusão do simpósio. Essa prisão deixou considerável preocupação entre os participantes: será que os outros funcionários da Vicaria sofreriam consequências semelhantes após a saída dos convidados internacionais do Chile?³¹⁰

Enquanto o evento acontecia, a ONU anunciou que o prêmio de direitos humanos naquele ano seria concedido à *Vicaría*. Silva Henríquez e o vigário Cristián Precht foram até Nova York em 11 de dezembro de 1978, em comemoração do aniversário da DUDH, para receber a homenagem.

Ao contar essas histórias, o *Clamor* chama atenção não apenas ao próprio trabalho que tem desenvolvido no auxílio a pessoas desassistidas, mas também divulga o que outros grupos e instituições têm feito e como têm sofrido com as perseguições. Isso ressalta o ideal de solidariedade, tão caro ao grupo.

A cumplicidade da igreja na Argentina com o regime também foi registrada na quarta edição, que contou narrou o ocorrido em uma missa na Igreja Maria Auxiliadora, na cidade de Rosário. Segundo a história, um ônibus com familiares de presos e desaparecidos que estavam em Santa Fé “foi detido pela polícia e impedido de seguir”.³¹¹ A cerimônia foi interrompida pela entrada de civis armados com metralhadoras, e o evento foi suspenso. A conivência do bispado foi ressaltada no fim do artigo: “O Bispo de Rosário, Monsenhor Bolatti, nada disse, apesar deste evidente ataque à liberdade religiosa, defendida pelo Papa João Paulo II em seus primeiros discursos e homílias”.³¹² É possível afirmar que o endosso ao pontífice era uma forma de legitimação do discurso do grupo.

Semelhantemente foi observado na atuação da Igreja no Uruguai, quando, na décima edição, declaram que “Ao contrário do que ocorreu no Brasil, Chile e Paraguai, a Igreja Católica no Uruguai tem se mantido à margem da história, muda diante da repressão e intimidada pela escalada de violações dos direitos humanos”.³¹³ O texto destaca descontentamento também com outras igrejas cristãs e com o fato de a repressão impedir até mesmo a formação de comissões ecumênicas. Essas constatações correspondem à célebre frase atribuída ao bispo anglicano Desmond Tutu (1931-2021), vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1984

310 *Boletim Clamor*, nº 4, Dezembro 1978, p. 8.

311 *Boletim Clamor*, nº 4, Dezembro 1978, p. 6.

312 *Idem*.

313 *Boletim Clamor*, nº 10. Agosto 1980, p. 24.

por sua luta contra o *apartheid* na África do Sul: “se você fica neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor”.³¹⁴ O Clamor, assim, clama por posicionamento dos cristãos.

2.6. Cartas publicadas

Uma das possibilidades em escrever uma história cultural das mídias e das religiões, segundo a historiadora Karina Kosicki Bellotti, é de buscar entender a recepção do veículo de comunicação. Em sua tese de doutorado, a autora estuda cartas a Márcia D’Haese, criadora do personagem evangélico Smilingüido, e como este foi incorporado no cotidiano de seus admiradores, tomando como princípio de que o produto da mídia religiosa adquire um sentido que não pode ser controlado pelas instituições que a controlam.³¹⁵

Esta pesquisa toma como fontes cartas de leitores publicadas nos boletins (ver figura 12), enfatizando aqueles em que algum sentido religioso ficou estampado. Vale notar que este não é um trabalho de recepção, tendo em vista que toma apenas a repercussão positiva das ações do grupo, sem ter conhecimento de possíveis críticas do público-alvo ou possíveis conflitos em torno dessas publicações – o que torna essa investigação diferente do estudo de Bellotti por D’Haese. Muitas dessas cartas estão disponíveis no acervo do Clamor no CEDIC, ou seja, possivelmente não tinham como intenção ter seus textos publicados. Redigiram textos algumas figuras religiosas, representantes de setores da sociedade civil e até mesmo intelectuais, como o jornalista Edmar Morel, que teve seus direitos políticos cassados em virtude da publicação de seu livro sobre a Revolta da Chibata e o seu líder, o marinheiro João Cândido Felisberto.³¹⁶

314 Segundo o Dicionário de Citações de Oxford, a frase atribuída a Tutu teria sido dita antes de 1986. Ver: <<https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780191843730.001.0001/q-oro-ed5-00016497>> Acesso em 02 mai. 2022.

315 Sobre isso, ver: BELLOTTI, **Delas é o reino dos céus**, p. 63–64.

316 Parte da controvérsia sobre o legado de Felisberto em relação à ditadura foi abordado em artigo do autor desta dissertação com Gabriel Mewes, Heitor Rodrigues, Israel Scopel e Nicolas Krüger. Ver: SANTOS, Gabriel Pereira Mewes dos *et al*, Entre a esquerda revoltosa e o herói integralista: narrativas sobre João Cândido Felisberto, o Almirante Negro, **Cadernos de Clio**, v. 10, n. 1, p. 52–73, 2019.

A quinta edição, de maio de 1979, apresenta cartas daquele ano e do anterior. Pouca informação é dada acerca dos autores além da cidade de onde o texto foi escrito. Em uma delas, de 15 de março de 1979, o missivista destaca:

Eu os felicito e espero que sigam em frente, porque somos muitos familiares, especialmente mães, confiantes nos que como vocês, lutam com afinco por pessoas que não conhecem, pelo fato de serem seres humanos e pelo que Cristo nos ensinou: “Amai-vos uns aos outros”.³¹⁷

A admiração exposta reside no cumprimento do Clamor da missão cristã de amar ao próximo, mesmo que nem o conheça.

Na oitava edição as cartas eram apenas de argentinos, também não nomeados, apesar de um deles residir em Madri, na Espanha. Este citou o nome de quatro pessoas sequestradas em agosto de 1979, acrescentando que

O que me faz lembrar destas 4 pessoas sequestradas, é que em horas difíceis, elas estiveram junto às mais diversas expressões democráticas da Argentina, demonstrando elevado espírito humanista e os princípios da moral fraterna que Cristo nos ensinou. Sei que farão o impossível. O povo argentino compreende vossa amizade e agradece vossa cooperação. Obrigado.³¹⁸

Outro sujeito expressa gratidão a Dom Paulo Evaristo Arns pela realização do culto ecumênico naquele ano. Os já mencionados Familiares de Desaparecidos e Presos por Razões Políticas pedem ao Clamor para que estabeleçam contatos mais firmes com o episcopado daquele país, alegando que “alguns de nossos bispos (...) ainda não se compenetraram da justeza de nossos reclamos e até agora não conseguimos que encabecem nossa visão como tem feito V. Eminência [Dom Paulo] e outros pastores cristãos nos países da América Latina”.³¹⁹ Esses casos demonstram que entre muitos leigos católicos argentinos pairava um descontentamento diante da cumplicidade da Igreja com o regime.

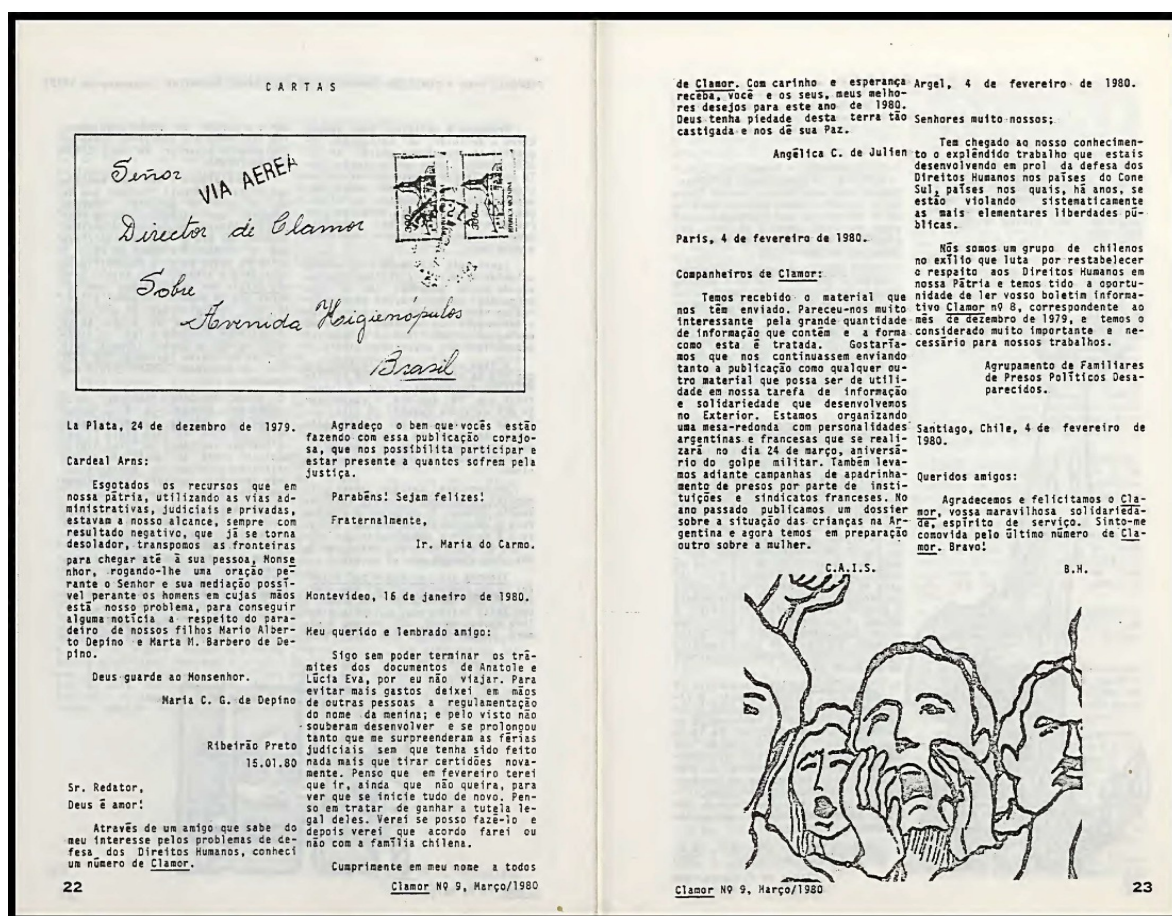
É fato que nem todo discurso enunciado nessas cartas detém um caráter religioso. Também não são todas as edições do Boletim em que há cartas. Na nona edição pouco é mencionado em termos religiosos, além de expressões de oração e saudações como “Deus é amor”, porém com os autores já nomeados.

317 **Boletim Clamor**, nº 5, Março 1979, p. 14.

318 **Boletim Clamor**, nº 8, Dezembro 1979, p. 24.

319 **Boletim Clamor**, nº 8, Dezembro 1979, p. 24.

FIGURA 12 – SEÇÃO DE CARTAS NO BOLETIM CLAMOR



Boletim Clamor, nº 9, Março 1980. p. 22-23

O pastor metodista William Schisler Filho, de Florianópolis, conta, em carta na décima segunda edição, que admira o trabalho que o Clamor vinha exercendo na escrita dos boletins e relata da surpresa ao ler sobre o que acontecia na Colômbia, destacando que utilizaria o documento em seu sermão durante a Santa Ceia no culto de domingo da comunhão universal.

O pastor luterano Dario G. Schaeffer, de Juiz de Fora, afirma, em carta:

Nós somos cristãos. Nossa força reside em nossa fé que nos manda descobrir as injustiças e erros dos homens. Quando alguém está sendo perseguido por sua posição em favor de justiça e igualdade, e respeito pelo ser humano, é o próprio Cristo que está sendo perseguido. E é estimulador que a Igreja Cristã no Brasil está descobrindo isso cada vez mais. Ela que por tanto tempo se recusou a ver a necessidade de se colocar ao lado dos pobres e oprimidos, hoje assume a tarefa de verdadeira missionária de

Cristo, erguendo sua voz profética para que outros homens reconheçam a verdadeira vontade do Senhor: o direito de todos à vida.³²⁰

Schaeffer aqui retoma ideias já trabalhadas neste capítulo sobre: ecumenismo, ao reconhecer que a fé em Jesus Cristo ultrapassa barreiras denominacionais; e de autocrítica da Igreja, ao falar sobre a recusa de tempos anteriores em tomar o lado dos mais frágeis socialmente. Nesse último caso também reproduz a necessidade de tomar o lado desses sujeitos.

A última edição contendo essas cartas foi a décima quinta, de dezembro de 1983. Muitas delas destacam o tema do livro *Desaparecidos en la Argentina* e sua repercussão com a entrega de exemplar ao Papa João Paulo II.

Vale o destaque do comentário do coronel João Moura Dias, integrante da Associação dos Militares Cassados, que considera o trabalho do grupo “o mais expressivo testemunho em favor do humanismo cristão”.³²¹ Ele também louva a repercussão internacional da publicação do livro e destaca o potencial do grupo de trazer muitos frutos bons pela base nos ensinamentos dos Evangelhos.

Cabe também apontar que o humanismo, citado por Dias, é um movimento filosófico secular que enxerga de maneira otimista o homem como o centro do universo que rompeu com a visão de correntes teológicas para as quais esse espaço era ocupado somente por Deus. Apesar disso, o movimento humanista está nas raízes da Reforma Protestante do século XVI. Segundo o historiador francês Jean Delumeau, “o humanismo preparou a Reforma de dois modos: contribuiu para aquele regresso à Bíblia que era uma das aspirações da época; chamou a atenção para a religião interior, reduzindo a importância da hierarquia, do culto dos santos e das cerimônias”.³²²

Apesar disso, o contexto de produção intelectual da Teologia da Libertação na segunda metade do século XX tomava o processo de secularização como objeto de análise. Para Jung Mo Sung, “A secularização (...) pode ser entendida como um processo de desencantamento do mundo e de reencantamento do ser humano”.³²³ O

320 **Boletim Clamor**, nº 12, Dezembro 1980, p. 61.

321 **Boletim Clamor**, nº 15, Dezembro 1983, p. 28.

322 DELUMEAU, Jean, **Nascimento e afirmação da Reforma**, São Paulo: Pioneira, 1989, p. 82.

323 Tradução livre. No original: “La secularización (...) puede ser entendida como un proceso de desencantamiento del mundo y de reencantamiento del ser humano”. SONG, El sujeto, p. 46.

marxismo, muitas vezes utilizado como referência teórica por teólogos da libertação, era criticado por muitos setores cristãos, que alegavam que este tinha interesse em defender um Estado secular, que afaste a religião da vida comum.³²⁴ Diante de todas essas considerações, é possível que Dias apenas tenha usado o termo ao se referir à importância que o grupo dava à vida do indivíduo a partir de princípios cristãos em um contexto de secularização.

Domingo Kpran, argentino, referindo-se a Dom Paulo, afirma:

Sua ação tem sido a de um verdadeiro bispo cristão. Se os pastores estivessem calados totalmente, as pedras gritariam. Felizmente nem todos estão calados, nem aí, nem aqui. Deus lhe pague! V. tem a honra de estar na lista dos bispos sinceros e entregues ao Senhor, casos que temos visto nos últimos decênios da história atual.³²⁵

“As pedras clamariam”. Essa fala tem sua origem em uma passagem bíblica quando Jesus chegava em Jerusalém e era recebido na cidade com louvores. Os fariseus, constantes críticos de Jesus, mandavam a ele que repreendesse a multidão, ao que Jesus respondeu que “se eles se calarem, as pedras clamarão”.³²⁶ Nesse sentido, o argentino afirma que a voz pela justiça continuaria sendo erguida, mesmo que todos os que deveriam se posicionar desta forma fossem calados.

A última carta publicada foi de Heitor Bittencourt Filho, que, embora não haja muitas descrições sobre quem ele era, possivelmente foi um sujeito que havia sido presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina e militante da Ação Popular, grupo clandestino do qual também fez parte Paulo Stuart Wright.³²⁷ Na carta, ele utiliza um vocabulário religioso para expressar sua admiração pelo Clamor:

324Esse pensamento pode ser encontrado nas palavras do padre jesuíta Michel Schooyans: “Aos católicos apraz frisar o caráter militante deste ateísmo: o comunismo persegue a Igreja, os padres, os católicos em geral. Limita a liberdade de culto. Expropria os bens da Igreja. Seculariza as instituições de ensino. Laiciza as obras de assistência. Numa palavra, impede os católicos de viverem a sua religião”. SCHOOPYANS, Michel, **O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil**, São Paulo: Herder, 1963, p. 13.

325Boletim Clamor, nº 15, Dezembro 1983, p. 28.

326Essa passagem está no evangelho de Lucas, capítulo 19, versículo 40: **Bíblia Sagrada NVI**, p. 996.

327Ver: LOTH, Laura, **Maio de 1968: estudantes da UFSC, em Florianópolis, confrontaram reitoria e foram às ruas**, Notícias do Dia, disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/maio-de-1968-estudantes-da-ufsc-em-florianopolis-confrontaram-reitoria-e-foram-as-ruas/>>. acesso em: 24 abr. 2022.

Digo graças a Deus, isto é, ao Deus que mora dentro de cada um de nós, e que nos foi revelado no Novo Testamento, e que aparece humanamente neste trabalho de vocês. Seu trabalho, feito com cuidado, tem a minha admiração porque é bem feito, bem impresso e com detalhes de informação. É isto aí: devemos usar TODOS os recursos os mais sofisticados e os melhores para colocá-los a serviço da VIDA e da luta para que cessem as injustiças e violências contra o templo de Deus – o ser humano.³²⁸

Bittencourt não elogia o grupo apenas pela iniciativa de utilizar a mídia impressa como uma plataforma de divulgação de seu projeto. Aqui, a qualidade técnica também é alvo de admiração. E não sem que haja um cenário bíblico que fale sobre a importância de um trabalho bem feito. Na carta que o apóstolo Paulo de Tarso escreve à igreja de Colossos, ele afirmava, no terceiro capítulo e verso número 23: “Tudo o que fizerem, façam de todo o coração, como para o Senhor, e não para os homens, sabendo que receberão do Senhor a recompensa da herança. É a Cristo, o Senhor, que vocês estão servindo”.³²⁹

Bittencourt encerra o texto exaltando o “Espírito do Amor” que habita nos integrantes do Clamor e de todos os homens, mas que “teve sua manifestação impedida nestas milhares de pessoas sofredoras na Argentina”.³³⁰ Cabem aqui algumas interpretações: a primeira, de que este seria o Espírito Santo de Deus, um dos sujeitos da trindade divina segundo a tradição cristã, e descrito na Bíblia como um Conselheiro.³³¹ Ainda seria uma constatação insuficiente, tendo em vista que grande parte das denominações cristãs acreditam que essa entidade acompanha apenas aqueles que professam sua fé em Jesus Cristo como Salvador de seus pecados. Ademais, considerar que o trabalho do Espírito Santo teve sua “manifestação impedida” é uma declaração que costuma causar constrangimento entre os cristãos. A outra interpretação é de que o autor se refere apenas a uma ideia abstrata do amor enquanto uma entidade pertencente ao interior de cada sujeito.

328 **Boletim Clamor**, nº 15, Dezembro 1983, p. 29.

329 **Bíblia Sagrada NVI**, p. 1118.

330 **Boletim Clamor**, nº 15, Dezembro 1983, p. 29.

331 No evangelho de João, capítulo 14, versículo 26, Jesus diz: “Mas o Conselheiro, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, lhes ensinará todas essas coisas e lhes fará lembrar tudo o que eu disse”. Em outras traduções da Bíblia, “Conselheiro” pode ser “Consolador” ou “Auxiliador”. **Bíblia Sagrada NVI**, p. 1023.

O próximo capítulo será dedicado a analisar cartas que revelam um pouco dos bastidores do trabalho do Clamor, encontradas no Centro de Documentação e Informação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ou recebidas por envio do Conselho Mundial de Igrejas.

CAPÍTULO 3 – “À SEMELHANÇA DA PARÁBOLA DA OVELHA PERDIDA”: A COMUNHÃO CRISTÃ NO TRABALHO DO CLAMOR

“Qual de vocês que, possuindo cem ovelhas, e perdendo uma, não deixa as noventa e nove no campo e vai atrás da ovelha perdida, até encontrá-la?”³³²

Evangelho segundo Lucas, capítulo 15, versículo 4

A partir de fontes enviadas pelo Conselho Mundial de Igrejas ou retiradas do Centro de Documentação e Informação da PUC-SP, especialmente cartas, foi possível compreender como o trabalho do Clamor era desenvolvido, seja pela comunicação entre os integrantes do grupo, pela ajuda ofertada aos familiares de vítimas ou pelo contato com instituições parceiras.

As fontes epistolares são importantes para compreender a individualidade dos membros do Clamor e das organizações com as quais o grupo se relacionava. Apontam Nicole Marinho Horta, Débora de Almeida Dias e Luciana Coutinho Cordeiro que “as cartas (e os arquivos pessoais) sendo consideradas como fonte documental, permitiram o acesso informacional a fatos que articulavam o ponto de vista pessoal com os acontecimentos sociais e políticos relacionados em seu contexto histórico”.³³³ A historiadora Ângela de Castro Gomes assinala que práticas culturais como a escrita de cartas são formadoras de uma identidade própria, da construção de sua própria memória.³³⁴ No caso do cristianismo, o próprio estudo sobre o conteúdo de cartas está inserido dentro da tradição, considerando que há livros no Novo Testamento da Bíblia que são, em sua origem, escritas epistolares. Não cabe dizer que escrever cartas seria necessariamente um elemento constituinte

332 **Bíblia Sagrada - Nova Versão Internacional**, 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018, p. 991.

333 HORTA, Nicole Marinho; DIAS, Débora de Almeida; CORDEIRO, Luciana Coutinho, Cartas: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua preservação, **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, p. 1–16, 2018, p. 3.

334 “O ponto central a ser retido é que, através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado. Embora o ato de escrever sobre a própria vida e a vida de outros, bem como de escrever cartas, seja praticado desde há muito, seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno. A chave, portanto, para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais.” GOMES, Angela de Castro, Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo, *in*: GOMES, Angela de Castro (Org.), **Escrita de si, escrita da história**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 11.

da vida do cristão, mas que esse ato está no germen da própria formação da identidade religiosa desses grupos. Exemplo disso são as cartas do apóstolo Paulo de Tarso às novas igrejas em que o apóstolo aconselha as comunidades recém-convertidas a adaptarem seu modo de vida a uma doutrina inspirada pelos ensinamentos de Jesus Cristo.

Para além de visões particulares sobre um determinado assunto, a historiadora Teresa Malatian considera que a carta é um documento que expressa a “escrita de si”, além de ser um meio privilegiado de conhecer a posição do missivista diante do mundo em que vive.³³⁵ Essa posição é, desta forma, planejada, visto que corresponde a expectativas de boas maneiras de cada época, sendo a apresentação de si, portanto, codificada. Aspectos como a cultura do sujeito ou suas condições socioeconômicas apresentam aquilo que Malatian chama de “momento biográfico”. Interessa-nos aproveitar o “momento biográfico” para compreender a manifestação da religião nas práticas dos sujeitos estudados. Essa constatação também está de acordo com o estabelecido pelo filósofo francês Michel Foucault, que aponta que

O trabalho que a carta opera no destinatário, mas que também é efetuado naquele que escreve pela própria carta que ele envia implica (...) uma “introspecção”; mas é preciso compreendê-la menos como um deciframento de si por si do que como uma abertura que se dá ao outro sobre si mesmo.³³⁶

Nas fontes aqui estudadas, além do que já foi dito, não se pode negar, por outro lado, que a autocensura é recorrente nas cartas analisadas. Segundo Foucault, cartas costumam ser sutis no que diz respeito a ocultar informações sobre sentimentos e outros aspectos ligados à vida do missivista.³³⁷ A razão pela qual isso é evidente nas epístolas analisadas é o fator de controle do Estado sobre a vida dos cidadãos: se o governo tivesse acesso a elas e descobrisse quem eram os sujeitos por trás de planos que confrontavam sua prática política, havia um risco sobre a vida deles.

335MALATIAN, Teresa, Narrador, registro e arquivo, *in*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.), **O historiador e suas fontes**, São Paulo: Contexto, 2009, p. 195–222.

336FOUCAULT, Michel, A Escrita de Si, *in*: MOTTA, Manoel Barros da (Org.), **Ética, sexualidade, política**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 157.

337Ver: *Ibid.*, p. 160.

É evidente que os integrantes do Clamor e do CMI sabiam do valor da preservação da memória, tendo em vista que esse era o objetivo dos mesmos enquanto trabalhavam com o *Brasil: Nunca Mais*, unindo documentos que preservassem as barbáries cometidas pelo governo militar. Nas cartas sobre o BNM, quando se falava no dinheiro vindo de Genebra, este era referido como “chocolate”, estratégia para driblar os órgãos de vigilância que pudessem interferir caso soubessem de um financiamento suíço a um projeto da resistência brasileira.³³⁸ Conforme aponta Malatian,

O desejo do controle da memória, de preservação da imagem pública e a manutenção de segredos constituem, com frequência, obstáculos a serem superados na busca das fontes epistolares e se completam com desejos, explícitos ou não, de exaltação memorialística por parte dos detentores de acervos.³³⁹

De acordo com Gustavo Figueira Andrade e Maria Medianeira Padoin, a carta também estabelece uma conexão com a memória, a partir de elementos que tornam a narrativa crível.³⁴⁰ Certamente que instituições como o Arquivo do Conselho Mundial de Igrejas, o CEDIC e o *BNM Digit@l* visavam projetar uma visão positiva acerca do trabalho do Clamor. Não é intenção questionar a integridade do trabalho do grupo. No entanto, cartas obtidas para a pesquisa apresentam uma visão ampliada sobre a saída de Jaime Wright do grupo Clamor em 1984 daquela apresentada no livro de Samarone Lima, conforme será demonstrado. Ao longo da pesquisa sobre os problemas acompanhados e sobre a ajuda prestada aos parentes de desaparecidos, as emoções foram uma categoria útil para analisar historicamente a atuação desses sujeitos.

No segundo capítulo foi mencionado que o Boletim Clamor foi laureado com o Prêmio Vladimir Herzog. Neste capítulo, será demonstrado também como o trabalho humanitário de Dom Paulo Evaristo Arns à frente do Comitê o levou a ser

338Os “chocolates” não são caso isolado; na Música Popular Brasileira era comum a crítica política disfarçada por figuras de linguagem para driblar a censura. Estudiosos usam o termo “linguagem da fresta” para se referir a essa prática, a partir da obra de Gilberto Vasconcellos. Ver: VASCONCELLOS, Gilberto. **Música popular: de olho na fresta**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

339MALATIAN, Narrador, registro e arquivo, p. 202.

340ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira, A evolução do conceito de fontes históricas a partir da Nova História Cultural e o estudo de cartas, **História em Revista**, v. 21–22, p. 11–26, 2015, p. 21.

reconhecido enquanto uma referência na defesa dos direitos humanos, tendo recebido a Medalha Nansen do ACNUR e sendo indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

Para acrescentar a essa discussão, é oportuno recorrer a conceitos úteis para compreender o trabalho do Clamor: o de “amizade política” e o de “comunhão cristã”. Ambos foram elaborados por dois conhecidos pensadores que viveram a repressão dos nazistas: o primeiro é da filósofa Hannah Arendt e o segundo do teólogo Dietrich Bonhoeffer.³⁴¹

Bonhoeffer foi um teólogo que propôs um novo olhar sobre o modo de fazer teologia. Em sua visão, era dever do cristão lutar contra a autoridade ilegítima, e foi isso que buscou fazer, tendo integrado um grupo de luta armada com o objetivo de atentar contra a vida de Hitler. O teólogo, que morreu em 1945 por enforcamento pelos nazistas, foi também um dos fundadores da Igreja Confessante, denominação protestante que resistiu ao alinhamento com o *III Reich*. Semelhante iniciativa no Brasil foi da Igreja Presbiteriana Unida, formada em 1978 por presbiterianos – entre os quais estava Jaime Wright – que discordavam de posturas da Igreja Presbiteriana do Brasil e da Igreja Presbiteriana Independente, em temas como o apoio à ditadura militar e a proibição das ações ecumênicas e do pastorado feminino. Desta forma, assim como a Igreja Confessante alemã, a Presbiteriana Unida foi uma voz ativa contra o regime repressivo.

Bonhoeffer pregava sobre a importância da mobilização da Igreja diante de tempos perigosos:

Não somos Cristo, mas se quisermos ser cristãos, tal importaria que participássemos da amplitude do coração de Cristo em ação responsável, que em liberdade apanha a hora exata e enfrenta o perigo e se dispõe a um comparecer autêntico, que não é ditado pelo medo, mas brota do amor libertador e redentor de Cristo para com todos os que sofrem. Mera expectativa passiva e assistência indiferente não são atitudes cristãs. O cristão não pode esperar até que seja alertado pelas experiências na própria carne, mas desperta com as experiências do sofrimento dos irmãos, pelos quais Cristo padeceu, e isto o impele à ação e à compaixão.³⁴²

Assim, Bonhoeffer considera que a Igreja deveria ter uma ação responsável,

341Ver: REZENDE, Karina Fonseca Soares, Amizade política e comunhão cristã: um diálogo entre Hannah Arendt e Dietrich Bonhoeffer, **Faces de Clio**, v. 5, n. 9, p. 83–101, 2019.

342BONHOEFFER, Dietrich. **Resistência e submissão**. Rio de Janeiro: São Leopoldo: Paz e Terra/Sinodal, 1980, p. 28.

que não se ocultasse na necessidade de posicionamento – pensamento também compartilhado por Richard Shaull, conforme demonstrado no primeiro capítulo. Além disso, Bonhoeffer ressalta a importância de essa ser uma ação conjunta, isto é, não vivida somente na individualidade, mas na coletividade, na comunhão. Essa comunhão não é fechada no ambiente eclesial, deve ultrapassar os muros da igreja e agir na esfera pública. Isso é perceptível na ação do Clamor, que ajudou as vítimas das ditaduras sem se importar com o credo de cada indivíduo. É o que demonstra a historiadora Karina Fonseca Soares Rezende, ao observar nas obras do teólogo que, se em seus primeiros escritos o “irmão” com o qual se deve comungar é o “irmão na fé”. Na medida em que o pastor radicaliza sua oposição ao nazismo, o “irmão” é o próximo, o outro.³⁴³

Hannah Arendt, assim como Bonhoeffer, foi testemunha do terror nazista. Ela, diferentemente do teólogo, sobreviveu ao contexto, tendo morrido em 1975. Arendt, em suas reflexões sobre responsabilidade em contextos ditatoriais, declara que “Não existem coisas como a culpa coletiva ou a inocência coletiva. A culpa e a inocência só fazem sentido se aplicadas aos indivíduos”.³⁴⁴ Segundo a autora, em uma ditadura são poucos os indivíduos capazes de tomar decisões. Desta forma, “os não-participantes na vida pública sob uma ditadura são aqueles que se recusam a dar o seu apoio, evitando aquelas posições de ‘responsabilidade’ em que esse apoio, sob o nome de obediência, é exigido”.³⁴⁵ É importante ressaltar que as reflexões retiradas de Arendt dizem respeito a governos totalitários, que, por sua vez, são diferentes de governos autoritários como os das ditaduras do Cone Sul.³⁴⁶ O que o Clamor neste contexto fez foi assumir uma responsabilidade arriscada – embora mais segura do que grupos clandestinos, por exemplo, visto que o Comitê tinha o apoio da Igreja. Embora cada um de seus membros tenha escolhido estar no

343REZENDE, Karina Fonseca Soares. Amizade política e comunhão cristã: um diálogo entre Hannah Arendt e Dietrich Bonhoeffer. **Faces de Clio**, v. 5, n. 9, p. 83–101, 2019, p. 95.

344ARENDR, Hannah, Responsabilidade pessoal sob a ditadura, *in*: **Responsabilidade e julgamento**, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 91.

345*ibid.*, p. 110.

346Hannah Arendt utiliza o termo “totalitarismo” para se referir aos regimes nazifascista e stalinista. Algumas das características desses governos são: o controle total da vida pública e privada dos cidadãos, a identificação de inimigos comuns, a homogeneização da sociedade, entre outros. Sobre isso, ver: ARENDR, Hannah, **Origens do totalitarismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

grupo, algo que por si implica em uma responsabilidade pessoal, a ideia de união entre os envolvidos é um princípio que dá significado a essa atuação.

A isso é possível acrescentar a ideia de Arendt sobre a amizade política. Arendt considera que a política é, essencialmente, liberdade, e isso somente pode ser vivido a partir da relação de um sujeito com outras pessoas. Desta forma, a filósofa vai além do uso corriqueiro da palavra “amizade” e a define como “ter consciência da minha responsabilidade no mundo e que minha relação com o outro deve ser em ação e para com o mundo que partilhamos”.³⁴⁷ O cuidado com o próximo e a responsabilidade são, portanto, termos fundamentais para a compreensão da amizade, podendo afirmar que estão unidas pela ideia de afinidades eletivas já mencionada aqui. O princípio do que Arendt considera um *amor mundi* é de que o ser humano tem a sua compreensão do mundo em que vive atrelado à pluralidade, e neste conceito está presente a política. Para a autora, a amizade é uma condição para a prática da política.

O Clamor, assim, aparece como um grupo que compreende o sentido da amizade, e busca aplicá-lo a partir das práticas de solidariedade. Neste capítulo será demonstrado que os laços de amizade e comunhão foram, em certo momento, comprometidos, embora não perdidos. Por outro lado, estabelecer a condição de “irmão” como o “próximo”, conforme proposto por Bonhoeffer, é algo que será demonstrado na seguinte seção do capítulo.

3.1. Os pedidos de ajuda da Argentina

Em abril de 1978 os objetivos do Clamor foram definidos pelos membros fundadores. Como havia a intenção de distribuir os boletins antes da Copa do Mundo, que teve início em 1 de junho, Jan Rocha convocou alguns refugiados para ajudar a escrever e traduzir o periódico.

O efeito foi rápido. Em pouco tempo cartas de argentinos chegavam à Arquidiocese de São Paulo. Nelas, pessoas falavam sobre familiares e amigos desaparecidos. De acordo com o historiador estadunidense John Corrigan,

³⁴⁷REZENDE, Amizade política, p. 88.

Olhando para a religião como empreendimento humano em que as emoções exercem papel-chave, e reconhecendo que há diferentes caminhos de legitimamente definir emoção e descrever seu espaço na cultura, pesquisadores ampliam grandemente o território que poderia ser pesquisado por aspectos religiosos. Mais especificamente, focando na emoção, aqueles que estudam a posição religiosa para poderem incluir em suas investigações dados retirados de fontes normalmente negligenciadas. O estudo da religião e da emoção providencia um caminho para discutir religião como uma atividade humana que está embebida na vida cotidiana nas relações individuais experienciam com outras pessoas, natureza e aos personagens sagrados aos quais são devotos.³⁴⁸

A emoção exerce importância fundamental para compreender a escrita dessas cartas, e certamente não pode ser desconsiderada ao ler textos de pessoas cujos entes queridos desapareceram por motivos políticos. As emoções humanitárias são indissociáveis do trabalho do Clamor. De acordo com Bertrand Taithe, “No interior da história das emoções, as emoções humanitárias estão em profundo diálogo com a caridade e com os sentimentos religiosos, de um lado, e com as modernas concepções de justiça, de sociedade e do eu, de outro”.³⁴⁹ Hannah Arendt associa o sentimento humanitário a outra emoção: a compaixão. Segundo a filósofa alemã, esta emoção é própria do ser humano e afeta todo indivíduo diante do “espetáculo do sofrimento”, mesmo que aquele que sofra seja um desconhecido, o que amplia também a experiência da fraternidade.³⁵⁰

O sociólogo Jonathan H. Turner e a socióloga Jan E. Stets observam um outro fator ambiente na sociologia das emoções, que são as emoções morais. Compreendendo a moralidade como um conceito que especifica os códigos culturais e determina o que é certo ou errado,³⁵¹ os autores estabelecem que “sem emoções

348Tradução livre. No original: “By looking at religion as a human undertaking in which emotion plays a key role, and by recognizing that there are many different ways to legitimately define emotion and describe its place in culture, researchers greatly enlarge the territory that might be surveyed for its religious aspects. More specifically, by focusing on emotion, those who study religion position themselves só as to be able to include their investigations data drawn from sources that often are neglected. The study of religion and emotion provides a way to discuss religion as a human activity that is embedded in everyday life in the felt relations individuals experience with order persons, nature, and the holy personages to whom they are devoted”. CORRIGAN, John, Introduction: The Study of Religion and Emotion, *in*: CORRIGAN, John (Org.), **The Oxford Handbook of Religion and Emotion**, New York: Oxford University Press, 2009, p. 8.

349TAITHE, Empatias, cuidados e compaixões, p. 519.

350Conforme: ARENDT, Hannah, A humanidade em tempos sombrios: Pensamentos sobre Lessing, *in*: **Homens em Tempos Sombrios**, Lisboa: Relógio D'Água, 1991, p. 24.

351Conforme: TURNER, Jonathan H.; STETS, Jan E., Moral Emotions, *in*: STETS, Jan E.; TURNER, Jonathan H. (Orgs.), **Handbook of the Sociology of Emotions**, New York: Springer, 2006, p. 544.

morais, a ordem social não pode ser mantida, e assim, os obstáculos da repressão (...) devem ser vencidos para que haja sociedades viáveis”.³⁵²

O Clamor recorre, portanto, a essas emoções morais e humanitárias, a partir de um imaginário religioso, para empreender a ajuda às vítimas das ditaduras. O motivo de essas questões aparecerem na pesquisa neste momento é o fato de este capítulo analisar cartas que, para além de uma subjetividade, revelam as emoções de pessoas que procuravam por seus entes desaparecidos.

Os pedidos de ajuda encontrados vêm, em geral, de argentinos. Pessoas comuns, sobretudo mulheres, que falam em fé e justiça. Soledad Pereda de Berdini, em busca de seu filho Carlos José Guillermo Berdini Pereda, escreveu a Dom Paulo em 25 de julho de 1978, dizendo:

(...) nossa dor é tão grande que só a fé em Deus nos dá forças para poder continuar vivendo. (...) Monsenhor, nós mães argentinas sabemos tudo o que faz por nós e agradecemos (...) e eu peço a Deus que te conceda saúde para que não nos abandone – eu sou muito religiosa, tenho minha fé em Deus (...) muitas mães já nos deixaram no caminho [e] estão junto de Deus (...).³⁵³

Outra mulher, identificada como Cinesa Cazorla de Val, junto a seu marido, Adolfo Val, pais do estudante desaparecido Roberto Adolfo, escrevem a Dom Paulo em 25 de outubro. Na correspondência, dirigem-se a Arns como “Digno Representante da Igreja Católica” e que essa aproximação com o arcebispo era com base na fé do casal em Cristo, para então pedir ajuda para descobrir o que houve com o filho. Eles também assinalam:

Colocamos a nossa Fé Cristã, em forma de oração, para que a Palavra Muito Digníssima daquele Arcebispo interceda e faça o que estiver ao seu alcance levantando a sua voz que, sendo a voz de Deus, peça por todos os seres que, como o nosso filho, sejam privados da justiça dos homens e da liberdade.³⁵⁴

352 Tradução livre. No original: “without moral emotions, the social order cannot be sustained, and so, the obstacles of repression (...) must be overcome to have viable societies”. *Ibid.*, p. 564.

353 Tradução livre. No original: “nuestro dolor es tan grande que solo la fé en Dios nos da fuerzas para poder seguir viviendo (...) Monseñor nosotras las madres Argentinas sabemos todo lo que hace por nosotras y le agradecemos (...) y yo le pido a Dios le conceda salud para que no nos abandone – yo soy muy religiosa tengo mu fe en Dios (...) muchas madres ya quedaron en el camino estan junto a Dios” BÉRDINI, Soledad Pereda de. **Carta a Monseñor Pablo [sic] Evaristo Arns**. Mar del Plata, 25 de julho de 1978, p. 1.

354 Tradução livre. No original: “Ponemos nuestra Fé cristiana, a modo de ruego, para que la muy Digna Palavra de ese Arcebispo interceda y haga lo que está a su alcance elevando su voz que

Dois dias depois desta, uma carta foi escrita por Heralda Garcia de Cajide, mãe do desaparecido Alfredo Jose, em que diz:

Somente da Igreja temos recebido algo positivo.
Somente da Igreja temos recebido uma palavra de alento, de fé, de esperança. Uma palavra que é a única que nos sustenta e colabora, para que sigamos com esta incrível busca.³⁵⁵

O que une esses registros é o recurso à fé, um elemento que traz conforto ao que crê. É possível destacar o papel da oração nesse contexto, conforme apontado pelos testemunhos escritos.

O mesmo pode ser apontado no manuscrito de Maria Luisa Gomes, residente em Recife, Pernambuco, que escreveu em abril de 1983 que seu noivo, Jerônimo, foi preso na Argentina. Ela assinala: “Dom Paulo me ajude eu não tenho meios de ajudar o meu noivo, eu rezo muito por êle, (...) eu sou devota das almas e tenho muita fé em Deus que êle sairá com vida daquela prisão”.³⁵⁶ O que pode ser observado na atitude de Gomes é a ideia de que em momentos de dificuldade há pessoas que buscam a solução dos problemas pela fé.

Se até agora a pesquisa esteve mais focada na produção de um grupo ligado a uma instituição religiosa – no caso a Arquidiocese de São Paulo – essas fontes trazem uma nova perspectiva, a da vivência religiosa afastada da esfera institucional. Segundo o antropólogo israelense Yonatan N. Gez, esse viés, chamado de “religião vivida”, permite compreender a forma como a fé é associada às várias circunstâncias cotidianas dos indivíduos.³⁵⁷ Isso requer uma aproximação da “história vista de baixo” proposta pelo historiador estadunidense Jim Sharpe,³⁵⁸

por ser voz de Dios, pida por todos los seres que, como nuestro hijo, se ven privados de la justicia de los hombres y de la libertad”. VAL, Cinesa Cazorla de; VAL, Adolfo. **Carta a Arzobispado de San Pablo [sic]**. Vedia, 26 de Octubre de 1978.

355CAJIDE, Heralda Garcia de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos Aires, 28 de Octubre de 1978.

356GOMES, Maria Luiza. **Carta a Dom Paulo Evaristo**. Recife, 1º de abril de 1983.

357“For the researcher, the lived religion perspective offers general guidelines and a starting point for inquiry. Its emphases include concentrating on religion in ordinary daily lives and outside formal religious settings; recognizing the embeddedness of religion within the wider range of social practices; emphasizing practice over dogma; considering questions of identity performance; and keeping one’s mind and definitions open to personal variations.” GEZ, Yonatan N., **Traditional Churches, Born Again Christianity, and Pentecostalism: Religious Mobility and Religious Repertoires in Urban Kenya**, London: Palgrave Macmillan, 2018, p. 50.

358Ver: SHARPE, Jim, A história vista de baixo, in: BURKE, Peter (Org.), **A escrita da história:**

dando o devido espaço ao cidadão comum e à forma como ele ou ela expressa a fé, especialmente em tempos de autoritarismo.

O fato de esses cidadãos serem pessoas comuns as levava a escrever a Dom Paulo pedindo-lhe intervenção diante de toda essa situação, reconhecendo que ele poderia fazer mais do que eles a fim de acabar com a repressão naquele país. Virginia Arminda Gallardo de Mateu é um exemplo disso, ao falar do desaparecimento do filho Abel Hector, de 23 anos: “Monsenhor pelas dores da Santíssima Virgem pelo que sofreu ao ver crucificado o seu Filho Bendito, imploro-te, rogo-te que intervenhas para enviar a tua voz às autoridades do meu país, para que revejam esta situação”.³⁵⁹ A referência a que recorreram para explicar sua dor é também religiosa (sobretudo católica, tendo em vista o uso do termo “Santíssima Virgem”, na medida em que evangélicos rejeitam a veneração a santos): assim como Maria viu Jesus sofrer na crucificação o casal sofria com a ausência do filho. Eles também escrevem que:

Monsenhor posso dizer-lhe colocando a mão no Evangelho sem pecar que meu filho não era terrorista ou extremista, porque nossa educação cristã nos ensinou a buscar o caminho da verdade[. D]essa maneira, não sei do que o acusam ou que culpa ele cometeu, se ninguém me explica porque ele desapareceu, ou se eles o têm na prisão, (...) porque eu só sei que ele foi um filho exemplar, um marido amoroso, um futuro pai feliz e um bom irmão (...)³⁶⁰

Acusar as vítimas da repressão de “terroristas” era uma estratégia das ditaduras do Cone Sul de deslegitimar as denúncias de violação de direitos humanos.³⁶¹ Aqui há um contraste entre a acusação de terrorismo e a educação

novas perspectivas, São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 39–62.

359 MATEU, Virginia Arminda Gallardo de. **Carta a Monseñor Obispo de San Pablo**. Buenos Aires, 19 de Octubre de 1978, p. 1-2.

360 Tradução livre. No original: “Monseñor puedo decirle poniendo mi mano sobre El Evangelio sin pecar que mi hijo no era terrorista, ni extremista, por que nuestra educación Cristiana nos enseño a buscar el camino de la verdad por esa forma, no sé de que lo acusan ni que falta cometió, si nadie me dá rasón por que desapareció, o si lo tienen preso, (...) porque solo sé que era un hijo ejemplar, un esposo amante, un futuro padre gozoso y un hermano bueno”. MATEU, Virginia Arminda Gallardo de. **Carta a Monseñor Obispo de San Pablo**. Buenos Aires, 19 de Octubre de 1978.

361 “A primeira forma de inabilitação das denúncias acontecia com a própria desqualificação dos denunciadores. Rotulados de ‘terroristas’, de autores dos ‘piores atos de violência até então desconhecidos’, agindo ‘contra a indefesa população’, as vítimas da repressão eram despojadas de seus direitos civis elementares, por sua participação em ações de oposição ou por sua militância em organizações guerrilheiras, ‘sujeitos sem direito’, conforme definição de Giorgio

cristã recebida pelo filho do casal.

A associação à recusa da violência pela fé cristã foi reforçada também por Eliseo R. Salazar ao falar do desaparecimento de seu filho, Ruben Omar Salazar, sua nora, Silvia Rosario Siscar, e de um cunhado de sua nora, Juan Miguel Satragno. Ele relata: “Eu lhes digo que somente com o braço de Jesus Cristo em meu ombro pude passar por esta via dolorosa sem perder minha vida ou razão, e sem sentimentos de revanche e vingança tomando conta de meus pensamentos”.³⁶² Assim como no manuscrito anterior, Salazar recorre a outra passagem bíblica que expressa a dor, mas neste caso a do próprio Jesus. A “via dolorosa” é o nome dado ao caminho que Cristo teria feito no caminho de sua crucificação.

Conforme já demonstrado ao longo deste trabalho, a Igreja Católica na Argentina pouco se posicionou sobre o cerco autoritário no país. Em carta ao arcebispo de São Paulo, Lilia Amparo Jens de Orfano, mãe de dois jovens desaparecidos (Pantaleon Daniel Orfano e Guillermo Lucas Orfano), afirma que “reza para que a Igreja se pronuncie sobre esta situação”.³⁶³ Por outro lado, Antonia Diaz de Olmos, avó do desaparecido Raúl Humberto Hattarollo, inicia seu manuscrito com os dizeres:

Dirijo-me com todo meu amor a Deus e respeito à igreja e a todos os seus ministros para que me ajudem a mitigar essa dor que está matando minha filha e a mim a mãe de meu neto [sic] que foi preso em 21 de julho de 77 pelo conjunto de forças de coordenação federal que chamam de brigadas voadoras rogo a Deus nosso Senhor e à querida Virgem Maria para que intercedas junto de quem acreditas (...) para que eu saiba como está o meu neto (...)³⁶⁴

Agambem”. BAUER, Caroline Silveira, **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**, Porto Alegre: Medianiz, 2014, p. 113.

362 Tradução livre. No original: “us digo que solamente con el brazo de Jesucristo sobre mi hombre he podido transitar esta via crucis sin perder la vida o la razón, y sin que sentimientos de revancha y de venganza se apoderaran de mi pensamiento”. SALAZAR, Eliseo R. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos Aires, 19 de noviembre de 1978.

363 ORFANO, Lilia Amparo Jens. **Carta a Monseñor Arzobispo de San Pablo**. Buenos Aires, 23 de Octubre de 1978, p. 2.

364 Tradução livre. No original: “Me dirijo con todo mi amor a Dios y respecto a la iglesia y a todos sus ministros para que me ayuden a mitigar este dolor que nos esta matando a mi hija y a mi la madre de mi nieto [sic] que fue detenido el 21 de Julio de el-77 por las fuerzas conjuntas de cordinacion federal a las que llaman brigadas volantes ruego a Dios nuestro señor y a la querida Virgen Maria para que ustedes intercedan ante quenes crean (...) para que pueda saber como esta mi nieto (...)” OLMOS, Antonia Diaz. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. General Belgrano, noviembre de 1978.

Isso reforça a narrativa das exceções. Seria errôneo acusar todo o clero argentino de cumplicidade com o regime. Jaime Wright reconhecia também que havia membros da Igreja Católica que se envolviam na causa dos direitos humanos, mas que deviam ser “3 ou 4 bispos”³⁶⁵ e cita apenas o nome de um, *Monseñor* Jorge Novak.³⁶⁶ As memórias de Jan Rocha citam ainda outros três: Jaime de Novares, Miguel Heslayne e Vicente Zaspé.³⁶⁷ A necessidade de posicionamento da Igreja foi algo mencionado por missivistas como Carmen Conde de García, mãe do desaparecido Juan Carlos García, ao escrever: “Que a nossa Igreja encontre a melhor forma de defender a vida do Senhor e para isso todos nos congreguemos de alma e coração ao seu agressor e sigamos o caminho que ela nos indica!”.³⁶⁸ Cabe apontar que em documentos do CEDIC há registro de contato do Comitê com outras organizações cristãs argentinas de defesa dos direitos humanos, como o *Movimiento Ecumenico por los Derechos Humanos* (tradução: Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos), sediado em Buenos Aires, e a *Organization for Christian Action on Argentina* (Organização para a Ação Cristã na Argentina), esta sediada em Nova York, nos Estados Unidos.

Ainda assim, como pôde ser observado, um alto número de pedidos de ajuda foi feito a Dom Paulo. Maria Salvucci de Prat pede a Arns por sua “intervenção cristã” para esclarecer o que houve com seu filho, Jose Carlos Prat.³⁶⁹ Maria Antonia Gonzalez de Giachetti assinala: “A Santa Igreja Católica está junto a nós porque defende a vida e a justiça, por isso peço também à Igreja Católica do Brasil para denunciar a desapareição de minha querida filha MARIA ERNESTINA GIACHETTI”.³⁷⁰

365WRIGHT, Jaime. **Carta a Dom Paulo**. São Paulo, 24 de janeiro de 1982.

366“En el capítulo de la historia de la Iglesia argentina durante la última dictadura argentina es una luz de esperanza el testimonio de los pocos obispos comprometidos con la defensa de los derechos humanos, y uno de ellos es el Obispo de Quilmes Jorge Novak”. DUHAU, Juan Bautista, **La Iglesia toda servidora de todos los hombres en el pensamiento y la acción pastoral del Padre Obispo Jorge Novak**, Buenos Aires: De la Palabra de Dios, 2020, p. 185.

367Conforme: ROCHA, **Solidariedade não tem fronteiras**, p. 145.

368Tradução livre. No original: “Que nuestra Iglesia pueda encontrar el mejor modo de defender las vidas del Señor e lograr que todos nos congreguemos de corazón y alma a su aludedor y sigamos el camino que ella nos señale!” GARCÍA, Carmen Conde de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos Aires, 6 de noviembre de 1978, p. 2.

369PRAT, Maria Salvucci de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Rosario, noviembre 1978.

370Tradução livre. No original: “La Santa Iglesia está junto a nosotros, porque defiende la vida y la justicia, por eso acudo también a la Iglesia Católica del Brasil para denunciar la desaparición de mi muy querida hija MARIA ERNESTINA GIACHETTI”. GIACHETTI, Maria Antonia Gonzalez. **Carta a Arzoispado de San Pablo**. Buenos Aires, 30 de noviembre de 1978.

Ela encerra dizendo: “Rogo para que as orações conquistem o gesto de humanidade e caridade cristã que nos permitem muito em breve abraçar os nossos filhos”.³⁷¹

A leitura destas e outras cartas permitiu encontrar um fator comum: quem as escrevia eram, muitas das vezes, mulheres – sobretudo mães e avós. Isso escancara uma importante observação acerca das relações de gênero na Argentina durante a ditadura. Tomando o conceito gênero conforme apontado pela historiadora estadunidense Joan Scott como uma categoria histórica de análise das diferenças sociais vividas entre os sexos,³⁷² foi possível identificar que a maternidade foi um fator motivador da militância de muitas mulheres. Um caso famoso no Brasil foi a morte da estilista Zuzu Angel, que usou seu espaço de influência para denunciar os crimes do regime e buscar justiça pela vida de seu filho assassinado Stuart Angel Jones, que integrou a luta armada pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Tanto as ações empreendidas por Zuzu como por Stuart constituem resistência, embora por frentes diferentes.

A família em si foi importante para a busca de desaparecidos na Argentina, já em 1976 quando foi criada a associação de Familiares de Detidos e Desaparecidos por Razões Políticas. No ano seguinte, foi criada uma das organizações mais importantes de defesa dos direitos humanos, formada apenas por mães desses sujeitos: eram as *Madres de Plaza de Maio* (tradução: Mães da Praça de Maio). Naquele mesmo ano as avós também se juntaram formando as *Abuelas de Plaza de Mayo* (Avós da Praça de Maio). Esses últimos dois grupos tiveram um contato muito próximo com o Clamor durante os anos de funcionamento.

Segundo a socióloga argentina Elizabeth Jelin, pairava sobre as mulheres uma culpabilização social de responsabilidade sobre os rumos que seus filhos tomariam no futuro.³⁷³ Se os filhos eram “subversivos”, o governo atribuía a situação

³⁷¹Tradução livre. No original: “Ruego que las oraciones logren el gesto de humanidad y caridad cristiana que nos permitan muy pronto abrazar a nuestros hijos”. GIACHETTI, Maria Antonia Gonzalez. **Carta a Arzoispado de San Pablo**. Buenos Aires, 30 de noviembre de 1978.

³⁷²“Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. SCOTT, Joan Wallach, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995, p. 86.

³⁷³“La identificación con la maternidad y su lugar familiar, además, colocó a las mujeres-madres en un lugar muy especial, el de responsables por los ‘malos caminos’ y desvíos de sus hijos y demás

à má criação dos pais dos jovens perseguidos.³⁷⁴ Isso explica por que Carmen Conde de García afirmou que era

(...) uma mãe que durante vinte e dois anos criou um menino honesto, trabalhador, estudioso e respeitoso em um lar cristão que era amigo de seus pais e de seu irmão. Um menino que chegou ao quarto ano de medicina com notas muito boas e trabalhando nove horas por dia em um escritório, que tinha namorada e queria se casar e que está desaparecido da minha casa há 16 meses.³⁷⁵

Nesse caso é encontrado um exemplo da “escrita de si”: ao apontar as qualidades comportamentais e acadêmicas de seu filho, García também defendia a sua própria conduta na criação de seu filho, indicando também que não havia razão aparente para que este fosse preso. O sumiço dos homens nas famílias tornava as mulheres – sobretudo mães e avós, mas também esposas, irmãs, filhas e companheiras amorosas – vítimas indiretas da repressão. Assim, conforme demonstra Jelin, elas utilizaram o próprio papel tradicional familiar para adentrar o espaço público com suas reivindicações “ancoradas em seus sentimentos, no amor e na ética do cuidado”.³⁷⁶

Segundo as sociólogas Shields, Garner, Leone e Hadley, a emotividade é parte do estereótipo acerca da feminilidade. A emoção feminina, no entanto, é compreendida no Ocidente como demonstração da falta de poder.³⁷⁷ O caso das *Madres* e das *Abuelas* mostra o outro lado disso. Essas mulheres iam até a *Plaza de*

parientes”. JELIN, Elizabeth, Subjetividad y esfera pública: El género y los sentidos de familia en las memorias de la represión, *in*: **Las tramas del tiempo: Familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales**, Buenos Aires: CLASCO, 2020, p. 350.

374“La dictadura atribuía a los padres la responsabilidad final de prevenir que sus hijos e hijas se convirtieran en subversivos/as. Cuando los padres y madres de los/as desaparecidos/as se acercaban al gobiernopreguntando por el destino de sus hijos/as, la respuesta era una acusación: no sabían lo que estaban haciendo sus hijos/as porque no habían estado ejerciendo debidamente su autoridad paterna; si los y las jóvenes se transformaban en “subversivos/as” se debía a las deficiencias en la crianza familiar”. *Ibid.*, p. 355.

375Tradução livre. No original: “madre que durante veintidos crió en el seno de un hogar cristiano a un muchacho honesto, trabajador, estudioso, respetuoso y amigo de sus padres, de su hermano. Un muchacho que llegó a cuarto año de medicina con muy buenas notas y trabajando nueve horas diarias en una oficina, que tenía novia y quería casarse u que desde hace 16 meses falta de mi hogar”. GARCÍA, Carmen Conde de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos Aires, 6 de noviembre de 1978, p. 1.

376Tradução livre. No original: “anclada en sus sentimientos, en el amor y en la ética del cuidado”. JELIN, Subjetividad y esfera pública: El género y los sentidos de familia en las memorias de la represión, p. 351.

377Ver: SHIELDS, Stephanie A. *et al*, Gender and Emotion, *in*: STETS, Jan E.; TURNER, Jonathan H. (Orgs.), **Handbook of the Sociology of Emotions**, New York: Springer, 2006, p. 63–83.

Mayo, praça central de Buenos Aires onde está localizado a Casa Rosada, sede do governo argentino, para protestar. Algumas representantes das *Madres* escreveram uma carta a Dom Paulo em setembro de 1978 dizendo-lhe que em outubro do ano anterior elas estiveram em um desses protestos, que tiveram como consequência a detenção de 300 mulheres dessa organização e mais duas religiosas francesas, sobre as quais não há muitas informações.³⁷⁸ Wright, em carta à vice-presidente das *Madres*, María Dela Gard de Antokoletz, declarou que

O ideal seria que o CLAMOR desaparecesse por completo, pois isso significaria ou a vigência plena dos direitos humanos nos países do Cone Sul, ou a existência de grupos em cada país que estão tendo plena liberdade de lutar contra as violações desses direitos.³⁷⁹

Missivistas também pediam para que o arcebispo de São Paulo aproveitasse a ocasião da conferência de Puebla para pedir por intervenção. Eugenio Roberto Mattioli, ao falar do desaparecimento de sua filha, Cristina Mattioli de Totterau, e seu genro, Mario Luis Totterau, retomando também o falecimento de seu filho Omar René Mattioli junto à esposa Mabel de Marchi em 1976, inicia a epístola dizendo:

Ante ao encontro de V. Excelência em Puebla (México) o qual, como em anteriores encontros [peço] v. compreensão e que em conjunto encarem nossas ansiedades, anelos, dificuldades e estabeleçam as pautas e que tornem pacífica nossa convivência (...) por favor ao Senhor.³⁸⁰

Todos esses registros demonstram que o trabalho desenvolvido por Dom Paulo com refugiados o tornou uma referência para os próprios argentinos que, não tendo como pedir ajuda ao clero argentino embora necessitando, recorreram a um arcebispo brasileiro, que optou pela comunhão com os próximos que habitavam no país vizinho. Esses documentos servem também como forma de testemunhos, de

378 MADRES DE PLAZA DE MAYO. **Carta a Cardenal Dom Pablo Evaristo Arns**. Buenos Aires, 14 de setembro de 1978.

379 WRIGHT, Jaime. **Carta a Sr^a María Dela Gard de Antokoletz**. São Paulo, 6 de setembro de 1982.

380 Tradução livre. No original: "Ante el encuentro de V/Excelencias en PUEBLA (Mexico) el cual, como de anteriores encuentros v/comprención y que em conjunto encaren nuestras ansiedades, anelos, dificultades y establecan las pautas que hagan pacifica nuestra convivencia (...) gustora al Señor". MATTIOLI, Eugenio Roberto. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Santa Fe, 16 de noviembre de 1978. Pedidos semelhantes também foram observados em: AGOSTI, Ebe Piera Vesco de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos Aires, 20 de octubre de 1978; RECCHIA, Petrona Curso de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Munro, noviembre de 1978; GAJNAJ, C. C.; GAJNAJ, Lisa H. de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos Aires, 14 de diciembre de 1978; entre outras.

narração de trauma, elementos centrais para estudos de memória.³⁸¹

Houve também uma participação do papado na defesa dos direitos humanos, que também foi um aliado desses sujeitos. Este é o tema da próxima seção deste trabalho.

3.2. Ajuda do Papa

No capítulo anterior, foi demonstrado que a recorrência ao Papa dava legitimidade ao trabalho do grupo, e significava que o empreendimento do Clamor estava de acordo com os princípios da Igreja Católica. Em 24 de dezembro de 1979, na véspera do Natal, Jaime Wright escrevia ao pontífice, iniciando a carta da seguinte maneira:

Embora pastor presbiteriano, fui distinguido com o privilégio de vos escrever em nome dos familiares de presos políticos brasileiros desaparecidos, porquanto sofro, juntamente com eles [sic], os dramas de uma ausência inexplicada. (Meu irmão, Paulo Stuart Wright, desapareceu após ser sequestrado aqui em São Paulo, pelo II Exército, em 1973). Comparando aos desaparecidos nos países vizinhos do Cone Sul da América, são poucos (estima-se em 124) os brasileiros desaparecidos, vítimas também da famigerada doutrina de segurança nacional. Mesmo assim, compartilhamos a angústia de milhares de latinoamericanos na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Paraguai e na Bolívia.³⁸²

Nesse momento, o pastor usa o desaparecimento de seu irmão para demonstrar empatia sobre o sofrimento dos parentes e amigos das vítimas de ditaduras no Cone Sul, tendo ele mesmo sido familiar de desaparecido. O caso de Paulo Stuart Wright pode ser analisado a partir da ideia de memórias emblemáticas, que são aquelas

(...) que organizam várias memórias soltas e as articulam com um determinado processo histórico, atribuindo-lhes um sentido maior. Reúnem, por critérios de seleção e de uma determinada linha interpretativa, uma série de memórias individuais e coletivas, definindo os contornos do que deve ser incorporado e do que deve ser esquecido.³⁸³

381Ver: SELIGMANN-SILVA, Márcio, Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas, *Psicologia clínica*, v. 20, n. 1, p. 65–82, 2008.

382 WRIGHT, Jaime. **Carta ao Papa João Paulo II**. São Paulo, 24 de dezembro de 1979.

383 JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul. *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, 2010, p. 111. Ver também: STERN, Steve J. De la memoria suelta a la memoria

Luzia Margareth Rago, ao aplicar essa ideia a seu estudo de memórias individuais de mulheres brasileiras no contexto ditatorial, acrescenta que

Circulando publicamente, essas memórias individuais chegam a compor uma ‘memória emblemática’, coletiva, que permite o reconhecimento e a identificação de muitas outras mulheres — e não apenas de mulheres —, já que falam de um momento particularmente violento e dramático da vida política nacional.³⁸⁴

Logo, Wright toma o seu caso individual e o estabelece no coletivo. Não apenas se coloca no lugar dos familiares de desaparecidos, mas se apresenta enquanto tal. Ao introduzir a epístola se afirmando com pastor presbiteriano em diálogo com a autoridade máxima do catolicismo na véspera de uma data comemorada por cristãos nos dois lados, Wright visa romper com a fronteira denominacional em nome da comunhão cristã e da defesa dos direitos humanos.

A Igreja tem exercido um papel importantíssimo no Brasil a favor dos oprimidos, quer pela sua entranhada compaixão, quer pela maneira indiscriminada de socorrer ao necessitado, quer pela fundamentação bíblica e teológica de sua ação a favor do injustiçado, quer pela mensagem de esperança que conseguiu inserir no negro contexto de repressão, fazendo dissipar, assim, o medo que prevalecia na sociedade brasileira.

(...)

No nosso labor cotidiano anelamos por dias melhores, onde a tradição cristã do povo brasileiro seja refletida em todos os setores da vida nacional, e onde o amparo ao Homem criado à imagem e semelhança de Deus prevaleça sobre interesses porventura econômicos ou de segurança nacional.³⁸⁵

“A Igreja” na fala de Wright diz respeito à instituição como um todo – católica ou protestante. Reforçar a justificativa bíblica da defesa da vida é outra forma de afirmar a razão de ser do grupo e do próprio contato feito pelo pastor. Além disso, destaca que o cristianismo faz parte da tradição do povo brasileiro.³⁸⁶ Wright, ao falar

emblemática: hacia el recordar y el olvidar como processo histórico (Chile, 1973-1998). In: GARCÉS, Mario *et al.* (Orgs.). **Memoria para un nuevo siglo**: Chile miradas a la segunda mitad del siglo XX. Santiago: LOM, 2000, pp. 11-33.

384RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013, p. 46.

385 WRIGHT, Jaime. **Carta ao Papa João Paulo II**. São Paulo, 24 de dezembro de 1979.

386Para falar sobre a tradição brasileira ligada à religião, foi importante recorrer à obra do historiador Sérgio Buarque de Holanda. É fato que a cristianização do Brasil esteve alinhada com a colonização promovida pelos portugueses. Apesar da cumplicidade da Igreja com os interesses das elites, Holanda aponta que a ritualização do cristianismo ocorreu de maneira que despertou “um sentimento religioso mais humano e singelo. (...) Cristo, Nossa Senhora e os santos já não aparecem como entes privilegiados e eximidos de qualquer sentimento humano. Todos, fidalgos e

sobre a visita de João Paulo II à região, afirma que tal visita seria um conforto aos brasileiros e demais latino-americanos, e solicita que este se encontrasse com a equipe do Clamor. Para o reverendo, “Tal gesto pastoral não somente confortará os familiares de desaparecidos no Cone Sul como também significará a preocupação da Igreja pelo desaparecido – à semelhança da parábola da ovelha perdida (Mateus 18:10-14)”.³⁸⁷

A parábola contada por Jesus e aí mencionada conta a história de um pastor de cem ovelhas que, notando a falta de uma, deixa as outras noventa e nove para resgatar aquela. O ensinamento cristão é de priorizar aqueles que precisam de ajuda, e é assim que Jaime Wright destaca o trabalho emprehado pelo Clamor e do pontífice.

As *Madres* também escrevem a Dom Paulo contando que gostariam de conversar com o Papa, acreditando que o encontro as tornaria mais “fortalecidas e com esperança renovada”.³⁸⁸ Assim, pediram para que Arns conseguisse uma audiência para elas durante sua estadia na região.

Quando João Paulo II visitou o Brasil em 1980, Dom Paulo conseguiu que as *Madres* tivessem uma audiência com o pontífice. O encontro ocorreu em Porto Alegre com mediação do cardeal Vicente Scherer. Apesar disso, quando foi à Argentina em 1982, não houve encontros com organizações de direitos humanos.³⁸⁹

Na já mencionada escrita epistolar de Maria Luiza Gomes sobre seu noivo Jerônimo, ela revela saber do plano de Dom Paulo de entregar uma documentação ao Papa João Paulo II e escreve: “como o sr. está preparando uma documentação para ser enviada ao Papa, e também eu acredito muito que o Papa fará alguma coisa pelos presos políticos resolvi lhe escrever”.³⁹⁰

plebeus, querem estar em intimidade com as sagradas criaturas e o próprio Deus é um amigo familiar, doméstico e próximo”. HOLANDA, Sérgio Buarque de, **Raízes do Brasil**, 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 149. É possível apontar, no entanto, que a expressão do catolicismo nem sempre foi singela, desde a colonização. Sobre isso, ver: SOUZA, Laura de Mello e, **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**, São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

387 WRIGHT, Jaime. **Carta ao Papa João Paulo II**. São Paulo, 24 de dezembro de 1979.

388 Tradução livre. No original: “fortalecidas y com esperanza renovada”. MADRES DE PLAZA DE MAYO. CORTIÑAS, Nora; MARIANI, Maria de; CERRUTI, María del Rosario. **Carta a Cardenal Evaristo Arns**. Buenos Aires, marzo de 1980.

389 Conforme: ROCHA, **Solidariedade não tem fronteiras**, p. 152.

390 GOMES, Maria Luiza. **Carta a Dom Paulo Evaristo**. Recife, 1º de abril de 1983.

O grupo mantinha um controle quanto aos nomes e ao número de pessoas desaparecidas, e logo observou um aumento progressivo na repressão argentina. Não bastava, porém, falar sobre os milhares de desaparecidos; era necessário personalizar esses dados. Surgiu em 1981 a ideia de escrever uma lista com os nomes e o máximo de detalhes possíveis acerca desses sujeitos. O trabalho foi feito pelo casal argentino Gustavo e Marisa Monti, que se mudaram para São Paulo após o sumiço do irmão de Gustavo, Fernando. A lista ficou pronta no final de 1982, contendo 460 páginas com 7.291 nomes. Trata-se do já citado livro *Desaparecidos en la Argentina*. Em janeiro de 1983, Dom Paulo foi a Roma e entregou a lista pessoalmente ao Papa. Em vários trechos de seu livro Jan Rocha destaca o importante papel de João Paulo II no apoio ao grupo e no engajamento à defesa dos direitos humanos no Cone Sul.

O dossiê entregue ao pontífice foi solicitado pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep). Esse grupo tinha como objetivo criar uma lista oficial do governo argentino. O resultado foi a publicação de um livro chamado *Nunca Más*, em novembro de 1984, que expôs os crimes do regime.

Esse título inspirou um livro que seria um grande sucesso de lançamento no Brasil: o *Brasil: Nunca Mais* (BNM). A publicação foi fruto de um projeto iniciado em 1979 do qual fizeram parte Wright, Greenhalgh e Arns, também com o apoio do CMI. O projeto, que foi pensado primeiramente pela advogada Eny Raimundo Moreira, visava recolher o máximo de informações possíveis na sede do Supremo Tribunal Militar, em Brasília. Essa ação só poderia ser desempenhada por advogados que apresentassem sua carteira da Ordem de Advogados do Brasil e solicitassem um documento. Este poderia ser levado para a casa e devolvido ao local no dia seguinte. Assim, era possível fotocopiar esses registros, criando provas contra o regime seguindo a lei.

A compilação dos documentos ficou sob responsabilidade do jornalista Paulo de Tarso Vannucchi, primo de Alexandre Vannuchi Leme, estudante universitário assassinado pela repressão em 1973. Para que o resultado da investigação do BNM chegasse ao público, Frei Betto e o jornalista Ricardo Kotscho reduziram a informação em um livro, que foi publicado pela editora Vozes em 1985. O livro logo

se tornou um dos mais vendidos no país, fazendo com que fosse reimpresso vinte vezes nos dois primeiros anos após sua edição inicial.³⁹¹

3.3. A saída de Jaime Wright e o “fracasso ecumênico”

Em 1984, Jaime Wright saiu do grupo após conflitos com alguns integrantes. A saída aconteceu após a ida de Rocha e Greenhalgh à casa do pastor para buscar um documento, que foi entregue por sua esposa tendo em vista a viagem de Jaime aos Estados Unidos. No entanto, o conflito era mais antigo. Segundo Lima,

Jaime não gostara da entrada de novos integrantes no grupo, sem que fosse consultado. Intimamente, sentia-se como que relegado ao segundo plano, mesmo estando à frente da idéia desde o primeiro momento. Quando o grupo começou a acolher novos participantes, preferiu, no momento, não comentar nada, mas, no seu íntimo, ficara a mágoa.³⁹²

A saída de Wright certamente impactou o grupo. Naquele ano, escreveu um documento de três páginas, chamado “Reflexão Inédita a Propósito do Quinquenário do Clamor”, em que descreveu o grupo como um “fracasso ecumênico”.³⁹³ Logo no primeiro parágrafo o pastor afirma que “o bom relacionamento entre membros da ‘equipe’ do CLAMOR já estava comprometido pelo mandonismo confesso de uma religiosa norte-americana, cujas atitudes subvertem o espírito ecumênico mais bem intencionado”.³⁹⁴ A pessoa a quem se referia era a Irmã Michael Mary Nolan, freira da Congregação das Irmãs de Santa Cruz com um histórico de engajamento em causas sociais. Seu trabalho, porém, foi além da vida religiosa: Nolan também era formada em Administração de Empresas e Ciências Sociais pela *Saint Mary’s*

391Ver: FIGUEIREDO, Lucas, **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**, Rio de Janeiro: Record, 2011.

392LIMA, **Clamor**, p. 208.

393 “[No documento, Wright] Denominava o trabalho feito até então de “O Fracasso Ecumênico”. O grupo que vivera tão intensamente todos aqueles anos de esperanças, alegrias e lutas sofria sua primeira baixa – e ela não vinha de fora. Todos perceberam o teor da crítica, especialmente porque a expressão “fracasso ecumênico” parecia ir de encontro com tudo o que vinham fazendo de forma coletiva, ao longo dos últimos anos. Algumas novas tentativas de contato foram feitas, mas as portas estavam irremediavelmente fechadas. Em 13 de abril [de 1984], o episódio chegou a seu ponto final. Wright escreveu uma carta informando que, a partir daquele dia, estava definitivamente desligado do projeto.” *Ibid.*

394WRIGHT, Jaime. **Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR – O FRACASSO ECUMÊNICO**. São Paulo, 14 de janeiro de 1984, p. 1.

College, no estado da Califórnia, e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O trabalho da freira no grupo era cuidar das finanças.³⁹⁵ Wright admite a ironia que foi ele mesmo ter sugerido sua entrada no grupo para substituí-lo durante uma viagem de trabalho que aconteceria entre janeiro e junho de 1979.

Ele revela ter se incomodado com o ingresso de um “religioso canadense” à equipe sem consulta prévia. Novamente sem mencionar nomes, o sujeito em questão era o padre Roberto Grand Maison que, inspirado pelo Concílio Vaticano II, passou a engajar-se com o trabalho social nas favelas de São Paulo, e assumiu o cargo de coordenador da Comissão Arquidiocesana de Pastoral de Direitos Humanos e Marginalizados (CADH) em 1978.³⁹⁶

Wright, apesar de assinar o documento, referia-se a si mesmo na terceira pessoa do singular, e aponta uma série de acontecimentos que lhe entristeceram, levando-o a sempre acrescentar aspas ao utilizar a palavra “equipe”. Ele revelou que viajou ao exterior em maio de 1983, dando a sugerir que cumpriria alguma função ligada à Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. Ele revela que

(...) o pastor partiu confiante para o Exterior onde, nos primeiros dias, seu retorno aos trabalhos na Arquidiocese de São Paulo foi aprovado por unanimidade pela Igreja Presbiteriana nos EE.UU. [Estados Unidos] Para completar o ato burocrático, porém, faltava uma carta de D. Paulo dizendo que era desejo seu que o pastor voltasse para colaborar em várias atividades da Arquidiocese na área de direitos humanos. Já de regresso no Brasil e após conversa com D. Paulo, o Cardeal pediu a um dos membros fundadores do CLAMOR que o ajudasse a formular a referida carta. Tal foi a má vontade exibida no cumprimento dessa tarefa que o pastor pediu a D. Paulo que a suspendesse.³⁹⁷

A explicação da insatisfação com o grupo foi além da “má vontade” de um dos membros do grupo. Ele se entristecera com duas coisas que ocorreram em sua ausência: a entrada de novos membros sem sua consulta e “a retirada da sua casa do acervo do CLAMOR e, ademais, de objetos pessoais do pastor e de outros que lhe haviam sido entregues em absoluta confiança”.³⁹⁸ Ele acrescenta que “Tivessem

395Conforme: FRAGA, **Clamores contra as ditaduras do Cone Sul**, p. 67–68.

396Conforme: *Ibid.*, p. 68–70.

397WRIGHT, Jaime. **Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR – O FRACASSO ECUMÊNICO**. São Paulo, 14 de janeiro de 1984, p. 2.

398WRIGHT, Jaime. **Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR – O FRACASSO ECUMÊNICO**. São Paulo, 14 de janeiro de 1984, p. 2.

tais fatos ocorridos antes da decisão da Igreja Presbiteriana nos EE. UU., certamente o retorno do pastor à Arquidiocese de São Paulo teria sido reconsiderado”.³⁹⁹ Cabe acrescentar que, em memorando de 1983 com recomendações ao grupo sobre como dirigir as atividades em sua ausência, o pastor escreve que “As únicas cartas que chegariam à minha caixa postal e que seriam de interesse do CLAMOR seriam das agências e/ou pessoas que contribuíram financeiramente. Em tais casos, Anita [filha do pastor] telefonará a Jan”.⁴⁰⁰

Jaime Wright aponta que Dom Paulo também não havia sido consultado sobre a entrada de novos membros. Desta forma, foi convocada uma reunião para aprovação de um regimento interno. Como Wright participou da redação de regimentos de várias entidades ecumênicas, acreditou que sua palavra seria valorizada. No documento em questão, ele considera que o que aconteceu foi o oposto. Ele aponta que o que se viu foi um “golpe”, que os integrantes aprovaram novas regras de funcionamento sem que novamente fosse consultado. Em suas palavras,

(Por assuntos de muito menos importância a “equipe”, em outras reuniões, se recusou a discutir determinados assuntos por não estar presente fulano-de-tal.) Era, no final das contas, a confirmação de que os dois “golpes” desferidos durante sua ausência no Exterior não tinham sido acidentais.⁴⁰¹

Os lamentos seguem ao relatar que o grupo estava redigindo uma edição do boletim comemorativa do quinto aniversário do Clamor. Wright aponta ter ficado responsável pela escrita de dois textos, sem que tivesse sido informado a respeito.

Em seguida, Wright indaga: “Mas, afinal, o que é que acabou provocando esta ‘reflexão inédita’?”, ao que responde:

Dois motivos: (1) o pastor recebeu nesta semana 2 telefonemas da Inglaterra (ele que não recebera nenhum telefonema quando a “equipe” foi aumentada e sua casa invadida); lá da Inglaterra pediam informações, faziam cobranças disto e daquilo, e determinavam ato contrário a resolução do grupo CLAMOR; (2) passados 120 dias desde que o Boletim Interno N°

399WRIGHT, Jaime. **Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR – O FRACASSO ECUMÊNICO**. São Paulo, 14 de janeiro de 1984, p. 2. Destaque no original.

400 WRIGHT, Jaime. **Comentários sobre algumas preocupações surgidas na reunião do CLAMOR**. [Recomendações de Jaime durante sua viagem em 1983]. São Paulo, 1983.

401WRIGHT, Jaime. **Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR – O FRACASSO ECUMÊNICO**. São Paulo, 14 de janeiro de 1984, p. 2. As aspas estão presentes no documento original.

3, de 14.09.83, declara ter ouvido a ex-tesoureira afirmar que estava preparando a transferência da tesouraria para a Comissão Coordenadora, hoje – 4 meses depois – a referida transferência ainda não se consumou, tornando impossível, por conseguinte, duas coisas: (a) um balancete real de dezembro de 1983 [o do Boletim Interno N° 16, como o dos demais, não tem os lançamentos de 01.07.83 a 20.09.83, os quais não foram entregues; e nem os de 01.01.83 a 30.06.83, por estarem incompletos]; e (b) o envio de balancetes às entidades que apoiam o trabalho do CLAMOR.⁴⁰²

No que consta o testemunho de Jaime Wright, a “gota d’água” para sua saída da entidade foram questões burocráticas internas. Os boletins internos (aos quais não foi possível ter acesso para a escrita deste trabalho) apontaram falhas no trabalho do grupo. Não é possível saber qual a procedência da ligação da Inglaterra: se foi pela Anistia Internacional ou pela organização *Christian Aid*, sendo que ambas têm sua sede em Londres; ou se há qualquer relação com Jan Rocha, já que esse é o seu país de origem.

O mais importante nesse documento é que Wright declarava que o grupo não estava trabalhando com um “espírito ecumênico e de equipe”. Assim, é possível apontar que o pastor, enquanto o único protestante do grupo, sentia que sua opinião não estava sendo validada, enquanto que cada vez mais católicos entravam para o time. Por estas coisas é que definiu o que o pastor chama de “fracasso ecumênico”. Nesses termos, o pastor anuncia sua saída do Comitê.

Ao lado da sua assinatura na carta há uma breve nota, em que se lê “por Jaime Wright – que não descarta a possibilidade de que seu ‘desconfiômetro’ esteja quebrado e que seja ele, na realidade, o maior responsável pelo fracasso”.⁴⁰³ Nesse momento, Wright admitia que houve, sim, um fracasso, mas para o qual ele mesmo possivelmente contribuiu, deixando de ser apenas uma vítima, como aponta seu testemunho.

Sua saída foi comunicada às organizações de direitos humanos que sustentavam financeiramente o grupo, causando um impacto direto, considerando que a participação de Wright no cenário ecumênico internacional era a garantia de confiança no grupo.

402WRIGHT, Jaime. **Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR – O FRACASSO ECUMÊNICO**. São Paulo, 14 de janeiro de 1984, p. 3. Os destaques estão presentes no documento original

403WRIGHT, Jaime. **Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR – O FRACASSO ECUMÊNICO**. São Paulo, 14 de janeiro de 1984, p. 3.

Para analisar o comportamento de Jaime Wright diante dos episódios narrados, foi importante recorrer ao estudo do filósofo e sociólogo francês Pierre Ansart acerca da gestão de paixões políticas. Sobre a dinâmica de integrantes de um grupo o autor aponta que a ideia de que em uma organização política, uma das questões que deve ser estabelecida é

saber quem pode legitimamente ser membro da organização, quem deve ser excluído e quem tem o direito de excluir. O grupo não possui regras aceitas por todos ou tem, sobre esse aspecto, apenas princípios gerais; não possui uma polícia para executar suas decisões.⁴⁰⁴

Nesse mesmo estudo o autor aponta que a saída de um membro representa uma ameaça aos demais integrantes, especialmente quando possuem motivações políticas, embora não seja esse o caso. “Os conflitos, as cisões, a expulsão assumirão características dramáticas à medida das gradações afetivas próprias à vida do grupo”.⁴⁰⁵ Além disso, a dinâmica de atuação do Clamor seria aquilo que Ansart chama de uma “dinâmica de combate/fuga”, segundo a qual “o grupo organiza-se em função do conflito com o mundo exterior, para combatê-lo ou dele fugir”.⁴⁰⁶ Nessa dinâmica, em que se organiza a solidariedade, o líder pode aparecer como uma figura importante, “mas sua presença não é indispensável à sobrevivência do grupo”⁴⁰⁷, o que pode ser afirmado considerando a continuidade de existência do Comitê após a saída do pastor. Isso se confirma na ideia de que a identificação com a causa em torno da qual a entidade se junta deve ser priorizado acima do controle interno.⁴⁰⁸

Sobre os conflitos no interior de uma organização política, Ansart aponta que estes causam desconfianças entre seus integrantes. Nesse aspecto, os

(...) oponentes colocam em risco nada menos que o lugar que ocupam no

404 ANSART, **A gestão das paixões políticas**, p. 167.

405 *Ibid.*, p. 96.

406 *Ibid.*, p. 102.

407 *Ibid.*, p. 103.

408 “O grupo ataque/fuga define-se, mais do que o grupo de dependência, pela relação com o mundo externo; seus participantes são levados a se identificar com o conflito manifesto em relação ao exterior. Assim, o controle interno, tão importante no grupo de dependência, é aqui mais fraco, e é mais urgente a necessidade de demonstrar, por atos, a legitimidade de si mesmo e dos valores defendidos. Mais do que no grupo de dependência, o indivíduo tem a necessidade de provar o seu valor em face dos outros membros”. *Ibid.*, p. 108.

partido, sua autoridade e poder, e não podem concretizar seus objetivos se não recorrerem às mobilizações afetivas. (...) um período em que cada palavra será vigiada e cada gesto inoportuno denunciado.⁴⁰⁹

No livro de Jan Rocha o aspecto traumático da saída do pastor não é destacado. A jornalista dá um teor afetivo a esse acontecimento, conforme o trecho:

No final de 1983, Jaime Wright exausto física e mentalmente após cinco anos de atividades incessantes, decidiu que era hora de deixar o Clamor e fazer algo menos estressante. Desde o primeiro momento, Jaime havia se entregado de corpo e alma ao Clamor, trabalhando madrugada adentro, escrevendo artigos, respondendo cartas, desenhando o *layout* dos boletins, fazendo contas, lidando com as minúcias da organização. Ele havia recebido em sua casa refugiados e exilados, trabalhadores de direitos humanos, operários, visitantes estrangeiros –, e feito muitas viagens para a Argentina, Paraguai e Chile. As suas ligações muito próximas com dom Paulo, com Chuck Harper, do Conselho Mundial de Igrejas, e com líderes de igrejas americanas e europeias, tanto católicas como protestantes, ajudou a assegurar um fluxo constante de financiamento.⁴¹⁰

Em trabalho recente, Jan Rocha conta sobre as entrevistas realizadas para a escrita do livro de memórias. Entre os entrevistados estava Anita Wright. Na entrevista, realizada em 10 de maio de 2013 em Vitória, no Espírito Santo, a filha, já órfã, do pastor Jaime conta que as informações acerca do Clamor não eram muito comentadas na casa, alegando ser uma medida de segurança para a família. Anita revela que o telefone da casa estava grampeado.⁴¹¹

Harper, em entrevista para a biografia de Wright, falou sobre um “mau humor” do pastor, em que declarou que:

Jaime Wright era “feroz” naquilo que propunha, queria a certeza nos nomes (...). Quanto ao projeto Clamor, “Jaime era a pessoa cujo trabalho meticuloso foi a espinha dorsal do projeto, controlando os membros mais passionais do grupo”.

O “negativo”, talvez, era que ele não gostava de ver gente do grupo ultrapassando a civilidade. Brigava um pouco, mas não se irritava muito ou ficava com raiva. Não permanecia com raiva ou guardava rancores. Manifestava-se sobre algum erro e pronto... (...)

Sobre o que se passou, quando Jaime se retirou do grupo Clamor, prefiro não falar. Talvez, quem possa responder sobre o assunto seja Jan Rocha (que participou do grupo). Ele estava fora de casa, onde estava o acervo, eles não esperaram seu retorno e não pediram permissão para consultar o mesmo, e quem o entregou foi uma de suas filhas. Ele, então, escreveu-me: “saio do Clamor”. É verdade que ele tinha um lado um pouco difícil, não

409 *Ibid.*, p. 128.

410 ROCHA, **Solidariedade não tem fronteiras**, p. 295.

411 Ver: ROCHA, *Memórias da luta*, p. 99–100.

quero criticar...⁴¹²

Não há como afirmar que a saída de Wright do grupo esteja relacionada com o cuidado familiar, mas esse fator pode ter contribuído para tal. O testemunho de sua filha, alinhado com a narrativa de Samarone Lima sobre o incômodo em sua residência, também destacada pelo testemunho de Harper, são fatores que sustentam tal hipótese, quando analisados isoladamente. A Reflexão Inédita já mencionada não permite que essa seja a única explicação. Porém, a declaração de Harper também abre possibilidade de ressaltar o “desconfiômetro quebrado” citado pelo pastor no documento.

Esses testemunhos posteriores exigem um trabalho com a memória dos sujeitos envolvidos (Harper, Anita, Jan). Para o antropólogo Joël Candau,

Uma vez que os quadros sociais da memória orientam a evocação, a anamnese de um informador dependerá dos quadros que lhe são contemporâneos e dará uma visão dos acontecimentos passados em parte retocados pelo presente. (...) Daí a necessidade, se quisermos tentar medir a amplitude desta recordação memorial, de reconstituir tão fielmente quanto possível o contexto antigo do acontecimento considerado, com a ajuda da história, da etnografia da cultura material, etc., a fim de o colocar em paralelo com a narrativa do informador, ele próprio contextualizado.⁴¹³

A distância temporal que separa o acontecimento do testemunho é relevante de ser destacado, já que é difícil estabelecer o que foi excluído nas declarações desses sujeitos, crítica frequentemente lançada às entrevistas tardias feitas pela Comissão da Verdade, que foi fundada apenas em 2011, vinte e seis anos após o fim do regime. Desta forma, cabe a importância de contrastar esses depoimentos com documentos existentes produzidos pelo grupo.

A historiadora Luisa Passerini, ao estudar a memória de mulheres que integraram grupos terroristas durante os Anos de Chumbo na Itália (1968-1982), identificou que, em seus testemunhos, havia uma percepção de “laços de amizade e sentimento” como “laços de sangue”. O fato de essas mulheres estarem em guerra contra forças em comum fortalecia seus vínculos.⁴¹⁴ Ainda que insuficiente para explicar toda a relação do pastor Wright com o Comitê, essa constatação ajuda a

412 HARPER *apud*. DASÍLIO, Jaime Wright, p. 105.

413 CANDAU, Joël, **Antropologia da Memória**, Lisboa: Instituto Piaget, 2013, p. 165–166.

414 PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 45.

compreender o sentimento de amizade que permaneceu entre os demais integrantes anos após a tensão.

Apontar os episódios que chatearam Jaime Wright não desmerece o trabalho desenvolvido pelo Comitê, mas apenas expõe os dramas vividos internamente e que não foram tão explorados pelas pesquisas acadêmicas. Foi preciso ler o documento na íntegra para compreender a razão pela qual o pastor considerou o projeto como um “fracasso ecumênico” e de que maneira isso dialoga com a vivência religiosa do grupo.

Wright expõe a opinião de que, caso a Igreja Presbiteriana nos EUA tivesse ciência da forma como o grupo operava possivelmente não autorizaria a continuidade de sua ação com a Arquidiocese de São Paulo. Entende-se, portanto, que princípios cristãos estariam sendo violados naquele contexto. O pastor aponta que havia certo autoritarismo dentro do Comitê, que passava a operar de maneira antidemocrática, valor contrário ao ecumenismo defendido por ele e por Arns.

O comunicado oficial da saída ocorreu no primeiro semestre de 1984. Em carta a Charles Harper no dia 14 de abril o pastor formaliza sua saída, afirmando que ainda pretende continuar envolvido em atividades relacionadas a direitos humanos na Arquidiocese de São Paulo. Uma dessas era o projeto *Brasil: Nunca Mais*, algo não mencionado no texto, já que o aviso se estendia aos demais membros do CMI, muitos deles não conscientes daquele plano.

Quem também comunicou a saída de Wright foi o jornal *O São Paulo*, pertencente à Arquidiocese de São Paulo. Na matéria, mencionaram o propósito do pastor de dar continuidade a atividades de direitos humanos, incluindo declarações do próprio pastor:

“Foi difícilimo deixar o CLAMOR”, declarou o pastor presbiteriano, “porquanto suas atividades foram, para mim, uma escola permanente sobre a realidade latino-americano [sic]”.

Indagado sobre sua nova atividade, o Rev. Jaime Wright afirmou que o projeto está sendo discutido com o Cardeal-Arcebispo de São Paulo. “Dentro do compromisso ecumênico da minha Igreja”, explicou, “espero poder colaborar com a Igreja Católica em tarefas especiais onde o testemunho sem sectarismos possa ser elemento importante para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna”.⁴¹⁵

415 *O São Paulo*, 27 Abril-3 Maio 1984, s. p.

Fecchio Filho, Grand Maison, Nolan, Greenhalgh, Rocha e Machado escrevem a Charles Harper em 10 de maio de 1984 assegurando que o trabalho do grupo continuaria. Nela, também lamentam a saída de Wright mas afirmam estar “consolados pela certeza de que ela é motivada pela necessidade de sua participação em outras missões, igualmente importantes”.⁴¹⁶ Em 18 de junho Harper escreve a resposta ao grupo, em que afirma o carinho e respeito que o CMI sente pelo trabalho desenvolvido pelo Clamor, e incentiva o grupo a continuar seu trabalho “acompanhando o povo de Deus”.⁴¹⁷ Reação semelhante veio de Garth W. Legge, representante da Igreja Unida do Canadá, que também lamentou a saída do pastor, mas disse que se sentia confortado ao saber que Wright continuaria engajado em outras atividades na Arquidiocese.

Wytze E. Hoekstra, representante da organização *Algemeen Diakonaal Bureau* escreveu, em carta ao grupo, de 14 de junho de 1984:

Sentimos muito que Jaime Wright esta não mais trabalhando dentro do CLAMOR. Pensamos que o caráter ecumenico é avariado pela a saída do Jaime Wright. Um dos motivos para ajudar CLAMOR foi a confiança que nos temos em Jaime, conhecendo as suas actividades no passado (...). Aqui temos a impressão que Jaime Wright se retirou por causa da diferença de opiniões dentro do CLAMOR e que ele não concordou com a maneira em que o CLAMOR é dirigido.

Para nos é importante que o caráter ecumenico do CLAMOR fica bem manifesto e sem a participação activa de Jaime Wright esta seria muito difficil. [sic]⁴¹⁸

Essa carta aponta para a desconfiança existente nas organizações sobre a real saída de Wright do grupo. Hoekstra, reconhecendo que Wright era o único protestante no grupo, também atesta que sua saída afetaria o ecumenismo do Comitê. A isso, cabe acrescentar a fala de Luiz Eduardo Greenhalgh no livro de Samarone Lima: “Quando a gente contava que o motivo da saída de Jaime foi a retirada de um documento do próprio Clamor da casa dele, ninguém acreditava. Achavam que a gente estava escondendo algum segredo de Estado, que havia uma

416Tradução livre. No original: “consoled by the certainty that it is motivated by the need of his participation in other missions, equally important”.

417Apesar de a carta de maio ter a assinatura de Jan Rocha, Harper afirma ter conversado com a jornalista, dando a entender que ela também teria anunciado sua saída do grupo. Não foram encontradas outras fontes que falem a esse respeito. A conclusão aqui apontada é de que houve algum erro de interpretação por parte de Harper ao insinuar uma suposta saída de Rocha.

418 HOEKSTRA, Rev. Wytze E. **Carta a Michael Mary Nolan**. Leusden, 14 de junho de 1984.

coisa muito mais grave por trás”.⁴¹⁹ Considerando que esse testemunho foi dado muitos anos após o fim das atividades do grupo, o problema sobre o regimento interno e os balancetes ficaram de fora da fala do advogado – ou excluídos do trabalho de Lima.

Os balancetes, no entanto, não incomodaram o representante do *Algemeen Diakonaal Bureau*, que suspeitava que a não menção a esse aspecto era pela possibilidade de as cartas serem interceptadas. Seguindo essa lógica, para driblar os censores, parecia sensato ocultar informações. Essa era a estratégia que o Conselho Mundial de Igrejas utilizava para financiar o já mencionado projeto *Brasil: Nunca Mais*: o dinheiro que o CMI enviava ao Brasil para financiar o BNM era mencionado nas cartas como “chocolates” – não seria estranho tanto chocolate ser enviado ao Brasil, já que o doce produzido na Suíça era bem falado por aqueles que o experimentavam.⁴²⁰

Outra carta da *Algemeen Diakonaal Bureau* veio em 12 de setembro de 1984, quando Hoekstra, que assinava o documento,⁴²¹ afirmou:

Sabendo que Jaime Wright mesmo pediu de se desligar do CLAMOR, fica minha pergunta se não um diferença das opiniões [sic] causou a saída do Jaime, um diferença [sic] que tem conexões com o rumo do CLAMOR. Nos também [sic] lamentamos a sua saída.

Me alegro de ler que os princípios ecumênicos continuarão a vos guiar.

(...)

Quanto a questão de balancete, antes nos não perguntávamos [sic] porque tínhamos [sic] a impressão que o caráter do seu trabalho e também houve o perigo da censura.

Sendo a situação no Brasil um pouco mais aberta, pensamos que uma balancete seria [sic] possível.

Queremos continuar o nosso apoio porque temos confiança no CLAMOR e também sabemos que o seu trabalho fica necessário. [sic]⁴²²

Não ficou claro o que Hoekstra quis dizer ao afirmar que os “princípios

419Fala de Luiz Eduardo Greenhalgh. Retirada de: LIMA, **Clamor**, p. 210.

420Sobre isso, ver: FIGUEIREDO, **Olho por olho**.

421É difícil afirmar com precisão quem foi o verdadeiro autor desta carta. Apesar da assinatura de Hoekstra, em um trecho da carta está escrito: “Os últimos dois anos a assinatura da nossa cartas [sic] era de Rev. Wytze E. Hoekstra, sendo o secretario executivo para America Latina do A.D.B. Depois minha visita a CLAMOR no ano passado expectei que a senhora já entende que a secretaria se mudou. No começo de 1983 mandamos a todos nossos relações uma carta de apresentação” [sic]. Hoekstra fez, sim, uma visita ao Clamor. No entanto, o documento carece de maiores informações sobre as alegadas mudanças na instituição. Referência da carta: HOEKSTRA, Rev. Wytze E. **Carta a Michael Mary Nolan**. Leusden, 14 de junho de 1984, p. 1.

422 HOEKSTRA, Rev. Wytze E. **Carta ao CLAMOR**. Leusden, 12 de setembro de 1984.

ecumênicos” continuariam guiando o grupo – talvez pela continuidade do contato com organizações protestantes. Diante da carta citada, é também possível afirmar que Hoekstra, apesar de desconfiado do que havia de fato ocorrido e cobrando Nolan por respostas, apenas em 1986 ameaçou parar de contribuir com o Comitê, ao afirmar que

(...) Até hoje não recebemos a confirmação da chegada da primeira metade de nosso apoio. Tampouco recebimos um relatório [sic] ou orçamento. Não podemos considerar uma continuação de nosso apoio quando não temos alguma notícia de seu lado.

(...)

Precisamos seus relatorios para nossa tarefa de conscientização dos membros de nossas igrejas.⁴²³

Apesar disso, em 9 de junho de 1987 Hoekstra declara que a organização devia manter o apoio ao grupo, decisão feita à luz da realidade no Chile e no Paraguai, onde o reverendo havia estado recentemente, e também pelo resultado positivo de contribuição com outras entidades de direitos humanos.

Não cabe, no entanto, declarar este o triste fim da relação de Wright com o grupo Clamor. Pelo contrário, em carta a Greenhalgh de 7 de janeiro de 1985, o pastor dizia que se encontraria com Charles Harper no dia 1º de fevereiro, para falar sobre os momentos finais do projeto *Testemunhos Pró-Paz* (TPP), que mais tarde teria seu nome mudado para *Brasil: Nunca Mais* – e vale lembrar que Greenhalgh também estava envolvido nessa iniciativa. O pastor pediu ao advogado para consultar os envolvidos no TPP e no Clamor para que também participem do encontro. Também em 20 de fevereiro de 1985 Jaime Wright agradece ao padre Roberto Grand Maison pelo convite para falar na abertura de um seminário sobre direitos humanos no Cone Sul, mas diz que não pode, e reconhece que foi convidado por motivos pessoais, já que não representa nenhuma organização. Sendo assim, é possível concluir que as relações pessoais entre os integrantes do grupo foram mantidas, apesar do conflito.

423 HOESKTRA, Rev. Wytze E. **Carta ao Clamor**. Leusden, 14 de novembro de 1986.

3.4. Premiações de Dom Paulo

Como foi possível perceber ao longo deste trabalho, Dom Paulo Evaristo Arns foi uma figura importante no debate público sem estar intrinsecamente ligado às estruturas de poder civil. Em seu livro *Em Defesa dos Direitos Humanos*, declara que o ser humano é responsável por todo o futuro, e que a justiça é escrita ao longo de toda a História. Ele considera que viver se preocupando apenas em cuidar da própria vida é “viver de sobremesa”. Em sua concepção, aqueles que não cooperam com a justiça serão tratados como “feras”.⁴²⁴ Reconhecendo que não é especialista em defesa de direitos humanos, ele declarou que sua preocupação é com a dignidade humana, sendo desrespeitada não somente com as prisões arbitrárias, mas também com a situação “das periferias da cidade e do mundo do trabalho”.⁴²⁵ Segundo o bispo, “Desde que o Cristo morreu injustiçado, toda injustiça toca o coração do cristão”.⁴²⁶

O reconhecimento de Arns como defensor dos direitos humanos veio de diversas instituições e pessoas, que levaram o arcebispo a receber importantes prêmios – e indicações. Em setembro de 1985 o ACNUR anunciou que Dom Paulo seria laureado com a Medalha Nansen, prêmio dado a pessoas que se destacam no apoio a refugiados. Em carta, o padre Roberto Grand Maison parabeniza o arcebispo, e destaca:

Acreditamos que, dentre as atividades que promovemos, a mais significativa foi o Seminário sobre o Papel das Entidades de Direitos Humanos na Atual Conjuntura Política, Social e Econômica dos Países do Cone Sul, à qual o senhor compareceu em duas oportunidades. Uma das conclusões mais importantes, ou talvez a mais importante do encontro, foi aquela a que o senhor se referiu em sua fala aos participantes, a da educação para os direitos humanos, a criação de uma cultura dos direitos humanos (...).⁴²⁷

Uma das formas de cooperação do Clamor com organizações de direitos humanos era a partir da promoção de seminários ligados a política e direitos humanos. Na figura 13 há um documento do governo que revela a ciência da

424 ARNS, *Em defesa dos direitos*, p. 149.

425 *Ibid.*, p. 151.

426 *Ibid.*, p. 155.

427 GRAND MAISON, Pe. Roberto. *Carta a Dom Paulo*. São Paulo, 30 de setembro de 1985.

ditadura brasileira sobre eventos promovidos pelo grupo, com destaque a alguns nomes que consideravam mais relevantes para manter sob observação – sendo alguns deles integrantes do Clamor, como Arns, Greenhalgh, Grand Maison, Nolan e Rocha, mas também indivíduos de outros países como Chile e Paraguai, mais um sinal da colaboração entre as ditaduras.

FIGURA 13 – DOCUMENTO DO GOVERNO SOBRE REUNIÃO DO CLAMOR

020152 81
CONFIDENCIAL
INFORME Nº 03326 30 / AG / 81

DATA : 26 de outubro de 1981
ASSUNTO : REUNIÃO DO "CLAMOR" EM SÃO PAULO.
REFERÊNCIA:
AVALIAÇÃO : B-2
DIFUSÃO : SC/1 - SC/4
ORIGEM : SC/3
ANEXO :

No período de 18 a 24 Out 81, no INSTITUTO PAULO VI em SÃO PAULO/SP, foi realizada uma reunião do COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DOS PAÍSES DO CONE SUL - CLAMOR - e do CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS.

Advertido, que no dia 22 Out 81 teria constado de uma palestra proferida por D. PAULO EVARISTO ARNS, compareceram cerca de trinta pessoas, dentre as quais destacam-se:

- LUIZ EDUARDO GREENHALGH, do BRASIL;
- ROBERTO GRAND-MAISON, padre membro do CLAMOR no BRASIL;
- JETER RAMALHO, do BRASIL;
- MICHAEL MARY NOLAND, religiosa do CLAMOR no BRASIL;
- JAN ROCHA, correspondente da BBC no BRASIL;
- GERSON MAIER, do CHILE;
- HUGO VILELA, do CHILE;
- FAICON VAIXOL (?), do PARAGUAI; e
- RASTER de tal, do CHILE.

PARA DIFUSÃO EXTERNA
ESTE DOCUMENTO DEVERÁ
TER SEU TEXTO DESCLASSIFICADO
TEMPO.

CONFIDENCIAL

Informe nº 3326. Assunto: REUNIÃO DO "CLAMOR" EM SÃO PAULO. 26 de outubro de 1981.
Fonte: Arquivo Nacional do Brasil.

Falar sobre esses eventos é uma forma de destacar o impacto social exercido pelo Clamor ao longo de sua existência. Arns, sendo a figura sustentadora deste projeto e de outros ligados a sua diocese, teve seu reconhecimento por organizações sem vínculos religiosos. O monsenhor Sérgio Conrado, representante do secretariado da Arquidiocese, mandou um convite para uma sessão solene em homenagem a essa conquista do arcebispo na Catedral da Sé da Medalha Nansen. Nele, destaca:

A Arquidiocese de São Paulo, sendo a grande família de D. Paulo Evaristo, quer também homenageá-lo pelo recebimento da Medalha e por tudo que tem feito em prol dos empobrecidos e carentes.

(...) Para este ato de homenagem e gratidão, estão convidados todos os Sacerdotes, Religiosas, Religiosos, Leigos, Comissões Arquidiocesanas de Pastoral, Comunidades e todos aqueles que, de alguma forma, estão ligados à Pastoral e à Arquidiocese de São Paulo.⁴²⁸

Dom Paulo foi também indicado a outro importante prêmio internacional, ao qual concorrem apenas pessoas com esforços notáveis para a promoção da paz: o Prêmio Nobel da Paz. Antes dele, o Clamor havia sido uma das instituições a apoiar o ativista argentino Adolfo Pérez Esquivel a esse prêmio, o qual conquistou em 1980.⁴²⁹ Esquivel presidia a organização ecumênica Serviço Justiça e Paz (Serpaj), que fazia oposição aos regimes ditatoriais da América Latina. Após ter sido preso em 1976, a pressão internacional levou à sua libertação em 1978, no último dia da Copa do Mundo. Ele escolheu permanecer na Argentina para trabalhar com os familiares de desaparecidos. Em duas ocasiões Esquivel foi salvo por Dom Paulo, conforme consta no livro de Rocha:

No ano seguinte [ao recebimento do prêmio], 1981, Esquivel foi detido quando chegou a São Paulo para participar de um seminário com dom Paulo. Levado a uma delegacia, soltaram-no algumas horas mais tarde, após a intervenção do cardeal. Porém, essa não tinha sido sua primeira detenção no Brasil. Em 1975 ele havia sido preso e interrogado por oficiais do Exército, com um capuz na cabeça. Também daquela vez, dom Paulo interveio para soltá-lo. Para Esquivel, era uma ilustração vivaz da diferença entre as hierarquias da Igreja na Argentina e no Brasil. À imprensa, afirmou: “Dom Paulo me salvou duas vezes”.⁴³⁰

Foi Esquivel quem recomendou o nome de Dom Paulo ao comitê do Prêmio Nobel, como demonstra carta que ele escreveu ao presidente do conselho, Egil Aarvik, em 25 de dezembro de 1988. No documento, fala da atuação junto a Jaime Wright no Clamor e no projeto *Brasil: Nunca Mais*. Considerando que Aarvik teve sua carreira política no Partido Democrata Cristão da Noruega, Esquivel cita Arns como um exemplo cristão, declarando que “Sua luta permanente se afirma na força do Evangelho, no seu anúncio e voz profética dos que não têm voz no Brasil e em toda

428 CONRADO, Mons. Sérgio. **Convite**. 7 de outubro de 1985.

429 O Clamor manifesta apoio à nomeação de Esquivel no boletim. Ver: **Boletim Clamor**, nº 3, Outubro 1978

430 ROCHA, **Solidariedade não tem fronteiras**, p. 153.

a América Latina”.⁴³¹

Um movimento em torno dessa indicação foi apoiado por diversas personalidades, como o rabino Henry Sobel, a então prefeita da cidade de São Paulo, Luiza Erundina (que tinha Greenhalgh como vice-prefeito), o ex-governador do estado de São Paulo, Franco Montoro, e o representante da Anistia Internacional no Brasil, Fernando Ferreira. A campanha, lançada em abril de 1989, contou com um concurso nacional para elaboração de cartazes e um abaixo-assinado. Quem acabou vencendo foi Tenzin Gyatso, o décimo-quarto Dalai Lama, por seu ativismo por soluções pacíficas pelo fim da dominação chinesa no Tibete.

Como o período ditatorial havia sido encerrado, não houve uma tentativa do governo militar de contraindicar Dom Paulo, diferentemente do que aconteceu com o bispo de Recife e Olinda, Dom Helder Câmara, indicado três vezes ao Prêmio e rejeitado em todas.⁴³² No início do século XXI, a irmã de Dom Paulo, Zilda Arns, também foi indicada três vezes ao Prêmio por seu trabalho social de cuidado com saúde voltado a crianças, não tendo vencido em nenhuma delas.

3.5. O fim do Clamor

Após longos anos de trabalho, o grupo observou o fim dos regimes da chamada Doutrina de Segurança Nacional. Em um documento redigido pelo grupo de 1990, lê-se:

Após muita reflexão, muita troca de idéias sobre a conjuntura social e política do Cone Sul, o grupo chegou à conclusão que os **objetivos iniciais que provocaram sua fundação** haviam sido **atingidos**. Milhares de pessoas continuam desaparecidas, quase todos os responsáveis pela repressão continuam livres, a verdade sobre esses anos negros ainda precisa ser recuperada. Mas **CLAMOR nasceu para preencher um espaço numa situação de emergência** e agora, bem ou mal, as **entidades de Direitos Humanos**, em cada país do **Cone Sul**, recuperaram este espaço e não precisam mais de um porta-voz.⁴³³

431 Tradução livre. No original: “Su lucha permanente se afirma en la fuerza del Evangelio, en su anuncio y voz profética de los que no tienen voz en el Brasil y toda América Latina”. ESQUIVEL, Adolfo Pérez. **Carta a Sr. Presidente Aarvik, Egil**. 25 de diciembre de 1988, p. 2.

432Conforme: COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE, **Prêmio Nobel da Paz – A Atuação da Ditadura Militar Brasileira contra a indicação de Dom Helder Câmara**, Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015.

433**CLAMOR: UMA HISTÓRIA DE SOLIDARIEDADE**. São Paulo, 25 de outubro de 1990, p. 6.

Para os integrantes, a Doutrina de Segurança Nacional foi substituída por uma Doutrina dos Conflitos de Baixa Intensidade:

Na Doutrina dos Conflitos de Baixa Intensidade, o Estado passa a ser **magistrado, neutro**. Estimula-se que a solução entre os conflitos sociais seja produzida diretamente entre as partes. É o **Estado-espectador**, sem deveres sociais, que se absolve de suas responsabilidades e que passa a administrar os conflitos entre as partes envolvidas. **As questões sociais não têm caráter político.**⁴³⁴

No entanto, ainda que com ressalvas, o Clamor afirma interromper as atividades “com tranquilidade e consciência do dever cumprido”.⁴³⁵ Sobre a trajetória de cada um dos membros do grupo, cabe apontar que Jaime Wright manteve sua posição como pastor da Igreja Presbiteriana Unida. Seu reconhecimento como defensor de direitos humanos lhe rendeu seu nome ter sido aprovado para integrar o *Livro dos Heróis da Pátria* em 2018, dezanove anos após seu falecimento.⁴³⁶

Luiz Eduardo Greenhalgh e Fermino Fecchio entraram para a carreira política, ambos pelo Partido dos Trabalhadores. Padre Roberto e João Xerri continuaram com suas atividades eclesiais. A irmã Michael escolheu trabalhar como advogada de líderes de grupos marginais pelo Brasil, além de trabalhar com desabrigados em São Paulo. Lilia Azevedo também seguiu em seu trabalho com ação social até seu falecimento em 2011. Cida Horta e Maria Auxiliadora Arantes trabalharam como professoras, ao contrário de Tereza Brandão, que, após anos em exercício, optou pela aposentadoria. Inge Schilling passou a dar mais atenção a seu marido enfermo, Paulo Schilling, falecido em 2012. Jan Rocha, por fim, continuou seus trabalhos como jornalista.⁴³⁷

Para encerrar o capítulo, cabe estabelecer que, embora os conceitos de “amizade política” de Arendt e de “comunhão cristã” de Bonhoeffer, detalhados no

Destaques no original.

434 **CLAMOR: UMA HISTÓRIA DE SOLIDARIEDADE**. São Paulo, 25 de outubro de 1990, p. 7.

435 *Idem*.

436 JÚNIOR, Janary. **Câmara inclui nome de pastor Jaime Wright no Livro dos Heróis da Pátria**. Agência Câmara de Notícias. 22 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/548387-camara-inclui-nome-de-pastor-jaime-wright-no-livro-dos-herois-da-patria/>> Acesso em 06 jan. 2023.

437 Ver: ROCHA, Jan. **Solidariedade não tem fronteiras: A história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras latino-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor**. São Paulo: Outras Expressões, 2018, p. 354–355.

início deste, sejam úteis para a análise do trabalho do Clamor, os usos corriqueiros de ambos os termos também contribuem para compreender a atuação do grupo e demais coletivos sob a Arquidiocese de São Paulo. Isso pode ser afirmado tendo em vista o ecumenismo, além de uma forma de afinidade eletiva, é uma das possíveis facetas do termo cristão “comunhão” e a forma como a Arquidiocese é descrita por Sérgio Conrado como uma família; logo, aqueles que defendiam os direitos humanos compartilhavam um propósito político e um senso de amizade. Ainda que houvesse conflitos, conforme demonstrado, o senso de missão ultrapassava rancores e vencia obstáculos impostos pela repressão política. Mesmo após o encerramento dessas atividades, Dom Paulo, em carta de 1996, se refere a Jaime Wright como seu melhor amigo.⁴³⁸

438ARNS, Paulo Evaristo Card. **Carta a Jaime Wright**. São Paulo, 13 de setembro de 1996.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Todavia, lembro-me também do que pode me dar esperança”⁴³⁹
Lamentações de Jeremias, capítulo 3, versículo 21

Nesta dissertação foram destacadas algumas frentes de atuação do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul na busca por justiça em meio às ditaduras implantadas na região. Foi possível discutir o papel desempenhado pela fé cristã no grupo, quer pelo diálogo com instituições cristãs como o Conselho Mundial de Igrejas e o *Algemeen Diakonaal Bureau* (além do Papa João Paulo II), pelo discurso empregado nos boletins, que anunciavam o trabalho desenvolvido pelas igrejas nos países ajudados e demonstravam entusiasmo com a Teologia da Libertação, ou também pelo conteúdo das cartas, seja a dos argentinos falando abertamente sobre a própria religiosidade, ou pelos integrantes do grupo no emprego de vocábulos religiosos para expressão de sua solidariedade aos perseguidos.

Na análise, foi útil apresentar o conceito de afinidades eletivas, pela associação identificada por Löwy entre o cristianismo e o marxismo na leitura do Cristianismo da Libertação, e também pelas associações entre protestantes e católicos e entre o ecumenismo e a defesa dos direitos humanos. A dissertação também aproveitou as abordagens já estabelecidas por outros pesquisadores sobre o trabalho desenvolvido pelo Clamor.

Neste trabalho foi possível ampliar o estudo das redes de solidariedade trabalhadas por Guilherme Barboza de Fraga, na medida em que:

- os boletins fazem menção de instituições e organizações de direitos humanos que mantinham contato com o Clamor;
- foi possível acompanhar a repercussão das instituições parceiras a notícias ligadas à organização do Comitê, conforme foi observado no desligamento de Jaime Wright;
- foi abordada a repercussão positiva do grupo por sujeitos particulares (em especial as que foram publicadas nos boletins);

⁴³⁹Bíblia Sagrada NVI, p. 781.

– as cartas de argentinos falando sobre o desaparecimento de seus familiares demonstram que o Clamor por si serviu como parte de uma rede de solidariedade que acolhia as necessidades desses sujeitos.

Para atingir o foco do trabalho, que é de analisar o aspecto religioso do Clamor, muitos assuntos de fontes disponíveis no acervo do CEDIC e do Conselho Mundial de Igrejas e encontrados nas edições dos boletins foram deixados de lado, visto que discutem assuntos de ordem política e burocrática, também. No entanto, o espólio documental dessas instituições e a riqueza de conteúdos dos periódicos do Clamor podem servir como apoio para inúmeras pesquisas acerca das ditaduras do Cone Sul.

Tal conhecimento se demonstra mais necessário diante das narrativas perigosas narrativas revisionistas e negacionistas dos anos recentes. A relação da fé cristã com a política permanece como um tema de disputa nas instituições religiosas do Brasil, que rendeu amplo destaque sobretudo nas eleições de 2018 e 2022, que contou com uma ascensão de políticos ultraconservadores (mas que enfrentaram – e ainda enfrentam – forte oposição dentro das igrejas), entre os quais há aqueles que partilham da visão revisionista – e, em alguns casos, saudosista – da ditadura.

Iniciativas têm crescido no sentido de apontar supostas mentiras da esquerda sobre as ditaduras nesses países, em defesa dos regimes antidemocráticos implementados nesses países. Outra ideia que aparece nesse meio é da “teoria dos dois demônios”, que ameniza a prática violenta do regime ao igualar a força da oposição, associada necessariamente à prática da luta armada. Essa tese ignora o desequilíbrio existente entre esses dois lados, já que houve um forte aparelhamento das instituições políticas e sociais por parte do governo.⁴⁴⁰ No caso argentino, foi lamentável pesquisar o nome de alguns sujeitos mencionados nas cartas de familiares e ver que ainda há entre eles os que não foram encontrados

⁴⁴⁰Ver mais em: BAUER, **Brasil e Argentina**; NAPOLITANO, Marcos, Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro, **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9–44, 2015; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria, Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014), **Varia História**, v. 31, n. 57, p. 863–902, 2015.

– estima-se que o número de mortes e desaparecidos por esse regime tenha se aproximado da marca de 30 mil.⁴⁴¹

Entre as fontes selecionadas para a escrita do trabalho poucas foram encontradas que permitissem dar mais enfoque ao Prêmio Vladimir Herzog entregue ao *Boletim Clamor*, em contraste às premiações que envolveram Dom Paulo Evaristo Arns, que ganharam maior espaço neste trabalho.

Além disso, manusear as edições do periódico permitiu confirmar a simpatia nutrida por seus integrantes pela Teologia da Libertação (ainda que o frei João Xerri fosse declaradamente a ela adepto,⁴⁴² era impreciso apontar que fosse esta a posição oficial do grupo). Mesmo tendo o termo “teologia da libertação” sido pouco mencionado no jornal, as ideias principais do pensamento preenchem as colunas com temática religiosa.

Amor, amizade e companheirismo também são aspectos observados ao longo do trabalho e que fizeram parte da estrutura interna e externa do Comitê. Acolher pessoas enlutadas, dar esperança aos desamparados e unir os propósitos de cada integrante a um senso de compromisso por causas maiores em favor do próximo unidos pela fé é algo que envolve tudo o que foi escrito acerca do grupo. Nisso foram úteis para contextualização as ideias de “amizade política” segundo Arendt e “comunhão cristã” segundo Bonhoeffer (para além das “afinidades eletivas” citadas por Löwy). Também foi possível apontar passagens bíblicas que estavam de acordo com o discurso e prática do grupo ao longo de sua existência.

O Clamor também foi, junto à Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo e ao Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, promotor do curso *Formação Fé e Política*, que aconteceu em 1989. O propósito deste curso era de “aprofundar à luz do evangelho, o papel da ação pastoral da Igreja no processo político[,] econômico e social que passa o Brasil”.⁴⁴³ A abertura do curso ficou a cargo de Dom Paulo.

441BAUER, **Brasil e Argentina**, p. 88.

442“Nascido em Malta, frei João Xerri veio para o Brasil em 1974. Ao cursar Mestrado na PUC-RJ entrou em contato com a Teologia da Libertação, reforçando sua opção de trabalho junto aos pobres. Na década de 1980 foi prior do convento dos dominicanos e assistente da Renovação Cristã do Brasil. Como Lilian Azevedo, atuou na difusão da luta contra o apartheid e para tornar conhecidos os problemas do Timor Leste”. FRAGA, **A solidariedade não tem fronteiras**, p. 34.

443BICUDO, Hélio P.; GRAND MAISON, Roberto; NOLAN, Michael Mary. **PROJETO: CURSO**

Participaram também da assessoria Greenhalgh, Fecchio e outras figuras como juristas e líderes religiosos. Ao longo de quatro semanas, os participantes receberiam formações em política por diversas perspectivas, mas apenas na última o foco seria teológico. Além deste, também promoveu, em 1986, um seminário sobre a situação em relação aos direitos humanos no Chile e no Paraguai, que contou com a presença de diversas entidades renomadas.

O fato de Dom Paulo ter sido indicado ao Prêmio Nobel da Paz e recebido a Medalha Nansen confirma a relevância do papel por ele desempenhado no Clamor e em outras frentes assumidas pela Arquidiocese de São Paulo e pelo movimento ecumênico, mostrando também como a Igreja detinha maior abertura para oposição política ao regime. A morte de Dom Paulo, em 2016, uniu a comoção nacional em um momento de intensa polarização política, com a exceção de uma parcela radicalizada da direita, conforme mencionado nesta seção.

Apesar do desconforto em observar a conflitante saída de Wright do grupo, esta dissertação desenvolveu com maior aprofundamento as diversas narrativas acerca do episódio, tomando fontes e referências bibliográficas que se complementaram para chegar à narrativa aqui encontrada. Possivelmente para manter uma boa narrativa sobre o grupo, essa questão foi atenuada em outros trabalhos, de forma a destacar seus sucessos e a apagar a descrição do “fracasso ecumênico”. Wright, que em novembro de 2018 teve seu nome incluído no Livro dos Heróis da Pátria, ganhou uma dimensão mais humana, na medida em que suas emoções diante de ações dissidentes do Comitê receberam uma análise mais ampla, além de ter sido observado que outros atores do grupo salientaram seu perfeccionismo. É importante repetir que esses conflitos não desmerecem a efetividade do trabalho do grupo ou a importância da liderança exercida pelo pastor.

Há ainda outras formas de abordar a relação do grupo com a mídia para além dos boletins. Um exemplo dado por Bertrand Taithe reconhece que é uma forma comum de grupos humanitários alcançarem seus objetivos ao utilizarem fotografias, como de crianças, para mobilizar as emoções dos sujeitos.⁴⁴⁴ Essa

FORMAÇÃO FÉ E POLÍTICA. 1989.

⁴⁴⁴“Os humanitários, desde seus indícios institucionais, dependeram da eficácia emocional das representações visuais e textuais do horror. A preocupação em não cansar o público e em não

estratégia foi utilizada quando o Clamor distribuiu calendários com fotografias de crianças desaparecidas.

Tendo em conta as fontes que foram encontradas para a escrita deste trabalho, a cronologia deu maior destaque para os anos entre 1978 e 1985, apesar da continuidade do trabalho do grupo, que teve seu fim apenas em 1991 com a redemocratização de todos os países em questão. Enfatizar a religião como fundamento do Clamor deu uma nova perspectiva acerca da atuação em defesa dos direitos humanos. É fato que a América Latina viu insurgir essa perspectiva de um cristianismo engajado com o sofrimento de seu próprio povo, dando uma nova faceta da fé que antes alinhava com as elites.

O contexto de Cristianismo da Libertação formulou a justificativa teológica da prática de justiça social. Se sua localização geográfica era a América Latina, o Clamor pode ser compreendido como transmissor dessa corrente para o mundo, uma vez que dialogou com instituições em diversos continentes. É importante salientar que nem todas as críticas à Teologia da Libertação são de ordem política, isto é, há figuras dentro da esquerda com críticas ao movimento, e teólogos que ressaltam pontos importantes no cristianismo não contempladas por ele.

Uma figura política entre tantas outras que teve sua origem na militância política pela TL foi Benedita da Silva, que hoje ocupa o cargo de deputada federal ligada ao Partido dos Trabalhadores. Em 1988 ela se converteu ao pentecostalismo e passou a ser membro da Assembleia de Deus. Em uma entrevista em 1993 Silva declarou que o meio pentecostal valorizava muito mais a espiritualidade, declarando que esse fator era deixado de lado pela TL, cuja ênfase era a dimensão política.⁴⁴⁵

Grenz e Olson, tendo encontrado contribuições da TL para a forma de enxergar a realidade social latino-americana, também apontam os questionamentos de teor teológico elencados pelos críticos desse pensamento:

secar a fonte do seu financiamento não é, portanto, nova. Contudo, os questionamentos mais fortes datam do aparecimento das mídias fotográficas. A utilização das imagens em matéria de comunicação humanitária é praticamente contemporânea do surgimento dos aparelhos portáteis. Os retratos de crianças famélicas, de mutilados e de cadáveres aparecem já no final do século XIX, mas sua capacidade de chocar e de provocar emoções intensas parece ser reinventada para um público novo a cada geração” TAITHE, *Empatias, cuidados e compaixões*, p. 512.

⁴⁴⁵Conforme: AUBRÉE, Marion, *Brasil: as mulheres pentecostais entre 'combate' e 'libertação'*, *Revista Antropológica*, v. 25, n. 1, p. 167–194, 2014, p. 183.

Se [os adeptos da TL] desejam evitar acusações de reducionismo teológico, devem enfrentar o desafio e explicar os papéis desempenhados em sua teologia pelas verdades teológicas tradicionais – e sua visão de vida cristã através delas -, como a liberdade de Deus e a transcendência, o pecado original e a conversão pessoal a Jesus Cristo através do arrependimento e da fé. Até que isso aconteça, fica a suspeita de que, para eles, “Deus” e “salvação” não passam de elementos sem importância para o poder da libertação e do envolvimento em ações sociais em favor dos pobres.⁴⁴⁶

Nesta visão, a libertação dos oprimidos não é suficiente para a salvação das almas, visto que esta vem por meio da fé em Jesus Cristo como seu salvador dos pecados. Aí reside também a importância da posição de Jaime Wright aqui já trabalhada sobre a atenção especial que dá para os necessitados sem ignorar a carência de todos os seres humanos de conhecer a Deus.

Retomar a história do Clamor demonstra uma das possibilidades de fazer política a partir da religião na América Latina, especificamente voltada ao público dos refugiados. O Comitê acaba por se tornar testemunha importante do autoritarismo de cada um desses países. Conhecer a história do Clamor é, portanto, compreender melhor a Doutrina de Segurança Nacional e a forma como ela operava na América Latina, já que o grupo deu voz e interveio da forma como era possível naqueles regimes, além de chamar a atenção para outro assunto, que é a imigração. Enquanto cidadãos de países do mundo inteiro se veem forçadas a deixar sua própria terra em busca de uma vida melhor, longe dos conflitos de sua terra, tem crescido a aversão ao imigrante em vários locais, determinando, inclusive, debates em períodos eleitorais. O Clamor, no entanto, demonstra ter compreendido a passagem do livro bíblico de Levítico, capítulo 19, versos 33 e 34, de leis dadas por Deus ao profeta Moisés após a fuga da escravidão do Egito, ao dizer:

Quando um estrangeiro viver na terra de vocês, não o maltratem. O estrangeiro residente que viver com vocês deverá ser tratado como o natural da terra. Amem-no como a si mesmos, pois vocês foram estrangeiros no Egito. Eu sou o SENHOR, o deus de vocês.⁴⁴⁷

A lição deixada pelo grupo é de compaixão: pelos refugiados que fugiram de seus países; por aqueles que permaneceram em sua terra com sentimento de abandono e angústia; e pelos familiares das vítimas mortas e desaparecidas. E o

446GRENZ; OLSON, **A teologia do século 20**, p. 269.

447**Bíblia Sagrada NVI**, p. 121.

trabalho demonstrou que a fé cristã não é sinônimo de conservadorismo, autoritarismo ou alienação. Apesar de esses elementos serem encontrados em cristãos mencionados nesse trabalho, foi possível de ser observada uma mobilização pela fé em busca de melhorias sociais e direitos humanos.

FONTES

1. DOCUMENTOS DO GOVERNO BRASILEIRO – SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL⁴⁴⁸

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Informe nº 1420**. Assunto: Jan Rocha – Correspondente da BBC. 23 de outubro de 1984.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Informe nº 1512**. Assunto: Ligações do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) com D. Paulo Evaristo Arns. São Paulo, 1º de dezembro de 1981.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Informação nº 3674**. Assunto: Correspondentes de jornais e revistas estrangeiros. 23 de junho de 1976.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES – AGÊNCIA RIO DE JANEIRO. **Informe nº 255**. Assunto: Associação dos Correspondentes de Imprensa Estrangeira. 01-22/12/1982.

SERVIÇO NACIONAL DE INVESTIGAÇÕES. **Informe nº 1970**. Assunto: Janete Rocha. 13 de agosto de 1980.

SERVIÇO NACIONAL DE INVESTIGAÇÕES. **Informe nº 2610**. Assunto: Congresso de Comunicação Popular. 15 de outubro de 1980.

Informe nº 3326. Assunto: REUNIÃO DO “CLAMOR” EM SÃO PAULO. 26 de outubro de 1981.

2. IMPRENSA

2.1. WEBSITE DO CEDIC⁴⁴⁹

BOLETIM CLAMOR, nº 1 (junho 1978), nº 2 (julho 1978), nº 3 (outubro 1978), nº 4 (dezembro 1978), nº 5 (maio 1979), nº 6 (agosto 1979), nº 7 (setembro 1979), nº 8 (dezembro 1979), nº 9 (março 1980), nº 10 (agosto 1980), nº 11 (setembro 1980), nº 12 (dezembro 1980), nº 13 (março 1981), nº 14 (dezembro 1981), nº 15 (dezembro 1983), nº 16 (novembro 1984), nº 17 (abril 1985).

2.2. ARQUIVO FÍSICO DO CEDIC

O SÃO PAULO, nº 1.271, 25-31 de julho de 1980.

2.3. ARQUIVO FÍSICO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

⁴⁴⁸Disponível em: <<https://sian.an.gov.br/sianex/>> Acesso em 26 out. 2022.

⁴⁴⁹Disponível

em:

<http://www4.pucsp.br/cedic/semui/fundos/comite_de_defesa.html?lga=2.24784250.1531028399.1652278192-145469725.1646473325> Acesso em 11 mai. 2022.

O SÃO PAULO, s.n., 27 de abril-3 de maio de 1984.

3. CORRESPONDÊNCIAS

3.1. ARQUIVO FÍSICO DO CEDIC

AGOSTI, Ebe Piera Vesco de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos Aires, 20 de octubre de 1978. [CEDIC]

BERDINI, Soledad Pereda de. **Carta a Monseñor Pablo [sic] Evaristo Arns**. Mar del Plata, 25 de julho de 1978. [CEDIC]

BICUDO, Hélio P.; GRAND MAISON, Roberto; NOLAN, Michael Mary. **PROJETO: CURSO FORMAÇÃO FÉ E POLÍTICA**. 1989. [CEDIC]

BUFF, Hermann; CONSULAT GÉNÉRAL DE SUISSE. **Carta a Jan Rocha**. São Paulo, 3 de dezembro de 1979.

CAJIDE, Heralda Garcia de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos Aires, 28 de Octubre de 1978.

CARDENAL ARNS, Paulo Evaristo. **Carta a Monseñor Vicente Zaspé**. São Paulo, 17 de septiembre de 1980.

CLAMOR: UMA HISTORIA DE SOLIDARIEDADE. São Paulo, 10 de agosto de 1989.

CLAMOR: UMA HISTÓRIA DE SOLIDARIEDADE. São Paulo, 25 de outubro de 1990.

CONRADO, Mons. Sérgio. **Convite**. 7 de outubro de 1985.

ESQUIVEL, Adolfo Pérez. Carta a Sr. Presidente Aarvik, Egil. 25 de diciembre de 1988.

FRIJNS, M. M. H. **Carta a Rev. Gaime [sic] Wright**. The Hague, 25 de agosto de 1978.

GAJNAJ, C. C.; GAJNAJ, Lisa H. de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos Aires, 14 de diciembre de 1978.

GARCÍA, Carmen Conde de. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos Aires, 6 de noviembre de 1978.

GIACHETTI, Maria Antonia Gonzalez. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Buenos

Aires, 30 de noviembre de 1978.

GOMES, Maria Luiza. **Carta a Dom Paulo Evaristo**. Recife, 1º de abril de 1983.

GRAND MAISON, Pe. Roberto. **Carta a Dom Paulo**. São Paulo, 30 de setembro de 1985.

GREENHALGH, Luiz Eduardo. **PROCURAÇÃO**. São Paulo, 13 de junho de 1985.

HENRIQUEZ, Raul Cardenal Silva. **Carta a Monseñor Paulo Evaristo Arns**. Santiago, 21 de abril de 1981.

HOEKSTRA, Rev. Wytze E. **Carta a Michael Mary Nolan**. Leusden, 14 de junho de 1984.

HOEKSTRA, Rev. Wytze E. **Carta ao CLAMOR**. Leusden, 12 de setembro de 1984.

HOESKTRA, Rev. Wytze E. **Carta ao Clamor**. Leusden, 14 de novembro de 1986.

HORST, Sylvia. **Letter – Organization for Christian Action on Argentina**. New York, August 15, 1980.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO; CLAMOR – COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA OS PAÍSES DO CONE SUL. Convite. São Paulo, 2 de abril de 1986.

KOSHY, Ninan. **To distinguished representatives and members of the United Nations Commission on Human Rights observers, and non-governmental organizations**. Geneva, 11 de fevereiro de 1983.

MACLEAN, R. S. **Carta**. Brasília, 6 de fevereiro de 1981.

MADRES DE PLAZA DE MAYO. **Carta a Cardenal Dom Pablo Evaristo Arns**. Buenos Aires, 14 de setembro de 1978.

MADRES DE PLAZA DE MAYO. CORTIÑAS, Nora; MARIANI, Maria de; CERRUTI, María del Rosario. **Carta a Cardenal Evaristo Arns**. Buenos Aires, março de 1980.

MATEU, Virginia Arminda Garllardo de. **Carta a Monseñor Obispo de San Pablo**. Buenos Aires, 19 de outubro de 1978.

MATTIOLI, Eugenio Roberto. **Carta a Arzobispado de San Pablo**. Santa Fe, 16 de novembro de 1978.

MEYER, G.; HARPER, C. **Subjects for discussion with Dom Paulo Evaristo**

Arns. Genebra, 12 de novembro de 1979. Memorando a Philip Potter.

OLMOS, Antonia Diaz. **Carta a Arzobispado de San Pablo.** General Belgrano, novembro de 1978.

ORFANO, Lilia Amparo Jens. **Carta a Monseñor Arzobispo de San Pablo.** Buenos Aires, 23 de Octubre de 1978.

POCHAT, Enrique. **Carta a Revdo. Jaime Wright.** Buenos Aires, 30 de marzo de 1983.

PRAT, Maria Salvucci de. **Carta a Arzobispado de San Pablo.** Rosario, novembro de 1978.

RECCHIA, Petrona Curso de. **Carta a Arzobispado de San Pablo.** Munro, novembro de 1978.

RELATÓRIO DO LANÇAMENTO DO “MOVIMENTO NOBEL DA PAZ – D. PAULO”. Abril de 1989.

RESSETTI, Teresa Maria Bettega. **A QUEM INTERESSAR POSSA.** Curitiba, 20 de junho de 1980.

ROY, K. K. **Carta ao “Director” do “Defense of Human Rights in the Southern Cone”.** Calcutta, 19 de maio de 1981.

SALAZAR, Eliseo R. **Carta a Arzobispado de San Pablo.** Buenos Aires, 19 de novembro de 1978.

SCHNEEMANN, R. J. **Carta a Reverend James [sic] Wright.** Brasília, 11 de fevereiro de 1981.

SEMINÁRIO BRASIL – CHILE – PARAGUAI – SOLIDARIEDADE SEM FRONTEIRAS. 1986.

VAL, Cinesa Cazorla de; VAL, Adolfo. **Carta a Arzobispado de San Pablo [sic].** Vedia, 26 de Octubre de 1978.

WRIGHT, Jaime. **Carta a Dom Paulo.** São Paulo, 20 de setembro de 1982.

WRIGHT, Jaime. **Carta a Dom Paulo.** São Paulo, 24 de janeiro de 1982.

WRIGHT, Jaime. **Carta ao Papa João Paulo II.** São Paulo, 24 de dezembro de 1979.

WRIGHT, Jaime. **CLAMOR – Biografia.** São Paulo, 20 de outubro de 1982.

WRIGHT, Jaime. **Comentários sobre algumas preocupações surgidas na reunião do CLAMOR**. [Recomendações de Jaime durante sua viagem em 1983]. São Paulo, 1983.

WRIGHT, Jaime. **Reflexão inédita a propósito do quinquenário do CLAMOR – O FRACASSO ECUMÊNICO**. São Paulo, 14 de janeiro de 1984.

3.2. ARQUIVO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

Basic facts: HERZOG HUMAN RIGHTS PRIZE COMMENDS JOURNALISTIC WORK IN BRAZIL (or something like that!). 1981. [Draft/Rascunho]

BOAVENTURA, Elias. **Carta a Jaime Wright**. Piracicaba, 8 de maio de 1984.

COMITÊ DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA OS PAÍSES DO CONE SUL. **Project for Financial Aid**. (abr. 1978).

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO. **Lançamento da 3ª Edição Ecumênica da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. s. d.

FECCHIO FILHO, Firmino; GREENHALGH, Luiz Eduardo R.; GRAND-MAISON, Roberto; ROCHA, Jan; NOLAN, Michael Mary; MACHADO, Therezinha Brandão. **Carta a Charles R. Harper**. São Paulo, 10 de maio de 1984.

HARPER, Charles. **Carta ao “CLAMOR Team”**. Genebra, 18 de junho de 1984.

HARPER, Charles. **CLAMOR “Project for Financial Aid” for 1979 and 1980**. Genebra, 8 de novembro de 1979.

HARPER JR, Charles R. **Carta a Jaime Wright**. Genebra, 25 de março de 1983.

HARPER JR, Charles R. **Ref.: CLAMOR “Project for Financial Aid” description, for 1979 and 1980 (4 pages, undated)**. Genebra, 8 de novembro de 1979. Carta para Jaime Wright.

LAUTMAN, Fredrik. **Carta a Jaime Wright**. (s. l., s. d.).

LEGGE, Garth W. **Carta a Rev. Jaime Wright**. Toronto, May 7, 1984.

MACHADO, Tereza Brandão. **SEMINÁRIO SOBRE O PAPEL DAS ENTIDADES DE DIREITOS HUMANOS NA ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DOS PAÍSES DO CONE SUL**. São Paulo, 27 de setembro de 1984. Carta para Charles Harper.

NOLAN, Irmã Michael Mary. **RESUMO DAS DESPESAS DE 1982**. São Paulo, 17 de fevereiro de 1983.

URBINA, Claudio Gonzalez. **Carta a Tereza Brandao Machado**. Genebra, 12 de outubro de 1984.

WRIGHT, Jaime. **Carta a Charles “Chuck” Harper**. São Paulo, 6 de abril de 1982.

WRIGHT, Jaime. **Carta a Charles “Chuck” Harper**. São Paulo, 14 de abril de 1984.

WRIGHT, Jaime. **Carta a Charles “Chuck” Harper**. São Paulo, 17 de fevereiro de 1983.

WRIGHT, Jaime. **Carta a Pe. Roberto Grand Maison**. São Paulo, 20 de fevereiro de 1985.

WRIGHT, Jaime. **Carta a Rev. Charles R. Harper**. São Paulo, 9 de setembro de 1981.

WRIGHT, Jaime. **Carta a Sr^a María Dela Gard de Antokoletz**. São Paulo, 6 de setembro de 1982.

WRIGHT, Jaime. **D. PAULO E OS OPRIMIDOS E REFUGIADOS DO CONE SUL E NA AMÉRICA CENTRAL**. São Paulo, 3 de setembro de 1985. Manuscrito não endereçado.

WRIGHT, Jaime. **Manuscrito enviado a cada membro do Clamor**. São Paulo, 31 de março de 1984.

3.3. ARQUIVO DIGITAL DO “BRASIL: NUNCA MAIS”⁴⁵⁰

ARNS, Paulo Evaristo Card. **Carta a Jaime Wright**. São Paulo, 13 de setembro de 1996.

HARPER JR, Charles R. **Carta confidencial a membros do CMI**. Genebra, 3 de outubro de 1977.

WRIGHT, Jaime. **Carta a Luiz Eduardo**. 7 de janeiro de 1985.

⁴⁵⁰Disponível em: <<https://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=bnm&pesq=&pesquisa=Pesquisar>> Acesso em 18/01/2023.

REFERÊNCIAS

ALÓ, Walter Ângelo Fernandes. Solidariedade não tem fronteiras: a trajetória do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul - CLAMOR (1978-1991). *In: Jornadas de Trabajo - Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2012, p. 1–21.

ALÓ, Walter Ângelo Fernandes. Teologia das brechas: a atuação do reverendo Jaime Wright na defesa dos direitos humanos durante as ditaduras de segurança nacional, no Cone Sul (1976-1988). *In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa*. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 104–114.

ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos, 31).

ALVES, Rubem. **Religião e repressão**. Juiz de Fora: Siano, 2020.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. Abrindo o arquivo: história arquivística e inventário do fundo Clamor. *In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa*. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 38–51.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. **Inventário do Fundo Clamor: Organização e Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Cone Sul**. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ANDRADE, Carlos Drummond de. A flor e a náusea. *In: A rosa do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira. A evolução do conceito de fontes históricas a partir da Nova História Cultural e o estudo de cartas. **História em Revista**, v. 21–22, p. 11–26, 2015.

ANDRIETTA, Dom José Reginaldo. Doutrina Social da Igreja: história e conceitos fundamentais. **Cadernos de Fé e Cultura**, v. 2, n. 2, p. 107–116, 2018.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Trad. Jacy Seixas. Curitiba: UFPR, 2019.

ARENDT, Hannah. A humanidade em tempos sombrios: Pensamentos sobre Lessing. *In: Homens em Tempos Sombrios*. Trad. Ana Luísa Faria. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDDT, Hannah. Responsabilidade pessoal sob a ditadura. *In*: **Responsabilidade e julgamento**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARNS, Paulo Evaristo. **Da esperança à utopia**: Testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

ARNS, Paulo Evaristo. **Em Defesa dos Direitos Humanos**: Encontro com o Repórter. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

AUBRÉE, Marion. Brasil: as mulheres pentecostais entre 'combate' e 'libertação'. **Revista Antropológicas**, v. 25, n. 1, p. 167–194, 2014.

BACH, Luanna Fernanda da Cruz. **“Um roteiro seguro e certo, a elevar as almas jovens”**: educação afetiva e sexual na revista Mocidade (1958-1994). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. Histórias de violações de direitos humanos de mulheres e crianças durante as ditaduras civil-militares no Cone Sul. *In*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). **Clamor e ditaduras no Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 242–290.

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna; STARLING, Heloísa Maria Murgel. Fundo Clamor: memórias e histórias de violações dos direitos humanos. **Historiæ**, v. 5, n. 2, p. 44–66, 2014.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira. A Lei Brasileira de Refúgio - Sua história. *In*: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 10–21.

BARRETO, Raimundo C. Vatican II, Medellin, and Ecumenism: A Brazilian Protestant Perspective. **Journal of World Christianity**, v. 9, n. 2, p. 187–202, 2019.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e

historiográfico. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista Do Programa De Pós-graduação Em História Da UnB**, v. 11, n. 1–2, p. 145–172, 2012.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

BELLOTTI, Karina Kosicki. “**Delas é o reino dos céus**”: mídia evangélica infantil na cultura pós-moderna do Brasil (anos 1950 a 2000). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.

BELLOTTI, Karina Kosicki. Fundamentalismos e intolerâncias. *In*: SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Orgs.). **Religião e sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 133–148.

BELLOTTI, Karina Kosicki. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. **História: Questões e Debates**, v. 28, n. 55, p. 13–42, 2011.

BELLOTTI, Karina Kosicki. Mídia, Religião e História Cultural. **Revista de Estudos da Religião**, n. 4, p. 96–115, 2004.

BONET, Luciano. Anticomunismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, *et al.* Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 34–35.

BONHOEFFER, Dietrich. **Resistência e submissão**. Trad. Ernesto J. Bernhoeft. Rio de Janeiro/São Leopoldo: Paz e Terra/Sinodal, 1980.

BOUWMAN, Bastiaan. **Universal Rights in a Divided World**: The Human Rights Engagement of the World Council of Churches from the 1940s to the 1970s. Doctoral Dissertation (International History), The London School of Economics and Political Science, London, 2018.

BRASIL. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRITO, André Souza. “**Cristianismo Ateu**”: o movimento ecumênico nas malhas da repressão militar no Brasil, 1964-1985. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BRITO, André Souza. “Cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas”: estratégias de luta de cristãos progressistas contra a ditadura militar do Brasil. **Oficina do Historiador**, v. 6, n. 1, p. 23–43, 2013.

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória**. Trad. Míriam Lopes. Lisboa: Instituto

Piaget, 2013.

CARTER, Jimmy. **White House Diary**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010.

CARTER, Miguel. The Role of the Paraguayan Catholic Church in the Downfall of the Stroessner Regime. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 32, n. 4, p. 67–121, 1990.

CARVALHO, Ricardo. **O cardeal e o repórter: histórias que fazem História**. São Paulo: Global, 2006.

CASTRO, Robson Ribeiro de Oliveira. Os Leigos no CELAM: apontamentos principais. **Pensar-Revista Eletrônica da FAJE**, v. 7, n. 2, p. 159–177, 2016.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002. (Memória e Sociedade).

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. **Prêmio Nobel da Paz – A Atuação da Ditadura Militar Brasileira contra a indicação de Dom Helder Câmara**. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015. (Cadernos da Memória e Verdade).

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs. *In: Relatório*. Brasília: CNV, 2014, p. 155–200. (Textos temáticos, II).

COMITÉ DE DEFENSA DE DERECHOS HUMANOS EN EL CONO SUR (CLAMOR). **Desaparecidos en la Argentina**. São Paulo: [s.n.], 1982.

CORRIGAN, John. Introduction: The Study of Religion and Emotion. *In: CORRIGAN, John (Org.). The Oxford Handbook of Religion and Emotion*. New York: Oxford University Press, 2009, p. 3–12.

CRUZ, Heloísa de Faria. Boletim Clamor: imprensa de defesa dos direitos humanos para os países do Cone Sul (1978-1985). *In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa*. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 52–85.

CRUZ, Heloísa de Faria. CLAMOR: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (1978-1990). *In: XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013, v. 22, p. 1–14.

CRUZ, Heloísa de Faria. O Cedec e o fundo Clamor: preservação, difusão e memória. *In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa*. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 13–37.

CRUZ, Heloísa de Faria. Rompendo fronteiras: movimentos e imprensa de direitos humanos no Cone Sul (1970/1980). **Projeto História**, v. 66, p. 255–289, 2019.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Crise, esquecimento e memória**: o Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, Magali do Nascimento. “Quero Trazer à Memória o que me Traz Esperança”. Movimento Ecumênico: Avaliação e Perspectivas. **Numen**, v. 13, n. 1–2, p. 103–135, 2010.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e cultura no Brasil: a Confederação Evangélica, a Conferência do Nordeste (1962) e o nascimento e o ocaso de uma revolução teológico-cultural entre os evangélicos brasileiros. *In*: HENDERS, Helmut; SOUZA, José Carlos; CUNHA, Magali do Nascimento (Orgs.). **As igrejas e as mudanças sociais**: 50 anos da Conferência do Nordeste. São Bernardo do Campo/São Paulo: EDITEO/ASTE, 2012, p. 41–62.

DASÍLIO, Derval. **Jaime Wright**: o pastor dos torturados. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

DELLA CAVA, Ralph. The Church and the Abertura in Brazil, 1974-1985. **The Helen Kellogg Institute for International Studies**, 1988.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989. (Nova Clio).

DIAS, Agemir de Carvalho. **O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994)**: a serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

DIAS, Zwinglio M. O Movimento Ecumênico: História e Significado. **Numen**, v. 1, n. 1, p. 127–163, 1998.

DUHAU, Juan Bautista. **La Iglesia toda servidora de todos los hombres en el pensamiento y la acción pastoral del Padre Obispo Jorge Novak**. Buenos Aires: De la Palabra de Dios, 2020.

DW STAFF. **Soccer World Cup Anti-Prostitution Campaign Kicks Off**. DW. 23/02/2006. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/soccer-world-cup-anti-prostitution-campaign-kicks-off/a-1914049>> Acesso em 10 mar. 2023.

EGERTON, George. Trudeau, God and the Canadian Constitution: Religion, Human Rights and Government Authority in the Making of the 1982 Constitution. *In*: LYON,

David; VAN DIE, Marguerite (Orgs.). **Rethinking church, state and modernity: Canada between Europe and America**. Toronto, Buffalo & London: University of Toronto Press, 2000, p. 90–112.

FEIERSTEIN, Daniel. National Security Doctrine in Latin America: the Genocide Question. *In*: BLOXHAM, Donald; MOSES, A. Dirk (Orgs.). **The Oxford Handbook of Genocide Studies**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 489–508. (Oxford Handbooks).

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831–856, 2009.

FERREIRA, Gabriella Daphne Pereira. **Mulheres no Paraná e suas memórias sobre o processo de exílio durante a ditadura militar (1968-1985)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. *In*: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; *et al* (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 53–76.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FILIBECK, Giorgio (Org.). **Direitos do Homem - de João XXIII a João Paulo II (1958-1998)**. Trad. P. João Seabra; Isabel Almeida Brito. S. João do Estoril: Comissão Nacional Justiça e Paz; Principia, 2000.

FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Trad. Elisa Monteiro; Inês Aufran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRAGA, Guilherme Barboza de. **A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FRAGA, Guilherme Barboza de. Clamor e a rede de solidariedade contra o terrorismo de estado no Cone Sul. *In*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). **Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa**. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 158–175.

FRAGA, Guilherme Barboza de. **Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: a**

atuação do grupo Clamor na rede de solidariedade aos perseguidos políticos e seus familiares. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil**: os estudos culturais e a micropolítica do cotidiano. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil**: da constituinte ao impeachment. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

FRUTUOSO, José Roberto Alvarenga. **Valores e identidade coletiva no engajamento político da Comissão Brasileira Justiça e Paz**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GARCIA, Miliandre. Entre o palco e a canção: afinidades eletivas entre a Música Popular Brasileira (MPB) e o Teatro Engajado na década de 1960. **MODOS. Revista de História da Arte**, v. 1, n. 3, p. 264–283, 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEZ, Yonatan N. **Traditional Churches, Born Again Christianity, and Pentecostalism**: Religious Mobility and Religious Repertoires in Urban Kenya. London: Palgrave Macmillan, 2018. (Christianity and Renewal - Interdisciplinary Studies).

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7–24.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONÇALVES, Carlos Barros. **Unum corpus sumus in Cristo?** Iniciativas de fraternidade e cooperação protestante no Brasil 1888-1940. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

GONÇALVES, Marcos. Integrismo católico e fundamentalismo protestante comparados: historicidade, aproximações e distanciamentos. **Relegens Thréskeia**, v. 1, n. 2, p. 79–103, 2012.

GRANDELLE, Renato. **Lideranças indígenas recebem prêmios internacionais pela luta por direitos humanos**. O Globo. 15/10/2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/liderancas-indigenas-recebem-premios-internacionais-pela-luta-por-direitos-humanos-1-24695129>>. Acesso em:

19 abr. 2022.

GRENZ, Stanley J.; OLSON, Roger E. **A Teologia do Século 20**: Deus e o mundo numa era de transição. Trad. Suzana Klassen. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

HARPER, Charles. A Igreja e os Direitos Humanos - experiências ecumênicas aprendidas. **Dimensões**, v. 12, p. 86–100, 2001.

HARPER, Charles R. **O Acompanhamento**: Ecumenical Action for Human Rights in Latin America 1970-1990. Geneva: World Council of Churches, 2006.

HARPER JR., Rev. Charles Roy. **Quem é aquela gente que vive cantando?** Hinologia Cristã. Trad. Rev. Jaime Wright. 05/01/2016. Disponível em: <<http://www.hinologia.org/quem-e-aquela-gente-que-vive-cantando-rev-charles-roy-harper-jr-traducao-de-rev-jaime-wright/>>. Acesso em: 30 mar. 2022. Transcrito por Eduardo Chaves.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Nicole Marinho; DIAS, Débora de Almeida; CORDEIRO, Luciana Coutinho. Cartas: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua preservação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, p. 1–16, 2018.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IACOMINI JUNIOR, Franco. **Evangélicos no Brasil**: Como uma minoria invisível se transformou num agente de transformação social e política. Curitiba: Gazeta do Povo, 2020.

IACOMINI, Luca Lima. **“A verdadeira vocação da Igreja no Brasil”**: ecumenismo e resistência na relação entre a Arquidiocese de São Paulo e o Conselho Mundial de Igrejas durante a Ditadura Militar brasileira (1977-1987). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

IACOMINI, Luca Lima. Religiosidade no BNM Digit@l: os bastidores do “Brasil: Nunca Mais” a partir de fontes da internet. **Em Tempo de Histórias**, n. 38, p. 111–120, 2021.

IACOMINI, Luca Lima; INDART, Octavio Betiolo Teles. Mobilizações do

protestantismo no Brasil nos anos 1950 e 1960. *In*: BELMAIA, Nathany A. W.; AMADOR, Cassio H. dos S.; FRIZZO, Matheus K.; *et al* (Orgs.). **Diálogos sobre História no Brasil**: política, arte e cultura. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, 2022, v. 1, p. 110–144. (Coletânea Diálogos sobre História).

JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: El género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. *In*: **Las tramas del tiempo**: Familia, género, memorias, derechos y movimientos sociales. Buenos Aires: CLASCO, 2020, p. 343–370.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul. **Tempo e Argumento**, v. 2, n. 1, 2010, p. 111-135.

JOLIE, Angelina. Apresentação. *In*: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 6–7.

JÚNIOR, Janary. **Câmara inclui nome de pastor Jaime Wright no Livro dos Heróis da Pátria**. Agência Câmara de Notícias. 22/11/2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/548387-camara-inclui-nome-de-pastor-jaime-wright-no-livro-dos-herois-da-patria/>> Acesso em 06 jan. 2023.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Trad. Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LIMA, Adriano Sousa; TERRA, Kenner Roger Cazotto. Casa para quem não tem lar: uma perspectiva bíblico-teológica dos direitos humanos dos refugiados. **Perspectiva Teológica**, v. 51, n. 2, p. 271–296, 2019.

LIMA, Samarone. **Clamor**: a vitória de uma conspiração brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LOTH, Laura. **Maio de 1968: estudantes da UFSC, em Florianópolis, confrontaram reitoria e foram às ruas**. Notícias do Dia. 27/05/2018. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/maio-de-1968-estudantes-da-ufsc-em-florianopolis-confrontaram-reitoria-e-foram-as-ruas/>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

LÖWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Lua Nova**, v. 19, p. 5–22, 1989.

LÖWY, Michael. **The war of gods**: religion and politics in Latin America. London & New York: Verso, 1996. (Critical Studies in Latin American and Iberian Cultures).

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. A recusa à alteridade: Martin Luther King e o amor na política. *In*: NAXARA, Marcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion (Orgs.). **Figurações do outro**. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 175–200.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Fundamentalismo cristão e política. *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexandre Martins (Orgs.). **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita**: Idéias, Instituições e Personagens. Rio de Janeiro: MAUAD, 2000, p. 199–200.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/jhG4q3jQsNw7ytchH53C4X6j/?lang=pt>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195–222.

MATTEUCCI, Nicola. Declaração dos Direitos Humanos e História Constitucional. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, *et al.* Brasília: Universidade de Brasília, 1998, v. 1, p. 353–355.

MATTEUCCI, Nicola. Resistência. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, *et al.* 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, v. 1, p. 1114–1116.

MAUAD, Ana Maria. Como nascem as imagens? Um estudo de história visual. **História: Questões & Debates**, v. 61, n. 2, p. 105–132, 2014.

MCKERCHER, Asa. Reason over passion: Pierre Trudeau, human rights, and Canadian foreign policy. **International Journal**, v. 73, n. 1, p. 129–145, 2018.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. **Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 6–38, 2013.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. **Revista USP**, n. 67, p. 48–67, 2005.

MENGOZZI, Paolo. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, *et al.*

Brasília: Universidade de Brasília, 1998, v. 1, p. 355–361.

MILESI, Irmã Rosita; ANDRADE, William Cesar de. Atores e Ações por uma Lei de Refugiados no Brasil. *In*: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 22–47.

MONTERO, Paula. Religião cívica, religião civil, religião pública: continuidades e descontinuidades. **Debates do NER**, v. 19, n. 33, p. 15–39, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese de Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9–44, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC/RIO/005, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PADILHA, Anivaldo; IULIANELLI, Jorge Atílio; BUFF, Lucij; *et al.* **As igrejas evangélicas na ditadura militar**: dos abusos do poder à resistência cristã. São Paulo: Alameda, 2022.

PADRÓS, Enrique Serra. A Igreja Católica e as ditaduras do Cone Sul. **Outros Tempos**, v. 12, n. 20, p. 74–94, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. CLAMOR: a solidariedade contra o terrorismo de Estado e a Operação Condor. **Projeto História**, n. 50, p. 50–85, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. Clamor: a solidariedade contra o terrorismo de estado e a operação Condor. *In*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). **Clamor e ditaduras no Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 115–157.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. *In*: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; *et al* (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 143–

178.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011. (Coleção Ideias).

PAULA, Marcio Gimenes de. Os antecedentes da Teologia da Libertação entre os protestantes brasileiros: a presença de Richard Shaull no Brasil. **INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade**, v. 8, n. 13, p. 77–86, 2013.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, v. 31, n. 57, p. 863–902, 2015.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013.

REZENDE, Karina Fonseca Soares. Amizade política e comunhão cristã: um diálogo entre Hannah Arendt e Dietrich Bonhoeffer. **Faces de Clio**, v. 5, n. 9, p. 83–101, 2019.

RIBEIRO, Luiz Carlos; MARCZAL, Ernesto Sobocinski. A (des)politização do futebol nas narrativas sobre a Copa na Argentina de 1978. **História Unisinos**, v. 25, n. 1, p. 122–132, 2021.

RIBEIRO, Mario Bueno. O Conselho Mundial de Igrejas - CMI. *In*: ANDREOLA, Balduino A.; RIBEIRO, Mario Bueno (Eds.). **Andarilho da esperança**: Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas. São Paulo: ASTE, 2005, p. 39–50.

ROCHA, Jan. Memórias da luta: depoimentos de pessoas que ajudaram e foram ajudadas pelo Clamor (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul). *In*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). **Clamor e ditaduras no Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 86–103.

ROCHA, Jan. **Solidariedade não tem fronteiras**: A história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras latino-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

RODRIGUES, Cátia Regina. **A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970-1990)**. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROSA, Maria de Lurdes. Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, v. 30, p. 547–586, 2017.

RUDERER, Stephan; STRAßNER, Veit. Recordando tiempos difíciles: La Vicaría de la Solidaridad como lugar de memoria de la Iglesia y de la sociedad chilena. **Archives de sciences sociales des religions**, n. 170, p. 37–60, 2015.

SALES, Eugenio de Araujo; ARNS, Paulo Evaristo. A história não contada do refúgio no Brasil antes da Lei nº 9.474/97. *In*: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010, p. 60–69.

SANTA ANA, Júlio H. de. **Ecumenismo e libertação**: reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus. Trad. Jaime A. Clansen. Petrópolis: Vozes, 1987.

SANTOS, Gabriel Pereira Mewes dos; RODRIGUES, Heitor dos Santos; SCOPEL, Israel Gonçalves; *et al.* Entre a esquerda revoltosa e o herói integralista: narrativas sobre João Cândido Felisberto, o Almirante Negro. **Cadernos de Clio**, v. 10, n. 1, p. 52–73, 2019.

SCHMIDT, Daniel Augusto. **O protestantismo brasileiro**: entre a colaboração e a resistência no período da Ditadura civil e militar (1964-1974). Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

SCHMITZ, David F.; WALKER, Vanessa. Jimmy Carter and the Foreign Policy of Human Rights: The Development of a Post-Cold War Foreign Policy. **Diplomatic History**, v. 28, n. 1, p. 113–144, 2004.

SCHOLZ, Jonathan Marcel. **O mal-estar nos direitos humanos**: afetos políticos e direitos humanos no Brasil (1945-1964). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

SCHOOYANS, Michel. **O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil**. São Paulo: Herder, 1963.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, n. 1, p. 65–82, 2008.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da**

história: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 39–62.

SHIELDS, Stephanie A.; GARNER, Dallas N.; LEONE, Brooke Di; *et al.* Gender and Emotion. *In*: STETS, Jan E.; TURNER, Jonathan H. (Orgs.). **Handbook of the Sociology of Emotions**. New York: Springer, 2006, p. 63–83. (Handbooks of Sociology and Social Research).

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Secularização em declínio e potencialidade transformadora do sagrado. **SÍNTESE**, v. 13, n. 37, p. 33–49, 1986.

SOUZA, Miliandre Garcia de. **Memorial Descritivo**. Curitiba: Universidade Estadual do Paraná, 2021.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

STERN, Steve J. De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como processo histórico (Chile, 1973-1998). *In*: GARCÉS, Mario *et al.* (Orgs.). **Memoria para un nuevo siglo**: Chile miradas a la segunda mitad del siglo XX. Santiago: LOM, 2000, pp. 11-33.

SUNG, Jung Mo. El sujeto y la defensa de la vida de las víctimas. *In*: **Sujeto y Sociedad Complejas**: para repensar los horizontes utópicos. Trad. Luciano Glavina. San José, Costa Rica: DEI, 2005, p. 39–58. (Colección Teología economía).

TAITHE, Bertrand. Empatias, cuidados e compaixões: as emoções humanitárias. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). **História das emoções**. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2020, p. 493–520. (Do final do século XIX até hoje, 3).

TERRA, Kenner Roger Cazzotto. Teorias da linguagem e estudos do discurso: apontamentos metodológicos para uma análise do discurso religioso. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 16, n. 51, p. 1085–1106, 2018.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. **História Oral**, Trad. André C. Gattaz; Meire T. M. Soares. v. 4, p. 85–101, 2001.

TOLENTINO, Marcos. O clamor dos campos de concentração: a produção de saberes e discursos sobre os sobreviventes dos centros clandestinos de detenção argentinos no arquivo do Clamor (1978-1984). *In*: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). **Clamor e ditaduras no Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 176–241.

TORRES, Anita Wright. O Missionário que se fez Pastor dos Perseguidos e Torturados. *In*: DIAS, Zwinglio Mota (Org.). **Memórias ecumênicas protestantes - Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência**. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014, p. 58–64.

TRABUCO, Zózimo. **À direita de Deus, à esquerda do povo: protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994)**. Salvador: Saggá, 2016.

TURNER, Jonathan H.; STETS, Jan E. Moral Emotions. *In*: STETS, Jan E.; TURNER, Jonathan H. (Orgs.). **Handbook of the Sociology of Emotions**. New York: Springer, 2006, p. 544–566. (Handbooks of Sociology and Social Research).

VASCONCELLOS, Gilberto. **Música popular: de olho na fresta**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

VEIGA, Edison. **Fortalecida pelo papa Francisco, doutrina social católica completa 130 anos**. CNN Brasil. 15/05/2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/fortalecida-pelo-papa-francisco-doutrina-social-catolica-completa-130-anos/>> Acesso em 09 jan. 2023.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Bíblia Sagrada - Nova Versão Internacional. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

The Two Popes. United Kingdom, United States, Italy: Netflix, 2019.

APÊNDICE – TEMAS RETIRADOS DAS EDIÇÕES DO BOLETIM

TEMA	EDIÇÕES
A Bíblia e a Declaração Universal dos Direitos Humanos	Nº 1 – Junho 1978
	Nº 2 – Julho 1978
	Nº 5 – Maio 1979
	Nº 6 – Agosto 1979
	Nº 15 – Dezembro 1983
	Nº 17 – Abril 1985
Ecumenismo	Nº 3 – Outubro 1978
	Nº 8 – Dezembro 1979
	Nº 9 – Março 1980
	Nº 15 – Dezembro 1983
Inferno e purgatório, pecado	Nº 2 – Julho 1978
	Nº 3 – Outubro 1978
	Nº 13 – Março 1981
Os pobres e oprimidos como prioridade	Nº 3 – Outubro 1978
	Nº 4 – Dezembro 1978
	Nº 5 – Maio 1979
	Nº 14 – Dezembro 1981
	Nº 15 – Dezembro 1983
Puebla/Teologia da Libertação	Nº 3 – Outubro 1978
	Nº 4 – Dezembro 1978
	Nº 5 – Maio 1979
	Nº 7 – Setembro 1979
Teologia das Brechas	Nº 9 – Março 1980
	Nº 14 – Dezembro 1981
Aproveitamento do cristianismo pelos regimes	Nº 15 – Dezembro 1983
	Nº 2 – Julho 1978
Posicionamento do Papa João Paulo II	Nº 5 – Maio 1979
	Nº 8 – Dezembro 1979
	Nº 9 – Março 1980
	Nº 12 – Dezembro 1980
	Nº 14 – Dezembro 1981
	Nº 15 – Dezembro 1983
	Nº 8 – Dezembro 1979
	Nº 12 – Dezembro 1980
Nº 16 – Novembro 1984	
Conselho Mundial de Igrejas	Nº 3 – Outubro 1978
	Nº 4 – Dezembro 1978
	Nº 10 – Agosto 1980
Ataques à Igreja nos países do Cone Sul	Nº 3 – Outubro 1978
	Nº 4 – Dezembro 1978
	Nº 10 – Agosto 1980
Menção a documentos “alheios” ao Clamor	Nº 3 – Outubro 1978
	Nº 7 – Setembro 1979
	Nº 9 – Março 1980

	Nº 11 – Setembro 1980
	Nº 13 – Março 1981
Clamor representando em eventos	Nº 3 – Outubro 1978
	Nº 9 – Março 1980
	Nº 17 – Abril 1985
Cartas que contêm repercussão do	Nº 5 – Maio 1979
Clamor	Nº 8 – Dezembro 1979
	Nº 9 – Março 1980
	Nº 12 – Dezembro 1980
	Nº 15 – Dezembro 1983